

**Programa da Pós-Graduação em Sociologia**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Diego E. Piñeiro**

**TESE DE DOUTORADO**

**TÍTULO: O TRABALHO PRECÁRIO NA AGRICULTURA URUGUAIA**

**PORTO ALEGRE**

**2007**

**Diego E. Piñeiro**

**O TRABALHO PRECÁRIO NA AGRICULTURA URUGUAIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Programa da Pós-Graduação em Sociologia**

**Orientador: José Vicente Tavares Dos Santos**

**PORTO ALEGRE**

**2007**

**Diego E. Piñeiro**

**O TRABALHO PRECÁRIO NA AGRICULTURA URUGUAIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Programa do Pós-Graduação em Sociologia**

**Data de aprovação: 24 de maio de 2007**

**Banca examinadora:**

**Dr. César Barreira - Universidade Federal do Ceará**

**Dra. Marines Zandavali Grando - Fundação de Economia e Estatística Siegfried  
Emanuel Heuser**

**Dr. Anita Brumer – Universidad Federal do Rio Grande do Sul**

**Dr. Ivaldo Gehlen – Universidad Federal do Rio Grande do Sul**

**Dr. José Vicente Tavares dos Santos – Universidad Federal do Rio Grande do Sul**

## **AGRADECIMENTOS**

Quando em 1984 terminei minha tese de Mestrado em Sociologia Rural na Universidade de Wisconsin, recebi o oferecimento de ficar para fazer o doutorado. Várias razões, de caráter familiar algumas, outras de caráter político (iniciava-se o processo de redemocratização do país e não queria perder isso), impulsionaram-me a retornar. Realizar o doutorado era para mim então, como uma disciplina pendente. No ano 2001 o Professor José Vicente Tavares dos Santos, nesse momento Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, animou-me e me brindou seu apoio para que pudesse iniciar esta aventura intelectual, que foi escrever uma Tese de doutorado.

É claro que para empreender a tarefa precisava de outros apoios. Obtive-os das instituições nas quais trabalhava: o Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Agronomia. Em ambos encontrei ampla receptividade, traduzida depois efetivamente a que durante dois anos me aliviaram das tarefas docentes, para que pudesse levar a cabo a investigação empírica, além disso do ânimo e a compreensão em diferentes momentos em que recorri solicitando outros apoios.

A Comissão Setorial de Investigação Científica da Universidade da República me concedeu um subsídio para realizar a investigação sobre os trabalhadores da tosquia, uma das bases empíricas utilizadas nesta tese. Dita investigação realizada durante os anos 2000 e 2001 contou ademais com o apoio do Secretariado Uruguaio da Lã (SUL), cujos técnicos e diretores, interessaram-se pelo tema, abriram-nos as portas das empresas de tosquia e nos brindaram seus profundos conhecimentos de dita realidade. A investigação a levamos adiante com uma entusiasmada equipe de colaboradores, jovens professores e estudantes, que contribuíram muito mais do que era razoável esperar: a Mariela Bianco, Matías Carámbula, Emilio Fernández, Victoria Morena, Leticia Glik, Fernanda Pereyra e Joaquín Cardeillac, meu agradecimento. Com o apoio do SUL, os resultados de dita investigação se publicaram em um

livro de minha autoria, “Trabalhadores da Tosquia. Passado e Presente de um ofício rural” com a colaboração de Mariela Bianco e Maria Inés Moraes. Esta Tese, apoiando-se na informação produzida por esta investigação, avança e aprofunda na interpretação dos dados.

Devo também agradecer aos trabalhadores rurais e aos pequenos empresários da tosquia que nos receberam em seus lugares de trabalho, explicaram-nos pacientemente a peculiaridades de sua tarefa, responderam nossas perguntas e se prestaram a responder nossos questionários. Queria também fazer extensivo este agradecimento às empresas citrícolas e aos trabalhadores do citrus, já que embora foram entrevistados por outra equipe de investigadores, também sou tributário, ao utilizar seus resultados, das contribuições que fizeram.

Sinto-me em dívida com uma quantidade de pessoas, das quais só posso mencionar algumas, pela orientação e o apoio acadêmico que recebi em diferentes etapas da elaboração da tese. Com alunos do grau e da pós-graduação de Sociologia e com meus ajudantes de investigação com quem debati em diversas oportunidades os avanços da tese: Emilio Fernández, Matías Carámbula e Joaquín Cardeillac. Com meu colega e amigo, Marcos Supervielle, especialista em Sociologia do Trabalho, que leu vários de meus manuscritos, fez-me valiosas sugestões e me sugeriu e emprestou bibliografia difícil de encontrar em nossas latitudes. Com os colegas Mauricio Tubío e Alberto Riella, que generosamente puseram a minha disposição a base de dados de seu pesquisa a trabalhadores do citrus e nos orientaram em como utilizá-la. Com a Professora Ema Massera responsável pela investigação sobre o complexo citrícola que nos contribuiu com bibliografia, produto de suas investigações. Com o Tribunal ante o qual defendi o projeto da Tese de Doutorado, as professoras Anita Brumer, María Aparecida Moraes Da Silva e o Professor Enrique Mielitz da Universidade Federal de Rio Grande Dou Sul, que fizeram muito valiosas observações, no momento adequado e permitiram reorientar a tese para seu formato final.

A José Vicente Tavares dois Santos, em seu papel de orientador da tese, o apoio ao longo dos seis anos que me levou prepará-la, desde que tomei a decisão inicial até que a pude

concluir, meu agradecimento por seu ânimo, pela compreensão do que ela significava para mim e pela orientação acadêmica, que lhe significaram largas horas de leitura e de reuniões comigo para comentar suas impressões, me orientar na leitura e sugerir correções e modificações.

Um agradecimento especial deve ir para Joaquín Cardeillac quem me deu uma ajuda imensurável na preparação dos quadros e gráficos e para Inés Carlesi que cuidou dos detalhes de apresentação da tese.

Meu profundo agradecimento a minha companheira, María Elena Lurnaga, quem soube me alentar e me apoiar ao longo destes anos: como esposa, porque às vezes teve que fazer-se cargo de tarefas domésticas que correspondiam a mim; como colega pelas numerosas horas dedicadas a conversar e debater sobre os temas em que estava trabalhando. A meus filhos, Agustín, Juan Manuel, Enrique, Gervasio e Santiago a quem certamente escamoteei meu tempo, muitas vezes, nos fins de semana especialmente, porque devia dedicar-me a trabalhar na tese.

Finalmente quero dedicar esta tese a minha mãe, Lia Rosa Pagliere, quem com seu exemplo, quando já idosa, logo depois de ter criado a seus filhos, voltou a estudar, ensinou-me que a aprendizagem é contínua e que não há idade para obter nossos sonhos.

## RESUMO

Nas última três décadas diminuiu o emprego típico e cresceram e se estenderam as formas de emprego atípico. Impõe-se então, a necessidade de compreender melhor em que consistem estas formas de emprego atípico. Uma categoria usada com frequência para designar as formas de emprego atípico é a precariedade. O emprego precário é um conceito polissêmico. Esta tese aprofunda nele, constrói uma definição própria de emprego precário e aplica a dois estudos de caso entre os trabalhadores rurais do Uruguai .

A precariedade é definida de uma perspectiva objetiva, externa ao trabalhador e de uma perspectiva subjetiva, do próprio trabalhador. Desta maneira ser um trabalhador precário se define como aquele que não só está em uma situação de precariedade do trabalho, mas também como aquele que se sente um trabalhador precário.

Esta dupla perspectiva permitiu uma análise mais sofisticado do conceito de emprego precário. Por um lado se identificaram distintos níveis de precariedade. Por outro se identificaram situações em que o trabalhador estando em uma situação de precariedade objetiva não se sentia como tal, e inversamente situações em que o trabalhador se sentia precário apesar de que os indicadores objetivos não o colocavam em tal situação.

Os indicadores de precariedade subjetiva mostraram uma definida capacidade de prever o comportamento futuro dos trabalhadores em relação a sua continuidade em empregos sazonais. Os indicadores de precariedade objetiva em troca mostraram menor capacidade predictiva.

Por último se tentou relacionar a precariedad do trabalho com algumas variáveis explicativas. Encontrou-se associação entre algumas variáveis como a idade, os postos de trabalho e a capacitação para o trabalho recebida, mas não se encontrou associação com outras variáveis como os níveis de instrução, a residência dos trabalhadores, ou as mudanças técnicas. Talvez a principal conclusão neste aspecto é que ambas as amostras se comportam de maneira distinta, sugiriendo a possibilidade de que a categoria dos trabalhadores rurais safrales do Uruguai, esteja formada por contingentes de natureza diferente.

#### PALAVRAS CHAVE

Trabalho - Trabalhadores Rurais - Precariedade.



## RESUMEN

En las últimas tres décadas disminuyó el empleo típico y crecieron y se extendieron las formas de empleo atípico. Se impone entonces, la necesidad de comprender mejor en que consisten estas formas de empleo atípico. Una categoría usada con frecuencia para designar las formas de empleo atípico es la precariedad. El empleo precario es un concepto polisémico. Esta tesis profundiza en él, construye una definición propia de empleo precario y la aplica a dos estudios de caso entre los trabajadores rurales del Uruguay .

La precariedad es definida desde una perspectiva objetiva, externa al trabajador y desde una perspectiva subjetiva, desde el propio trabajador. De esta manera ser un trabajador precario se define como aquel que no solo está en una situación de precariedad laboral, sino también como aquel que se siente un trabajador precario.

Esta doble perspectiva permitió un análisis más sofisticado del concepto de empleo precario. Por un lado se identificaron distintos niveles de precariedad. Por otro se identificaron situaciones en que el trabajador estando en una situación de precariedad objetiva no se sentía como tal, e inversamente situaciones en que el trabajador se sentía precario a pesar de que los indicadores objetivos no lo colocaban en tal situación.

Los indicadores de precariedad subjetiva mostraron una definida capacidad de predecir el comportamiento futuro de los trabajadores en relación a su continuidad en empleos zafrales. Los indicadores de precariedad objetiva en cambio mostraron menor capacidad predictiva.

Por último se intentó relacionar la precariedad laboral con algunas variables explicativas. Se encontró asociación entre algunas variables como la edad, los puestos de trabajo y la capacitación laboral recibida, pero no se encontró asociación con otras variables como los niveles de instrucción, la residencia de los trabajadores, o los cambios técnicos. Tal vez la principal conclusión en este aspecto es que ambas muestras se comportan de manera distinta, sugiriendo la posibilidad de que la categoría de los trabajadores rurales zafrales del Uruguay, esté formada por contingentes de naturaleza diferente.

#### **PALABRAS CLAVE**

trabajo – trabajadores rurales – precariedad

## SUMARIO

### **O TRABALHO PRECÁRIO NA AGRICULTURA URUGUAIA**

#### **AGRADECIMIENTOS**

#### **INDICE**

#### **INTRODUÇÃO**

#### **CAPITULO I**

##### **TRABALHO E SOCIEDADE.**

- 1.- Sobre o conceito de trabalho.
- 2.- Mudanças no trabalho, sociedades que se transformam.
3. A sociedade salarial na América Latina

##### **O TRABALHO PRECÁRIO.**

1. Trabalho típico, trabalho atípico e trabalho precário.

#### **CAPITULO 2**

##### **AS ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA COMO ATIVIDADE HUMANA E OS FATORES QUE INFLUEM NA PRECARIZACIÓN DO TRABALHO AGRÍCOLA**

- 2.1. A distância entre tempo de produção e tempo de trabalho.
- 2.2. Estacionalidade da produção e ciclos ocupacionais.
- 2.3. A segmentação dos mercados de trabalho e a precariedade trabalhista na agricultura.
  - 2.3.1. Segmentação por residência, migrações trabalhistas e precarización do trabalho agrícola.
  - 2.3.2 A segmentação por gênero e gerações.
- 2.4. As inovações na agricultura e sua influência sobre a precarización do trabalho.
  - 2.4.1. As inovações mecânicas.
  - 2.4.2. As inovações físico-químicas.
  - 2.4.3. As inovações biológicas.
  - 2.4.4. As inovações agronômicas.
- 2.5. Remuneração do trabalho agrícola, formas de organização e resistência dos trabalhadores e sua influência na precarización do trabalho.
- 2.6. As condições da empresa e a precarización do trabalho agrícola.

#### **CAPITULO 3.**

##### **1. A EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO URUGUAIO.**

- 1.1. Breve análise histórica
- 1.2. Distribuição da terra.
- 1.3. População Rural
- 1.4. Agroindústrias
- 1.5. O Produto Bruto Agropecuário.

## **2. OS ESTRATOS SOCIAIS AGRÁRIOS NO URUGUAY.**

2.1 Os produtores rurais.

2.2. Os Trabalhadores agrícolas no Uruguai.

### **CAPITULO 4**

#### **O TRABALHO PRECÁRIO NO CAMPO URUGUAIO**

Introdução

1. Os Trabalhadores Agrícolas Precários no Uruguai.

Os trabalhadores agrícolas precários segundo a ENHR.

Trabalhadores eventuais e o trabalho precário.

1.3. A contribuição dos ganhos dos trabalhadores agrícolas ao trabalho precário.

A cobertura e o amparo social

### **CAPITULO 5**

#### **ESTUDOS DE CASO.**

Ser um trabalhador precário: estar na precariedade e sentir-se precário para os trabalhadores da tosquia e da colheita do citrus.

Introdução aos estudos de caso

I. Primeiro estudo de caso. Os Trabalhadores da tosquia.

1. Breve descrição da tosquia no Uruguai.

2. O processo de trabalho na tosquia. O Bloco e os postos de trabalho.

3. Uma caracterização dos trabalhadores da tosquia.

3.1. Características sócio-demográficas.

3.2. As condições de vida.

3.3. A posse de uma moradia

3.4 .A satisfação das necessidades básicas.

3.5. A cobertura de Saúde.

4. Para a determinação da precariedade objetiva entre os trabalhadores da tosquia.

4.1. Os contratos de trabalho entre os trabalhadores da tosquia.

4.2. Ganhos suficientes/insuficientes.

4.3. A cobertura social.

4.4. O controle das condições de trabalho.

A construção do Índice de Precariedade Objetiva.

A satisfação com o trabalho na tosquia. O Índice de precariedade subjetiva.

II. Segundo estudo de caso. Os trabalhadores da colheita do citrus.

Breve descrição da colheita do citrus.

2. Para a determinação da precariedade objetiva entre os trabalhadores da colheita do citrus.

2.1. Os contratos de trabalho entre os coletores do citrus.

Os ganhos obtidos.

A cobertura social.

O controle das condições de trabalho. Os sindicatos.

2.5. A construção do Índice de Precariedade Objetiva.

3. A satisfação-insatisfação com o trabalho da colheita.

4. Ser um trabalhador precário. A precariedade objetiva e a precariedade subjetiva entre os

coletores do citrus.  
Conclusões ao Capítulo 5.

## **CAPITULO 6**

### **COROLÁRIO: PARA UMA INTERPRETAÇÃO DAS CAUSAS DA PRECARIIDADE DOS TRABALHADORES DA TOSQUIA E DA COLHEITA DO CITRUS.**

1. As variáveis estruturais dos trabalhadores.
2. A precariedade e os postos de trabalho: pode um trabalho safral precário constituir-se em ofício?
3. Residência, mobilidade e mercados de trabalho rurais. Qual é a vinculação com a precariedade?
4. O tipo de empresas.
5. As mudanças técnicas recentes.
6. Conclusões ao Capítulo 6.

## **CAPITULO 7.**

### **RESUMO E CONCLUSÕES**

## INDICE DE QUADROS

- Quadro Nº 1. Perspectiva subjetiva: a relação com o trabalho
- Quadro Nº 2. Uruguai. Explorações e mão de obra safral segundo tipo de explorações.
- Quadro Nº 3. Uruguai. Estrutura do emprego por ramo de atividade da ocupação principal segundo localidade
- Quadro Nº 4. População ocupada em condições de precariedade segundo área geográfica.
- Quadro Nº 5. Evolução dos problemas de emprego. Total país urbano. Em % sobre o total da P.
- Quadro Nº 6. Uruguai. Problemas de emprego segundo localização geográfica. 1999.
- Quadro Nº 7. Uruguai. População Economicamente Ativa do Ramo 1 (Trabalhadores do agro e pescadores) segundo área geográfica de residência.
- Quadro Nº 8. Uruguai. População Economicamente Ativa feminina, (trabalhadores do agro e pescadores) segundo categoria da ocupação. Em % do total da PEA feminina.
- Quadro Nº 9. Uruguai. Evolução do número de explorações agropecuárias.
- Quadro Nº 10. Uruguai. Evolução da População segundo área de residência (em milhares)
- Quadro Nº 11. Uruguai. População Rural segundo diferentes critérios de estimativa. 1996.
- Quadro Nº 12. Uruguai. Explorações de tipo Familiar ou Empresarial: superfície ocupada e trabalhadores empregados. 2000
- Quadro Nº 13. Explorações de tipo familiar ou empresarial segundo principal fonte de ganhos: superfície ocupada e trabalhadores empregados. 2000.
- Quadro Nº 14.- População de 12 anos e mais de idade Economicamente ativa do Ramo 1 por categoria da ocupação. Total do País. 1975-1985-1996.
- Quadro Nº 15.- Uruguai. Trabalhadores agrícolas.- 1970-1980-1990-2000 segundo os censo agropecuários.
- Quadro Nº 16. Uruguai. Renda média per cápita dos assalariados privados com residência rural. (em % e em pesos correntes do 2000)
- Quadro Nº 17. Uruguai. Linha de Indigência e Pobreza no meio rural. (em pesos correntes per cápita para o ano 2000)
- Quadro Nº 18. Uruguai. Atenção à saúde da população segundo áreas geográficas de residência.
- Quadro Nº 19. Uruguai. Cobertura de Saúde dos Trabalhadores Assalariados do Ramo 1. 1996
- Quadro Nº 20. Resumo. Trabalhadores precários no campo uruguaio segundo distintas fontes e variáveis.
- Quadro Nº 21. Satisfação de Necessidades Básicas
- Quadro Nº 22. Trabalhadores da Tosquia. Estabilidade no trabalho
- Quadro Nº 23. Trabalhadores da tosquia. Ganhos Suficientes
- Quadro Nº 24. Trabalhadores da Tosquia. Cobertura Social
- Quadro Nº 25. Trabalhadores da Tosquia. Índice de Precariedade Objetiva dos Trabalhadores da Tosquia
- Quadro Nº 26. Trabalhadores da tosquia. Índice de Precariedade Objetiva.
- Quadro Nº 27. Trabalhadores da Tosquia. Satisfação com a renda
- Quadro Nº 28. Trabalhadores da Tosquia. Satisfação com as relações no bloco
- Quadro Nº 29. Trabalhadores da Tosquia. Rigor e risco na tarefa
- Quadro Nº 30. Trabalhadores da Tosquia. Índice de Satisfação
- Quadro Nº 31. Trabalhadores da Tosquia. Índice de satisfação \* Índice de precariedade objetiva.
- Quadro Nº 32. Ser Precário: Os trabalhadores da tosquia segundo distintos níveis de precariedade objetiva e subjetiva.

Quadro Nº 33. Trabalhadores Tosquia. Sair safra 2002 \* Índice de satisfação.

Quadro Nº 34 Trabalhadores da tosquia. Sair safra 2002 \* Índice de precariedad objetiva

Quadro Nº 35. Trabalhadores da colheita do citrus. Estabilidade no trabalho.

Quadro Nº 36 Trabalhadores da colheita do citrus. Ganhos.

Quadro Nº 37. Trabalhadores da colheita do citrus. Cobertura Social

Quadro Nº 38. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de Precariedad Objetiva

Quadro Nº 39. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de precariedad objetiva

Quadro Nº 40. Trabalhadores da colheita do citrus. Satisfação com a renda

Quadro Nº 41. Trabalhadores da colheita do citrus. Satisfação com o rigor da tarefa

Quadro Nº 42. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de Satisfação com o trabalho

Quadro Nº 43. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de Satisfação com o trabalho

Quadro Nº 44. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de Satisfação com o trabalho

Quadro Nº 45. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de Satisfação \* Índice de precariedad objetiva.

Quadro Nº 46. Ser Precário: Os trabalhadores da colheita do citrus segundo distintos níveis de precariedad objetiva e subjetiva.

Quadro Nº 47. Trabalhadores da colheita do citrus. ¿Pensa trabalhar no citrus o ano que vem?  
\* Índice de Satisfação Coletores

Quadro Nº 48. Trabalhadores da colheita do citrus. ¿Gostaria que seus filhos trabalhem na citricultura? \* Índice de Satisfação Coletores

Quadro Nº 49. Trabalhadores da colheita do citrus. ¿Pensa trabalhar no citrus o ano que vem?  
\* Índice de precariedad objetiva.

Quadro Nº 50. Trabalhadores da colheita do citrus. ¿Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? \* Índice de precariedad objetiva

Quadro Nº 51. Associação do Índice do Precariedad Objetiva e do Índice do Precariedad Subjetiva dos Trabalhadores da Tosquia e do Citrus com outras variáveis. Nível de significancia do teste de chi quadrado.

Quadro Nº 52. Resumo. A precariedad do trabalho dos trabalhadores safrais. Em % do total de trabalhadores.

Quadro Nº 53. Resumo. Índice de Precariedad Objetiva trabalhadores safrais tosquia e citrus

Quadro Nº 54. Resumo. Índice de Precariedad Subjetiva em trabalhadores da tosquia e do citrus

Grafico 1 - Uruguai. Produto Bruto Agropecuário.

## INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram ricas em mudanças sociais. Os processos de globalização que, sendo mais intensos e perceptíveis em sua vertente econômica e comercial, também abrangem os aspectos sociais, políticos e culturais. As mudanças tecnológicas guiadas pela informatização e a robotização industrial e a biotecnologia nas ciências da vida. A crescente percepção de que há em marcha mudanças climáticas, efetivamente ocasionadas pelas atividades antrópicas, que podem alterar profundamente os equilíbrios dos ecossistemas e portanto modificar nossas sociedades, em suas práticas e costumes. As mudanças geopolíticas que aconteceram logo depois da queda do muro do Berlim, do fim da guerra fria e o predomínio político e militar de uma potência rompendo com o equilíbrio da bipolaridade.

Não menos importantes foram as mudanças no mundo do trabalho. Em meados do século XX, predominava um sistema político nos países do ocidente desenvolvidos e em muitos dos países não desenvolvidos denominado Estado Prêvidencia. Baixo esta denominação e ao amparo de um enorme crescimento econômico, cobria-se uma trégua nas relações conflitivas entre capital e trabalho, dando lugar a um sistema econômico, social e político no qual predominava o pleno emprego e a proteção dos direitos do trabalhador a uma indenização por demissão, à aposentadoria, à proteção frente a enfermidade, ao acesso à moradia, etc. Poderosos sindicatos se enfrentavam com não menos fortes corporações empresariais, na negociação dos acordos coletivos.

Todo esse andaime, começa a rachar-se na década de 70 e termina desmoronando-se na década seguinte. Sua queda, mais que um resultado do domínio incontestado da ideologia neoliberal, é o resultado de mudanças tecnológicas profundas e da globalização econômica e



comercial. Desmanteladas as barreiras alfandegárias que defendiam os mercados de cada Estado, estes tendem a unificar-se. Em consequência os preços da mão de obra serão determinados tendo em conta os salários de um mercado de trabalho globalizado, influenciando nos custos do trabalho nos países do sudeste asiático. Mas, pior ainda, o desemprego se estende como uma epidemia. Não só nos países subdesenvolvidos onde era relativamente freqüente, mas também afetando agora principalmente o coração do capitalismo. Os países europeus implementam medidas de ajuda, mas gradualmente se convencem que este desemprego já não é circunstancial mas sim é estrutural. Milhões de trabalhadores ficam “desafiliados” quer dizer não só desempregados, mas também também desprotegidos daqueles outros direitos que estavam adscriptos ao emprego, com o desmoronamento da sociedade salarial (CASTEL, 1997). Os países subdesenvolvidos e em particular a América Latina, sempre tinham tido altas taxas de desocupação, embora dissimuladas pela criação de ocupações informais que proporcionavam uma inserção precária no mundo trabalhista a quase a metade da força de trabalho do continente.

Desta maneira, pressionados pelo desemprego e a presença de um mercado de trabalho globalizado, debilitados os sindicatos, o trabalho atípico e o trabalho precário cobraram, durante as últimas décadas do século XX uma importância insuspeitada. Nos países desenvolvidos e também nos subdesenvolvidos se sucederam os estudos e o debate a respeito deste fenômeno. Tanto para conseguir defini-lo, para caracterizá-lo, para proporcionar uma explicação a respeito de suas causas, que permitissem enfrentar as terríveis consequências humanas do emprego precário, do desemprego e a desafiliación.

O trabalho agrícola não podia escapar às mudanças globais que se estavam desenrolando no trabalho industrial e nos serviços. É certo que a situação do trabalho agrícola

era muito diferente do trabalho nos outros setores da economia, do ponto de vista da estabilidade e da proteção do trabalhador. Pelas próprias condições do trabalho agrícola, ligado aos ciclos biológicos, a demanda de força de trabalho é sazonal, o que sempre favoreceu o trabalho temporário. Entretanto um importante contingente de trabalhadores agrícolas tinha contratos de trabalho permanentes. Até onde estes empregos gozaram da estabilidade e da proteção que gozavam os trabalhadores da indústria e dos serviços, é matéria de especulação, dado os escassos estudos a respeito, mas é possível afirmar que estes variavam segundo os países e os contextos. Em muitos países a legislação trabalhista também abrangia os trabalhadores rurais mas seu controle e aplicação sendo débil e incomum, favorecia a não observância das normas. Em síntese, o trabalho precário parece ter sido muito mais estendido nos países subdesenvolvidos que nos países desenvolvidos e mais na agricultura que na indústria e nos serviços.

Sendo isto assim, chama a atenção a escassa importância que os cientistas sociais dedicados à questão agrária lhe atribuíram ao tema. O objetivo desta Tese é descrever, avaliar, explicar, o trabalho precário na agricultura uruguaia: descrever as distintas formas que adquire, avaliar sua extensão e distribuição no território e sua magnitude relativa frente ao trabalho agrícola típico ou formal; explicar as causas pelas quais na agricultura uruguaia esta relação de trabalho se estendeu tanto.

É claro, que este objetivo se inscreve em outro mais geral, que é a discussão sobre o significado conceptual do trabalho precário e qual é a melhor forma de medi-lo. Neste sentido nesta investigação se dedicou muito tempo e esforço a tentar construir uma definição de trabalho precário aceitável, que fosse capaz de dar conta tanto dos fatores objetivos como da relações subjetivas que o trabalhador estabelece com seu trabalho. A hipótese que se propôs

foi que, o trabalho precário é aquele em que o trabalhador não só tem vínculos precários com seu emprego mas também também tem vínculos de precariedad em sua relação com a tarefa concreta que leva a cabo. Os vínculos precários com seu emprego são objetivamente verificáveis e têm a ver com a instabilidade do contrato trabalhista, os baixos ganhos, a falta de proteção social e de controle das condições de trabalho por parte do trabalhador. Os vínculos precários com sua tarefa são gerados pela insatisfação do trabalhador com o produto de seu trabalho, com os ganhos relativos que percebe, ou com as relações de sociabilidade em seu entorno de trabalho.

Ante a impossibilidade de pôr a prova esta hipótese para todos os trabalhadores da agricultura uruguaia pela ausência de informação empírica apropriada, decidiu-se contrastá-la com dois estudos de caso do campo uruguaio: o dos trabalhadores da tosquia da lã e os trabalhadores da colheita do citrus.

O primeiro capítulo desta investigação está dedicado a discutir o conceito de trabalho e em particular do trabalho precário. No primeiro ponto se percorrem as distintas definições e conceitos sobre o trabalho humano e se analisa como este conceito evoluiu ao longo da história. Em particular, faz-se referência à ambivalência do conceito já que sempre teve um aspecto incorporado de sofrimento, de dominação e de alienação, embora também tinha um aspecto que é a expressão da capacidade humana de criar através do trabalho. Neste sentido, e em particular nas sociedades industriais e pós-industriais, a identidade dos indivíduos e sua posição na estrutura social são conferidas por seu vínculo com o trabalho. Neste ponto também são analisadas com mais cuidado as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX, durante as quais se desmoronou o Estado Prêvidencia e a sociedade do pleno emprego. No transcurso deste ponto também trata-se de distinguir e

diferenciar a forma que adquiriu este processo nas sociedades desenvolvidas e nas subdesenvolvidas.

A ocorrência destes fenômenos leva a destacar a importância de analisar e compreender o trabalho precário que é a matéria do segundo ponto deste primeiro capítulo. Começa-se com uma ampla revisão bibliográfica sobre a origem do termo, suas diferentes acepções, concluindo a respeito da polissemia do mesmo e a necessidade de construir-se uma definição aceitável, que também fosse suficientemente instrumental para permitir uma posterior operacionalização do termo, com o fim de detectar e medir sua importância. O capítulo se fecha com uma definição geral do trabalho precário que será utilizada ao longo de toda a investigação.

No capítulo segundo aprofunda-se a respeito das particularidades do trabalho na agricultura. A idéia condutora é que a agricultura tem especificidades que a fazem diferentes de outras atividades como a indústria, os serviços, o comércio, devido a sua vinculação com a terra e a sujeição às condições naturais em que se desenvolve. O trabalho agrícola está seguido de aspectos como, a sazonalidade, os ciclos biológicos, a diferença marcada entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, a fixação a um território, as características peculiares da inovação na agricultura, a segmentação dos mercados de trabalho rural por razões espaciais ou por gênero e gerações, etc. Na análise de cada um destes aspectos, além de sua discussão teórica, aplica-se a teoria ao caso da agricultura uruguaia.

No terceiro capítulo e com o único fim de situar o leitor, se realiza uma breve e sintética descrição do agro uruguaio, fazendo ênfase nas relações de trabalho agrícola.

No quarto capítulo, o esforço está centrado em estimar a distribuição e a importância do trabalho precário no Uruguai, a partir da informação secundária disponível. É necessário enfrentar várias dificuldades que relativizam os resultados obtidos. Em primeiro lugar a informação disponível sobre trabalho agrícola precário ou sobre quais variáveis intervêm em sua definição, estão sempre relacionadas ao indicador de precariedade objetiva, já que nenhum instrumento estatístico mede a satisfação dos trabalhadores com seu trabalho. Em segundo lugar, a informação disponível é escassa, fragmentada e com dificuldades de compatibilização. Contudo, o capítulo termina com um quadro que resume a informação disponível sobre a importância do trabalho agrícola precário no Uruguai.

O quinto capítulo, apresenta os dois estudos de caso sobre os trabalhadores da tosquia e os trabalhadores da colheita do citrus. A amplitude da informação disponível permite fazer o que não tinha sido possível no capítulo anterior: construir os indicadores de precariedade objetiva e subjetiva, avaliar sua importância, combiná-los para construir um índice de precariedade do trabalho agrícola e ainda mais, provar a efetividade dos índices a partir de sua capacidade de prever o comportamento futuro dos trabalhadores. A nosso juízo, o trabalho empírico realizado com os dois estudos de caso, provam a hipótese de que o trabalho precário é melhor medido, a partir da combinação dos indicadores de precariedade objetiva e subjetiva. Também mostra como a precariedade do trabalho tem diferentes níveis podendo abranger um amplo espectro de situações possíveis. Ficará claro que não é conveniente falar de trabalho ou trabalhadores precários mas sim de trabalhadores que estão em distintas situações de precariedade.

No sexto capítulo, se ensaia uma interpretação das causas da precariedade nos trabalhadores da tosquia e do citrus. Para isso, faz ênfase nas definições do primeiro capítulo

sobre o trabalho precário, e do segundo capítulo sobre as características do trabalho precário na agricultura. Relacionam-se os índices de precariedad objetiva e subjetiva com variáveis sócio demográficas dos trabalhadores, os postos de trabalho, a residência, o tipo de empresas que os contratam e as mudanças técnicas, procurando medidas de associação entre variáveis e discutindo em seguida o sentido da associação ou da falta de associação encontrada. Este exercício permite refletir sobre algumas das causas que estariam explicando as medições de precariedade trabalhista encontradas entre estes trabalhadores.

Finalmente, um último capítulo resume toda a investigação, destaca os achados, sintetiza as conclusões e sugere novas linhas de investigação sobre esta temática.

Um Apêndice Estatístico, apresenta toda a evidência empírica e um Anexo Metodológico resenha as decisões metodológicas que se tomaram nas três pesquisas que produziram as três bases de dados que são utilizadas nesta investigação.

A metodologia desta investigação combina uma série de técnicas e fontes de informação: a revisão bibliográfica, a utilização de informação estatística secundária e o relevamento de informação primária através das técnicas de entrevista e de pesquisa. Em relação à informação estatística se trabalhou com reprocessamentos do Censo Geral de População e Moradia de 1985 e de 1996 isolando a variável trabalhador rural assalariado e associando-a a variáveis demográficas, de residência e educação, acesso à segurança social, indicadores de necessidades básicas, condição de atividade, etc. Também se utilizou extensamente o Censo Geral Agropecuário de 2000 recolhendo a informação sobre trabalhadores que foram incluídos neste Censo, em particular a informação sobre trabalho safral.

Quanto ao emprego de informação primária foram utilizadas as bases de dados qualitativas e quantitativas provenientes de três estudos: um, o estudo dos trabalhadores da tosquia realizado pelo autor entre 2000 e 2002; outro é o estudo sobre os maquinistas da tosquia também realizado pelo autor na mesma data, e um terceiro é o estudo dos trabalhadores da colheita do citrus realizado por Riella e Tubio em 1997 e cujas base de dados foram cedidas pelos autores.

Outra fonte de informação que se empregará extensamente é a “Levantamento sobre emprego, ganhos e condições de vida dos lares rurais” realizada pelo MGAP no ano 2000. Esta pesquisa é de cobertura nacional e nela se empregou a mesma metodologia que se utiliza para o Levantamento Contínuo de Lares (que são urbanos) o qual facilita a comparação com estos dados.

Por último, é preciso esclarecer que apesar de que o estudo se concentrará na precariedade do trabalho agrícola nas últimas duas décadas do século XX, o olhar sociológico não deixará que se descuide uma perspectiva histórica, analisando o desenvolvimento tecnológico da agricultura sob o capitalismo industrial, para compreender os sistemas agrícolas predominantes e as relações entre capital e trabalho no campo uruguaio.

## CAPITULO I

### **TRABALHO E SOCIEDADE.**

#### 1. Sobre o conceito de trabalho.

Os economistas liberais ressaltaram o aspecto do trabalho como criador de serviços ou riquezas. Esta definição destaca o aspecto de utilidade do trabalho, não compreendendo atividades que não a tenham. Outras definições puseram a ênfase no trabalho como atividade transformadora da Natureza.

Esta é a posição de Marx:

*“El trabajo es, en primer lugar, un proceso entre el hombre y la naturaleza, un proceso en que el hombre media, regula y controla su metabolismo con la naturaleza. El hombre se enfrenta a la materia natural misma como un poder natural. Pone en movimiento las fuerzas naturales que pertenecen a su corporeidad, brazos y piernas, cabeza y manos, a fin de apoderarse de los materiales de la naturaleza bajo una forma útil para su propia vida. Al operar por medio de ese movimiento sobre la naturaleza exterior a él y transformarla, transforma a la vez su propia naturaleza” (MARX, 1988: 215).*

Friedmann e Naville (1978:14) definem o trabalho como: *“el conjunto de acciones que el hombre ejerce, con un fin práctico, con la ayuda de su cerebro, de sus manos de sus instrumentos o de máquinas, sobre la materia, acciones que, a su vez, reaccionan sobre el hombre, lo modifican”*. Mas a definição anterior é parcial porque há uma série de atividades humanas que escapam a esta definição. Por exemplo, todas as atividades terciárias ou de serviços onde não há transformação da matéria. A definição dada encaixa bem na imagem do “homo faber”, mas hoje estas atividades de transformação cada vez mais a realizam as



máquinas, deixando para os homens, o controle destas máquinas e as atividades terciárias.

O trabalho muitas vezes tem um conteúdo de alienação e de exploração. No primeiro caso, quando o trabalhador sente que as atividades que realiza lhe são alheias, já seja porque o processo de produção se fracionou de tal forma que não se sente parte da construção de um produto final, ou porque realiza trabalhos despersonalizados, rotineiras, nas que não deve pôr nada de sua criatividade. O trabalhador também pode sentir que é explorado, que não recebe uma remuneração acorde com seu trabalho ou em relação com o que recebem outros trabalhadores que fazem seu mesmo trabalho. Nestas circunstâncias, a sensação de ser explorado levará o trabalhador a atitudes de relutância e desinteresse por seu trabalho, quando não de aberta rebeldia (FRIEDMANN; NAVILLE, 1978).

O trabalho tem um caráter de obrigação, que a sua vez pode ser interno ou externo. No primeiro caso, a compulsão ao trabalho provém de razões internas ao indivíduo, por solidariedade para sua comunidade ou por interesse próprio. Mais comuns são as razões externas entre as quais até pode mediar a força física, como no caso da escravidão.

Mais freqüentemente, as razões são de caráter econômico. Neste sentido o trabalho está destinado a cobrir as mais elementares necessidades de alimentação, vestido, moradia, etc. Mas pouco trabalharia a humanidade se somente se cobrissem estas necessidades. Outras são socialmente criadas, transmitidas e ampliadas pelos meios de comunicação, nas sociedades modernas. Neste sentido, a criação de necessidades mais ou menos supérfluas joga um papel chave na compulsão a trabalhar para as atender (FRIEDMANN; NAVILLE, 1978).

Hopenhayn (2001) desenvolveu a idéia de que o trabalho humano foi valorizado em

uma forma ambivalente ao longo da história. O trabalho foi visto tanto como uma fonte de liberação do homem através da criatividade que expressa e portanto do sentido que a vida adquire através do mesmo, como uma fonte de sujeição, de dominação, de alienação e de degradação humana. No primeiro sentido o trabalho permite que o homem se libere. No segundo se espera que o homem se libere do trabalho. No primeiro sentido o trabalho é fonte de criação, no segundo é apenas uma necessidade.

Esta dualidade conceitual sobre o trabalho humano percorre a História. No cristianismo primitivo, herdeiro da tradição hebréia, o trabalho é visto como um castigo imposto para a expiação do pecado original. Mas lhe adiciona um matiz diferente: o trabalho produz bens para a subsistência humana que devem ser compartilhados. Nesse sentido na medida em que o trabalho produz um bem, este começa a ser contemplado também como algo positivo na medida em que é possível através dele praticar a caridade.

Posteriormente durante a Idade Média o pensamento da Igreja católica é expresso pela filosofia de São Tomás de Aquino. Para ele, o trabalho é uma obrigação só na medida em que é necessário para a sobrevivência da pessoa, e esta sim é uma obrigação moral. Mas aquele que não tivesse que trabalhar para sobreviver, não seria obrigado a fazê-lo, já que pelo contrário, isso lhe permitia dedicar seus esforços à oração, à contemplação e à satisfação de seus deveres para com Deus. O trabalho manual não será desprezado posto que é necessário para a manutenção da vida, mas não é obrigatório, e pelo contrário não trabalhar permite dedicar-se ao serviço de Deus (HOPENHAYN, 2001).

A Reforma se transformou em elemento fundamental para impulsionar o nascente capitalismo. Max Weber foi o que articulou esta teoria em forma mais convincente. Segundo

ele “*el espíritu del capitalismo ...[se refiere]..a aquella mentalidad que aspira a la ganancia legítima mediante el ejercicio sistemático y racional de una profesión...*”(WEBER, 1998:122). Se no catolicismo o trabalho era uma necessidade, só suportável como condição para manter a vida que, por sua vez, devia estar dedicada à contemplação e ao serviço da fé, com Lutero surge a idéia de que o cumprimento dos deveres neste mundo é o único caminho para satisfazer a Deus, pois é ele o que dispôs esta “ordem natural”. A tarefa que corresponde a cada indivíduo, segundo sua posição na sociedade é sua “profissão”, e cumpri-la o melhor possível é uma forma de honrar a Deus, que dispôs dita ordem “natural”. Lutero desenvolve a “*tesis de que el cumplimiento de los deberes intramundanos es en cualquier circunstancia el único camino para complacer a Dios, pues ellos y solo ellos son la voluntad de Dios y, por lo tanto, toda profesión lícita tiene el mismo valor ante Dios*”.(WEBER, 1998:141).

As influências religiosas da Reforma estiveram implicadas, em certa medida, na formação qualitativa e na expansão quantitativa do espírito do capitalismo no mundo. Entretanto, foi o calvinismo, a seita religiosa que mais influenciou na concreção do desenvolvimento do capitalismo (WEBER,1998:156 e ss.). A teoria da predestinação de Calvino estabelecia que os homens estavam condenados à morte eterna ou predestinados à graça de Deus desde seu nascimento. Nada do que fizessem na vida poderia transformar este *dictum* <sup>1</sup> Entretanto, a predestinação, que poderia ter sido o melhor argumento para a

---

<sup>1</sup> Weber refere que na doutrina calvinista a pergunta mas lhe angustiem para cada um de seus adeptos era saber se era um eleito para a salvação eterna ou se pelo contrário estava predestinado ao inferno. Embora Calvino pregava que não havia nenhum gesto exterior que pudesse dar conta desta pergunta, a ação pastoral posterior “que a cada momento estava em relação com os torturas causados pela doutrina...salvou estas dificuldades de diversas maneiras. Se não se reinterpreto, suavizou e no fundo abandonou a predestinação, apareceram como característicos dois tipos interrelacionados de conselhos para a atividade pastoral. Por uma parte, afirma-se que é um dever *considerar-se* eleito e rechaçar toda dúvida em tanto tentação do diabo, pois a falta de autocerteza é consequência da insuficiência da fé e, por tanto de um efeito insuficiente da graça. A exortação do apóstolo a “perseverar” na própria profissão é interpretada aqui como o dever de obter na luta cotidiana a certeza subjetiva de ter sido eleito e de estar justificado. Em lugar dos humildes pecadores aos que Lutero promete a graça se se confiarem a Deus com fé arrependida, se cria a aqueles “santos” seguros de si mesmos que reencontramos nos duros comerciantes

inatividade, deu lugar à atividade febril por uma curiosa inversão do raciocínio. Na medida em que as obras eram do agrado de Deus, a realização de obras, a atividade econômica, o lucro e seu reinvestimento incessante que conduzia à acumulação de riquezas, eram um sinal de ser um eleito de Deus. Desta maneira o trabalho, na medida em que permitia obter lucros, foi glorificado e levado a seu extremo, através de uma vida metódica, organizada, com um uso cuidadoso do tempo, para permitir a maior obtenção de lucros. O ascetismo impulsionado pela Reforma servirá de alavanca para a economia e portanto para a acumulação de capital necessário para a geração da nova etapa, a Revolução Industrial. A restrição aos moldes da profissão, sentarão as bases ideológicas para a posterior especialização no trabalho, enquanto que a obsessão pelo método, a ordem e o emprego ajustado do tempo proverão o sustento ideológico para a divisão do trabalho (HOPENHAYN, 2001)

Durante o século XVIII, a produção artesanal sofre profundas modificações, primeiro na Inglaterra e depois em outros países europeus. O nascente desenvolvimento das máquinas, barateia o custo de produção das mercadorias, contra as quais os artesãos têm grandes dificuldades para competir. Por outro lado, o capitalista mercantil percebe as utilidades que pode obter com as máquinas e com a divisão do trabalho e, como dispõe de um capital que não tem o artesão, compra-as e as instala em galpões. Concentra ali os artesãos que antes trabalhavam dispersos em seus domicílios. Se antes estes dependiam daquele para o fornecimento da matéria prima e para a comercialização de sua produção, agora, além disso, se verão privados de seus instrumentos de trabalho, agora supérfluos devido à introdução das grandes máquinas. Assim os artesãos se transformam em assalariados.

---

puritanos daquela época heróica e inclusive em alguns exemplares de nossos dias. E por outra parte se recomendou o *trabalho profissional incessante* como méio destacável para obter essa auto-certeza. Só ele dissipa a dúvida religiosa e dá a segurança do estado de graça” (WEBER, 1998: 173. Ênfase no original).

Outro processo simultâneo conflui a facilitar este despojo. O processo de cercadura das terras e a transformação de terras agrícolas em terras de cultivo de pastos, expulsa aos camponeses e pequenos proprietários, provocando uma enorme emigração de população rural para as cidades. Esta população desocupada estará disposta a trabalhar em condições degradantes, nas nascentes fábricas industriais, que além disso ocuparão muitas mulheres e meninos por ser os grupos mais fracos, com menos capacidade de negociação. Desta maneira desestimulam a resistência que poderiam opor os artesãos.

A eliminação das leis que criavam e protegiam os grêmios artesanais, em fins do século XVIII e princípios do século seguinte em toda a Europa, desprotege os trabalhadores, convertidos agora em mera força de trabalho, expostos continuamente ao fantasma do desemprego. O trabalho se converte assim, em mercadoria, e seguindo as leis do nascente capitalismo trata-se de comprá-lo por seu preço menor. Por outro lado, as classes que dispõem de capital se vêem perseguidas por sua própria concepção do trabalho: este deve ser incessante porque insaciável é a avidez do capitalista por obter utilidades. O empresário industrial não deixará nunca de trabalhar, não desfrutará nunca de seus lucros mediante o ócio, já que este está excluído de sua visão do mundo pela ética da acumulação.

Carlos Marx foi quem mais conseguiu aprofundar e desentranhar as particulares características do trabalho humano. Produto de seu tempo, assim como também transformador do mesmo, Marx se interrogava profundamente sobre as características particularmente brutais e degradantes da condição humana que o trabalho fabril tinha adquirido nos inícios do século XIX. ¿Como o trabalho podia ser ao mesmo tempo uma forma de realização e uma forma de degradação pessoal do trabalhador? Milhares de trabalhadores que tinham sido previamente deslocados pelo processo de cercadura das terras na Inglaterra, agora eram

virtualmente escravizados em tarefas exaustivas, jornadas de trabalho muito extensas, condições desumanas de trabalho nas minas, nas fábricas de aço, na boca dos fornos das fábricas de vidro, ou sujeitos aos teares. Documentadas, as descrições que Marx realiza do trabalho dos meninos e das mulheres em tais fábricas são comovedoras. Sua indignação pelas condições de trabalho que impõe o capitalismo industrial, o levam a tratar de desentranhar os mecanismos, não sempre evidentes, que lhe permitem ao capital revolucionar o trabalho humano (MARX,1988:480).

*“El proceso de trabajo ...es una actividad orientada a un fin, el de la producción de valores de uso, apropiación de lo natural para las necesidades humanas, condición general del metabolismo entre el hombre y la naturaleza, eterna condición natural de la vida humana y por tanto independiente de toda forma de esa vida, y común, por el contrario, a todas sus formas de sociedad”* (MARX, 1988:223).

A terra, e o que ela contém, proporcionam os objetos de trabalho sobre os quais o homem aplica sua energia para transformá-los. Quando os objetos de trabalho já passaram por um trabalho anterior, se denominam matérias primas. Por meio de trabalho Marx entenderá aquelas coisas que o trabalhador utiliza, interpondo-as entre ele e o objeto de trabalho para transformá-lo. São as ferramentas, singelas ou complexas que o homem cria para ajudá-lo na transformação do objeto de trabalho e que diferenciam a espécie humana de outros animais. No processo de trabalho, a atividade humana aplicada ao objeto de trabalho, termina com a geração de um produto. Marx chamará meios de produção tanto ao meio de trabalho (as ferramentas) como ao objeto de trabalho. O trabalho humano será assim trabalho produtivo.

Mas, ¿o que distingue o trabalho produtivo no capitalismo, do trabalho produtivo em outros modos de produção? É que no capitalismo o proprietário do capital também termina sendo o proprietário do produto. De um produto que não tem apenas valor de uso, mais principalmente valor de troca, e que é agora uma mercadoria. Nesse processo o capitalista

comprou as matérias primas, proporcionou os meios de trabalho (ferramentas e locais onde produzir) e comprou a força de trabalho do operário por seu valor. O valor da força de trabalho se determina, como as demais mercadorias, por seu custo de produção, quer dizer o que custa alimentar, vestir e educar o trabalhador e sua família (já que é necessário atender à reprodução social da força de trabalho). Mas o valor que o operário produz com seu trabalho em uma jornada de trabalho é maior que o que lhe paga o capitalista por cada jornada (MARX,1979). O jornada que o patrão paga, se equipara ao valor produzido em quatro ou seis horas de trabalho. Mas este lhe exige que trabalhe oito ou dez horas, porque ele comprou sua força de trabalho pela jornada inteira. Esta diferença, entre o valor produzido pelo operário e o preço da mercadoria-trabalho que comprou o patrão é o que se denomina plus-trabajo ou plusvalor, e dele se apropria o capitalista. Para que o dono do capital possa obrigar o trabalhador a trabalhar além de seu custo de reprodução, é necessário que exista uma massa de trabalhadores desocupados que exerçam pressão sobre a oferta de trabalho.

O importante nesta operação é que, do ponto de vista das leis do capitalismo, o transação foi justa: o patrão comprou todas as mercadorias (inclusive a mercadoria força de trabalho) por seu valor. Por isso também, a exploração do trabalhador pelo capital não é evidente, nem sequer para o trabalhador mesmo. Nesta operação, uma mercadoria (a força de trabalho) foi capaz de criar mais valor que o que está representado em seu custo. Em realidade, o objetivo do capitalista não foi criar mercadorias e sim gerar plusvalor e acumulá-lo como capital (MARX, 1988:226 e ss.).

A divisão do trabalho é a inovação que surge com a manufatura, que ao aumentar a produtividade do trabalho permite aumentar a mais-valia. Na realidade, a divisão do trabalho já preexistia na manufatura artesanal. Marx cita diversos exemplos de ofícios artesanais, nos

quais já se havia inovado pondo sob um mesmo teto a diversos artesãos, que cooperavam entre si na produção de um só produto. Mas, na manufatura industrial se produz um fato que muda o caráter das relações sociais de produção. Se anteriormente o patrão era o que reunia sob um mesmo teto a diversos artesãos e lhe subministrava a matéria prima para que produzissem o produto, chega um momento em que além de proporcionar a matéria prima, também proporciona ferramentas e máquinas, reunidas em um local e compra a força de trabalho dos operários, sendo o proprietário do produto. As diversas operações que implica a produção, se subdividiram agora em muitas operações parciais, que cada trabalhador executa em forma repetitiva (MARX, 1988:414). Mas esta forma de trabalho mutila o trabalhador individual, já que o reduz à realização de ações limitadas e repetitivas. A especialização em uma só operação, melhora a produtividade do trabalhador, quem dessa maneira contribui à produção coletiva de um produto, que terá menos força de trabalho incorporada, diminuindo assim os custos de produção e aumentando a mais-valia produzida. A manufatura, em fins do século XVIII, revolucionou a força de trabalho aumentando notavelmente sua produtividade. Mas a grande indústria, com suas grandes máquinas, e com a incorporação da força do vapor em meados do século XIX, revoluciona os meios de trabalho e, ao reduzir a parte do trabalho operário destinado a sua reprodução, aumentará até mais o plusvalor produzido (MARX, 1988:444 e ss.).

Marx proclama a necessidade de modificar a ordem que impõe o capitalismo, para poder gerar uma utopia na qual as relações dos homens com o trabalho sejam diferentes. Por um lado, considera que a humanidade nunca se poderá liberar totalmente do trabalho imposto pela necessidade. Mas por outro lado, também vê no trabalho a forma de liberação do homem. A dualidade fica assim formulada: entre liberar do trabalho transferindo às máquinas as tarefas necessárias para a produção e a reprodução da humanidade, e por outro lado a



possibilidade de liberar do trabalho alienado, emancipando do jugo do capital e desatando as capacidades criativas do trabalhador e do trabalho. Desta maneira o marxismo faz uma contribuição à compreensão da ambivalência do trabalho: trabalho como necessidade, trabalho como liberdade. Esta tensão, esta contradição “*entre la necesidad y la libertad en el acto del trabajo es lo que lo define: el trabajo es a la vez creación y subordinación, conquista y claudicación*” (HOPENHAYN, 2001:145).

Durante o século XX várias são as escolas e os investigadores que teorizam e levam à prática, metodologias para melhorar o trabalho fabril: *taylorismo*, *fordismo*, as escolas de psicologia industrial, a escola do Elton Mayo, e depois o *toyotismo* ou *lean production*, e a flexibilização trabalhista, são algumas delas. Entretanto, todos estes métodos de organização do trabalho carecem da profundidade crítica dos pensadores prévios, e são mas bem metodologias para organizar o trabalho mais eficientemente, elevando a produtividade dos trabalhadores e os lucros das empresas.

O *taylorismo* é o primeiro método científico de organização do processo de trabalho industrial. Para fins do século XIX, o capitalismo industrial tinha desenvolvido ao máximo a produção fabril, sobre a base da divisão do trabalho, a especialização dos trabalhadores, e o trabalho assalariado. Nesse momento, sobrevém uma crise de sobreprodução que estimula as empresas a procurar a competitividade através da redução de custos de produção. Neste contexto é que aparece um engenheiro industrial que porá em prática o que ele denominou “a organização científica do trabalho”. Taylor estudou os processos produtivos nas fábricas, identificando as diferentes operações das que se compunham os processos produtivos. Decompôs os processos produtivos em suas partes elementares, e estudou minuciosamente o tempo que levava cada uma destas operações. Encarregou a gerência de planejamento da

fábrica, a descrição até o último detalhe de cada uma das operações, e a atribuição de um tempo para levar a cabo cada operação unitária. Os trabalhadores deviam levar a cabo a tarefa unitária, cada um uma só tarefa, no menor tempo possível. Esperava-se que o operário não pensasse, nem opinasse, quanto à tarefa que tinha que levar a cabo. Esta era a tarefa do engenheiro industrial e da equipe de planejamento da fábrica. O operário só devia trabalhar, produzindo o mais possível em um tempo dado. Desta maneira o trabalho se desumaniza completamente. O trabalhador se converte em um mero apêndice da máquina, sem iniciativa e sem capacidade de modificar as tarefas atribuídas. A pressão sobre o trabalhador para que realizasse suas tarefas em um tempo determinado, levou gradualmente a que fossem as máquinas as que impunham o tempo de trabalho, obrigando o trabalhador a adaptar-se a elas.

O objetivo de Taylor foi diminuir o tempo de produção dos produtos, e dessa maneira, ao permitir uma melhor utilização dos custos fixos, aumentar o lucro ou diminuir os custos unitários, o que aumentava a competitividade. Para impor os objetivos de produtividade, competência individual e eficiência nas fábricas, Taylor se valeu de um conceito de autoridade totalmente vertical. Os resultados da metodologia do Taylor foram rapidamente adotados pelas principais fábricas do mundo, em especial as mais centralizadoras ou monopólicas.

O *taylorismo* contribuirá a um desenvolvimento máximo do capitalismo industrial, mas ao mesmo tempo levará à alienação dos trabalhadores, detectada por Marx, a sua maior expressão. Henry Ford, adotando e aperfeiçoando as propostas de Taylor, deu lugar à organização do trabalho em cadeia, o que imprimiu ao trabalho uma maior celeridade ao estar cada trabalhador coagido pela velocidade do conjunto do processo produtivo “encadeado”.

Mas o *fordismo* foi muito mais que isto. Os operários das fábricas da Ford ganhavam bastante mais que seus pares em outras fábricas. É que, para este industrial, o trabalhador não só devia ser visto como tal, mas também como consumidor. Na medida que seus operários fossem também consumidores dos automóveis que produziam, suas vendas, e portanto seus lucros, incrementariam-se.

Não demoraram para surgir escolas de organização da produção fabril discordantes com o *taylorismo*. Na década de 20, nos Estados Unidos da América do Norte, a escola de psicologia industrial obteve muita legitimidade aplicando os conhecimentos da psicologia nos processos de seleção de pessoal, e no estudo e o manejo das relações no interior das fábricas. A maioria dos estudos mostraram que os trabalhadores eram algo mais que os autômatos *tayloristas* e que sua motivação pelo trabalho não estava apoiada unicamente no dinheiro.

Os estudos de Elton Mayo nas plantas industriais da Western Electric Company mostraram a importância de “*factores informales en la organización del trabajo, tales como la relación entre obreros, el estatus en el interior del grupo, y las jerarquías y liderazgos internos*” (HOPENHAYN, 2001:162). Mas ainda também mostraram que os trabalhadores estavam motivados não só pela remuneração, mas também pela busca de um sentido ao trabalho, pelo interesse de aplicar suas capacidades intelectuais e manuais, pela busca de poder no interior do grupo, pelo reconhecimento social, etc. Os processos de “*engenharia social*”, derivados destes estudos, deram muita importância, não só à organização mais eficiente das tarefas no piso da fábrica, mas também às relações informais entre os trabalhadores e entre os diferentes níveis hierárquicos.

Durante várias décadas as formas de organização do trabalho industrial estiveram

apoiadas no *taylorismo* com modificações que não alteravam a essência do mesmo. Neste modelo se fixavam metas de produção mensais ou anuais que as equipes das fábricas deviam cumprir (*just in case*), confiando que a própria oferta geraria a demanda pelos bens produzidos. Em consequência, dava-se por sentado que a fábrica devia aumentar continuamente sua produção, conquistando porções mais amplas do mercado.

Os modelos de produção mais recentes, inspirados no *toyotismo*, tentam responder à demanda. Partem dela para determinar o volume que deve ser produzido, e depois retrocedem para determinar a quantidade de peças individuais que é preciso compor e o momento em que cada uma delas deve estar pronta. Isto obriga a uma produção muito ajustada no tempo (*just in time*) e a coordenar as equipes de trabalho com muita flexibilidade para poder adaptar-se a estas demandas que são flutuantes. Esta situação, obriga a uma maior cooperação entre as diferentes equipes que intervêm na fábrica, com o que a comunicação entre os trabalhadores e entre as diferentes equipes de supervisores e planejadores, se torna crucial. Portanto, os trabalhadores devem ter uma maior flexibilidade para adaptar-se a estas demandas flutuantes, tanto em relação ao trabalho que realizam, como a seus horários, dias trabalhados, etc. Nesta acepção do termo então, o conceito de flexibilidade responde ao planejamento do trabalho a partir da demanda.

A especialização flexível trata de conseguir produtos mais variados no menor tempo possível. A empresa flexível está submetida a mudanças bruscas e contínuas. Para adaptar-se a elas utiliza alta tecnologia, apoiada na informática, que permite reprogramar rapidamente as máquinas industriais; por outro lado, a rapidez das comunicações permite à empresa estar permanentemente informada das demandas do mercado global; em terceiro lugar, a descentralização das decisões em pequenos grupos de trabalho facilita as respostas rápidas;

em quarto lugar há também “a disposição a deixar que as demandas flutuantes do mundo exterior determinem a estrutura interna das instituições” (SENNETT, 2000:53).

Em princípio, há duas grandes formas de ver o trabalho flexível: a flexibilidade externa à empresa e a flexibilidade interna à empresa (GUERRA,1998)<sup>2</sup>. Uma forma de flexibilidade externa à empresa está representada pela tendência à polarização nos postos de trabalho nas empresas: por um lado, há menos postos, de melhor qualidade, melhor pagamentos, para os que se requer maior nível de capacitação e, por outro lado, há mais postos transitórios, de menor qualidade. Esta estratégia permite que a empresa adapte sua força de trabalho total aos requerimentos da demanda, diminuindo seus custos, já que não deve “carregar” com o custo dos trabalhadores transitórios nos momentos de baixa demanda (CASTEL, 1997; HOPENHAYN, 2001).

Outra forma de ajustar a força de trabalho à demanda é através das terceirizações: a empresa subcontrata a realização de determinadas partes do trabalho, ou a realização de determinados tipos de trabalho por outras empresas. Supõe-se que estas empresas podem manter o pleno emprego, por meio da contratação com diversas empresas com o passar do ano e que, portanto, poderiam por sua vez oferecer emprego estável e seguro. Na prática, se observou que isto não é assim e que as empresas tercerizadas têm freqüentemente altos níveis de trabalho informal, ou ainda ilegal, e que são as que, na prática, transformam o trabalho em precário, salvando desta responsabilidade à empresa contratante (esta tendência também se observa nas terceirizações do setor público).

---

<sup>2</sup> Este conceito de flexibilidade foi aplicado por exemplo pelo Tsakoumagkos e Bendini para estudar o trabalho na agricultura. Ver seu artigo TSAKOUMAGKOS, Pedro e BENDINI, Mónica (2000) Modernización agroindustrial y mercado de trabajo, flexibilización o precarización? el caso de la fruticultura en la cuenca del Rio Negro. In: Revista Latino-americana de Estudios do Trabajo. Año 6, n.12. p.89-111

Em terceiro lugar, cresceu a prática de flexibilizar os salários. Isto está apoiado no conceito de que os salários altos diminuem a quantidade de empregos. Quer dizer que se os salários baixarem, os empregadores estariam dispostos a contratar mais trabalhadores (para realizar as mesmas tarefas) ou, em uma explicação mais elaborada, porque ao aumentar sua taxa de lucro estariam dispostos a reempregar mais e, portanto, a criar mais empregos. Tokman (1998) demonstrou que a criação de emprego induzida pelo barateamento da mão de obra não é alta, e que portanto careceriam de fundamento as argumentações que procuram reduzir os salários para gerar mais emprego. Para obter a redução salarial, as empresas tenderam a rechaçar a negociação salarial por ramo, levando-a à negociação por empresa e até por setores dentro das empresas, com o argumento de que é necessário e até bom para os trabalhadores ligar o crescimento salarial à produtividade (que é diferente para empresas do mesmo ramo e até para trabalhadores de diferentes setores dentro de uma mesma empresa).

Por outro lado, está a flexibilidade interna à empresa. Nesta categoria se podem distinguir vários tipos diferentes de flexibilização. Uma é a “polivalência”, na qual um trabalhador é capaz de trabalhar em diferentes postos e não já em um só. Sua remuneração não se encontrará vinculada a seu posto de trabalho, já que pode desempenhar mais de uma função. A polivalência não tem porquê ser negativa, havendo vários autores que a vêem como positiva, na medida em que restitui ao trabalhador a autonomia e a capacidade de pensar e atuar desde diferentes posições.

Outra modalidade são os turnos rotativos, tanto nos horários diários, como nos dias da semana. As empresas procuram flexibilizar os horários e os dias de trabalho, tanto para adaptar-se a demandas variáveis, como para reduzir o peso dos custos fixos. Em muitos casos (embora não em todos), esta rotação cria dificuldades na organização da vida pessoal do

trabalhador. Esta rotação evita o pagamento de horas extras, que eram necessárias quando o trabalho tinha horários e dias rígidos e a empresa devia responder em mudanças na demanda. Algo similar acontece quando a empresa procura instituir a flexibilidade no período de licenças para levá-lo a época do ano que coincida com uma baixa demanda por seus produtos.

De uma perspectiva e uma realidade diferente, Sennett (2000:60) afirma que os horários flexíveis poderiam ser positivos para os trabalhadores quando se ajustam a suas necessidades. Entretanto, assevera que não se encontram distribuídos homogeneamente entre os trabalhadores. Esta modalidade teria sido originada pela crescente presença feminina na força trabalhista, respondendo à necessidade de um horário mais flexível, devido a seu duplo papel de trabalhadoras e de mães. Mas, na última década, estes horários também se estenderam aos homens. É mas bem um privilégio das capas intermediárias e dos trabalhadores profissionais, dos que da maioria dos trabalhadores com menos qualificações. Nos Estados Unidos, os empregados brancos da classe média têm mais possibilidades de acessar horários flexíveis, que os operários de uma fábrica, ou que os trabalhadores hispanos.

Supervielle e Quiñones (2000) sugeriram que a imposição de um modelo de maior flexibilidade nas relações trabalhistas, implica o retrocesso das normas e leis arbitradas do Estado, para dar maior lugar às normas construídas pelos atores. Entende-se que se está em presença de relações trabalhistas flexíveis quando estas são o fruto das negociações entre os atores coletivos. À flexibilidade sucede o desequilíbrio quando a vontade dos empregadores se impõe sobre a dos trabalhadores.

Pelo exposto mais acima, a flexibilização trabalhista não leva necessariamente a precariedade do emprego. Entretanto, na prática, isto é o que pareceria que ocorre com maior

frequência. Muitas empresas terminam utilizando estes conceitos para desestruturar o trabalho estável e seguro, tornando-o precário com o fim de reduzir seus custos. Faz-se necessário, portanto, internar-se na discussão das diferentes formas de trabalho precário, eixo teórico desta investigação.

## 2.- Mudanças no trabalho, sociedades que se transformam.

Com os inícios da sociedade industrial do século XIX nasce o proletariado industrial. Este proletariado formava parte de dita sociedade mas não estava integrado à mesma. Castel (1997) disse graficamente que “acampava na sociedade sem pertencer a ela”, como consequência de uma inserção muito marginal, na qual seu salário ou jornada minimamente lhe permitia subsistir. A isto se adicionava um contrato de trabalho pouco regularizado, com escassas garantias legais para o trabalhador, mas também gerava a possibilidade ao trabalhador de trabalhar alguns dias e descansar outros, escapando o mais que pudesse à disciplina do trabalho industrial. A “questão social” consistia em que esta inserção marginal, fortemente geradora de pobreza, ameaçava a própria sociedade industrial (CASTEL, 1997).

Na primeira metade do século XX tem lugar a transformação desse proletariado em uma classe operária. Sua integração à sociedade era já plena. Através da luta social e da negociação, a classe operária obteve que o salário não fosse já só necessário para subsistir, mas também, o meio para obter uma série de benefícios e garantias tais como acesso ao consumo, à educação, à saúde, garantia para a velhice e ainda para aproveitar o tempo livre. Assim, o salário passou a significar, mais que a retribuição por uma tarefa, a verdadeira inserção em um sistema social.



Para concretizar esta passagem de uma sociedade de trabalhadores proletários a uma sociedade de operários, segundo Castel (1997), necessitaram-se cinco condições. A primeira condição, consistiu em convencer os trabalhadores que se negavam a trabalhar nas condições impostas pela indústria, que deviam fazê-lo, recorrendo à repressão da vacância, moralizando sobre a necessidade do trabalho e suas virtudes e por último, atendendo mediante a filantropia, a aqueles incapacitados para trabalhar. Mas o que definitivamente obrigou à integração trabalhista foi a máquina. As máquinas e a cadeia de montagem impediam os tempos livres. Foi o maquinismo o grande ordenador da força trabalhista.

A segunda condição, foi a fixação do trabalhador a seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho no marco de uma gestão do tempo precisa, dividida e regulamentada, mediante a metodologia da "organização científica do trabalho" mencionada mais acima. Desta se derivou a separação dos trabalhadores manuais com escassa qualificação de um estrato de trabalhadores qualificados e pessoal de direção. A terceira condição, foi a já mencionada transformação do trabalhador em consumidor com o que uma grande massa de trabalhadores (embora não todos) pôde deixar a proximidade com a miséria e a insegurança que tinha sido distintiva da classe trabalhadora no século prévio. Pela quarta condição, os trabalhadores tiveram um maior acesso a bens públicos e comuns tais como a educação, a saúde, a moradia e o seguro de desemprego, por sua só condição de trabalhadores. A participação nestes benefícios, entretanto, não era igual para todas as categorias de trabalhadores. Finalmente, como quinta condição, o autor menciona a evolução do contrato salarial de um acordo entre duas partes mediante o qual alguém pagava à outra pela utilização de sua força de trabalho, para um estatuto coletivo no qual o contrato já não é entre dois indivíduos (com uma relação profundamente assimétrica) mais entre dois coletivos, entre os quais as relações de força já não são tão assimétricas. Mediante este dispositivo qualquer

contrato individual ficava submetido à relação coletiva.

Castel (1997) explica que, a partir da década de cinquenta, começam uma série de transformações que trocarão totalmente as relações de força ao interior dos assalariados. Até então, falar de assalariado era quase sinônimo de falar de classe operária. Mas nos anos seguintes, ocorrerem vários processos que mudarão gradual e sutilmente esta sinonímia. Por um lado, a proporção de assalariados na população ativa, como já se disse, crescerá regularmente até chegar a representar, no caso da França, 83% em 1975. Por outro lado, há uma diminuição drástica dos assalariados agrícolas, convertendo o assalariado industrial no último elo da cadeia, no estrato mais baixo da pirâmide social. Em terceiro lugar, há uma transformação interna na composição dos assalariados, com um enorme crescimento dos assalariados *white collars* que chegam a ter o mesmo número que os assalariados operários, em 1975, para depois ultrapassá-los em muito. Além disso, dentro dos assalariados não operários haverá um considerável crescimento dos assalariados executivos médios e executivos superiores. De tal maneira que, até a década do 70, ocorre uma mudança fundamental na França em que, embora a massa total de operários não mude, em termos relativos o total dos assalariados, perde posições relativas. A classe operária deixa assim de ser a vanguarda dos assalariados. Passou-se, na concepção de Castel, de um estrato de assalariados liderado pela classe operária a uma sociedade salarial.

Castel faz notar que a sociedade salarial era também um modelo de gestão política, que associava mercado e Estado. Em efeito, a sociedade salarial só pode ser compreendida dentro do marco que ele chama o Estado de Crescimento, consistente no crescimento sustentado da economia e o crescimento do Estado social. Para justificar a primeira condição o autor proporciona informação que mostra que entre 1953 e 1975, na França, a economia

creceu entre o 5% e 6% anual, triplicando assim o produto. Este enorme crescimento permitiu redistribuir melhor a riqueza incorporando todos (ou a quase todos) os assalariados ao benefício<sup>3</sup>.

Castel faz notar o crescimento da intervenção do Estado para regular a distribuição social da riqueza. Por um lado, através dos sistemas expandidos da segurança social, mediante os quais se assegurava aos trabalhadores a cobertura contra os gastos de maternidade e de família que eles suportam. Por outro lado, guiado pelos princípios *keynesianos*, o Estado também jogou um importante papel como ator econômico, investindo no desenvolvimento industrial e encarregando-se de sustentar o consumo com políticas de reativação. Também houve intervenções no crédito, nos preços, nos salários, etc. Os serviços públicos e os equipamentos coletivos se somavam às intervenções públicas em benefício dos setores mais desfavorecidos. Aumentava-se assim o acesso à propriedade social dos setores assalariados mais desfavorecidos. O Estado (francês), também interveio regulando as relações entre atores/adversários da sociedade, instituindo um salário mínimo que garantia a participação dos trabalhadores nos benefícios econômicos crescentes, já que se ajustava em função do crescimento da produtividade. A culminação deste processo ocorre em 1974, com a instauração do seguro de desemprego, que garantia 90 por cento do salário durante o primeiro ano para os desempregados.

---

<sup>3</sup> Como tem feito notar Hobsbawm (2001) em sua História do Século XX, o cataclismo que significou para o capitalismo a crise de 1929 e a Grande Depressão, com sua seqüela de destruição de ativos e muito altas taxas de desocupação nos países industrializados teve como consequência do desterro do liberalismo por mais do meio século. Terminada a Segunda guerra mundial os Estados induzidos pelas teorias *keynesianas* intervieram ativamente na economia, protegeram sua agricultura e suas indústrias e trataram por todos os meios de aumentar o emprego. A Grande Depressão obrigou aos Estados industrializados do Ocidente a fixar as prioridades nas políticas sociais, ameaçados pela radicalização de esquerda e de direita (como se demonstrou na Alemanha). É em meados da década do 40 que se começam a instaurar os modernos sistemas de segurança social dos que gozarão os trabalhadores formais nas décadas seguintes e que deram lugar à expressão “Estado de Previdência”

O posterior desmoronamento da sociedade salarial produz “uma nova questão social” (CASTEL, 1997), representada pela questão do desemprego, o emprego instável e o emprego precário, que não só causa dificuldades de caráter econômico às pessoas (e às famílias) mas também dificuldades de integração social, na medida que, em o trabalho, é o grande mecanismo de integração de nossa sociedade. Embora, seja preciso reconhecer que a sociedade salarial é uma etapa na história da humanidade e é uma etapa nas relações da humanidade com o trabalho (e o não trabalho), não por isso deve perder-se de vista que o desmoronamento da sociedade salarial implica uma profunda modificação em nossa forma de vida e na sociedade tal qual a conhecemos hoje. Embora, possivelmente esta situação adquira dimensões diferentes para as sociedades dos países desenvolvidos em comparação com as sociedades dos países subdesenvolvidos e do terceiro mundo.

O Estado social-democrata foi, na opinião do Castel, o artífice da construção da sociedade do pleno emprego. Foi este Estado o que conseguiu impor “o social”, constituindo-se no árbitro da partilha dos frutos do crescimento econômico. Entretanto, este Estado social tinha várias debilidades. Por um lado, dependia muito do crescimento econômico: quando este diminuía, desaparecia o pleno emprego e portanto as possibilidades de partilha. Por outro lado, o amparo social tendeu a anular as solidariedades próximas, respirando uma solidariedade difusa sustentada pelo Estado e os aparelhos burocráticos que administravam a ajuda social.

A debilitação do Estado social também ocorre como consequência da debilitação do Estado-nação, do qual era sua cabal expressão. O Estado-nação se debilita por um movimento de pinças: o crescimento dos poderes locais por um lado, e por outro, a consolidação do

européismo, a mundialização da economia e o fortalecimento e predomínio do capital financeiro.

O fato é que nos países desenvolvidos, na década de 70, se manifesta gradualmente o aumento do desemprego e do emprego precário. Uma situação que no princípio parecia transitória (e que como tal foi tratada), mas que hoje se sabe que é estrutural e que não mudará facilmente. O desemprego afeta mais aos jovens e às mulheres que aos homens. Mas também há uma nova categoria de desempregados, que são os homens entre os quarenta e os sessenta anos que já não têm possibilidade de ré-treinar-se para adquirir novas habilidades. Além disso, houve uma profunda transformação na estrutura do emprego. A precarização é menos espetacular mas mais importante que o desemprego. “As ‘formas particulares de emprego’ que se desenvolveram, incluem uma multidão de situações heterogêneas: contratos de trabalho por tempo determinado, trabalho provisório, trabalho de jornada parcial e diferentes formas de empregos-patrocinados” (CASTEL, 1997:404). O autor faz notar que daí em diante (e devido à proliferação destas formas de trabalho), não deveríamos chamá-las formas “particulares” ou “atípicas” já que em realidade serão as formas mais freqüentes. O “estranho” ou “atípico” será o emprego estável.

A mudança provem da desaceleração do crescimento por um lado, e por outro, da internacionalização da economia. Na medida em que as empresas competem em um mundo globalizado, os custos do trabalho são fixados por aqueles países em que os custos da mão-de-obra são menores, notoriamente os países do sudeste asiático. Por outro lado, há uma mudança fundamental que tem a ver com a forma de programar o trabalho industrial. É a passagem à produção determinada pela demanda, com o qual as empresas devem adaptar-se às variações da mesma. Isto lhes exige ter quantidades variáveis de mão- de-obra. Como já foi

dito, as empresas passam a ter dois tipos de assalariados: um núcleo estável, qualificado, de pessoal permanente e um contingente de trabalhadores de baixa qualificação, sem estabilidade, que é a variável de ajuste.

O mercado de trabalho na situação atual está dualizado. Há um mercado de trabalhadores estáveis, qualificados, melhor pagos, e mais protegidos e um mercado secundário de trabalhadores precários, menos qualificados, vulneráveis, submetidos às condições da demanda. Em situações de crescimento da economia e de pleno emprego ambos mercados se complementam. Mas, em situações de descida da demanda e dos empregos, ambos os mercados competem, com a particularidade que para as empresas o mercado secundário é mais atrativo que o primário, já que ali os trabalhadores têm menos amparo, o trabalho está menos regulado, e se pode ajustar o emprego ao fluxo da demanda. A esta situação se deve adicionar a terceirização do trabalho, arbítrio mediante o qual não só se pode tercerizar atividades que antes faziam as empresas, a pequenas e precárias empresas locais, mais também se pode contratar a realização de tarefas ou a produção de partes a empresas de outros países, onde a mão-de-obra é menos costosa. Com o qual o mercado de trabalho já não é só local.

Os trabalhadores estáveis são assim desestabilizados pelas nova formas de organização e de contratação do trabalho. Este processo não é “marginal” pelo contrário

*“la precarización del trabajo es un proceso central, regido por las nuevas exigencias tecnológico-económicas de la evolución del capitalismo moderno. Es perfectamente lícito plantear una “nueva cuestión social”, que tiene la misma amplitud y la misma centralidad que el pauperismo en la primera mitad del siglo XIX, para sorpresa de los contemporáneos” (CASTEL, 1997:413)*

Esta *nova questão social* tem, segundo o mesmo autor, três pontos de cristalização. Por um lado, a desestabilização dos trabalhadores estáveis que conformam a classe operária e

a classe média, que se soma a estes estratos na insegurança permanente. A questão social não é só a dos desempregados, mas também a daqueles que se sentem em perigo permanente de cair no desemprego, sendo portanto mais ampla, abrangendo a mais gente que os desempregados ou os precários. A segunda questão, é a “instalação na precariedade”. Para uma grande proporção de franceses que vivem de empregos precários, esta não é uma situação transitória, e sim permanente. Conseguem um emprego, mas logo o perdem, e assim flutuam permanentemente na instabilidade. Aparece assim uma categoria que o autor denomina de “interino-permanente”. A terceira questão, é que, ao haver-se reduzido a quantidade de lugares de trabalho como consequência da mudança tecnológica, há menos empregos que trabalhadores, ou, o que é o mesmo, há uma população trabalhadora supernumerária, que não tem, nem terá, lugar nesta sociedade. Volta a aparecer a idéia dos “inúteis para o mundo” da alta Idade Média. Esta situação, de permanente instabilidade, desenvolve uma cultura do aleatório, do viver ao dia, e por isso o autor reclama a idéia da aparição de um “neopauperismo”.

Uma consequência desta situação é que o desemprego, a falta de inserção no trabalho, também significa uma falta de integração social e política. O trabalho estável proporciona “um lugar no mundo” uma identidade social e sua ausência produz desintegração e anomia. Não é estranho portanto a aparição de tendências populistas, de direita ou de esquerda, entre estas pessoas que não conseguem integrar-se socialmente, porque não têm trabalho estável, ou pelo contrário o total desinteresse na participação social ou política. A recente tendência do eleitorado, em vários países da Europa, a votar nos partidos de direita e as elevadas taxas de abstenção eleitorais, podem ser interpretadas nesta chave.

Em sua estrutura produtiva, cultural, social, política, o mundo é hoje mais heterogêneo

que antes. Embora, o capitalismo se estenda hoje por todo o globo, não é menos certo que isto avivou as resistências e a defesa dos valores culturais das minorias e daquelas sociedades que se sentem afetadas por tal expansão. Por outro lado, nem a revolução tecnológica se estende de igual maneira pelos países centrais e nos países não desenvolvidos, nem seus impactos, quando chegam, têm o mesmo significado.

Em síntese, as transformações ocorridas nas últimas duas décadas do século XX, levaram ao fim da sociedade salarial e à aparição do desemprego e o subemprego estrutural como na “nova questão social”, ao menos nas sociedades dos países centrais.

Ao terminar este ponto cabe retomar a hipótese de Hopenhayn sobre o duplo sentido do trabalho que se desenvolveu páginas acima: o trabalho como necessidade e o trabalho como liberdade. Esta o leva a perguntar-se, na linha de outros filósofos como Hanna Arendt *“en que medida la centralidad asignada al trabajo por las ideologías industrialistas y emancipatórias del siglo XIX posterga otros campos de la interacción humana que tienen mayores posibilidades de liberación, de construcción de sentido y de creatividad”* (HOPENHAYN, 2001:139). Esta perspectiva, na qual se questiona a idéia da sociedade que se realiza através do trabalho, se torna mais importante a partir da situação das últimas duas décadas do século XX, em cujo transcurso o desemprego se instalou com tal profundidade e extensão, que ficou evidente que já não é uma questão temporária mas sim uma questão estrutural.

### 3. A sociedade salarial na América Latina

A discussão de Castel a respeito da construção da sociedade salarial, e seu posterior



desmoronamento e substituição por uma sociedade em que o trabalho estável ou seguro se faz cada vez menos freqüente, parte, ou se nutre, da situação do trabalho e dos trabalhadores na Europa, e mais particularmente, na França. Como se disse mais acima, Castel analisa uma situação na qual a maioria dos trabalhadores estavam vinculados por contratos formais. Era uma sociedade salarial sem dúvida.

Cabe perguntar-se se a situação é similar na América Latina e se for possível utilizar as mesmas ferramentas que as conceitue, construídas por Castel, para a análise das sociedades do Terceiro Mundo, e em particular para a América Latina. A informação disponível mostra que, embora a porcentagem de assalariados na força de trabalho seja alta, não chega a níveis similares aos dos países desenvolvidos. Por exemplo De la Garza (2000) sustenta, citando informação da OIT, que a População Economicamente Ativa assalariada, é só um pouco mais de 50% da População Economicamente Ativa total para o continente. Quer dizer, que o trabalho não assalariado tem muito maior importância que nos países desenvolvidos.

Por outro lado, embora a População Economicamente Ativa industrial tenha diminuído em relação à População Economicamente Ativa total na maioria dos países desenvolvidos, incrementando os empregos no setor serviços, na América Latina parece haver-se mantido estável em 20% (DE LA GARZA, 2000:760). Tokman entretanto, mostra tendências diferentes. Assevera que houve uma contração do emprego em termos absolutos, na indústria manufatureira, na maioria dos países da região. Observa que, enquanto houve um subcrescimento do produto industrial, houve uma ainda maior contração do emprego industrial, com o qual em realidade se aumentou a produtividade. Esta situação não foi igual para os diferentes países da América Latina: na Argentina, no México, no Brasil, na Colômbia e no Uruguai o nível do emprego industrial em 1996 era inferior ao registrado a princípios da

década, e muito inferior à existente durante a década de 80 (TOKMAN, 1998: 22).

Caso se analise a situação do trabalho na América Latina, classificando as ocupações em formais e informais se obtém uma imagem semelhante. Recorde-se que o conceito de setor formal inclui os trabalhadores do setor público e os trabalhadores das Grandes Empresas, enquanto que no setor informal se incluem os trabalhadores das pequenas empresas (com menos de cinco pessoas ocupadas), o trabalho no serviço doméstico, e os Trabalhadores Independentes (os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares não remunerados). Segundo a informação proporcionada por Tokman (1999), o setor informal não agrícola da América Latina proporcionava 52% dos empregos em 1990, e 57% dos mesmos em 1996. Como se sabe, esta proporção crescerá ainda mais se fossem incluídos os trabalhadores agrícolas.

Em uma testura similar, Beck (2000) assevera que seria um engano supor que os processos de industrialização, de formalização, regulamentação e legalização das relações trabalhistas, que foi o caminho das sociedades desenvolvidas do Ocidente, é um molde comum para todos os outros países. Em particular, assinala que, na América Latina, o trabalho assalariado formal e estável é apenas privilégio de um reduzido setor da força de trabalho. Muitos trabalhadores assalariados carecem do amparo do sistema de segurança social, que provê de amparo à saúde e à velhice e seguros de desemprego, entre outros benefícios. Mas, além disso, a maioria dos trabalhadores (40%) pertencem ao crescente setor informal da economia, sem que haja uma relação necessária entre um e outro setor, no sentido de que os trabalhadores informais estejam na fila de espera do trabalho formal.

Em síntese, é possível afirmar que, igualmente aos países desenvolvidos, diminuiu a

proporção de trabalhadores do setor formal (que são todos assalariados), mas que isso ocorre em um contexto no qual, o trabalho não formal e não assalariado (diferentemente dos países desenvolvidos) foi majoritário, ou ao menos representa uma proporção muito importante do trabalho total.

Outra variável que é conveniente analisar é o desemprego. Em páginas anteriores, ao analisar a situação do desemprego nos países desenvolvidos, já se tem feito referência à particularidade de que a partir da década de 80 o desemprego aumenta até em economias em crescimento. Quer dizer, que o desemprego teria mais a ver com as mudanças tecnológicas e com as mudanças na organização do trabalho que com a falta de crescimento. Embora, não caiba dúvida que sem crescimento é impensável a criação de novos empregos. O desemprego foi crescente na América Latina durante a década de 90 embora haja muitas diferenças por países. Isto tem a ver, tanto com as diferentes taxas de crescimento em cada país, como com que aqueles que crescem o fazem com instabilidade, crescendo muito em alguns anos e pouco em outros, fator que influi na variabilidade das taxas de desemprego (TOKMAN, 1999).

Uma terceira variável que é possível analisar para a América Latina é a existência de trabalho precário. Por definição, o trabalho no setor informal é precário. Mas, o peculiar é a extensão da precariedade nos trabalhos formais, em particular ao emprego formal. Os empregos no setor público apresentam-se como estáveis e seguros, embora algumas evoluções recentes mostram que também no setor público se poderia ter iniciado uma tendência para a precarização, principalmente a partir dos contratos de obra e das terceirização. É nas grandes empresas onde o emprego é crescentemente precarizado a partir do crescimento dos contratos “atípicos”. Estes são contratos a tempo definido, ou que contêm cláusulas que fazem mais simples para a empresa dar por terminada a relação trabalhista. A precariedade também

consiste em empregos a tempo parcial, com rotação dos dias laborais na semana, com amparo da segurança social reduzida ou inexistente, ou diretamente o trabalho sem carteira assinada. Todas estas situações tenderam a aumentar na década de 90, no setor formal da América Latina, favorecidos por uma legislação permissiva, ou pela falta de controles adequados e pela debilidade das organizações dos trabalhadores (TOKMAN, 1998). Tokman também assinala que nos últimos 15 anos na América Latina, 8 de cada 10 novos empregos foram criados no setor informal da economia. Em síntese, a qualidade dos empregos e das ocupações diminuiu no continente durante a década de 90.

Beck chegou a dizer que os países desenvolvidos estão sofrendo uma *brasilização* de suas economias em relação ao trabalho. Com isso, está querendo expressar que as mudanças nas relações do trabalho que levam à precarização, que estão ocorrendo na Europa, são situações que sempre se viveram no Brasil. Desta maneira o estudo das formas de inserção trabalhista da maioria dos trabalhadores no Brasil ajuda a antecipar e a reconhecer o que pode chegar a ocorrer, segundo sua opinião, nos países do velho continente. Em suas palavras: “*Los denominados países ‘premodernos’, con un elevado índice de trabajo informal y multiactivo, encarnan el futuro de los denominados países ‘postmodernos’ del Occidente ‘duro’*” (BECK, 2000:104).

Ao longo dos últimos 50 anos, na América Latina, houve intensos debates tratando de explicar a emergência e a persistência de trabalhadores não plenamente inseridos em uma economia capitalista. Os termos destes debates variaram, não só segundo a situação do trabalho no continente, mas também também segundo a posição intelectual, ou os marcos teóricos esgrimidos pelos autores para dar conta deste fenômeno. A posição desenvolvimentista separava aos trabalhadores na antinomia tradicional/moderno, segundo a

qual, todos aqueles trabalhadores que pertenciam aos setores “tradicional” (em particular o agro, mas também o pequeno comércio, a pequena indústria, os artesanatos) acabariam-se, à medida em que o setor formal, industrial, fosse penetrando e dominando as economias. Segundo esta perspectiva, os trabalhadores que estavam no setor tradicional só estavam “à espera” para ser incorporados no setor moderno. A teoria da marginalidade urbana, desenvolvida entre outros por José Nun (1969), sustentava que o crescimento demográfico e o êxodo rural-urbano produziam um excedente de força de trabalho que o setor capitalista moderno, industrial, não era capaz de absorver e que portanto gerava um exército industrial de reserva, funcional para manter baixos os salários e as demandas dos trabalhadores no setor formal. Outros autores reconheceram a existência de um setor informal urbano, com uma forte presença na maioria dos países do continente, que não estava à espera de ser absorvido pelo setor formal, mas sim eram uma modalidade de ocupação da força de trabalho com dinamismo próprio, possibilidades de crescimento e de transformação, que ocupava muita mão de obra, e que não era transitório, mais por razões do desenvolvimento histórico de nossas economias formava parte delas em uma forma estrutural. A noção do subemprego, que se definiu originalmente como a situação de uma pessoa que ante a perspectiva do desemprego, aceita qualquer ocupação que esteja por debaixo de seu nível de capacitação sempre que lhe proporcione uma renda, logo foi usada com escassa precisão perdendo sua capacidade explicativa (RENDÓN; SALAS, 2.000). Mais recentemente, surgem os debates a respeito da precarização das relações trabalhistas formais e não formais, através da flexibilização do trabalho.

Em conclusão, a sociedade salarial na América Latina não teve a envergadura que adotou nos países desenvolvidos, principalmente na Europa. O Estado Previdencia sempre foi mais débil, seus benefícios menores e mais reduzida a cobertura. As diferenças entre países da

América Latina por outro lado, foram muito marcadas. Embora, tenham havidos países como a Argentina, o Uruguai, o México, o Chile, a Colômbia, e (em menor grau) o Brasil, que tiveram um Estado Previdência relativamente forte e de cobertura ampla, com desenvolvimento industrial, e o que poderia pensar-se como uma ampla base de trabalhadores assalariados, também é certo, que sempre conviveu com um setor informal urbano amplo e persistente. Em outros países da América Latina, o Estado Previdência foi débil ou inexistente, com amplas massas camponesas que representavam mais da metade da PEA e um estendido setor informal urbano, com uma fraca ou inexistente industrialização e sem classe operária. Portanto, as generalizações são difíceis e ainda podem conduzir a enganos, sendo o mais apropriado que os estudos se refiram a países concretos.

No próximo ponto se tentará definir o trabalho precário e se aprofundará em suas características distintivas.

## **O TRABALHO PRECÁRIO.**

### 1. Trabalho típico, trabalho atípico e trabalho precário.

A sociedade salarial de pleno emprego foi considerada como a norma nos países desenvolvidos durante boa parte do século XX. Nela, o emprego típico era aquele que tinha estabilidade no tempo, unicidade de empregador, tempo pleno, um salário que correspondia a uma atividade normal e permanente em uma empresa, amparo social vinculado ao posto de trabalho e condições de trabalho aceitáveis segundo o momento e a circunstância. Isto era possível, em um contexto em que as organizações operárias e de empregados negociavam conjuntamente as condições de trabalho e os salários, frente a outro poder similar que eram as

corporações empresariais, com a mediação do Estado. O emprego típico também era o que lhe conferia uma identidade ao trabalhador: permitiu-lhe o acesso gradual e crescente aos serviços públicos, à moradia, ao consumo, à educação, ao consumo do ócio, etc. A expressão emprego típico, se refere também a uma idéia de frequência: era o tipo de emprego mais freqüente nos países desenvolvidos na época dos “trinta gloriosos”<sup>4</sup>.

Embora a descrição anterior esteja referida ao emprego, é preciso considerar que também existem ocupações que não são assalariadas, tais como as que levam a cabo os trabalhadores por conta própria, trabalhadores independentes, trabalhadores informais, trabalhadores familiares, etc. Portanto para ter uma visão completa do que está ocorrendo com as diferentes formas de trabalho é preciso referir-se não somente ao emprego como relação assalariada e sim a todas as ocupações que não guardam esta relação. Quer dizer: é preciso referir-se ao trabalho em geral como categoria, que por sua vez se pode desdobrar em trabalho assalariado (emprego) e ocupações de variado tipo. Enquanto a relação trabalhista típica é o emprego assalariado seguro e estável, as relações trabalhistas atípicas conterão tanto formas de emprego como ocupações atípicas.

Nas sociedades desenvolvidas, o trabalho atípico estava relegado a situações de escassa importância numérica, frente à maciça predominância das formas típicas de emprego. Mas diversos estudos mostram como o trabalho atípico cresceu também nestas sociedades (GALLINO, 2002). Por exemplo, Capecchi (2003) explora a crise do que o denomina o

---

<sup>4</sup> Assim chamaram os franceses às três décadas posteriores à segunda guerra mundial para designar um período de crescimento econômico e desenvolvimento social excepcional do que não só desfrutou deste país mas também em geral os países desenvolvidos do ocidente. Para uma lúcida interpretação do período ver HOBSBAWM, 2001 Capitulo IX. “Os anos dourados”.

“modelo Emiliano”<sup>5</sup> e identifica na origem da crise política, as mudanças acontecidas na

---

<sup>5</sup> O modelo da cidade de Bolonha (Itália) conhecido por seus êxitos no plano econômico, social, cultural e meio-ambiental nos anos sessenta e setenta.



organização do trabalho e no crescimento do trabalho atípico, sob seis formas diferentes: incremento do trabalho precário, dos trabalhos de risco, do trabalho submerso, do trabalho desenvolvido por imigrantes de ambos sexos, aumento do trabalho assalariado frente ao trabalho autônomo e aumento dos trabalhos de “profissionalidade bloqueada”.

O trabalho atípico pode assumir distintas formas: emprego temporário, trabalho por conta própria, trabalho informal, trabalho a tempo parcial, trabalho em domicílio, etc. Em todos estes casos, o trabalho se separa das normas estabelecidas para o emprego típico em uma ou mais de uma característica. As mudanças na sociedade, geradas pelas mudanças no trabalho, fizeram que os empregos ou as formas de trabalho atípicas crescessem muito nos países desenvolvidos e ainda mais nos países em vias de desenvolvimento. Nestes últimos, o trabalho atípico talvez seja possivelmente a categoria mais freqüente e portanto já não deveria ser chamada dessa maneira.

Uma questão diferente, mas sobre a qual existe uma considerável confusão, é o conceito de trabalho precário. O conceito de trabalho precário é diferente da classificação dos trabalhos em trabalhos típicos ou atípicos que a princípio remetem a uma idéia de freqüência. Embora, seja certo que muitos dos trabalhos atípicos têm características de um trabalho precário e freqüentemente o são, também é certo que há trabalhos atípicos que não são precários. Na revisão bibliográfica é freqüente a errônea utilização do termo trabalho precário em forma indistinta para significar um trabalho atípico e vice-versa. Daí ser necessária uma discussão cuidadosa sobre o conceito de trabalho precário e suas semelhanças e diferenças com o trabalho atípico.

A revisão bibliográfica realizada nos permite concluir que o trabalho precário é um

conceito polissêmico. Isto é sugerido por Paugam (2000) quem apontava que a precariedade trabalhista pode ser definida ou entendida de diferente maneira de um país a outro, já que esta definição dependerá das condições particulares da relação trabalhista, da maior ou menor presença de um Estado Providente, etc.

A uma conclusão similar chegam Barbier e Lindley (2002) em um artigo que sintetiza alguns dos resultados do projeto ESOPE da Comunidade Econômica Européia. Este estudo, realizado por um coletivo de investigadores, estava dirigido a compreender melhor o funcionamento do mercado de trabalho na União Européia com o fim de proporcionar recomendações para dirigir o risco social associado ao emprego precário. Por isso, uma das atividades do projeto consistiu em analisar o significado e as implicações do termo “emprego precário” em cinco países da UE.: Inglaterra, Alemanha, França, Espanha e Itália. A principal conclusão da investigação é que o conceito mencionado adquire diferentes significados para as sociedades de cada um dos cinco países. Assim por exemplo, na Inglaterra tem escasso sentido diferenciar aos empregos em precários e não precários. Mas bem a diferença que se faz é entre “bons empregos” e “maus empregos” (*good jobs and bad jobs*). Na Alemanha, a idéia de emprego precário também parece ser pouco pertinente. Como tais se identificam os empregos inseguros, mas o termo “emprego precário” é pouco usado na sociedade e é mas bem um termo reservado a especialistas. Em contraste com o escasso uso do termo na Europa continental, na França, Itália e Espanha é amplamente usado, embora com diferenças entre eles. A investigação mostrou que, na Espanha, os atores sociais estavam amplamente preocupados com o emprego precário, o qual pode ser explicado pela proliferação de contratos trabalhistas, durante a década do 90, que reduziam a estabilidade dos trabalhadores. Na França, o conceito de emprego precário é utilizado por políticos, acadêmicos, jornalistas e o público em geral. Emprega-se em forma muito ampla e parece ter diferentes significados.

Na Itália, o conceito de emprego precário está ligado à emergência, durante a década de 90, de uma nova categoria de contratos trabalhistas que evitavam a relação trabalhista *standard*, e cuja consequência era prover um menor nível de proteção social aos dois milhões de trabalhadores que estavam em dito estatuto. Em síntese, a investigação mostrou as dificuldades com que se encontraria uma política comunitária dirigida a mitigar os efeitos do emprego precário, devido a uma conceitualização diferente de seu significado, de suas origens e importância em cada país<sup>6</sup>.

A crescente existência de ocupações que não são seguras, nem estáveis, nem protegidas, nem provêm rendas suficientes, tanto nos países não desenvolvidos, como agora também nos países desenvolvidos, é o que ativou a necessidade de definir e caracterizar este tipo de situações, assim como procurar a explicação a respeito de suas origens e causas. Por isso há uma crescente bibliografia dedicada a estudar este fenômeno geralmente (embora não sempre) sob a denominação de trabalho precário ou menos frequentemente emprego precário.

No contexto desta investigação é necessária uma revisão bibliográfica sobre este conceito e suas aplicações, para tentar a construção de uma definição de trabalho precário que: a. satisfaça as necessidades teóricas desta investigação, e b. permita fazer efetivo o

---

<sup>6</sup> BANYULS, CANO, PICHER E SANCHEZ (2003) mantêm uma perspectiva distinta a que se mantém nesta investigação já que afirmam que a precariedade é uma dimensão do emprego mas não uma categoria em si mesma. Dizem respeito a ao emprego precário: “Entendemos que as dimensões relevantes da precariedade trabalhista são a insegurança e instabilidade do emprego, a insuficiência e incerteza dos ganhos salariais, a degradação das condições nas que se desenvolve o trabalho (jornada, saúde trabalhista...) e a redução do proteção social para os trabalhadores (prestações por desemprego, pensões...), tendo como referência os níveis de segurança institucionalizados com a relação de emprego padrão que se converteu em normatiza nos países desenvolvidos depois da Segunda guerra mundial e que resulta questionada desde princípios dos anos oitenta (Cano,2000). *Desde este ponto de vista, não existe na atualidade uma realidade trabalhista precária frente a outra não, mas sim as dimensões da precariedade estão presentes em diversos graus e modalidades nas distintas formas de emprego* (sublinhado nosso). Esta perspectiva também se encontra em outros investigadores e em parte explica as dificuldades para chegar a uma definição de trabalho precário como categoria

conceito para aplicá-lo ao caso concreto do trabalho precário na agricultura.

O termo trabalho precário possivelmente tenha sido utilizado pela primeira vez pelo economista italiano Sylos Labini (1981). Seu livro estava dirigido a promover o debate sobre o papel das classes médias em uma estratégia de mudança social “reformista” segundo a auto-identificação do autor. Constatado o anacronismo de caracterizar as sociedades modernas como polarizadas em só duas classes sociais, Labini aprofunda na caracterização da classe média e das possíveis alianças que a classe operária poderia estabelecer com a mesma, com o objetivo de encaminhar mudanças sociais na democracia. A análise qualitativa e quantitativa da estrutura das classes sociais na segunda metade do século XX, na Itália, é conduzida com rigor, utilizando a informação estatística disponível nesse momento. É neste marco que Labini emprega em várias passagens o conceito de trabalhador precário e de ocupações precárias.

As ocupações precárias seriam para Labini: esporádicas, com rendas menores que os salários, com ganhos incertos e variáveis, considerando-se precários tanto empregos como ocupações. Algumas categorias mencionadas pelo autor como ocupações precárias são: comerciantes ambulantes, camponeses pobres, uma parte dos pequenos artesãos, uma parte dos pequenos comerciantes, parte dos agricultores assalariados (a parte mais pobre), parte dos assalariados da construção, parte dos assalariados do comércio, os trabalhadores em domicílio, trabalhadores em unidades não registradas em censos industriais e comerciais e todos os *subproletarios* (alguns já incluídos no listado anterior).

Embora a Labini lhe pode atribuir o mérito de ter cunhado o termo de trabalho precário, é necessário procurar na bibliografia posterior os elementos para construir o conceito com maior precisão.

Em segundo lugar, é conveniente revisar o debate sobre o conceito de trabalho ou emprego precário que teve lugar na academia da América do Norte. Segundo Vosko, Zukewich e Cranford (2003) o modelo predominante tanto no Canadá como nos Estados Unidos é o do emprego *standard*<sup>7</sup>. Por ele se entende aquela relação de trabalho, na qual, o trabalhador trabalha todo o ano, a tempo completo no estabelecimento de seu empregador, tem amplos benefícios e proteções e espera continuar no emprego indefinidamente. Os estudos dos autores mostram que no ano 2002, 63% dos trabalhadores canadenses tinham um emprego com estas características. Mas isso também mostra que 37% dos trabalhadores tinha então um emprego não-*standard*. Daí a importância de chegar a uma adequada compreensão desta categoria. Ela é descrita de diferentes maneiras: enquanto o termo não-*standard* é usualmente utilizado no Canadá, nos Estados Unidos se emprega mais bem o termo “contingente”, enquanto na Europa se prefere o uso do termo “precário”. Como se discutirá a seguir, o uso de diferentes termos também tem a ver com que não designam exatamente as mesmas situações.

Na definição do emprego não-*standard* no Canadá se incluem quatro situações diferentes: o emprego a tempo parcial, o emprego temporário (incluindo o emprego sazonal, a termo, por contrato, e todos os empregos com uma data predeterminada de finalização), os por conta própria, e aqueles que têm vários empregos (multi-emprego) (VOSKO; ZUKEWICH, CRANFORD, 2003: 17).

Nos Estados Unidos se utilizam três diferentes definições de “emprego contingente”, estruturadas em torno do eixo da permanência. Segundo a primeira delas, os empregos

---

<sup>7</sup> Estes autores utilizam o conceito de “emprego” para todas as formas de ocupação. Assim aqueles trabalhadores informais ou “conta própria” serão denominados “auto-empregados” (self-employed).

contingentes incluem a todos os trabalhadores temporários. A segunda definição restringe o campo a aqueles trabalhadores que tendo estado empregados por menos de um ano, esperam que seu emprego dure um ano ou menos. Em troca, a terceira definição é um pouco mais ampla porque também inclui os trabalhadores conta-própria que esperam estar nesta situação por um ano ou menos de um ano.

Da discussão anterior emerge que, enquanto a definição de emprego *não-standard* utilizada no Canadá é muito ampla, a definição utilizada nos Estados Unidos de trabalho contingente é muito restritiva. Vosko et al. manifestam além disso uma insatisfação com o conceito de trabalho *não-standard* já que sua amplitude impede de compreender melhor as mudanças ocorridas na força de trabalho em dito país. Daí se deriva seu esforço por chegar a uma definição de trabalho precário que, sendo mas precisa, possa dar conta melhor da crescente sensação de insegurança no emprego que emerge de outros estudos. Para isso, em primeiro lugar, diferencia os empregados daqueles que são trabalhadores conta-própria (*self employed*). Dentro do trabalhadores conta-própria, destaca aqueles que por sua vez são empregadores, dos que não contratam empregados e também inclui uma terceira categoria que são os trabalhadores familiares não remunerados. Dentro da categoria dos empregados, diferencia os trabalhadores com contrato permanente, dos temporários. Em um terceiro nível a definição diferencia, para cada uma das categorias do segundo nível, os trabalhadores de tempo completo daqueles trabalhadores a tempo parcial. (Esta diferenciação não se faz para os trabalhadores familiares não remunerados). Desta maneira as autoras constroem uma definição que conta com nove categorias de trabalhadores. A análise da evolução da força trabalhista canadense entre 1989 e 2002 se explica melhor com esta definição, demonstrando

que o incremento nos empregos não-*standard*, durante a primeira parte da década do 90, deveu-se ao crescimento dos trabalhadores conta própria e do emprego temporário a tempo completo.

Na América Latina, a frequência dos trabalhos atípicos é muito maior já que não abundam as formas de emprego típico. Por isso, o estudo das formas de trabalho atípicas adquire maior relevância e inclusive, embora se empreguem categorias similares às empregadas por autores europeus, também se detectam outras formas diferentes de trabalho atípico. Deste modo, o trabalho precário tem uma frequência de aparição muito maior<sup>8</sup>. Sem intenção de ser exaustivos vejam-se alguns estudos a respeito

Para o Galin (1987:103) há muitas formas diferentes de trabalho precário. O autor destaca nove situações diferentes: o trabalho temporario, outras formas de sub-contratações, empréstimos de trabalhadores entre empresas, trabalho a tempo parcial, trabalho safral, trabalho em domicílio, trabalho clandestino, sucessão ininterrupta de relações de trabalho de duração determinada, e novas formas de trabalho em domicílio. Mas a esta classificação lhe poderiam adicionar ainda os trabalhadores por conta própria (pequenos comerciantes, pequenos industriais, pequenos produtores agropecuários e camponeses, artesãos, pescadores, etc.) e os trabalhadores familiares não remunerados.

A maioria das investigações que se referem ao trabalho precário na América Latina mostram que estes trabalhadores recebem salários mas baixos, e que as condições de trabalho são mas penosas e arriscadas que entre os trabalhadores estáveis, porque o propósito da difusão de formas precárias de contratação em nosso continente foi reduzir os custos

---

<sup>8</sup> Em geral os autores latino-americanos que fazem referência ao trabalho precário utilizam as categorias desenvolvidas pelo RODGERS (1992). Ver mas adiante.

implícitos nas cláusulas de proteção dos trabalhadores (GALIN, 1987; GAZZOTI, 1987; NEFFA, 1986; LARA, 1995).

Guerra (1998) associa o emprego precário com o emprego atípico mas fazendo notar também que são termos diferentes. Não todo emprego atípico é precário. O emprego precário se associa a características de instabilidade e de insegurança. Coincide com Rodgers (1992) nas quatro categorias que definem um emprego precário: o contrato de trabalho por um período definido, os ganhos insuficientes, a falta de proteção das leis sociais e as más condições da realização do trabalho. Com a combinação destas quatro categorias, Guerra constrói um quadro com dezesseis situações de emprego que vão do “emprego formal em situação de privilégio” até o “emprego precário em situação muito penosa” (GUERRA, 1998:287).

Um âmbito privilegiado pelos investigadores latino-americanos para analisar as características do trabalho que reúne as condições de precariedade, foi o trabalho temporário na agricultura. Neffa (1986) dirigiu um estudo sobre quase todos os países latino-americanos, enquanto que outros autores realizaram estudos específicos por países ou regiões (GÓMEZ; KLEIN,1994; GÓMEZ; ECHENIQUE,1988; LARA,1998; GIARRACCA et al., 2000; MORAES DA SILVA,1999; etc.). Sem intenção de entrar agora neste debate, já que isso será feito páginas mas adiante ao nos referir especificamente ao trabalho na agricultura, destaquemos agora que Neffa conclui seu estudo com duas considerações: por um lado a amplitude do fenómeno do trabalho temporário agrícola já que envolveria uma força de trabalho estimada entre 10 e 13 milhões de pessoas. Por outro lado *“las pésimas condiciones de trabajo de estos trabajadores, derivadas de una multiplicidad de factores que tienen que ver con el retraso y con las modalidades de organización de las economías y muy en*



*particular de las agriculturas latinoamericanas* (NEFFA, 1986:117).

Outras investigações em nosso continente, separaram categorias tais como a de trabalhadores por conta própria ou o setor informal urbano, para tratar de dar conta de uma variada situação de ocupações que reúnem as características de não ser nem empregos nem ocupações típicas e que pelo contrário são mais bem precários.

O trabalho por conta própria na América Latina representa uma proporção muito importante da força de trabalho total. Tokman (1999) destaca que os trabalhadores independentes (a soma de trabalhadores conta-própria e trabalho familiar não remunerado) dos ramos não agrícolas, representam 25% da ocupação total. A isto deve somar-se então os trabalhadores agrícolas onde há uma alta proporção de trabalhadores conta-própria (pequenos produtores e camponeses) e de trabalhadores familiares. Em comparação, a proporção de trabalhadores por conta própria não agrícola na Europa era geralmente inferior a 10% da força de trabalho, embora haja notáveis variações entre países, já que na Itália por exemplo chegam a 25% (RODGERS, 1992).

A categoria que se conhece como setor informal urbano é um pouco diferente do trabalho por conta própria. Nela se incluem não só os conta-próprias mas também também os trabalhadores familiares e ao serviço doméstico e não se considera os trabalhadores rurais. Entretanto, tendo presente estas diferenças, ainda assim é possível sintetizar as conclusões de algumas destas investigações. Tokman o faz, destacando que o setor informal urbano (SIU) é o que mais cresceu na última década em matéria de ocupação e que em realidade este crescimento é o resultado de duas variáveis: o decréscimo dos empregos no setor público e a

incapacidade do setor privado empresarial de prover mais emprego. Como consequência a população sem emprego ou com empregos de baixa qualidade *“busca sus propias soluciones y la solución es producir o vender algo para ganarse el sustento para sobrevivir”* (TOKMAN, 2000:85).

O autor também reconhece que alguns dos empregos no setor informal são criados pela descentralização produtiva das empresas do setor privado, que derivam e subcontratam produção para pequenas empresas, muitas vezes constituídas por seus próprios ex-empregados, que agora, constituídos em um microempreendimento, produzem por sua conta para essa empresa e/ou para outras, o que antes produziam como trabalhadores assalariados. Estas empresas, do setor informal, são de tamanho pequeno (menos de cinco trabalhadores), com escassa divisão do trabalho, reduzido capital, tecnologias simples, e geralmente operam fora do marco legal institucional. São estas circunstâncias, as que fazem que no setor informal se concentre uma alta proporção dos pobres urbanos (60%), enquanto que, a sua vez, entre 75% e 80% dos informais são pobres.

Em resumo, os autores latino-americanos trataram de identificar distintas formas de ocupações e empregos atípicos, exploraram as condições de precariedade que neles se detectam, e trataram de quantificar a importância desta situação. Mas não se encontrou uma discussão mais conceitual que permita defini-la com maior precisão.

Entre os autores europeus é onde se encontrará um caminho mais fecundo na direção de conceitualizar o trabalho precário. Em um ponto anterior já se fez referência à perspectiva de Robert Castel (1997) sobre o trabalho precário e não é necessário repeti-la aqui. Em síntese, para este autor o trabalho precário é “a nova questão social” ao fim do século XX,

mais ainda que o desemprego, no marco de uma profunda transformação na estrutura do emprego em que o emprego “típico” deixa de sê-lo, enquanto o emprego “atípico” seria agora o normal. Este processo ademais não é marginal nem temporário mas sim forma parte do núcleo da reestruturação do capitalismo em sua forma globalizada.

Foi a obra do Gerry e Janine Rodgers (1992)<sup>9</sup> a que assentou as bases para um uso mais rigoroso do termo. A maioria da bibliografia consultada emprega o conceito tal como foi definido por estes autores, ou o empregam como referência para a partir dele, adicionar ou modificar alguns aspectos, com o fim de construir uma definição própria. Por trabalho precário eles entendem aquele que reúne uma ou mais de uma, das quatro características seguintes: em primeiro lugar, é um trabalho por um período de tempo definido ou que tem um alto risco de ser finalizado. Em segundo lugar, são trabalhos que geram ganhos insuficientes para a reprodução social do trabalhador sendo esta característica social e culturalmente determinada. Em terceiro lugar, o trabalho é precário quando carece de uma adequada proteção social dado pela cobertura social, já seja porque não tem seguro contra demissão, porque não se realizam as contribuições para aposentadoria correspondentes, porque não têm proteção para a saúde, porque não recebe prestações familiares ou outros benefícios sociais que normalmente segundo a legislação ou a prática consuetudinária lhe corresponde receber aos trabalhadores. Mas o amparo social também deve entender-se como amparo contra demissões arbitrárias, a discriminação racial ou de gênero e o amparo contra condições de trabalho inadequadas. Em quarto lugar, os trabalhos são precários quando o trabalhador não tem um adequado controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho devendo aceitar condições como a extensão da jornada trabalhista, ou do ambiente físico em que se desenvolve o trabalho, ou relações de dominação e sujeição pessoal, ou de perigo físico no

---

<sup>9</sup> Não se encontrou que o conceito de trabalho precario seja utilizado pela Organização Internacional do Trabalho. Não figura em su Tesaurus se no Glossário de Términos mais freqüentemente utilizados em seus documentos.

desenvolvimento das tarefas, ou de más condições de higiene no lugar de trabalho, etc. Estas situações revelam a falta de capacidade de negociação por defeito ou ausência de uma organização dos trabalhadores (RODGERS, 1992).

Os autores mencionados fazem uma ênfase especial em destacar que embora possivelmente a maioria dos trabalhos atípicos também são precários, há situações nas que isto não ocorre.

Quando se analisa o trabalho temporário estas diferenças ficam mais evidentes. Na Europa o trabalho temporário é a forma mais freqüente do emprego atípico. Nos países (como a França) em que se outorga uma ampla cobertura e amparo aos trabalhadores assalariados estáveis é lógico supor que as formas de trabalho temporário refletem o desejo da patronal de facilitar as demissões. O trabalho temporário adota diferentes formas: contratos de duração limitada, trabalho interino através de uma agência, trabalho eventual de curta duração etc. Entretanto, certa proporção do trabalho temporário esta ligada à formação e a aprendizagem dos trabalhadores e portanto não necessariamente é vista como precária, já que contribui ao desenvolvimento profissional. Embora alguns estudos mostrem que os que trabalham por períodos curtos não necessariamente estão desmotivados ou se consideram em situação precária, outros mostram que os trabalhos temporários causam mais estresse e fadiga como consequência de uma maior exigência; que o amparo social concedido aos trabalhadores temporários é sistematicamente menor, devido às lacunas da legislação ou a que o tempo requerido para obter a cobertura é maior que o tempo do contrato; e que os períodos de desemprego entre um e outro contrato temporário aumentam a probabilidade de que o

trabalhador esteja parado (RODGERS, 1992).

Em meados dos anos oitenta, os diferentes tipos de trabalho temporário representavam entre 3% e 10% do trabalho assalariado total nos países da CEE. Embora a cifra pareça ser baixa, afeta o funcionamento do mercado trabalhista porque afeta desproporcionalmente a quem se incorpora pela primeira vez ao mercado de trabalho e aos que estiveram sem trabalhar. Cerca da metade do trabalho temporário se encontra entre os menores de 25 anos. Também afeta muito mais aos trabalhadores não qualificados. Na França 80% destes trabalhadores foram contratados temporariamente. Embora a evolução da tendência do trabalho temporário varie segundo os países europeus, em geral mostram um incremento do mesmo na década de 80 (RODGERS, 1992)

No caso europeu, o chamado trabalho de Rodgers (1992) destaca que entre as diferentes formas do trabalho por conta própria, se encontram muitas que reúnem as condições de precariedade e ainda formas irregulares e marginais como a sub-contratação de trabalhadores que figuram como conta-própria, mas que em realidade encobre o que deveria ser uma relação salarial, sem nenhum tipo de proteção social. Entretanto, segundo os estudos que apresenta o autor, também é certo que a instabilidade e a insegurança associada a alguns tipos de trabalhos por conta própria não são percebidas como uma desvantagem importante.

O trabalho por conta própria tem uma posição ambígua dentro do trabalho atípico, porque não todo ele é precário, havendo uma proporção que é trabalho estável e bem remunerado. Entretanto estudos feitos sobre o Reino Unido mostraram que o crescimento durante a década de 80 deste tipo de trabalho refletia um incremento da sub-contratação, do trabalho independente e das franquias, estando formado, em sua maior parte, por pessoas sem

empregados. O que sugere que estão na escala mais baixa do emprego por conta própria (RODGERS, 1992). Outros estudos assinalam que o trabalho por conta própria está associado a uma jornada trabalhista mais curta o qual poderia refletir em realidade, subemprego. Entretanto, a maioria dos trabalhadores por conta própria realizam jornadas muito longas, segundo outro autor (RUBERY, 1992). Por outro lado, os vínculos entre conta-própria e o desemprego são complexos. Existe a difundida opinião de que os desempregados, para não perder o seguro de desemprego, desempenham-se em forma encoberta como conta-própria. Entretanto estudos da Comissão Europeia citados por Rubery (1992) mostram que isto não é assim. Os desempregados não reúnem as qualificações necessárias para montar suas próprias empresas trabalhistas.

O trabalho a tempo parcial é geralmente considerado como parte do trabalho não padrão ou “atípico”, apesar de que por estar amplamente estendido na Europa, já não se deveria considerar como tal. Em realidade, vários dos trabalhos aos quais se refere Rodgers mostram que o trabalho parcial muitas vezes está tão protegido e tem tanta estabilidade como o trabalho padrão (por exemplo no caso dos professores). Mais ainda alguns estudos mostram que o trabalho a tempo parcial é voluntário. Os trabalhadores a tempo parcial são massivamente femininos e portanto, é possível pensar que dita opção voluntária se combina bem com outras obrigações familiares que a mulher deve ter em conta em nossas sociedades.

Entretanto, também há indicadores que mostram que há mais precariedade entre os trabalhadores a tempo parcial. Como por exemplo estudos feitos no Reino Unido mostram que a probabilidade de que um trabalhador a tempo parcial também seja temporal é duas a cinco vezes maior que no conjunto da mão-de-obra (Marshall, 1992). Por outro lado freqüentemente os direitos sociais de amparo frente à enfermidade ou contra as demissões

improcedentes, operam somente a partir de determinada quantidade de horas de trabalho ou, embora os haja na prática, são inoperantes. Muitas vezes existem também vazios legais a respeito dos direitos destes tipos de trabalhadores. Na Alemanha os estudos (BÜCHTEMANN; QUACK, 1992) mostram que um terço dos trabalhadores a tempo parcial se concentra nas famílias de ganhos baixos e com menor amparo social: *“así, una amplia minoría de trabajadores a tiempo parcial pueden ser considerados legítimamente como precarios”*. (RODGERS, 1992:22)

O trabalho em domicílio parece ter condições até de maior precariedade que o trabalho a tempo parcial. Estudos feitos no Reino Unido mostram que estes trabalhadores estão freqüentemente mal pagos, têm muita irregularidade e experimentam dificuldades para contar com o amparo da segurança social (RUBERY, 1992). O trabalho em domicílio, por sua própria natureza, é dificilmente mensurável. Estudos indiretos permitiriam sugerir que, na Europa, possivelmente represente 4% da força de trabalho total (RODGERS, 1992). O tipo de trabalho em domicílio, e seu grau de precariedade, é extremamente variável. Os limites entre trabalho em domicílio, por conta própria e assalariado são difusos. Muito do trabalho em domicílio se faz para um só patrão o qual sugeriria que é mas bem trabalho assalariado encoberto. Também é difícil de estabelecer no trabalho em domicílio, os limites entre o trabalho por conta própria e o trabalho familiar. Por outro lado, as mulheres que realizam trabalho em domicílio estão em situação mais precária que seus pares masculinos, embora o proteção legal para todos eles é escassa e os salários são muito baixos.

Os trabalhadores por contrato representam uma categoria mais difícil de julgar em termos de precariedade. Nesta categoria existe um grupo de trabalhadores de alta qualificação, com remunerações mais altas que as que se encontram em empregos padrão similares, que

embora tenham um alto risco de demissão e escasso amparo social não são percebidos como precários.

Em síntese, segundo Rodgers (1992) a simples dicotomia entre trabalhos seguros padrão e trabalhos atípicos precários, pode ser enganosa já que embora os trabalhos atípicos pareçam ser mais precários isto não sempre é assim. Entretanto, em ausência de outros indicadores, um aumento do trabalho atípico no emprego global reflete um incremento global da precariedade.

Embora a contribuição de G. e J. Rodgers tenha sido substancial para avançar na compreensão do conceito de trabalho precário, não se pode deixar de assinalar que nele só se faz referência à situação do trabalhador na relação com seu emprego ou com sua ocupação. Não existe nestes autores a intenção de analisar o trabalho precário da perspectiva do próprio trabalhador. Dito de outra maneira as variáveis que Rodgers emprega para definir um trabalhador precário são externas ao mesmo e descrevem sua relação com o trabalho, sem fazer referência a sua subjetividade.

Outro autor europeu, Serge Paugam sugere incluir, para definir e compreender o trabalho precário, a perspectiva do trabalhador. A tese de Paugam é que para explicar a precariedade se deve distinguir entre o vínculo ou a relação com o trabalho como algo distinto da relação com o emprego, já que assim como o trabalho é fonte de realização pessoal, também pode ser fonte de sofrimentos físicos e morais, que não podem ser reduzidos à questão do estatuto do emprego. É preciso tomar em conta não só a dimensão objetiva da relação trabalhista, mas também a dimensão subjetiva. Em realidade, a experiência de trabalho é um contínuo que se pode situar entre dois limites: o trabalho forçado e o trabalho



quase lúdico do artista. Entre estes dois, uma ampla gama de situações, nas que os indivíduos tentam chegar a um compromisso entre a satisfação com o trabalho e os inconvenientes que dele possam surgir. Em conclusão “a precariedade trabalhista deve ser analisada a partir da relação com o trabalho e da relação com o emprego porque elas constituem duas dimensões distintas da integração trabalhista, tão fundamental uma como a outra” (PAUGAM, 2000:17; nossa tradução)

Para desenvolver a tese de Paugam é preciso deter-se brevemente no contexto da situação do emprego na França nas últimas décadas do século XX, em que os empregos precários se multiplicaram três vezes. Como já se disse, nas décadas anteriores se construíram disposições legais, regulamentações e políticas de emprego, regulando o emprego estável. Estas mesmas regulamentações introduziram constratempos que as empresas procuraram eliminar. Por outra parte, em presença de um desemprego maciço e prolongado, mais trabalhadores estavam dispostos a aceitar empregos temporários, já que não podiam encontrar nada melhor. As empresas tenderam a oferecer maior quantidade e variedade de trabalhos precários sempre com o objetivo de obter uma maior flexibilização. As patronais argumentaram que a flexibilidade trabalhista era reclamada pelos trabalhadores que desejavam ter contratos de menos horas de trabalho (caso de mulheres com cargas de família), ou com maior flexibilidade horária, ou trabalhadores qualificados que estimavam que podiam obter maiores ganhos se vendiam sua força de trabalho a melhor oferta em diferentes empresas.

Para Paugam, o recurso ao emprego precário se inscreve em uma proposta das patronais de reforço da flexibilidade que passa pela suspensão e/ou a modificação das leis trabalhistas. O trabalho temporário (a principal modalidade que adquire o trabalho precário

para o autor) em qualquer de suas formas, apresenta várias vantagens para as empresas. A primeira é a vantagem salarial, já que não só paga salários mais baixos mas também se economiza uma série de pagamentos indiretos contemplados na legislação social. A segunda vantagem é o ajuste entre os tempos de trabalho efetivo e os tempos pagos, em especial no trabalho safral. Quer dizer, a empresa não deve encarregar-se dos custos da mão de obra que pudesse ficar ociosa nos períodos de baixa atividade. Também é necessário sublinhar as vantagens derivadas da manutenção da disciplina e o controle da mão de obra. O trabalho temporário permite à empresa selecionar melhor seu pessoal, obter mão de obra mais dócil e obter um rendimento extra, porque o empregado temporário aspira ser contratado em forma permanente e por isso extrema seu rendimento. Com esta atitude “contagia” e questiona os empregados permanentes e debilita ou extingue as reclamações corporativas e a organização sindical.

Voltemos agora para a diferenciação que fazia Paugam entre a precariedade construída a partir da relação com o emprego e a precariedade construída a partir da relação com o trabalho. Quanto à precariedade gerada pela relação com o emprego o autor reconhece três fontes diferentes: os empregos periféricos, o subemprego e a desestabilização dos empregos estáveis. Paugam utiliza a noção de emprego periférico para referir-se a aquele tipo de emprego que se separa da norma do emprego estável que se fez “típica” durante os 50’s. As formas particulares de emprego são todas aquelas que não contêm algum ou todos os elementos seguintes: a durabilidade (estabilidade) da relação do emprego, a unicidade do empregador, o tempo pleno e com salário correspondendo a uma atividade normal e permanente em uma empresa. Entre as formas juridicamente reconhecidas (na França) deste emprego periférico estão os contratos a tempo determinado, os contratos interinos, contratados, os auxiliares e suplentes do setor público, o trabalho a tempo parcial, o trabalho

intermitente, o aprendiz, os estágios e os contratos “patrocinados” ou incentivados.

Todos estes tipos de emprego remetem a duas questões diferentes que não se devem confundir. Uma é a noção de precariedade do estatuto do assalariado em relação ao contrato que o liga ao empregador; outra é a precariedade associada ao sub-emprego que se define como o que têm pessoas que trabalham involuntariamente menos que a jornada normal de emprego e que têm ou procuram um emprego complementar.

A insegurança no emprego não provêm somente dos empregos com estatuto precário e do crescimento do sub-emprego. Também é preciso ter em conta, a ameaça da perda de emprego que sofrem os que hoje estão em empregos estáveis, como consequência do possível fechamento da empresa na qual trabalha, ou pela desmobilização de uma parte importante de seu quadro de pessoal. Esta é uma ameaça permanente e é fonte de angústia para os trabalhadores estáveis em proporções crescentes segundo estudos realizados.

Em conclusão o autor diz

“...depois de ter analisado a evolução dos empregos com estatuto precário, o sub-emprego e o risco de desmobilização, pode-se concluir que a insegurança no emprego tomou proporções mais e mais importantes no curso dos últimos quinze anos e que este fenômeno continua, sob formas diferentes, já não mais a uma minoria dos assalariados a não ser a franjas numerosas da população ativa” (PAUGAM, 2000:83; nossa tradução).

Por outro lado Paugam analisa a precariedade trabalhista gerada pelo vínculo com o trabalho (e já não pelo emprego). Uma relação trabalhista pode ser precária também quando não brinda satisfações pessoais, já seja porque o salário é baixo, porque as relações com os superiores ou com seus companheiros é tensa, ou quando não encontra realização pessoal na tarefa. Esta diferenciação permite explicar porquê pessoas que têm um emprego estável, terminam renunciando a ele, porque não conseguem encontrar uma satisfação no que fazem.

Em síntese, poderia-se adicionar às afirmações do autor, que um emprego não precário é aquele que não só é estável, mas também reúne as condições de realização pessoal daquele que o exerce.

Para Paugam incluir a satisfação com o trabalho como uma variável importante para analisar a precariedade trabalhista, tem hoje mais sentido que antes porque a evolução técnica e as novas políticas de gestão da mão de obra, não conduziram a uma humanização das condições de trabalho, e sim ao contrário, a um incremento nas penúrias físicas do trabalho e a uma diminuição das margens de manobra dos trabalhadores. Embora, para alguns trabalhadores o trabalho seja uma fonte de realização pessoal, para outros é uma fonte de sofrimento cotidiano

O autor explica que a seu julgamento as investigações sobre este tema derivam de três paradigmas: O *homo faber*, o *homo economicus* e o *homo sociologicus*. O conceito de *homo faber* remete ao ato de trabalho e à satisfação que obtém quem o realiza porque lhe permite afirmar-se em uma obra precisa <sup>10</sup>.

O paradigma do *homo economicus* implica uma atitude instrumental frente ao trabalho em que a satisfação provém da remuneração que se obtém em função de sua inserção em um mercado. O salário e a perspectiva de promoção são as duas variáveis principais <sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Paugam encontra em sua pesquisa que o 85% dos trabalhadores se encontram satisfeitos com o produto de seu trabalho, cifra relativamente alta. Também encontra que as mulheres estão menos satisfeitas que os homens e que controlando por idade, é uma curva em U: os mais jovens estão satisfeitos, aos 35 anos é quando os 50 voltam a estar satisfeitos. Se se controlar por categoria sócio-profissional os resultados são muito distintos. Quanto mais qualificado o trabalhador mais satisfeito com seu trabalho. Também se deve controlar por tipo de empresa já que um mesmo tipo de trabalhador pode estar a gosto em uma empresa e mal em outra. Aqui dependerá das características da mesma.

<sup>11</sup> A partir de seus dados empíricos encontra diferenças por sexo (mulheres mais insatisfeitas com suas remunerações), por idade (os jovens mais satisfeitos), os empregados

O paradigma do *homo sociologicus* proclama que o trabalho se exerce em um quadro social e que as relações que se estabelecem entre os trabalhadores, e a satisfação com o ambiente de trabalho, influem na integração do trabalhador à empresa <sup>12</sup>.

Em síntese, Paugam desdobra o conceito de precariedade em duas componentes principais: a precariedade gerada pela relação com o emprego, e a precariedade gerada pela relação com o trabalho. Nesta última incorpora o conceito de (in)satisfação com o trabalho em três dimensões: (in)satisfação com o produto obtido, (in)satisfação com a retribuição econômica e (in)satisfação com as relações de sociabilidade no lugar de trabalho.

Na verdade, uma aproximação a esta perspectiva também estava presente na definição do Rodgers quando da quarta condição estabelecia:

*“los trabajos son precarios cuando el trabajador no tiene un adecuado control de los salarios y/o de sus condiciones de trabajo debiendo aceptar condiciones como la extensión de la jornada laboral, o del ambiente físico en que se desarrolla el trabajo, o relaciones de dominación y sujeción personal, o de peligro físico en el desarrollo de las tareas, o de malas condiciones de higiene en el lugar de trabajo, etc.”*

Entretanto, enquanto a definição do Rodgers implica a avaliação de um observador externo sobre as condições de trabalho, a de Paugam é subjetiva, (responde à satisfação ou insatisfação do trabalhador) e é mais ampla porque também inclui a satisfação do trabalhador

---

estão mais insatisfeitos que os operários, e também há diferenças importantes por tipo de empresa

<sup>12</sup> Paugam encontra que o 90% dos trabalhadores se declaram satisfeitos em relação a seus colegas mas só 60% o estão em relação ao ambiente de trabalho. As diferenças por sexo e por idade são débeis, sendo fortes as diferenças por categoria socioprofissional onde os operários estão mais insatisfeitos que os trabalhadores qualificados e os mandos meios das empresas. É importante ter em conta o “estado de espírito” que existe na relação de trabalho já que este pode ser muito diferente em empresas com futuro e boas perspectivas em relação a aquelas nas que se experimentam dificuldades econômicas ou se prevê sua próxima quebra.

com o produto de seu trabalho.

Finalmente, é necessário adicionar uma última observação: os processos que levam a incremento dos trabalhos precários e instáveis também afetam a estrutura social. Na medida em que o emprego precário não se distribui em forma homogênea, mas sim afeta mais a certas categorias sociais (mulheres, jovens, trabalhadores pouco qualificados), este processo também remodela a estrutura social. Além disso deve-se considerar a influência da precariedade do trabalho sobre os riscos de rupturas sociais e familiares, a redução da sociabilidade, assim como a diminuição das rendas e das condições de vida. Em nossas sociedades, a relação com o emprego define os direitos sociais e constitui um dos fundamentos da identidade social.

Em coincidência com o desenvolvimento do conceito de trabalho precário que se tem feito até aqui, nesta investigação se entenderá o trabalho precário como aquele que emerge de uma dupla aproximação: tanto a que tem em conta a subjetividade do trabalhador, como a perspectiva externa de um observador que atribui a uma série de variáveis a propriedade de colocar o trabalhador em uma situação de precariedade.

Portanto nossa definição resgatará a idéia de Paugam de que a precariedade também tem um conteúdo subjetivo. Esta também é sentida como tal pelo trabalhador em função de sua localização no sistema social e das possibilidades e oportunidades que tenha em sua sociedade. Como assinala Paugam, a precariedade trabalhista depende da satisfação do trabalhador com o produto de seu trabalho, com as rendas que este lhe proporciona e com o entorno trabalhista. Portanto nesta investigação, a precariedade trabalhista se definirá também de um conjunto de variáveis que refletirão a satisfação do trabalhador com seu trabalho.

Como o fazem notar alguns dos autores mencionados páginas acima, a precariedade do trabalho também terá um conteúdo socialmente determinado na medida em que é uma construção social. A variada bibliografia revisada tende a coincidir em que os quatro critérios empregados por Rodgers para definir o trabalho precário de uma perspectiva objetiva deveriam também ser incorporados à definição. Recordemos que para este autor precárias são as ocupações que: 1. são por um período de tempo definido. 2. geram rendas insuficientes para a reprodução social do trabalhador, sendo esta característica social e culturalmente determinada. 3. carecem de uma adequada proteção social, dada pela cobertura social que segundo a legislação ou a prática consuetudinária lhe corresponde receber aos trabalhadores. 4. não permitem que o trabalhador tenha um adequado controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho.

Em síntese o que se pretende sustentar é que um trabalhador será precário quando em sua relação de trabalho se combinem tanto fatores objetivos como subjetivos. Um trabalhador será precário quando sentir que sua relação com o trabalho é precária e também quando as relações estabelecidas com o emprego contêm fatores de precariedade. **Ser** precário será assim uma combinação de **sentir** a precariedade e **estar** na precariedade.

A integração das duas perspectivas da definição anterior em uma síntese operativa permite construir quatro categorias de trabalhadores precários expressas no quadro seguinte:

Quadro N° 1 – Perspectiva subjetiva: a relação com o trabalho.

|  |                 | <b>Perspectiva subjetiva: a relação com o trabalho</b> |                                 |
|--|-----------------|--|---------------------------------|
|  |                 | <b>Satisfeito</b>                                      | <b>Insatisfeito</b>             |
| <b>Perspectiva objetiva: a relação com o emprego</b> | Mais integrado  | Mais integrado e satisfeito                            | Mais integrado mas insatisfeito |
|  | Menos integrado | Menos integrado mas satisfeito                         | Menos integrado e insatisfeito  |

Fonte: Elaboração própria

A definição dada do trabalho precário e sua síntese operativa expressa no quadro anterior, dirige a atenção a que embora seja possível tratar a precariedade do trabalho como uma variável qualitativa (trabalhos precários e trabalhos não precários), dentro dos trabalhos precários (por sua magnitude e por sua importância) é conveniente diferenciar a precariedade como uma variável contínua com graus ou gradientes de precariedade. Nesse sentido, as quatro categorias identificadas no quadro superior são somente heurísticas. O investigador poderia construir tantas categorias como achasse conveniente às necessidades de sua investigação desde que operando com variáveis quantitativas.

Realizada esta discussão conceitual sobre o trabalho precário e a forma de defini-lo, é necessário explorar agora sua aplicação ao trabalho agrícola. Para isso é preciso debater primeiro sobre a especificidade do trabalho na agricultura.



## **CAPITULO 2**

### **AS ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA COMO ATIVIDADE HUMANA E OS FATORES QUE INFLUEM NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA.**

Para construir o objeto de estudo (o trabalho precário na agricultura) é necessário, em primeiro lugar, dar conta das especificidades da agricultura como atividade humana, para depois discernir as particularidades do trabalho agrícola. Entretanto, como os principais conceitos sobre o trabalho se desenvolveram a partir do trabalho industrial e (em menor medida) dos serviços, uma análise do trabalho na agricultura não pode desprender-se desta comparação.

#### 2.1. A distância entre tempo de produção e tempo de trabalho.

Diferentemente do trabalho nas manufaturas ou na indústria, na agricultura se trabalha sobre materiais vivos. Se por tempo biológico se entende o período que medeia entre o momento do nascimento de um animal até que esteja pronto para o abate, ou o tempo que passa do momento da sementeira do trigo até a colheita do grão, surge a idéia de que os tempos biológicos são muito difíceis de modificar. O trabalho aplicado à terra, por meio de ferramentas ou máquinas, não pode acelerar estes processos, já que por mais que as tarefas sejam feitas de forma mais rápida, o trigo não amadurecerá antes. Comparativamente, na indústria uma maior velocidade no processo de trabalho resultará em uma maior produção de peças por unidade de tempo e isso aumentará a produtividade do trabalho. Não ocorre isto na

agricultura.

Marx (1978) chamou a este tempo biológico “tempo de produção” e fez notar que na agricultura, se dá em grau máximo a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção. Se por tempo de trabalho se entende o número de jornadas necessárias para produzir um determinado produto. Se por tempo de produção se entende um período de tempo que tem dois componentes: A. o período de tempo durante o qual o capital está em processo de trabalho (período de trabalho) e B. o período de tempo em que o produto inacabado está sujeito à ação da natureza (período de não trabalho), então, a agricultura se caracteriza por ter amplas diferenças entre o tempo de trabalho e o tempo de produção (MANN; DICKINSON, 1978). Do ponto de vista do dono do capital, uma maior margem nesta diferença aumenta seus custos de mão de obra, já que haverá períodos de tempo durante os quais o trabalhador está contratado, mas não pode aplicar sua força de trabalho porque se está em um período de não trabalho. A solução a este dilema tem duas possibilidades: ou se diminui a distância entre o tempo de trabalho e o tempo de produção reduzindo os períodos de não trabalho (mediante a introdução de tecnologias que conduzam a esgotar este período) ou se contrata mão de obra transitória só nos períodos em que se necessita (períodos de trabalho). Na prática, fazem-se ambas as coisas, dependendo a importância de cada uma do desenvolvimento tecnológico e da existência de um mercado de trabalho que permita a contratação de trabalho temporário.

O lucro do capital depende da taxa de mais-valia e da velocidade de rotação do capital. Os tempos biológicos na agricultura, produzem rigidezes na velocidade de rotação do capital. Portanto muitas ações estarão dirigidas a tratar de aumentá-la. Desta maneira se devem interpretar todas aquelas tecnologias que tendem a diminuir e cortar os tempos biológicos. O cultivo de hortaliças sob cobertura plástica, ao criar condições especiais de temperatura e

umidade, corta o tempo entre semente e colheita. Os processos de seleção e recombinação genética que produzem variedades de cereal precoces, cortam os ciclos produtivos. A produção pecuária confinada (de aves, porcos ou ruminantes), ao diminuir a mobilidade e melhorar as condições de alimentação, aumenta a velocidade de crescimento e como consequência corta o tempo de preparação dos animais. Em todos os casos as inovações introduzidas aumentam a velocidade de rotação do capital.

É para recalcar-se então, em síntese, que as inovações agrícolas que cortam os tempos biológicos incidem na taxa de lucro por duas vias: diminuem o tempo de não trabalho (e portanto aumentam a mais-valia) e aumentam a velocidade de rotação do capital. Daí a importância das inovações e a razão pela qual nos deteremos mais adiante em desentranhar os diferentes tipos de inovação e seus efeitos sobre o trabalho agrícola.

A diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção existente na agricultura, também foi usada para explicar a permanência do grupo de camponeses ou da agricultura familiar muito além do que se preveu. O argumento é que em certas circunstâncias e em certos itens de produção e processos produtivos, a agricultura camponesa pode ser mais eficiente que a agricultura capitalista ou empresarial. Isto é porque a mão de obra familiar embora tenha um custo (que é o custo de reprodução), não implica um gasto e portanto pode competir melhor com a agricultura capitalista que deve pagar jornadas de trabalho (quer dizer um custo e um gasto) ainda quando o trabalhador estiver ocioso, devido a que se está em um período de escassa atividade (MANN; DICKINSON, 1978). Como se disse antes, este raciocínio terá maior aplicação quando a reserva de mão de obra rural for pequena, porque se isso não ocorre, os empregadores tenderão a diminuir seus custos contratando mão de obra safral. Esta característica é a que explica que na análise do trabalho rural, talvez seja

conveniente deter-se, tanto nos assalariados rurais, como nos trabalhadores familiares não remunerados, já que ambas as categorias contribuem a constituir o mercado de trabalho rural.

No caso da agricultura familiar, a contribuição da força de trabalho que se faz ao mercado de trabalho rural esta influenciada pelas necessidades de mão de obra do próprio estabelecimento rural, tanto da unidade de produção como da unidade doméstica. Também é necessário ter em conta, as eventuais necessidades de lucros do próprio grupo familiar que pode empurrar a alguns de seus membros ao mercado de trabalho. Os numerosos estudos realizados sobre a Produção Familiar, mostram uma enorme variedade de combinações e “contratos” no interior da unidade doméstica (BRUMER,1993).

Outra particularidade da agricultura, que se deriva da distância entre tempo de trabalho e tempo de produção é que durante os períodos de não trabalho, a natureza prosseguiria sua tarefa sem a intervenção humana. Entretanto esta afirmação deve ser tratada com cautela, já que os processos que se levam a cabo nos tempos de não trabalho demandam uma tarefa de vigilância. Possivelmente não seja trabalho produtivo em si mesmo, já que o trabalho humano não está atuando na transformação da matéria. As tarefas de vigilância podem conduzir posteriormente à aplicação de trabalho produtivo. Um exemplo contribuirá a esclarecer o que se está querendo expressar. Em um cultivo de trigo, entre a sementeira e a colheita, pode ser mínimo ou inexistente o trabalho humano que sobre ele se aplica, enquanto se cumpre a etapa de crescimento e se chega à maturação. Entretanto, sim há uma tarefa de vigilância do desenvolvimento do cultivo para evitar, por exemplo, o ataque de enfermidades ou o estado de umidade dos solos. A tarefa de vigilância pode chegar a identificar a necessidade da intervenção de trabalhadores para corrigir as deficiências detectadas, já seja, no exemplo, aplicando um tratamento sanitário ou regando o cultivo.

Um exemplo ainda mais pertinente é o caso do gado extensivo no Uruguai. Enquanto a natureza leva a cabo sua tarefa (em compridos ciclos) e os animais crescem, não se precisa intervenção do trabalho produtivo, mas sim se levam a cabo tarefas de vigilância para detectar enfermidades, verificar o estado dos pastos, controlar o estado dos alambrados, etc. que logo poderão necessitar das intervenções de trabalho produtivo para corrigir as falhas. Este tipo de tarefas de vigilância, de carácter contínuo, dão lugar à contratação de trabalhadores permanentes, antes que a trabalhadores safrais. Mais ainda, é possível sugerir que uma boa parte dos trabalhadores que registram nossos Censos são trabalhadores agrícolas permanentes dedicados a tarefas de vigilância, na medida em que esta fonte tem muitas dificuldades para captar o trabalho agrícola temporal.

## 2.2. Estacionalidade da produção e ciclos ocupacionais.

Outra particularidade do trabalho agrícola é a estacionalidade da produção. A agricultura evolui e demanda diferentes contingentes de trabalho ao longo das estações do ano. Esta particularidade faz que o trabalho safral, e os picos de alta e baixa demanda de trabalho, sejam uma parte constituinte do trabalho na agricultura. Isto se solucionou de diferentes maneiras ao longo da história da agricultura: quando predominava a agricultura camponesa os sistemas de empréstimo de mão de obra, que adquiriam diferentes expressões segundo as culturas, tendiam a suprir este problema. Do mesmo modo, a união do artesanato com a agricultura na unidade camponesa (já que a família camponesa produzia seus próprios tecidos e vestimentas, seu calçado, as ferramentas simples, o mobiliário, a moradia, etc.) fazia que esta indústria doméstica se complementasse com os tempos mortos da agricultura. À medida que a indústria se empossa destas atividades durante o século XIX, e produz os bens

que depois camponeses mercantilizados comprarão no mercado, a única saída possível para a família camponesa é a venda de força de trabalho de integrantes do grupo familiar (KAUTSKY, 1983). Esta força de trabalho é excedente em certos momentos do ano e mediante seu trabalho provê o dinheiro que agora se necessita para comprar os produtos no mercado. Portanto, a venda de força de trabalho da família camponesa se transforma, gradualmente, de complementar em imprescindível. Desta fonte é que se provê então a empresa agropecuária de mão de obra nas etapas de forte demanda safral, ao menos enquanto não se constituiu um mercado de trabalho rural. Mais tarde, quando este existe e há contingentes de trabalhadores completamente despojados da terra (quer dizer proletarizados), a empresa se supre de trabalhadores de dito mercado, ao qual também contribuirão, entre outros, os trabalhadores das famílias camponesas.

Mas as variações na demanda de trabalho não estão determinadas somente pelos ciclos safrais. Também há variações determinadas pelos ciclos diurnos/ noturnos que induzem rotinas de trabalho diário diferentes, como quando no verão os dias são longos ou curtos no inverno; ou as rotinas que se estabelecem em função de ditos ciclos como é o caso dos currais com duas ordenhas diárias e sem possibilidade de interrupções com o passar do ano. Também há variações que estão vinculadas às condições climáticas, que fazem que nos dias de chuva ou nevascas deva suspender-se o trabalho, enquanto que em outros momentos o trabalho deve incentivar-se bruscamente pela aparição de pragas associadas a uma elevação da temperatura ou à necessidade de regar associado à falta de chuvas e altas temperaturas, etc. Em síntese, o trabalho agrícola tem de por si grandes variações na demanda, ocasionadas por sua extrema dependência das condições naturais.

Como se disse mais acima, são duas as soluções articuladas pelo capital para

amortecer as variações cíclicas na demanda de força de trabalho: por um lado, as inovações tecnológicas com tendência a cortar os ciclos biológicos e, por outro, a segmentação da força de trabalho em um contingente de trabalhadores permanentes e um contingente de trabalhadores safrais. A primeira estratégia, permite cortar o tempo de rotação do capital, a segunda, evita pagar salários em períodos de não trabalho. Ambas permitem incrementar o lucro.

Do lado dos trabalhadores, as variações na demanda são respondidas tratando de construir um ciclo ocupacional anual. Por tal se entende, o conjunto de ocupações em que se desempenha um trabalhador em um período de tempo e em um espaço determinado.

A mudança nas ocupações que registram os trabalhadores ao longo de um ano, permite diferenciar trabalhadores que não trocam (trabalhadores permanentes), daqueles que trocam pouco, e dos que trocam de ocupação quase todos os meses. Mas ainda mais, permite diferenciar trabalhadores que têm um ciclo de trabalho articulado pelo qual, embora variem de ocupação durante o ano, fazem-no da mesma maneira todos os anos e ainda às vezes até com os mesmos padrões. Esta articulação das ocupações permite ao trabalhador uma estabilidade, gerada não pela permanência em uma ocupação, mas sim pela permanência em um percurso ocupacional fixo e predeterminado. Assim por exemplo, entre os trabalhadores uruguaios é possível detectar quem, com o passar do ano, combinam a safra da tosquia nos meses da primavera, com a safra do arroz no verão-outono, com a colheita do citrus no outono-inverno, realizando este percurso em forma regular todos os anos. No extremo oposto, encontram-se aqueles trabalhadores que fazem *changas* todo o ano trocando continuamente de ocupação e de padrão e que geralmente registram também longos períodos de desocupação.

Em forma similar, se pode entender a presença da figura do “empreiteiro” como organizador de uma equipe de trabalhadores agrícolas, que se oferecem para o desempenho de diversas tarefas, como uma forma, do ponto de vista do trabalhador, de manter um padrão e uma continuidade trabalhista, embora passando por diversas ocupações com o passar do ano. Desta forma, o crescimento do sistema de empreiteiro no campo uruguaio reflete a extensão do trabalho temporário.

Segundo a definição dada mais acima, o ciclo ocupacional anual também implica analisar a mobilidade do trabalhador no espaço e sua relação com a precariedade. Esta análise é mais complexa e deve desdobrar-se em várias aproximações diferentes. Por um lado, embora pareça óbvio, talvez seja conveniente repetir que a localização de cultivos e itens de produção está determinada por razões ecológicas, mas também por razões sociais. Entre estas últimas, a proximidade aos mercados, a proximidade a cidades e povoados onde há ampla disponibilidade de mão de obra ou a proximidade aos portos, influem na localização dos itens produtivos. Portanto, a geração de uma demanda de mão de obra, não só safral mas além disso localizada no território é parte intrínseca da agricultura, ao menos nas condições tecnológicas atuais. Esta característica influi, e explica parcialmente, a circulação de trabalhadores agrícolas no território. Sobre este tema se voltará mais adiante.

Como se disse, os ciclos de produção e os ciclos agrícolas determinados pelas estações anuais influem em que a demanda de mão de obra na agricultura seja irregular. ¿Como de importante são estas demandas cíclicas na agricultura uruguaia? Para responder esta pergunta é possível recorrer ao Censo Geral Agropecuário do ano 2000 que recolhe a informação da quantidade de jornadas safrais contratados pelas explorações agropecuárias .



Quadro N° 2. Uruguai. Explorações e mão de obra safral segundo tipo de explorações.

| Itens                | N° de Explorações | N° dias trabalhados |                 |
|----------------------|-------------------|---------------------|-----------------|
|                      |                   | Total               | Por explotación |
| Fruticultura         | 1.242             | 395.870             | 319             |
| Arroz                | 395               | 67.904              | 172             |
| Viticultura          | 1.106             | 125.742             | 114             |
| Cerealeros e indust. | 1.087             | 101.285             | 93              |
| Forestación          | 1.120             | 76.128              | 68              |
| Horticultura         | 5.263             | 317.156             | 60              |
| Aves                 | 1.084             | 20.591              | 19              |
| Vacunos de leche     | 6.037             | 91.664              | 15              |
| Vacunos de carne     | 28.244            | 426.909             | 15              |
| Ovinos               | 4.097             | 32.716              | 8               |
| Cerdos               | 1.449             | 9.845               | 7               |
| Otros                | 6.007             | 22.878              | 4               |
| Total                | 57.131            | 1.688.688           | 30              |

Fonte: elaboração propia a partir de CGA. 2000

Em primeiro lugar, voltemos a recordar que o gado ocupa uma proporção muito importante das terras do país e que, em particular, o predominante gado vacuno tem uma demanda de trabalho cíclico de pouca intensidade. O gado ovino, ao contrário, tem uma considerável demanda de trabalhadores safrais no momento da tosquia, mas como se esclareceu não é relevada pelo Censo. A conseqüência disso é que o gado, embora demande o maior volume de jornadas de trabalhadores safrais, tem uma muito baixa demanda de jornadas safrais por exploração (15 jornais por ano e por exploração). Segue-lhe em importância as explorações dedicadas à fruticultura (incluídos os citrus) que, sendo poucas explorações, demandam quase tantos jornais anuais como o gado com o qual resulta uma demanda alta de jornadas safrais por exploração (319 jornadas por ano e por exploração). A horticultura, a viticultura, os cultivos cerealeiros e industriais, os vacunos de leite e o arroz são os que seguem, nessa ordem, na demanda de jornadas de trabalhadores safrais. O reflorestamento é um caso especial já que o Censo Agropecuário não registra os trabalhadores safrais que trabalham nas equipes dos empreiteiros. Portanto este item também ocupa mais jornadas

safrais que os que figuram no quadro anterior.

Em síntese, os diferentes itens de produção do campo uruguaio demandam trabalhadores ciclicamente de acordo a suas necessidades, mas com toda claridade os cinco itens agrícolas mas intensivos (pomares, hortaliças, videiras, cereais e industriais e arroz) demandam 60% das jornadas de trabalhadores safrais apesar de que representam somente 6% da superfície explorada e 16% das explorações. É ao redor destes itens produtivos e nos espaços geográficos restringidos e localizados que eles ocupam, que se concentrará a demanda de trabalho safral da agricultura uruguaia.

### 2.3. A segmentação dos mercados de trabalho e a precariedade trabalhista na agricultura.

A segmentação em um mercado de trabalho ocorre quando os grupos menos favorecidos não podem entrar nas empresas com melhores salários ou estão limitados a certas tarefas dentro da empresa. São os agentes e as condições políticas locais os que levam a uma segmentação, impulsionando diferenças sociais ou jurídicas que tendem a justificar salários mais baixos ou piores condições de trabalho. As segmentações mais freqüentes são as de residência, gênero, idade e etnia. Nesta situação as remunerações se acham atadas à condição social do trabalhador e não a sua produtividade (ORTIZ, 1999).

#### 2.3.1. Segmentação por residência, migrações trabalhistas e precarização do trabalho agrícola.

Nas últimas décadas do século XX, se chegou a um ponto de inflexão na relação entre trabalhadores e território. A história da conquista da América Latina e sua gradual posta em produção agrícola foi a luta dos conquistadores primeiro, e dos latifundiários depois, para

fixar aos trabalhadores às terras. Para isso se criaram figuras jurídicas como a parceria, o arrendamento, o *inquilinato*, o *pongueaje*, a *mita*, o *yanaconazgo*, etc. e até se recorreu à escravidão de trabalhadores africanos e indígenas americanos. Nos pampas argentinos e nos campos do Uruguai e o sul do Brasil, o problema foi a transformação do gaúcho em peão, quer dizer a transformação de um trabalhador precapitalista em um trabalhador assalariado rural .

A fins do século XIX e princípios do século XX, o desenvolvimento da agricultura de exportação voltou a expor o problema de conseguir braços suficientes para realizar as colheitas dos cereais e os cultivos agroindustriais que a América exportava ao velho mundo. Em uma análise histórica deste fenômeno, é possível afirmar que os trabalhadores que se deslocavam para as atividades de colheita tinham duas origens: imigrantes principalmente europeus (embora também houvesse imigrantes asiáticos como os que foram ao Peru ou à costa Californiana) que realizavam a imigração “andorinha” e uma migração dentro de fronteiras, mobilizando camponeses, mão de obra familiar de pequenas explorações agrícolas e população indígena encerrada em reservas com escassa extensões de terra, empurrados a emigrar temporalmente pelas condições de pobreza em que se achavam (CHONCHOL,1994). A obtenção destes contingentes de força de trabalho era sempre um problema difícil de resolver para as patronais. Regiam assim, diferentes sistemas de alistamento, com mecanismos econômicos e extra-econômicos, aos que se ia para assegurar este fluxo vital para as empresas agropecuárias. Exemplos destes sistemas se encontram na ampla bibliografia que há a respeito, na América Latina, para colheita da cana de açúcar, a colheita de uvas, do café, do cacau, a colheita dos frutíferos, a colheita de cereais, etc. Os contingentes de trabalhadores provinham de áreas camponesas do próprio país ou de migrações provenientes de outros países, mas é possível afirmar que, em geral, era mão de obra rural que se desempenhava em

seus lugares de origem em tarefas agrícolas, e a elas voltavam terminado o trabalho na colheita. Com algumas exceções este era o padrão predominante.

A partir da segunda metade do século XX, devido ao crescimento demográfico por um lado, e às mudanças tecnológicas na agricultura por outro, esta relação se inverte e parte da população trabalhadora rural se volta excedente. Em consequência, se aceleram os processos de migração do campo à cidade. Nas últimas décadas, as melhoras nos caminhos, nos transportes e nos meios de comunicação, fomentaram a possibilidade de residir em cidades e povoados e trabalhar na agricultura. Esta situação provocou uma ruptura entre o rural e o agrícola quando até não faz muito tempo o rural coincidia com o agrícola. Na atualidade, há não poucos trabalhadores que tendo residência urbana trabalham na agricultura e inversamente trabalhadores com residência rural que trabalham em atividades não agrícolas. Quer dizer que hoje o rural não coincide necessariamente com o agrícola (GARCÍA SANZ,1997).

Em síntese, é necessário considerar que não há uma origem única para os trabalhadores da agricultura: pode ser um pequeno produtor com residência no imóvel e trabalho na mesma, que trabalha fora do predio por um certo período de tempo; pode ser um trabalhador urbano desocupado; um trabalhador agrícola com residência urbana; um trabalhador com residência rural e trabalho agrícola; um trabalhador com residência rural e que anteriormente trabalhava em tarefas não agrícolas; etc. Tampouco o destino é único, já que como a contratação de trabalhadores transitórios se estendeu como prática, demandam-se não só para colher, mas também para outras tarefas agrícolas que antes eram desenvolvidas por trabalhadores permanentes.

Como consequência desta situação é necessário revisar com cuidado o conceito de migrações de trabalhadores agrícolas. A situação prévia era uma em que camponeses e trabalhadores rurais viajavam geralmente em grupos (embora às vezes sozinhos), das localidades de residência habitual a outras mais ou menos distantes para trabalhar em tarefas agrícolas, geralmente durante a colheita. Esta situação já tinha começado a mudar na década de 70 no Brasil, quando diversos estudos identificaram um novo tipo de trabalhador, o “bóia fria”, residente na periferia urbana ou em pequenos povoados e que era transportado diariamente a seu lugar de trabalho. Sem intenção de ser exaustivos revisemos alguns dos principais estudos realizados.

Moraes Da Silva estudou os trabalhadores volantes da cana-de-açúcar na região de Riberão Preto no Estado de São Paulo. A maioria destes trabalhadores eram “bóias frias” quer dizer trabalhadores que provinham das áreas povoadas do mesmo Estado, mas quase a metade deles provinham de outros Estados em particular de Minas Gerais. A autora analisou o processo de expulsão de suas terras que sofreram estes (agora) trabalhadores sugerindo que se utilizaram mais que mecanismos de violência direta, mecanismos “legais” que obrigaram os colonos a vender suas terras a vil preço. Denominando a este processo como “a acumulação primitiva de proletários”, estende-se depois aos mecanismos que revelam e explicam a exploração a que são submetidos no trabalho nos canaviais através da tripla dominação de classe, gênero e raça. Como ela destaca, nenhuma destas relações predomina sobre a outra, mas sim a forma particular e não ordenada em que se combinam é a que permite entender o verdadeiro processo de dominação. As formas de dominação-exploração dos trabalhadores volantes são reforçadas pela estrutura jurídica brasileira que não lhes reconhece direitos de trabalhador (como sim reconhece aos trabalhadores permanentes) negando-os como tais e portanto dando pé a práticas de coerção, disciplinadoras da força de trabalho que além disso

impediram ou dificultaram a organização reivindicativa dos trabalhadores (MORAES DA SILVA, 1999).

Lara (2000) fez um estudo dos trabalhadores rurais que migram, no México, dos Estados mais pobres e com abundante população camponesa, para os Estados em que preponderam as empresas agrícolas de exportação. Encontra que esta migração (que é rural-rural) pode adquirir várias formas. Uma migração pendular, em que os trabalhadores, partindo de seu lugar de residência, vão trabalhar em outro Estado e retornam a suas casas; uma migração circular, na qual os trabalhadores passam por vários lugares de trabalho ainda em diferentes Estados, para logo retornar a sua casa e uma migração circular permanente, na qual o trabalhador já perdeu seu lugar de residência e circula de um Estado a outro e de um trabalho a outro.

Gómez e Klein (1994), no capítulo introdução a um livro que reúne cinco artigos de especialistas sobre a situação dos trabalhadores temporários no México, Brasil, Guatemala, Chile e Equador, afirmam que, até a década de 50, a demanda de trabalho safral tinha sido suprida pela força de trabalho dos camponeses independentes ou dos camponeses e trabalhadores que viviam dentro dos estabelecimentos (fazendas). A partir da década seguinte, começa-se a perceber a existência de trabalhadores agrícolas safrais, que já não eram camponeses, mas sim eram trabalhadores agrícolas sem terras que viviam todo o ano nessa condição. Os autores sugerem denominar a estes trabalhadores agrícolas, verdadeiros proletários surgidos pela decomposição de formas arcaicas de produção (a fazenda) e pelos processos de reforma agrária, trabalhadores temporários permanentes.

Deste modo fazem notar que se estava em um contexto de incremento da demanda de

trabalho safral como consequência da introdução de novas tecnologias que, por um lado aumentaram a produção por unidade de superfície, e por outro concentraram mais os períodos de demanda safral:

*“esta mayor demanda de empleo temporal pudo ser satisfecha por una categoría social, liberada de la tierra y dispuesta a contratarse por un salario, es decir, por trabajadores temporales...”* (GÓMEZ; KLEIN,1994:4).

Segundo Venegas (1993), a fruticultura chilena funciona principalmente com mão de obra local. Os trabalhadores migrantes são uma proporção menor da força de trabalho rural sazonal, diferente do que ocorre em outros países. Nos vales centrais que concentram o grosso da produção frutícola, 90% dos temporários vivem nos arredores das empresas

*“por la cercanía física que existe entre estas empresas y asentamientos urbanos de diverso tamaño, lo que existe en estos valles es un desplazamiento diario de población urbana hacia los huertos y plantas de embalaje. Este acercamiento también se ha producido como resultado de iniciativas empresariales de localizar sus inversiones en lugares con fácil acceso a la mano de obra”* (VENEGAS, 1993:58).

No caso do Uruguai, é possível detectar diferentes situações: por um lado, trabalhadores com residência urbana que diariamente se deslocam aos lugares de trabalho, como é o caso dos colhedores, de citrus no litorâneo oeste ou de frutas no sul do país. Por outro lado, trabalhadores que tendo sua residência em localidades pequenas do interior ou em pequenos terrenos rurais trabalham nos estabelecimentos rurais boiadeiros e que retornam a seus lares semanalmente ou cada quinze dias. Em um terceiro caso, trabalhadores que tendo residência rural ou urbana se deslocam pelo território em equipes, retornando a seus lares semanalmente como é o caso dos trabalhadores da tosquia ou do reflorestamento. Em alguns casos, se detectaram grupos de trabalhadores que trabalham na colheita de citrus no litorâneo oeste e se deslocam por várias semanas para a colheita de uvas no sul do país (MORENA,

1999). Não é freqüente (mais ainda, está em dúvida sua própria existência) encontrar contingentes de trabalhadores que se desloquem sozinhos ou em grupos para a realização das colheitas, como sim ocorre em outros países da América Latina.

A mobilidade espacial dos trabalhadores, em suas diferentes formas, contribui especialmente à precariedade trabalhista. Por um lado, o trabalhador se encontra separado de sua família (salvo naqueles casos em que a migração trabalhista se faz com a família) e portanto, assim como se encontra privado de seus laços afetivos, também está impedido de exercer suas responsabilidades familiares. Por outro lado, a migração priva o trabalhador das redes sociais com as que conta se estiver perto de sua família e de seu povoado. Ambas as circunstâncias, o fazem mais vulnerável às pressões e arbítrios do contratante. A mobilidade do trabalhador pode também incidir em sua capacidade de acessar os benefícios sociais que brinda o Estado, muitos dos quais como a assistência médica ou a possibilidade de continuar sua educação ou sua capacitação como trabalhador estão territorialmente definidos. Em quarto lugar, as condições de vida nos estabelecimentos rurais que recebem trabalhadores transitórios resultam ser deploráveis. Para os patrões que contratam estes trabalhadores por uns poucos dias por ano não tem sentido realizar inversões residenciais que permanecerão vazias a maior parte do ano. Para o trabalhador, que passa de estabelecimento em estabelecimento ao longo de vários meses, as más condições de vida se prolongam durante todo o ciclo migratório. Embora, na maioria dos países, as leis estabelecem que o patrão está obrigado a proporcionar condições aceitáveis de alojamento, estas, poucas vezes se cumprem. Em quinto lugar, as condições de traslado dos trabalhadores, em caminhões, com escassas comodidades e nula proteção, aumentam as probabilidades de acidentes.

A mudança freqüente de ocupação também contribui a incrementar a precariedade. Em



primeiro lugar, gera ao trabalhador períodos de desocupação não remunerados, que incidirão nos ganhos totais anuais. Em segundo lugar, a insegurança em relação à obtenção de um novo emprego, faz-o mais vulnerável às pressões salariais e à aceitação de condições de trabalho impróprias. Em terceiro lugar, a mudança repetida de ocupação impede a acumulação de conhecimentos e destrezas e desalenta a formação e a capacitação do trabalhador.

Quando as migrações se produzem com o traslado de todo o grupo familiar, situação não detectada no Uruguai, os fatores anteriores se agravam. As mulheres trabalharão também no campo, ocupando-se ademais das tarefas reprodutivas (alimentação, higiene, cuidados) em condições deploráveis; os meninos além de trabalhar nas tarefas agrícolas, não concorrem à escola, nem recebem a socialização adequada (SANCHEZ SALDAÑA, 2005).

Os mercados trabalhistas rurais também se segmentam local e regionalmente. Sem mecanismos de difusão pública da demanda, as distâncias e a falta de informação, operam segmentando a oferta geograficamente. Um exemplo disso são as formas de recrutamento (articulação de oferta e demanda) no campo uruguaio apoiadas no funcionamento de redes de diferente tipo. Nas áreas pecuaristas, as redes de conhecimento e amizade entre os patrões e destes com intermediários, tais como os comerciantes locais, os escritórios rurais, etc. atuam eficazmente na hora de procurar um trabalhador e de inquirir sobre suas qualidades trabalhistas e pessoais. Estas redes estão apoiadas nos povoados médios e pequenos do interior onde residem a maioria dos trabalhadores rurais potencialmente contratáveis. Em realidade os povoados pequenos e médios são como o *panóptico* de Foucault. Desde estes, os patrões podem ver sem ser vistos, em sua busca de trabalhadores. Tampouco terá que descartar (embora nada se saiba disso) a possibilidade de que os trabalhadores também tenham suas próprias redes de informação, tanto para a busca de oportunidades de trabalho,

para informar-se das características dos patrões e dos trabalhos ofertados. Entretanto a capacidade de eleição por parte dos trabalhadores em âmbitos (povoados rurais) com as mais elevadas taxas de desocupação, devem ser escassas. As formas de recrutamento vigentes tendem a facilitar a precarização da relação de trabalho.

É possível agora tentar relacionar a residência dos trabalhadores com o trabalho agrícola precário no campo uruguaio. Para começar a Levantamento de Lares Rurales (ENHR, 2000), permite analisar a relação entre o lugar de residência da população ativa e a precariedade das relações de trabalho. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a ocupação dos ativos por ramo de atividade, varia conforme residam em localidades pequenas ou nas áreas rurais como população dispersa.

Quadro Nº 3. Uruguai. Estrutura do emprego por ramo de atividade da ocupação principal segundo localidade.

|                           | <b>Urbano &lt;5.000</b> | <b>Rural disperso</b> |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Ramo 1                    | 25,4                    | 76,6                  |
| Minas e pedreiras         | 0,2                     | 0,3                   |
| Indústrias manufatureiras | 9,5                     | 5,4                   |
| Electricidade, gás y água | 0,8                     | ...                   |
| Construção                | 9,0                     | 1,3                   |
| Comércio                  | 14,0                    | 5,7                   |
| Hotéis e restaurantes     | 2,0                     | 1,0                   |
| Transp. e comunicações    | 5,5                     | 1,4                   |
| Serviços a empresas       | 2,6                     | 1,2                   |
| Administração pública     | 9,6                     | 1,4                   |
| Encino                    | 4,1                     | 2,4                   |
| Saúde                     | 4,4,                    | 0,6                   |
| Outros serviços           | 4,1                     | 1,0                   |
| Serviço doméstico         | 8,9                     | 1,9                   |
| Total                     | 100,0                   | 100,0                 |

Fonte: MGAP. ENHR, 2.000

Em efeito enquanto que os ocupados residem em áreas dispersas 76.6% estão ocupados no Ramo 1 enquanto que nas localidades de menos de 5.000 habitantes só o estão 25,4% dos ativos. Nas localidades pequenas, observa-se a importância de atividades vinculadas ao

comércio, as indústrias manufatureiras, a construção, a administração pública e o serviço doméstico.

Estabelecidas estas diferenças revisemos a população ocupada em cada uma destas áreas segundo indicadores que contribuem à precariedade do emprego.

Quadro Nº 4. População ocupada em condições de precariedade segundo área geográfica.

|                         | <b>Urbano &lt; 5.000</b> | <b>Rural disperso</b> |
|-------------------------|--------------------------|-----------------------|
| Precariedade do emprego | 33,5                     | 31,4                  |
| Subemprego              | 15,7                     | 7,8                   |
| Taxa de desemprego      | 13,0                     | 4,0                   |

Fonte: MGAP. ENHR 2.000

Nas áreas urbanas pequenas, a precariedade, o subemprego e o desemprego são maiores que na área rural dispersa. Parte da explicação, se vincula à questão da residência. Os ativos que podem residir na área rural dispersa, são aqueles que por estar empregados residem nos estabelecimentos agropecuários ou são pequenos produtores que vivem em seus estabelecimentos. Quando os trabalhadores assalariados perdem o emprego devem abandonar sua residência no estabelecimento e geralmente se dirigem e se assentam nos pequenos povoados onde reside sua família ou seus familiares à espera de obter outro emprego. Esta seria a explicação de que o desemprego seja baixo nas áreas dispersas e maior nos povoados pequenos. O subemprego é baixo nas áreas dispersas porque nos estabelecimentos agropecuários não existe a prática, nem nas tarefas agropecuárias tem maior lógica, que se empregue um trabalhador só parte do tempo. Quanto à precariedade do emprego, também é explicável que seja nos pequenas localidades onde haja índices mais altos na medida que há ali mais trabalhadores eventuais.

Dito de outra maneira, os ativos das áreas rurais dispersas possivelmente sejam em sua maioria trabalhadores assalariados permanentes dos estabelecimentos agropecuários, ou produtores familiares ou patrões rurais e portanto tenham menores níveis de precariedade que os trabalhadores dos pequenos povoados, onde se encontram em maior proporção os trabalhadores eventuais ou safrais.

Os mercados de trabalho agrícola e não agrícola estão vinculados, e portanto, para compreender melhor as causas da precariedade do trabalho agrícola é preciso examinar, embora seja brevemente, a precariedade do trabalho não agrícola. Para fazê-lo é necessário utilizar duas fontes de informação que são complementares. Sobre a população economicamente ativa rural já se trabalhou neste mesmo Capítulo, mais acima, a partir da ENHR, 2000. Para a população economicamente ativa urbana (para populações de mais de 5000 habitantes) recorrerá-se a um estudo realizado por uma equipe interdisciplinar para a Central de Trabalhadores do Uruguai, PIT-CNT no ano 2000, apoiado nos resultados da Pesquisa Contínua de Lares.

O mencionado estudo explora a situação daqueles trabalhadores que têm problemas de emprego diferenciando-os dos que não têm problemas de emprego. Na primeira categoria situam-se os trabalhadores desempregados, os subempregados, os trabalhadores informais e os trabalhadores precários. Por subempregados, se entende a todos aqueles trabalhadores públicos, privados ou cooperativistas ou trabalhadores independentes que trabalham menos de 40 horas semanais e declaram que desejam trabalhar mais. Por trabalhadores informais, se entende os trabalhadores por conta própria com ou sem local, assalariados privados de microemprendimentos e os patrões de microemprendimentos (com menos de cinco ocupados). Por trabalhadores precários, se entende neste estudo, todos aqueles que são empregados

privados sem cobertura de segurança social, os empregados privados com um emprego instável e os trabalhadores não remunerados. Como se observa, a definição de trabalho precário que se utiliza neste estudo não contempla o nível de renda dos trabalhadores nem sua capacidade de controlar o entorno de trabalho e portanto é parcialmente diferente à que se emprega nesta investigação. Apesar destas diferenças, o quadro seguinte mostra a importância do trabalho precário e dos trabalhadores com problemas de emprego ao longo da década de noventa no Uruguai.

Quadro N° 5. Evolução dos problemas de emprego. Total país urbano. Em % sobre o total da PEA.

|                          | <b>1991</b> | <b>1995</b> | <b>1999</b> |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Desemprego               | 8,8%        | 10,3%       | 11,3%       |
| Subemprego               | 3,6%        | 3,9%        | 3,6%        |
| Informalidade            | 18,1%       | 18,9%       | 19,2%       |
| Precariedade             | 19,6%       | 20,0%       | 19,8%       |
| Com problemas de emprego | 50,1%       | 53,2%       | 54 %        |
| Sem problemas de emprego | 49,9%       | 46,8%       | 46,0%       |

Fonte. PIT-CNT. FESUR. 2000. Informalidade e Segurança Social no Uruguai. Mimeo. 90 págs.

No quadro se observa que durante a década de 90, apesar do crescimento sustentado do Produto Bruto, aumenta consistentemente a quantidade de trabalhadores com problemas de emprego. Isto não ocorre por uma variação na precariedade que se mantém constante mas sim pelo incremento do desemprego e da informalidade.

Entretanto a importância da população economicamente ativa com problemas de emprego no Interior Urbano é bastante maior que em Montevideu tal como se mostra no quadro seguinte:

Quadro N° 6. Uruguai. Problemas de emprego segundo localização geográfica. 1999.

|                          | <b>Montevideo</b> | <b>Interior Urbano</b> |
|--------------------------|-------------------|------------------------|
| Desemprego               | 11,9%             | 10,7%                  |
| Subemprego               | 4,1%              | 3,1%                   |
| Informalidade            | 16,9%             | 21,7%                  |
| Precariedade             | 16,8%             | 23,0%                  |
| Com problemas de emprego | 49,8%             | 58,5%                  |
| Sem problemas de emprego | 50,2%             | 41,5%                  |

Fonte: PIT-CNT e FESUR. (2000). Informalidade e segurança social. Montevideú. Mimeo. pp.: 71

Como se observa no Interior Urbano do país a precariedade chega a 23% da PEA e a população com problemas de emprego sobe a 58,5%. Se se analisar por Ramo de Atividade, no ano de 1999, a precariedade da PEA com residência urbana mas que trabalha no Ramo 1 (Atividades Agropecuárias e Mineração) chega a 11,2%.

Recordemos agora, que 33,5% dos ocupados em localidades pequenas e 31,4% dos ocupados das áreas rurais dispersas são trabalhadores precários. Portanto a precariedade é maior no meio rural que no interior urbano. Mas o fato de que neste último 58,5% da população tenha problemas de emprego e 23% tenha empregos precários, permite compreender melhor que a maior precariedade rural não é um fato isolado, circunscrito a este espaço geográfico e aos mercados de trabalho rurais, mas sim se está em presença de uma situação na qual uma proporção importante da população ativa do interior urbano e rural tem dificuldades para acessar condições dignas de emprego.

Para compreender um pouco melhor as razões pelas quais a população ativa que reside nos pequenos povos do interior tem maiores níveis de precariedade no trabalho que a população ativa que reside em forma dispersa no meio rural, também é conveniente fazer uma

breve referência histórica.

O campo uruguaio se caracterizou por uma parte considerável dos trabalhadores rurais não residir com sua família no lugar de trabalho. Esta característica se remonta ao processo de cercadura das terras a fins do século XIX que arroja um forte excedente de força de trabalho rural. Barran e Nahúm em sua História Social do Uruguai Rural estimaram que 10% da população rural da época foi expulsa de suas terras por dito processo (BARRAN; NAHUM, 1967). O Uruguai é um país que precocemente esgota sua fronteira agrícola e em um contexto de mão de obra excedente, a *estancia* pecuária selecionou o pessoal que não tinha cargas de família, não ocupando-se do custo de reprodução da força de trabalho rural. Como o denuncia dramaticamente Chiarino e Saralegui em 1938, esta se levou a cabo em pequenos povoados misérrimos, conhecidos como *rancheríos*, nos subúrbios dos povos e cidades maiores das capitais departamentais e nos minifúndios rurais. O trabalhador rural, solteiro de fato ou por que não declarava sua família, residia no estabelecimento rural e visitava esporadicamente sua família dependendo das distâncias e a autorização do empregador.

Na década de sessenta (do século XX) a situação não parecia ter mudado muito, já que segundo um estudo da época, a maior parte dos trabalhadores rurais residia nos estabelecimentos rurais. Os que não o faziam, estimados em 20%, residiam nos *rancheríos* e pequenos centros povoados. Outra proporção que não é possível calcular vivia nos subúrbios das cidades do interior, e ainda outra, que o estudo tampouco quantifica, residia nos minifúndios dos quais saíam a trabalhar nas *estancias* (CINAM-CLAEH, 1962).

Entretanto nos anos posteriores se deram importantes mudanças na residência da população ativa agrícola. A tendência foi a um incremento na população que reside nos pequenos povoados e cidades do interior mas trabalha em atividades agrícolas, em parte

impulsionados por programas residenciais estatais subsidiadas. A situação posterior se observa através dos censos nacionais de população resumidos no quadro seguinte.

Quadro N° 7. Uruguai. População Economicamente Ativa do Ramo 1 (Trabalhadores do agro e pescadores) segundo área geográfica de residência.

|        | 1985    |     | 1996    |     |
|--------|---------|-----|---------|-----|
|        | PEA     | %   | PEA     | %   |
| Urbano | 49.424  | 30  | 52.395  | 37  |
| Rural  | 116.329 | 70  | 90.984  | 63  |
| Total  | 165.753 | 100 | 143.379 | 100 |

Fonte: Censos Nacionais de População e Moradia, respectivos.

O quadro permite apreciar que no período situado entre um Censo e outro, no contexto de uma diminuição pronunciada da população em atividade, há um incremento dos que residem na área urbana mas trabalham em atividades vinculadas ao agro. Estes passam de representar 30% desta força trabalhista em 1985 a representar 37% em 1996. Como se demonstrará mas adiante com os estudos de caso, o incremento do trabalho eventual agrícola acompanhou esta tendência à “urbanização” da residência da população ativa.

### 2.3.2 A segmentação por gênero e gerações.

Nas tarefas agrícolas, a segmentação de gênero é cada vez mas freqüente. Por um lado, certas tarefas estão socialmente negadas às mulheres com o argumento de que são muito pesadas. Por outro lado, nas últimas décadas certo tipo de tarefas, no processamento agroindustrial, nos viveiros, ou na horticultura de exportação são reservadas a mulheres com o argumento de que são mas cuidadosas e têm maior habilidade manual. Os estudos comparativos mostram que a definição do que são tarefas pesadas ou nas que se requer uma



habilidade manual específica, variam de uma sociedade a outra e portanto fazem suspeitar de que, em realidade, operam como segmentações de mercado que permitem pagar salários mas baixos às mulheres (BENDINI; BONACORSI, 1998; LARA, 1998; CAVALCANTI; DA SILVA, 1999).

Páginas atrás, já se fez referência a que a presença crescente de mulheres trabalhadoras no agro está vinculada ao trabalho precário. Por um lado, o incremento de mulheres que procuram ocupações agrícolas pressiona sobre o mercado de trabalho rural: a maior oferta diminui as possibilidades dos trabalhadores de defender seus salários e condições de trabalho. Por outro lado, diferenciar entre tarefas só para homens e tarefas só para mulheres, são formas de segmentar o mercado de trabalho, já que a distribuição de tarefas ao sexo dos trabalhadores é variável segundo as culturas e portanto não existem bases objetivas para produzir estas diferenças. A segmentação do mercado de trabalho permite remunerar o trabalho pela condição social do trabalhador e não por sua produtividade. Por isso geralmente as mulheres recebem remunerações menores que os homens embora realizem o mesmo trabalho. Em terceiro lugar, a incorporação das mulheres ao trabalho agrícola desloca as formas de dominação patriarcal às ocupações. Em algumas tarefas safras são os homens que contratam a tarefa a realizar, e se fazem ajudar pelos meninos e as mulheres que integram o grupo familiar (SANCHEZ SALDAÑA, 2005; LARA, 1998). Nas plantas de processamento e embalagem de frutas, enquanto os capatazes são homens, as trabalhadoras são mulheres. Desta maneira, as formas de dominação patriarcal se transferem ao lugar de trabalho estando as mulheres subordinadas não só pela relação hierárquica mas também pela relação de gênero (BENDINI; BONACORSI, 1998). Os três efeitos resenhados, (maior oferta de trabalhadores, segmentação dos mercados e dominação patriarcal) terão como consequência uma maior precarização das ocupações à medida que se incrementa a presença de mulheres no trabalho

agrícola.

A análise da população economicamente ativa no agro uruguaio segundo sexo, mostra que a população feminina embora partindo de uma baixa participação no total da população ativa, duplica sua presença no período intercensal. Este movimento não é uniforme para todas as categorias. Nas categorias de empregadoras e de trabalhadoras assalariadas, a população ativa feminina se duplica enquanto que entre as trabalhadoras familiares o incremento só é de uma vez e média. O incremento das trabalhadoras assalariadas tem que ver com as estratégias familiares da população pobre, que envia às mulheres a trabalhar com o fim de melhorar os ganhos do grupo familiar. Mas também se relaciona ao crescimento de agroindustrias de exportação (frutas, citrus, hortaliças) que empregam a trabalhadoras em tarefas safrales.

Quadro N° 8. Uruguai. População Economicamente Ativa feminina, (trabalhadores do agro e pescadores) segundo categoria da ocupação. Em % do total da PEA feminina.

|                             | <b>1985</b>     | <b>1996</b>     |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| Patrões                     | 11,2            | 14,0            |
| Conta Própria               | 28,1            | 24,5            |
| Emp. Público                | 0,2             | 0,9             |
| Emp. Privado                | 22,0            | 26,2            |
| Trabaj Fliar não Remunerado | 37,6            | 31,0            |
| Membro Coop.                | 0,4             | 0,6             |
| Outros e ignorado           | 0,3             | 2,7             |
| Total PEA Mulheres          | 100<br>(10.879) | 100<br>(19.723) |

Fonte: Censos Nacionais de População e Moradia, respectivos

As estratégias familiares podem ser múltiplos como o demonstra a análise mas

detalhado do que ocorre com os trabalhadores familiares não remunerados. Como se há dito os produtores familiares, estiveram e estão, fortemente jaqueados pelos processos de liberalização e abertura da economia, e de integração regional. A expressão disso é sua acelerada desaparecimento como se mostrou mais acima. Uma estratégia que utilizam os produtores familiares é substituir a força de trabalho familiar não remunerada masculina dos estabelecimentos, por força de trabalho feminina. Os dados nos mostram que os trabalhadores familiares não remunerados apenas diminuem 10% no período intercensal. Entretanto, se a análise se fizer por sexo se aprecia que os trabalhadores familiares varões diminuem, enquanto crescem as trabalhadoras familiares, substituindo a aqueles.

Cancela e Melgar (2004) comparando informação do Censos de 1962 e de 1996 concluem que, no período, o número de mulheres rurais inseridas no mercado de trabalho se incrementou em 60%. Deste modo, detectam que embora as remunerações dos trabalhadores agrícolas, em forma global, não melhoraram em dito período, sim o têm feito os ganhos familiares das famílias rurais mais pobres e lhe atribuem sorte melhoria à incorporação das mulheres ao mercado de trabalho rural. Quer dizer que, segundo esta análise, dita incorporação poderia ter aumentado a precariedade das ocupações agrícolas, mas por outro lado poderia ter melhorado o ingresso dos lares rurais aos que elas pertencem.

É possível aproximar-se da situação do trabalho infantil rural através da ENHR 2000. Esta indagou sobre a situação ocupacional de meninos entre 10 e 13 anos encontrando taxas de atividade de 7% nas localidades de menos de 5000 habitantes e de 17% na área rural dispersa. Quando se analisa esta situação segundo quintiles de ingresso se adverte que nas áreas rurais dispersas, a taxa de atividade dos meninos é de 18% nas famílias mais pobres e de 14% nas famílias mais ricas. Em troca, nas localidades pequenas de menos de 5000

habitantes, a taxa de atividade dos meninos das famílias ricas é maior que nas famílias mais pobres. Os meninos pertencentes aos lares mais pobres, ocupam-se como assalariados privados em atividades agropecuárias e do serviço doméstico, enquanto que os meninos dos lares mais ricos se ocupam como trabalhadores não remunerados no comércio. Nas áreas rurais dispersas, os meninos que trabalham se ocupam como trabalhadores não remunerados, mas nos lares mais pobres alguns também se ocupam como assalariados privados.

Em resumo, embora a presença do trabalho infantil entre a população rural do Uruguai possivelmente seja menor que em alguns outros países latino-americanos é de destacar que existe, e que as taxas de atividade registradas podem estar atuando como um elemento de pressão sobre o emprego dos trabalhadores adultos.

Pesquisa-a a Trabalhadores da Tosquia permite espionar esta realidade desde outro ângulo. Nela se incluiu uma pergunta na qual lhe solicitava ao entrevistado que declarasse a idade a que tinha tido seu primeiro trabalho remunerado. O 43% desta população declarou ter recebido seu primeiro salário antes dos 14 anos. Quer dizer que neste subconjunto de trabalhadores, hoje trabalhadores zafrales, o trabalho infantil remunerado seria uma realidade mas importante que a registrada no estudo mencionado anteriormente (PIÑEIRO, et al, 2002).

#### 2.4. As inovações na agricultura e sua influência sobre a precarización do trabalho.

Como já se explicou em um ponto anterior, as mudanças tecnológicas na agricultura revistam estar dirigidos a sortear os escolhos colocados pela diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho, pela lentidão na rotação do capital estabelecida pelos ciclos biológicos, pela sazonalidade da produção e pela dependência de fatores externos vinculados ao

ambiente que impedem o desenvolvimento e a expansão do capital no agro. Graziano da Silva, (1981) realiza uma classificação das mudanças tecnológicas na agricultura em três categorias. Explorará-se que conseqüências têm sobre a força de trabalho.

#### 2.4.1. As inovações mecânicas.

Para fins do século XIX e princípios do século seguinte, expandiu-se o que se chamou a Segunda Revolução Agrícola que introduziu mudanças profundas na agricultura. Um deles foi a introdução das máquinas: colhedoras, debulhadoras, arados, primeiro atiradas por animais e logo acionadas por motores a vapor. Como faz notar Kautsky, a introdução das máquinas na agricultura não foi tão singelo como na indústria. Enquanto nesta última, a fábrica se adapta à máquina, na agricultura, a máquina deve adaptar-se às condições físicas do terreno e isto não sempre é possível. Por outro lado, a amortização das máquinas na agricultura é sempre mais difícil que na indústria já que se utilizam só alguns dias por ano e não todo o ano como nas fábricas. Como as máquinas se introduzem não para economizar força de trabalho, a não ser para economizar salários, se estes forem muito baixos, como na agricultura, há menos incentivos para mecanizar (KAUSTKY, 1983:45).

As inovações mecânicas não se puderam introduzir em todos os processos agrícolas. Na indústria é a máquina a que termina impondo a forma de organização do trabalho, os ritmos e os próprios processos produtivos. Este foi o grande contribuição que fez o *taylorismo* e logo o *fordismo* com a introdução da cadeia de montagem, quando analisou os processos de trabalho que introduziam as máquinas e os regularizou permitindo o manejo científico da força de trabalho, melhorando notoriamente a produtividade. Esta tecnologia não pôde, em geral, ser introduzida na agricultura, porque os processos produtivos não são seqüenciais mas

sim se sobrepõem uns aos outros ou são descontínuos. Portanto só algumas das tarefas da agricultura se puderam mecanizar.

Apesar destas observações, as máquinas se estenderam também na agricultura. Depois da primeira guerra mundial, com a introdução do motor de explosão nos veículos, cria-se, e se generaliza, o trator agrícola, adquirindo a mecanização um enorme impulso. Isto é devido às adaptações que se realizam por parte da indústria de maquinaria agrícola e porque esta tem importantes conseqüências: economiza salários, permite realizar as tarefas em menor tempo e com maior segurança, permite uma maior independência dos transtornos climáticos, faz os trabalhos mais rápidos e portanto permite um maior giro do capital e finalmente, as máquinas realizam algumas tarefas com maior perfeição que quando são realizadas só com ferramentas singelas.

Ali onde se podem introduzir, as inovações mecânicas afetam a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho. Atuam no sentido de reduzir o tempo de trabalho. Mas como não atuam sobre o tempo de produção, podem ter o efeito de aumentar o tempo de não trabalho. As inovações mecânicas atuam principalmente suplantando o trabalho humano e portanto diminuindo o custo do trabalho. Também simplificam o problema da contratação de grandes contingentes de trabalhadores para as tarefas agrícolas. O melhor exemplo é o da colheita de grãos, que antes da invenção das colheitadeiras mecânicas ocupava muitos trabalhadores. A contratação e o manejo destes contingentes (além de seu custo) era um obstáculo importante para o desenvolvimento da agricultura extensiva. A existência de tarefas agrícolas que, ainda hoje, mobilizam grandes contingentes humanos (geralmente através de complexos movimentos migratórios dentro e fora de fronteiras), está ligada à colheita de cultivos que ainda não se puderam mecanizar, por impedimentos do próprio cultivo ou da natureza dos

chãos (com pendentes por exemplo). Isto ocorre na colheita do cana de açúcar, dos frutíferos, da videira, de algumas hortaliças ou do café, para citar alguns casos.

#### 2.4.2. As inovações físico-químicas.

Para os cientistas de fins do século XIX, logo se fez evidente que com a exportação continuada e crescente de minerais levados nos alimentos, as terras se empobreciam rapidamente. A introdução da fertilização inorgânica, permitiu modificar o sistema de rotações de cultivos. Já não seria necessário empregar uma proporção do chão na produção de forragens para alimentar aos animais, que a sua vez produziriam o esterco para fertilizar os chãos. Agora, todo o chão se podia empregar na produção de cereais e de outros cultivos para o mercado, já que a fertilização se fazia mediante a incorporação de abonos inorgânicos. Com este descobrimento e a disseminação desta técnica de produção, a agricultura se separa definitivamente do gado: já uma não depende da outra e se aprofunda a divisão do trabalho entre as explorações. Este é outro dos rasgos da segunda revolução agrícola.

É claro, que o desenvolvimento da indústria química dirigida à agricultura foi incorporando com o passar do século XX novos campos de ação. À produção de abonos inorgânicos lhe adicionou a de herbicidas e inseticidas de distinto tipo. Destaca-se que muitas inovações neste campo derivaram da aplicação à agricultura de armas químicas desenvolvidas durante a segunda guerra mundial e nos conflitos bélicos posteriores.

O efeito da indústria química sobre os processos de trabalho tem distintos aspectos. Em primeiro lugar, os herbicidas reduziram a necessidade de mão de obra para as tarefas de controle manual das ervas daninhas. Em segundo lugar, os abonos e os inseticidas (ao

melhorar a sanidade dos cultivos) permitiram aumentar os rendimentos por unidade de superfície, com o qual elevaram os requerimentos de mão de obra para as tarefas de coleta dos frutos. Por último, como se disse mas acima, ao independizar à agricultura do gado permitiu a expansão da primeira, com o qual se incrementou a demanda global de força de trabalho, ao ser a agricultura mais mão de obra intensiva que o gado.

As inovações de carácter físico (aterros, construção de obras de irrigação e de drenagem) em geral permitiram aumentar a intensidade no uso do chão e portanto também contribuíram a incrementar a demanda de mão de obra. Também é possível que tenham contribuído a regularizar os ciclos agrícolas, já que por exemplo a irrigação elimina a dependência dos ciclos agrícolas das chuvas. portanto também teriam permitido aproximar tempo de produção e tempo de trabalho na agricultura.

#### 2.4.3. As inovações biológicas

O descobrimento das leis da genética pelo Mendel no século XIX, foi utilizado para produzir melhoras na seleção de sementes. Em realidade, a seleção de plantas era uma prática tão velha como a agricultura. Mas o conhecimento das leis da genética e sua utilização comercial nas primeiras décadas do século XX, permitiu produzir a seleção sobre bases científicas. Para mediados do século, introduziu-se a técnica da hibridação específica obtendo consideráveis aumentos na produtividade de alguns cultivos como o milho.

Em um novo salto adiante, mas recentemente, desenvolve-se a biotecnologia que em sentido estrito, consiste na manipulação do DNA, quer dizer das moléculas fundamentais da vida, as que constituem o genoma dos seres vivos, com o fim de modificar as características



de dito ser vivo em benefício do ser humano. Dessa maneira se modificaram (ou se está em vias de fazê-lo) os genomas de animais para que produzam mais eficientemente, ou para que produzam e proporcionem através do leite ou da carne, vitaminas ou antibióticos. Também se modificou o genoma de plantas para que sejam resistentes a herbicidas, ou a determinados insetos ou pragas, para que sejam resistentes à seca, para produzir mas quantidade de vitaminas ou de aminoácidos, etc. As possibilidades da biotecnologia na produção de mantimentos, na farmacêutica e na medicina são infinitas (RIECHMANN, 1998; MUÑOZ, 1998).

As inovações biológicas atuam no sentido de aumentar a produtividade de chão e portanto aumentar a demanda de força de trabalho por unidade de superfície. Assim atuaram os híbridos na expansão da agricultura de cereales durante a Revolução Verde. As inovações biológicas que acompanharam a este processo, também desenvolveram variedades de ciclo curto ou de desenvolvimento precoce. Com isso puderam cortar o período de ocupação do chão por parte dos cultivos e em alguns casos ainda permitiram um duplo cultivo em um ciclo agrícola. Com isso, elevaram notavelmente a produtividade do chão, duplicaram a velocidade de rotação do capital e também a demanda de força de trabalho. Mais ainda, ao cortar e estabilizar o período vegetativo dos cultivos, contribuiu a aproximar tempo de trabalho e tempo de produção melhorando a produtividade do trabalho agrícola. Alguns avanços biológicos mais recentes, como por exemplo a utilização de sementes de soja transgênica em combinação com um herbicida e os fertilizantes adequados, permitiu a introdução e desenvolvimento da agricultura de semeia direta que diminuiu fortemente a necessidade dos trabalhos mecânicos e em geral da demanda de mão de obra.

#### 2.4.4. As inovações agronômicas.

À classificação em três categorias de inovações proposta pelo Graziano Da Silva, se poderia adicionar um quarto tipo de inovações que são as agronômicas ou de manejo. Trata-se de inovações que tendem a melhorar o aproveitamento e a combinação dos fatores produtivos aumentando a velocidade de rotação do capital, diminuindo os tempos de não trabalho, melhorando ou aumentando a produtividade do trabalho e portanto incrementando o ganho. Entre outras se podem mencionar:

a. as técnicas de contabilidade e administração empresarial adaptada aos estabelecimentos rurais que permitem controlar os custos, identificar perdas e lucros, tomar decisões informadas, prever a contratação de trabalhadores para ajustá-los aos ciclos produtivos, etc. A isso se deve adicionar a utilização da informática para dirigir em forma mais singela os sistemas contábeis, realizar projeções, efetuar controles periódicos, etc.

b. as inovações em matéria de ligações dadas pela telefonia celular e a conexão a internet que permite seguir diariamente os preços de insumos e produtos nos mercados nacionais e internacionais, facilitando a tira de decisões e a contratação e o manejo da força de trabalho ajustando a disponibilidade de trabalhadores aos períodos de trabalho.

c. a tecnologia de sensores remotos já seja para o posicionamento das maquinarias como para a utilização de imagens via satélites no manejo e administração, que abre novas possibilidades à tarefa de vigilância dos estabelecimentos e a um manejo mas ajustado da força de trabalho.

Em síntese, as distintas inovações na agricultura terão profunda incidência na força de trabalho, detectando-se tendências contraditórias, embora com uma claro resultado para a

diminuição da demanda. Em geral, as inovações: a. diminuem os tempos de trabalho e a demanda total de trabalhadores. b. diminuem os tempos de não trabalho ajustando tempo de trabalho e tempo de produção. c. aumentam a velocidade de rotação do capital com o qual se incrementa a demanda de trabalho por unidade de superfície, mas não por unidade de produto. d. facilitam o controle e a mobilidade da força de trabalho, reduzindo a necessidade de reter trabalhadores nos períodos de não trabalho, facilitando portanto a contratação de trabalhadores safrales. e. tendem a deslocar às unidades de produção familiar e ao trabalho familiar substituindo-o pelo trabalho assalariado. f. desloca tarefas de vigilância, diminuindo a necessidade de trabalhadores permanentes. g. em alguns casos, o aumento na produtividade do chão também incrementa a demanda de trabalhadores.

No Uruguai, a aprofundamento do desenvolvimento capitalista no campo produziu uma diminuição na força de trabalho rural total nas últimas três décadas. Isto se produziu em um contexto de crescimento do Produto Bruto e da produção no setor agropecuário como se mostrou em um ponto anterior. Isto ocorre por duas razões: por um lado, a forte concentração na propriedade da terra que expulsou na metade dos produtores familiares diminuindo assim fortemente a participação dos trabalhadores familiares no trabalho total. Por outro lado, ocorreram mudanças técnicas (*tractorización, quimicación, novas variedades*) que impactaram sobre a ocupação e o emprego que oferece o setor. Os trabalhadores assalariados, diminuíram em termos absolutos mas cresceram em sua participação no total da força de trabalho rural.

A relação entre trabalho familiar e trabalho assalariado (TF/TA) decresceu ao longo das três décadas, mostrando a afirmação de formas de contratação salarial e relações sociais capitalistas. As causas para isso e as modalidades, são diferentes segundo as distintas

estratégias que empregou o capital agrário.

Em alguns casos (como no gado uruguaio até a década do 90) as mudanças técnicas estiveram dirigidas a diminuir a força de trabalho total sem trocar o volume de produto. Quer dizer que os empresários optaram por melhorar sua equação econômica, não aumentando o produto por unidade de superfície a não ser aumentando a produtividade da mão de obra. O resultado foi uma forte diminuição da força de trabalho ocupada. Em geral se vincula à idéia de um item em que as mudanças tecnológicas penetraram com maior lentidão.

Em outros casos, (como no arroz) a estratégia empresarial foi adotar mudanças técnicas poupadores de força de trabalho (mecanização) e mudanças técnicas que melhoraram notavelmente os rendimentos (biológicos e químicos). Solo aqueles produtores que adotaram estas tecnologias puderam resistir, em um contexto de preços em desce nos mercados internacionais. Portanto também houve um incremento na produtividade da terra e do trabalho. Como o contexto foi de expansão dos mercados, o emprego se manteve estável já que o incremento na área compensou a perda de trabalhadores por unidade de superfície.

Finalmente se encontrou outra situação (exemplificada pelo caso da leiteira) em que a estratégia do capital agroindustrial e agrário impulsionou mudanças técnicas poupadores de força de trabalho (mecânicos e agrônômicos) e mudanças técnicas que aumentaram a produção por unidade de superfície (biológicos e agrônômicos). Isto melhorou notavelmente a produtividade do trabalho. Entretanto, como se está em um mercado em expansão, não houve diminuição na força de trabalho total ocupada, a não ser um pequeno incremento impulsionado pelo crescimento dos trabalhadores assalariados.

Em síntese, para o caso uruguaio, embora em quase todas as situações que se analisaram houve uma diminuição da força de trabalho rural total por unidade de superfície ou por unidade de produto, por ende diminuindo os custos e possivelmente aumentando os lucros (e a competitividade), as estratégias empregadas pelo capital agrário para obtê-lo foram diferentes.

## 2.5. Remuneração do trabalho agrícola, formas de organização e resistência dos trabalhadores e sua influência na precarización do trabalho.

Os mercados de trabalho estão mediados por relações de poder. Contratantes e contratados não se apresentam em igualdade de condições. As desigualdades podem ser de caráter individual ou sociais. Entre as primeiras, note-se que devido à desocupação existente, os patrões podem escolher aos trabalhadores e som os que põem as condições de trabalho. Os trabalhadores que devem trabalhar para viver, não têm capital (e ainda às vezes têm dívidas) e não podem esperar a ter uma oferta melhor, não podem influir nas condições de trabalho. As diferenças a nível individual são reforçadas pelas relações de poder a nível da sociedade: as organizações patronais são amplas, fortes, históricas, com anos de trajetória, próximas ao poder, já que seus homens revistam ocupar poltronas ministeriais, ou têm um contato fluido com quem detém o governo. As organizações sindicais, são escassas, existem listas negras e repressão aos militantes, que desalentam a organização, geralmente não têm suficientes recursos como para que a organização se estenda no território e a dispersão dos trabalhadores rurais impede ou dificulta a organização.

As assimetrias nas relações de poder entre patrões e trabalhadores a nível individual ou grupal, muito notórias no campo, facilitam a expansão de práticas contratuais que precarizam o

trabalho agrícola, atuando sobre cada uma ou em todas quão variáveis o definem. Ainda mais, é preciso assinalar as distintas formas de violência cotidiana na sociedade rural, inseridas nas relações de trabalho, freqüentemente “naturalizadas” e por ende pouco visíveis mas que são expressões das relações de dominação de classe, gênero, raça e categoria social (TAVARES DOS SANTOS, 1992).

O mercado de trabalho rural no Uruguai tem várias características, que a nosso julgamento são necessárias de destacar, para uma melhor compreensão da forma como funciona. Por um lado, como já se há dito, é um mercado no qual historicamente houve um excedente de trabalhadores. No século XIX, porque o processo de cercadura dos campos e de fiança da propriedade expulsou a pequenos ocupantes de terras convertendo-os em trabalhadores. Durante o século XX porque os processos de mudança técnica e concentração da propriedade reduziram a demanda de trabalhadores como se explicou no compartimento anterior. Por último, recorde-se que a análise da precariedade do trabalho que se está discutindo para as últimas décadas do século está acompanhada por elevadas taxas de desocupação nos mercados de trabalho urbano que portanto pressionam sobre o mercado de trabalho rural.

Em segundo lugar, os salários rurais estiveram sempre regulados pelo Estado. É o Ministério de Trabalho e Segurança Social o que sentencia os salários rurais já que para este grupo de trabalhadores nunca se convocaram Conselhos de Salários pela fechada oposição patronal. Nestas condições, não é surpreendente que os salários rurais tenham perdido sistematicamente valor em termos reais na última década do século, convertendo aos trabalhadores agrícolas nos assalariados pior remunerados da economia (PIÑEIRO, 1988).

Em terceiro lugar, é um mercado de trabalho segmentado em que não opera livremente a oferta de trabalhadores. Como já se disse a segmentação tem várias origens: por sexo, (reservando algumas tarefas como a colheita e o empacotamento de frutas para as mulheres), por idade (a maioria dos trabalhadores rurais são muito jovens com uma média de 35 anos e um descarte dos trabalhadores de maior idade), por estado civil (prefere-se trabalhadores solteiros ou sem carga de família), e por lugar de residência (prefere-se aos trabalhadores próximos ao estabelecimento e conhecidos pelas redes sociais do patrão).

Em quarto lugar, em coincidência com o amplo programa de desregulação e flexibilização do trabalho imposto pelos governos durante a década do 90, se estendeu nas áreas rurais a figura do empreiteiro de trabalhadores. Este é um empresário (geralmente pequeno, em muitos casos alguém que a sua vez era um trabalhador) que organiza uma equipe ou bloco de trabalho e que oferece seus serviços nos estabelecimentos rurais para diversas tarefas. Este sistema de empreiteiros se estendeu em alguns itens de produção e para algumas tarefas, mas menos em outros. Tem-no feito na colheita de videiras e de fruta, no reflorestamento para tarefas de plantação, colheita, para a tosquia de ovelhas, para a colheita de cana de açúcar e de citrus, etc. No Censo Agropecuário do ano 2000 se detectaram 20.178 estabelecimentos rurais quer dizer o 35%, que tinham contratado empresas para trabalhos safrales durante dito ano. Estas empresas, empreiteiros de trabalhadores, são de difícil controle e possivelmente seja nelas nas que se registrariam os índices mais altos de contratos de trabalho precário.

Em quinto lugar, a débil organização sindical dos trabalhadores rurais, concentrada além em solo alguns setores ligados a complexos agroindustriales, mas com total ausência de organizações sindicais no pecuarismo, onde se concentra a maioria dos trabalhadores rurais. A

desarticulação do movimento sindical rural explica que as patronais não tenham encontrado oposição relevante a seus intuitos de implantar uma tecnologia poupadora de força de trabalho e a manter baixos os salários.

Em sexto lugar, como se sustentou em outro lugar (PIÑEIRO, 2002) é necessário apontar que a capacidade da sociedade uruguaia para amortecer conflitos e para integrar ainda aos setores mais pobres da sociedade, também explica, ao menos em parte, os escassos conflitos e a débil resistência oposta pelos trabalhadores rurais.

Na agricultura, como na indústria ou os serviços, existem distintas formas de remuneração do trabalho. Os salários mensais implicam um contrato mensal de trabalho, enquanto que os sistemas de pagamento semanal ou por dia implicam uma instabilidade maior, e portanto se aproximam de um pólo de maior precariedade. Os trabalhadores permanentes revistam receber um salário mensal, enquanto que os trabalhadores temporários revistam receber um pagamento por semana ou por jornal. O sistema mais utilizado para a remuneração dos trabalhadores temporários entretanto, é o pagamento por peça ou “a toque de caixa”. Neste sistema, preferido pelos empregadores, a vantagem é que este paga só pelo tempo de trabalho. Quando o trabalhador não trabalha o patrão não deve pagar. Como faz notar Moraes Da Silva (1999) é uma forma de remuneração que reforça as diferenças de habilidade, força, energia e perseverança entre os trabalhadores, estabelecendo a competência entre eles, elevando a produtividade e portanto a mais-valia apropriada pelo patrão (MORAES DA SILVA, 1999:86). Outra importante razão para empregar o pagamento “a toque de caixa” reside em que se evita a supervisão ou vigilância do trabalhador. Em efeito, neste sistema, o trabalhador se constitui em seu próprio capataz, impulsionado pela necessidade de gerar mais ganhos. Desta maneira, o empregador se economiza o salário de quem deveria atuar como



supervisores das tarefas e, por outro lado, se evita os conflitos que esta tarefa implica. Esta tarefa de supervisão dos trabalhadores é mais difícil na agricultura que na indústria, pela dispersão dos trabalhadores no espaço. Mas os sistemas de pagamento por peça ou “a toque de caixa” contribuem a fazer a relação trabalhista mais precária. Isto é assim, não só porque o trabalhador tende a exigir-se a si mesmo mais do normal, mas sim porque este sistema implica que quando o trabalhador se doente ou não pode assistir a trabalhar tampouco tem ganhos.

A forma que adquire a remuneração por peça é muito variada. Alguns exemplos para ilustrar a relação: o pagamento pode ser por peso (quilograma ou tonelada) de produto colhido, como no cana de açúcar; por bolsa ou caixa coletora (bin), como na colheita de frutas; por planta, como em alguns casos da colheita de frutíferos quando já fica pouca fruta mas o empregador deseja que as plantas fiquem sem elas; por hectare, como quando se pagam as tarefas de irrigação ou diversos trabalhos culturais; por quilômetro de alambrado construído, para o caso dos *alambradores*; por animal, como é no caso da tosquia.

Em alguns casos, esta forma de contratação estimula o emprego de mão de obra familiar e ainda de trabalho infantil. O trabalhador impulsionado pela necessidade de melhorar seus ganhos leva consigo a sua família. Mulher e filhos de diversas idades, trabalham ao mesmo tempo do chefe de família, contribuindo à tarefa do mesmo. O empregador trata somente com o chefe de família mas todos os integrantes da família contribuem com a tarefa. Desta maneira, o chefe de família se converte no capataz de sua própria família. Situações deste tipo se registram na colheita de frutas em nosso país (MORENA, 1999), mas a bibliografia dá conta desta situação em diversos países do continente, em diversos cultivos e em diversas épocas (por exemplo: LARA,2000; SÀNCHEZ SALDAÑA, 2005). A utilização de mão de obra familiar e infantil, embora possivelmente

melhore os ganhos do grupo familiar faz o trabalho mais precário, porque os trabalhadores familiares não estão registrados nem gozam de nenhum tipo de amparo.

## 2.6. As condições da empresa e a precarização do trabalho agrícola.

Paugam (2000) insistiu em que o tipo de empresa contratante também incide na precariedade da relação social que se estabelece entre patrão e empregado. Para os casos estudados por este autor, o tipo de empresa influi na expectativa que tem o trabalhador de continuar com a relação trabalhista. Empresas que andam mal economicamente e que estão ao bordo da quebra, ou que devem reduzir-se despedindo empregados, provocam em seus empregados uma situação de angústia ante a incerteza por seu futuro, que gera tanta ansiedade como aqueles que têm um contrato por tempo definido e sabem que este lhes termina ao cabo de um tempo.

Apesar da escassa informação que existe para a agricultura, é possível sugerir que o tipo de empresa também incide na precariedade da relação social que se gera. Em forma esquemática, pode-se dizer que no agro existem empresas de distinto tipo: a. empresas agrícolas integradas aos complexos agroindustriais; b. empresas agrícolas latifundiários e c. estabelecimentos de agricultores familiares. As primeiras podem ser descritas como empresas com uma alta composição orgânica do capital, uma sólida vinculação com os mercados internacionais de produtos e de tecnologia, ocupam pessoal assalariado permanente qualificado e grandes contingentes de trabalhadores safrais não qualificados contratados por empreiteiros. Geralmente provêm da transformação da empresa latifundiário ou do investimento de capitais extra agrários e às vezes estrangeiros.

Por seu lado as empresas agrárias de caráter latifundiário se caracterizam por ter uma baixa produtividade da terra, alta produtividade de uma escassa mão de obra assalariada, baixos níveis de investimento e escassa inovação tecnológica. Produzem com escassa transformação do produto. Preponderam as relações salariais de trabalho mas ainda se podem encontrar formas não capitalistas de contratação (como pagar parte do salário em espécie). Por último se encontram as empresas de caráter familiar. Estas empresas produzem para os mercados internos, com pouco desenvolvimento tecnológico (com as exceções daquelas empresas familiares que estão integradas aos complexos agroindustriales), têm limitações na disposição de recursos naturais, escasso capital e produzem principalmente a partir da utilização de mão de obra familiar podendo às vezes e em forma limitada, empregar mão de obra assalariada geralmente safral (CHIRIBOGA et al. 1992).

Neiman e Quaranta (2000) sustentam que a reestruturação das empresas agrícolas na Argentina na última década, motorizadas por profundos e intensos processos de transformação agrária, levaram-nas a adotar uma *flexibilidadade funcional* que lhes permite ajustar a quantidade e qualidade do trabalho utilizado com o propósito de resolver os dilemas e condições impostos pelo entorno. Os principais comportamentos das empresas agropecuárias seriam:

*“...la simplificación del proceso de trabajo, los ajustes en el volumen de la mano de obra, una gestión dinámica de las calificaciones y competencias laborales, la conexión más o menos automática de los niveles de remuneración a los resultados del trabajo y la elusión de regulaciones legales...”* (Neiman e Quaranta,2000:65)

Esta distinção das empresas que podem contratar trabalho agrícola em quatro categorias (três tipos de empresas agrárias e a empresa empreiteiro de mão de obra), provê um primeiro indício das relações sociais que regeriam a contratação do trabalho em cada uma

delas. Estudos diversos mostram também que os empreiteiros de mão de obra possivelmente estabeleçam condições de trabalho que levam a maiores níveis de precariedade.

No campo, o empreiteiro de mão de obra é uma figura bastante estendida e em processo de expansão. No Uruguai este recebe vários nomes: *contratista*, *cuadrillero* e o grupo humano de trabalhadores se denomina *cuadrilla* o *comparsa*. Em outros países da América Latina recebe os nomes de *gato*, *lechuzas*, *coyote*, etc. Algumas práticas dos empreiteiros de mão de obra contribuem à precariedade da relação trabalhista. Uma delas consiste em definir o pagamento do trabalho, quer dizer estabelecer o valor do que se pagará ao trabalhador por unidade produzida, logo quando se está no lugar de trabalho. Esta prática, precariza a relação de trabalho porque por ela se coloca em situação de inferioridade notória ao trabalhador, quem uma vez que está no piso do trabalho já tem muito pouca força para negociar melhoras na remuneração ou nas condições de trabalho. Com freqüência os empreiteiros de mão de obra não são empresas registradas (e portanto se faz difícil seu controle pelas autoridades competentes), não declaram a seus trabalhadores ou declaram apenas uma parte deles, não fazem os pagamentos correspondentes à segurança social, não provêem dos elementos de segurança no trabalho, e nas piores casos não cumprem com os contratos pactuados com seus trabalhadores. Sua inexistência legal faz difícil a reclamação trabalhista por parte dos trabalhadores.

Quando o que contrata ao trabalhador é uma empresa agropecuária, o trabalhador está acostumado a ter mais garantia que quando é contratado por um empreiteiro de mão de obra. Quando a empresa agropecuária terceriza a contratação de trabalhadores se desembaraça da busca de trabalhadores, de seu disciplinamento, organização e controle, transfere-lhe à empreiteiro de mão de obra a responsabilidade de colocá-los sob o amparo do Estado e a fazer

os pagamentos tributários, e se desembaraça de riscos de acidentes, reclamações, greves, etc.

Ortiz (2000) sustenta que a *tercerización* da produção na agricultura pode obedecer a diferentes motivos. Por um lado, um produtor grande pode *tercerizar* a contratação de trabalhadores entre vários empreiteiros de mão de obra para diminuir seus custos já que estes procurarão os trabalhadores em regiões onde haja desemprego, pagando salários mais baixos. Também à empreiteiro de mão de obra lhe custa menos trazer para os trabalhadores até os lugares de trabalho, às vezes desde grandes distancia, já que os transporta em seu veículo. Se o empreiteiro de mão de obra não está registrado (o que é freqüente) pode evitar impostos, contratos legais e salários fixados por lei. Ainda mais, a empresa agropecuária lhe transfere à empreiteiro de mão de obra todos os riscos trabalhistas sem que isso signifique que este os assume. Desta maneira o empreiteiro de mão de obra pode ter menores custos que a empresa agropecuária e portanto obter maior eficiência.

¿Porque então a *tercerización* não se estendeu ainda mais? Por exemplo em um dos estudos de caso desta investigação que se apresenta mais adiante (os coletores do citrus no Uruguai) observou-se que a *tercerización* era escassa. Ortiz (2000) sustenta que a *tercerización* também tem suas desvantagens. Às vezes, o empreiteiro de mão de obra, em lugar de defender os interesses do produtor termina aliando-se com os trabalhadores, aumentando a tensão corporativa em um conflito. Quando o empresário agropecuário não lhe paga o suficiente, o empreiteiro de mão de obra pode regular a supervisão. Além disso, assevera a autora, os empreiteiros de mão de obra poucas vezes compartilham as metas das empresas às que emprestam serviços, podendo refletir-se esta atitude no desinteresse por capacitar aos trabalhadores, cuidar as plantações, obter produtos de boa qualidade, etc. Isto contribuiria a explicar porque há empresas agropecuárias que preferem contratar a seu próprio

pessoal temporário.

## CAPITULO 3.

### 1. A EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO URUGUAIO.

#### 1.1. Breve análise histórica

O Uruguai desempenhou um papel de fornecedor de couros e charque dos começos de sua existência como colônia espanhola e como produtor de carnes e lã para os países europeus desde fins do século XIX. A demanda de subprodutos de origem pecuário somada a suas excepcionais características ecológicas para esta atividade produziu uma precoce apropriação da terra com este fim. Os campos foram alambrados e a propriedade delimitada, esgotando-a fronteira agrícola nessa época, quer dizer muito precocemente em comparação com outros países da América Latina. Emerge um sistema de produção, com predomínio da *estancia* pecuária, que estabelece relações assalariadas de produção, eliminando os excedentes populacionais, levando ao êxodo para as cidades do interior e para Montevideo (BARRÁN;NAHUM, 1971) <sup>13</sup>.

A princípios este século, o regime político liderado pela *Partido Colorado* e por José Battle e Ordoñez, construído como aliança entre as emergentes classes médias e frações dos trabalhadores, consegue impor um pacto tácito ao setor dos pecuaristas, mediante o qual seus direitos territoriais não se questionaram, em troca de uma considerável extração que lhes

---

<sup>13</sup> Um processo similar ocorreu nos Estados de São Pablo e do sul do Brasil com a expulsão dos posseiros. Muitos deles eram caboclos, (ou lavradores nacionais) descendentes de indígenas e europeus de larga raizame histórica que tinham desenvolvido um sistema de produção próprio (sistema de faxinal), apoiado na produção para a subsistência complementado com atividades extrativas (madeira e herba mate) e de caça e pesca. Estes camponeses não possuíam, na visão do Estado e as classes dominantes um “ethos” do trabalho e foram discriminados nas partilhas de terras para colonizar na primeira metade do século XX. (GEHLEN,1998: 130)

realizou o Estado e com a qual se construiu, também muito tempranamente, um Estado Prêvidencia, característico do Urugui da primeira metade do século XX (FINCH, 1980).

Na década de quarenta e de cinqüenta, se produz uma forte urbanização do país como conseqüência de ao menos dois processos. Por um lado, um forte processo de industrialização substitutiva de importações, aproveitando o tendência das indústrias dos países centrais para o esforço bélico, e por outro lado, um processo de mecanização agrária que expulsou a população rural ainda em um momento de plena expansão da agricultura cerealeira. Este período se conhece como o da "agriculturização" do país, porque além da extensão cerealeira mencionada, crescerá a superfície com oleaginosos, com a beterraba e a cana de açúcar, com fruticultura, com videiras, com horticultura, etc. em um esforço consciente e planejado por chegar ao autoabastecimento alimentar em todos os ítems possíveis, dadas as condições ecológicas. Entretanto, ainda nesta época, a superfície máxima plantada nunca superou o milhão e meio de hectares sobre os 16 milhões que é a superfície útil do país. O resto, sempre foi de predomínio do gado de carne e lã, e mais recentemente do gado leiteiro.

A estrutura social agrária foi extraordinariamente estável no correr deste século. O censo agropecuário de 1908 registrou aproximadamente 3.800 explorações maiores de 1.000 hectares sobre um total de 44.000 explorações, que sendo 9 % das explorações controlavam 64% da superfície aproveitável do país. Este conjunto de *estancias* pecuarias permanecem virtualmente estáveis com o passar do século. Por outro lado, a princípios de século havia uma proporção limitada de pequenos produtores, que crescem de modo sustentável na primeira metade do século, com impulsos das políticas que tendem a desenvolver o mercado interno e o autoabastecimiento alimentar. Na década de 60, os pequenos produtores (produtores familiares) chegaram a ter 65.000 explorações e representavam 75% do total, mas



controlavam apenas 9% da superfície (PIÑEIRO,1991). Alguns autores estimaram que com esta composição chegaram a contribuir com 57% do valor da produção agropecuária (ASTORI et al,1982). Posteriormente entraram em um acelerado processo de decomposição, que atualmente os reduziu à metade.

A *estancia* pecuaria cedo estabeleceu relações salariais de produção. Em presença de um excesso de oferta de trabalhadores, pôde impor uma relação social na qual contratou primordialmente trabalhadores solteiros, expulsando a família rural da *estancia*. Assim a reprodução social dos trabalhadores se levou a cabo só parcialmente no estabelecimento rural e principalmente em pequenos povoados e vilarejos do interior rural ou nos minifúndios de produção familiar (CINAM-CLAEH, 1962).

Logo depois da crise dos trinta, em que se produz um reacomodamento dos mercados agropecuários, com a conseguinte perda de proeminência de nosso país em relação aos países do Commonwealth. A criação de gado uruguaia se estanca e entra em um longo período de cinquenta anos, em que os índices de produtividade não crescem. O estancamento da pecuaria teve profundas repercussões, não só no setor agropecuário. Sendo o principal produtor de excedentes que depois eram redistribuídos no conjunto da sociedade, sua falta de crescimento repercutiu nas agroindustrias processadoras, no emprego, na geração de divisas imprescindíveis para as importações e em geral no crescimento do mercado interno. O estancamento econômico derivado do setor agropecuário, também influenciou na vida política do país, já que os diferentes setores sociais se enfrentaram em uma inflamada luta por captar os escassos excedentes produzidos nestas circunstâncias. Em parte, este enfrentamento esteve presente nas lutas sociais da década de setenta, que terminaram com a democracia e instauraram um governo militar no país, que impôs um modelo econômico diferente.

Nas últimas três décadas do século XX, se impõem novos rumos à economia. No agro significou um processo de desregulamentação e de desproteção que teve diferentes significados para os diferentes subsetores. Para os criadores de gado, permitiram uma maior e melhor captação dos preços internacionais, melhorando suas condições de competitividade. Para a agricultura, onde havia poucos itens com competitividade internacional, significou o quase desaparecimento de alguns (açúcar) ou a restrição de alguns deles (cereais, horticultura) e o crescimento de outros como o arroz, a cevada, os citrus, o reflorestamento e a produção láctea, que registraram um forte impulso exportador.

Um forte apoio estatal à diversificação da produção agropecuária e industrial com destino às exportações, permitiu modificar o perfil histórico das mesmas, de tal maneira que as exportações de carne e lã que historicamente tinham representado entre 60% e 80% do total passam a ser só 40% na década de setenta, 35% na década de oitenta e 30% na década de 90.

## 1.2. Distribuição da terra.

A política agrária aplicada durante os últimos anos do século XX teve como conseqüência uma concentração ainda maior na distribuição da terra e dos principais meios de produção. A agricultura familiar, (assimilada neste caso aos terrenos com menos de 100 hectares), que produz para o mercado interno, com níveis de demanda decrescentes e tendo que competir com a importação de produtos agrícolas, viu-se claramente afetada, alcançando níveis de decomposição nunca registrados anteriormente.

O quadro seguinte mostra as tendências na distribuição da terra por estrato de tamanho das explorações com o passar do século passado.

Quadro Nº 9. Uruguai. Evolução do número de explorações agropecuárias.

| <b>Explo<br/>Ração</b>   | <b>1908</b> | <b>1913</b> | <b>1937</b> | <b>1951</b> | <b>1961</b> | <b>1970</b> | <b>1980</b> | <b>1990</b> | <b>2000</b> |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>1.000 y<br/>+ há.</b> | 3.781       | 3.551       | 3.485       | 3.602       | 3.809       | 3.961       | 3.895       | 4.030       | 4.034       |
| <b>100 a<br/>999 há.</b> | 15.375      | 18.995      | 17.467      | 18.530      | 18085       | 16.963      | 17.532      | 16.975      | 17.052      |
| <b>1 a 99<br/>há.</b>    | 24.433      | 35.984      | 52.462      | 63.126      | 65.034      | 56.239      | 46.935      | 33.811      | 36.045      |
| <b>Total</b>             | 43.874      | 58.530      | 73.414      | 85.258      | 86.928      | 77.163      | 68.362      | 54.816      | 57.131      |

Fonte: FINCH,H. História Económica del Uruguay. Montevideo,1980, e seleção de Censos Gerais Agropecuários respectivos.

Nota: O número máximo de explorações se registrou no Censo de 1956 com 89.130 explorações.

O emprego da categoria “pequenas explorações” (de 1 a 99 há.) é só um artifício para assemelhar-se ao conceito de produtor familiar dado pelas restrições da informação censal.

.. Para compreender o significado do aumento registrado nas explorações agropecuárias o melhor é referir-se às explicações proporcionadas pelo próprio organismo que levou a cabo o Censo:

*“ Las explotaciones censadas registraron un aumento con respecto al censo anterior. El grueso de dicho aumento ocurre entre las explotaciones de menos de 5 hectáreas, muchas de las cuales revisten el carácter de “no comerciales”. El aumento en el número de explotaciones pequeñas puede, en buena medida, estar explicado por cambios metodológicos en la operativa de campo –incluyendo el uso de una nueva base cartográfica- que muy posiblemente hayan mejorado la cobertura de censos anteriores en algunas zonas contiguas a las principales áreas urbanas. No obstante, en los restantes tramos de tamaño - integrados por establecimientos “tradicionales” de neto carácter comercial- el número de explotaciones se ha mantenido en niveles muy similares a los del censo anterior, en una clara contraposición a lo acontecido entre 1970 y 1990, período en el que desaparecieron más de 22 mil explotaciones agropecuarias o sea casi el 30% de las censadas en 1970. Resulta claro, por lo tanto, que en el transcurso del último decenio se detuvo el proceso de desaparición de explotaciones, lo que constituye uno de los resultados mas relevantes que arroja el CGA 2.000.”*

Como se pode apreciar, a quantidade de explorações cresceu durante os primeiros cinquenta anos do século XX, para chegar a um máximo de 89.130 explorações no ano de 1956. A partir desse ano, começam a diminuir para chegar a um mínimo de 54.816 explorações em 1990 (cifra similar a de 1913). Caso analisemos a variação no número de terrenos por estrato de tamanho veremos que a diminuição esteve centrada nos terrenos de menos de 100 hectares, que são os que se podem categorizar como explorações de carácter familiar. portanto a diminuição de trabalhadores familiares tem esta origem. Como se verá mas adiante, existiu uma íntima relação entre as mudanças tecnológicas e o declínio da produção familiar nos diferentes itens de produção.

### 1.3. População Rural

O Uruguai nasce à vida independente como um país com escassos habitantes. Com uma reduzidíssima população de origem indígena e com características nômades, o país se povoou a partir da imigração de origem européia. Em meados do século XIX a população do país subia a escassos 132.000 habitantes, dos quais 62% residiam na campanha. Sucessivas levadas de onda imigratórias fazem crescer a população, até que chega a um milhão de habitantes para inícios do século XX. Entretanto, dada a precoce apropriação do território esta população imigrante terá escasso acesso à terra. É por isso que a maior parte deles se radica nas cidades, principalmente em Montevideo, a cidade porto e o centro das atividades comerciais do país. Desta maneira, apesar de que a população rural continuará crescendo nas primeiras décadas do século, sua proporção no total da população diminuirá paulatinamente. Na década de 30, 30% da população do país já estava assentada em sua capital portuária.

Nas décadas recentes, os volumes totais de população crescerão lentamente como consequência das reduzidas taxas de natalidade, em um contexto em que o país não atrai mais imigrantes, mas sim pelo contrário expulsa população que emigra a outros países. Por outro lado a imigração rural-urbana se intensifica e adquire características inéditas. O Uruguai se converte no país mais urbanizado da América Latina <sup>14</sup>.

Quadro Nº 10.-Uruguai. Evolução da População segundo área de residência (em milhares)

|               | <b>1963</b> | <b>1975</b> | <b>1985</b> | <b>1996</b> |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Poblac. Total | 2.596       | 2.788       | 2.940       | 3.164       |
| Poblac. Urb.  | 2.097       | 2.314       | 2.535       | 2.872       |
| Poblac. Rural | 498         | 474         | 405         | 292         |
| Pob.Rur.%     | 19          | 17          | 14          | 9           |

Fonte: INE. Censos de População e Moradia respectivos

Com o fim de poder delimitar com clareza a população rural é pertinente esclarecer quais são os critérios operativos empregados para definir a categoria “rural”. No Uruguai esta tarefa compete ao Instituto Nacional de Estatística (INE), quem no Censo de 1963 aplica um critério apoiado na Lei Nº 10.723, denominada Lei de Centros Povoados, segundo a qual é de competência exclusiva dos governos departamentais a autorização para subdividir prédios rurais com destino à formação de centros povoados, assim como também o traçado e abertura de ruas, caminhos ou qualquer via de trânsito. É assim como através de dezenove “competências exclusivas” a população e todo o território nacional fica subdividido em áreas urbanas e rurais.

---

<sup>14</sup> População rural de alguns países do continente: Argentina, 13%, Bolívia 41%, Brasil 29%, Chile 16%, México 26%, Paraguai 49%, USA 24%. Todos os dados para 1995. Fonte: GUIA DO MONDO, Edição 1997.

Cabe também esclarecer que os governos departamentais não empregaram critérios similares para criar centros povoados ou declarar zonas urbanas. Mais ainda, muitas vezes se sobressaíram critérios puramente fiscais na atribuição da categoria urbana a pequenos agrupamentos de população. Assim se observa que excluindo as 19 capitais departamentais em todo o país, se declararam urbanos 566 assentamentos populacionais, a maioria dos quais têm menos de cem habitantes.

Se se adotar o critério, mais freqüentemente empregado nos Censos de outros países, segundo o qual a população que vive em povoados de menos de 2.000 habitantes é considerada rural, se encontram alguns resultados surpreendentes. Dos 566 povoados existentes no Censo de 1985, 491, quer dizer 87% são pequenos povoados com menos de 2.000 habitantes. Portanto a população rural que era 9,2 % da população em 1996 segundo os critérios do INE, com este critério, passaria a ser 14,3 %. Mas caso se faça abstração da população que reside em Montevideo, (que é a metade da população do país) quer dizer que se consideram só os 18 departamentos do interior do país com o critério de considerar rural a população que reside em povoados de menos de 2.000 habitantes, então a população rural do interior do país chega a ser 24,3 % do total de população dos 18 departamentos.

Pode realizar-se outro exercício, igualmente válido, para tratar de estimar a população rural. Se se empregar o critério de considerar como rural a população que reside em localidades nas que (independentemente de seu tamanho) a maior parte da população ativa trabalha no Ramo 1 (agricultura, silvicultura caça e pesca), definem-se uma quantidade de localidades nas quais se poderia dizer que, com pouca dúvida pela natureza da ocupação principal de seus habitantes, são rurais. Se se fizer este exercício, pode-se ver que a população rural chega a ser 11,6 % do total do país.

Quadro Nº 11. Uruguai. População Rural segundo diferentes critérios de estimativa. 1996.

|                  | <b>Critério INE</b> | <b>Critério 2.000 habit.</b> | <b>Critério PEA Agrícola</b> |
|------------------|---------------------|------------------------------|------------------------------|
| Artigas          | 11,3                | 19,5                         | 20,4                         |
| Canelones        | 13,2                | 21,6                         | 13,5                         |
| Cerro Largo      | 16,1                | 24,5                         | 21,2                         |
| Colonia          | 15,8                | 21,4                         | 17,4                         |
| Durazno          | 15,9                | 29,0                         | 23,0                         |
| Flores           | 14,9                | 20,0                         | 15,8                         |
| Florida          | 18,9                | 37,0                         | 22,5                         |
| Lavalleja        | 17,4                | 23,2                         | 20,4                         |
| Maldonado        | 6,2                 | 15,8                         | 6,3                          |
| Paysandú         | 9,9                 | 17,6                         | 19,9                         |
| Río Negro        | 15,9                | 24,8                         | 24,9                         |
| Rivera           | 14,6                | 17,8                         | 21,0                         |
| Rocha            | 11,4                | 24,0                         | 14,7                         |
| Salto            | 11,6                | 16,8                         | 19,6                         |
| San José         | 22,1                | 33,8                         | 24,8                         |
| Soriano          | 13,8                | 25,2                         | 23,1                         |
| Tacuarembó       | 19,6                | 26,6                         | 24,9                         |
| Treinta y Tres   | 14,4                | 24,8                         | 21,8                         |
| 18 Departamentos | 14,0                | 24,3                         | 18,1                         |
| Montevideo       | 2,8                 | 3,1                          | 2,8                          |
| Total del País   | 9,2                 | 14,3                         | 11,6                         |

Fonte: elaboração própria a partir de Censo de População e Moradia de 1996

Em síntese, os dados apresentados linhas acima, não modificam a percepção de que o Uruguai é um país fortemente urbano. Mas mostram ao menos dois aspectos pouco considerados até agora: em primeiro lugar que para os 18 departamentos que constituem o que se entende como o “interior” do país, a população rural segundo critérios internacionalmente aceitos chega a ser quase um quarto da população total. Em segundo lugar, que a delimitação demográfica da população rural não é simples e as dificuldades encontradas em realidade se devem a que o “conceito do rural” não pôde ser definido com clareza.

Cancela e Melgar (2004) comparando informação censal de 1961 e 1996 chegam às

seguintes conclusões referidas à população rural:

- Comparando as séries de população rural dos censos de população e dos censos agropecuários, concluem que os estabelecimentos agropecuários expulsaram mais população que o próprio setor rural.
- A densidade de população rural dispersa diminuiu de 27 a 18 habitantes por km<sup>2</sup>.
- As mudanças na densidade de população rural dispersa são de diferente intensidade segundo as grandes zonas agroeconómicas em que se divide o país. De tal maneira que só aumenta a densidade na área rural próxima a Montevideo e diminui (com intensidades variáveis) em todas as demais zonas.
- A população residente em áreas rurais experimenta um notório envelhecimento.
- A distribuição por sexo da população rural dispersa, denota altos índices de masculinidade (132% em 1996) Na população rural nucleada, dito índice é menor (119%) o qual indica que embora os estabelecimentos rurais expulsem população feminina, nos pequenos povoados rurais tampouco há capacidade para retê-la.

Em matéria educativa, os mesmos autores assinalam uma notória melhoria no nível educativo da população rural para os últimos quarenta anos de tal maneira que na atualidade:

- Só fica 6% de população analfabeta.
- A população rural que chegou à educação primária alcança 68% e a que chegou ao nível secundário chega a 21%.
- O maior nível educativo dos jovens e um melhor perfil educativo entre as mulheres em relação aos homens.
- Todos estes indicadores são parecidos para a população rural dispersa e a que vive em



povoados de menos de 5.000 habitantes. Mas por sua vez ditos indicadores são piores que os da população que reside em povoados e cidades de mais de 5.000 habitantes.

Quanto à moradia rural ditos autores assinalam uma notória melhoria nas condições da mesma entre 1962 e 1996. Se produziu uma diminuição das moradias com paredes de terra ou tijolo cru de 30% a 6% no período. Por sua parte, as moradias de alvenaria (em seus diferentes tipos) representaram no último censo 90% das moradias rurais. 74% das moradias rurais em áreas dispersas dispõem de energia elétrica, e uma proporção similar dispõem de água potável. Estas proporções melhoram nas moradias localizadas nos pequenos povoados rurais.

#### 1.4. Agroindustrias

Para finalizar cabe adicionar que nos últimos trinta anos houve uma tendência sustentada à integração vertical entre o agro e a indústria processadora de matérias primas, conformando cadeias e complexos agroindustriais. Se em 1970 o Instituto de Economia estimava que 65% do valor da produção agropecuária se vendia à indústria para sua transformação já em 1985 essa proporção chegava a 83%. Tanto a indústria frigorífica como a indústria têxtil foi remoçada e redimensionada em sua capacidade. Mas além disso nas últimas três décadas do século XX se desenvolveram fortemente aquelas agroindustrias que produzem para a exportação: a indústria florestal, os moinhos arroseiros, as usinas de industrialização láctea, as cervejarias, as procesadoras avícolas e as usinas de processamento e empacotamento de frutas (em especial cítricos), são os complexos que experimentaram um crescimento sustentado e uma dinâmica que se destaca e difere nitidamente da quase

estancada produção pecuária extensiva.

### 1.5. O Produto Bruto Agropecuário.

Entretanto antes de discutir estes pontos é preciso descartar uma hipótese possível: simplesmente que a diminuição dos trabalhadores se deva a uma desativação do setor agropecuário. O quadro seguinte mostra o crescimento do PBI Agropecuário nas duas décadas sob análise.

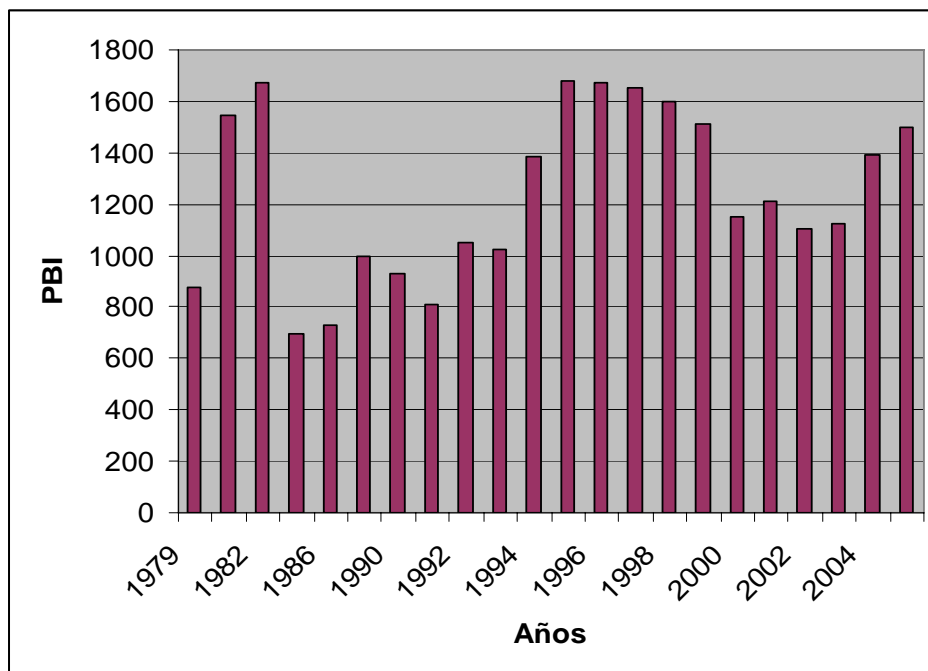


Gráfico 1 - Uruguai. Produto Bruto Agropecuário.

Fonte: DIEA. Anuários Estatísticos.

A evolução do PIB agropecuário mostra oscilações com o passar do período considerado em particular, vinculadas às crises financeiras do ano de 1982/83 e do ano de

2002. Em ambas as ocasiões, a desvalorização da moeda uruguaia produziu uma brusca diminuição do Produto Bruto Agropecuário medido em dólares, situação da que se recuperará nos anos seguintes

O crescimento é um pouco diferente entre o subsetor pecuário e o subsetor agrícola: o primeiro cresce mais lentamente que o segundo. No ano de 1996 os Valores Brutos de Produção de ambos os subsetor se igualam, algo inédito na história do Uruguai rural, onde sempre tinha predominado o subsetor pecuário.

Na década de 90, como consequência das possibilidades comerciais abertas pelo Mercosul e pela situação econômica de nosso principal sócio comercial (Plano Real no Brasil) e pelo reaquecimento dos mercados agrícolas internacionais em vários de nossos principais itens exportáveis, o setor agropecuário experimenta um crescimento incomum. Este crescimento se deterá bruscamente quando no ano de 1999 o Brasil (principal comprador de produtos agropecuários uruguaios) desvaloriza sua moeda. Nos anos seguintes, ventos de crise arrasam a região. A fins de 2000 a Argentina deve desvalorizar sua moeda e um ano e meio depois deve fazê-lo o Uruguai. Entretanto é preciso destacar que a queda do emprego agropecuário registrada pelos Censos de População entre 1985 e 1996 se produziu em um contexto de crescimento do setor agropecuário.

## 2. Os Estratos Sociais Agrários no Uruguai.

Em linha geral, se podem destacar três grandes estratos sociais: os empresários rurais, os produtores familiares e os trabalhadores assalariados agrícolas. Dentro de cada um deles se poderão distinguir depois diferentes substratos, por sua vez variarão segundo os critérios que se utilizem para criá-los. Páginas atrás já se fez uma primeira aproximação à

identificação e quantificação destes estratos ao mostrar como tinha evoluído a distribuição da terra ao longo do século XX segundo diferentes estratos de tamanho. Com essa informação se pôde fazer uma primeira aproximação à quantidade de produtores familiares (menos de 100 hectares), produtores médios (de 100 a 1000 hectares) e produtores empresariais (mais de 1000 hectares). Sem dúvida, esta aproximação é muito imprecisa, em particular porque a quantidade de terra que possui um produtor não é um bom indicador do tipo de produtor, devido a que deve considerar-se a qualidade da terra que tem e o tipo de item de produção ao que se dedica. Por isso neste ponto se classificarão os produtores por uma variável mais precisa que é a relação entre a mão de obra familiar ou assalariada que emprega cada produtor.

## 2.1 Os produtores rurais.

A produção familiar se caracteriza por ser uma forma de produção e reprodução que aplica o trabalho familiar sobre a terra que possuem, estando totalmente vinculados aos diferentes mercados e que ainda pode acumular riquezas de um ciclo produtivo anual para o outro. O objetivo da produção familiar é produzir bens agropecuários para vendê-los no mercado e de tal maneira, obter lucros que lhe permitam auxiliar às necessidades reprodutivas do grupo familiar. A exploração familiar constitui um sistema de produção complexo, composto pela terra com suas características ecológicas, pela força de trabalho contribuída pela família, os conhecimentos organizados no que se poderia entender como uma cultura agrícola e o capital patrimonial, organizados em torno de uma unidade de produção e uma unidade doméstica. Predomina a residência na terra e são os que formam e contribuem em forma principal às organizações sociais agrárias como Cooperativas, Sociedades de Fomento, Associações Cooperadoras da escola, etc. São os que conformam, em maior grau, a malha

social do campo uruguaio.

A produção empresarial se caracteriza por empregar principalmente mão de obra assalariada. Pode existir um pouco de trabalho familiar, mas a contribuição que realizam os trabalhadores familiares será sempre menor que a contribuição realizada pelo trabalho contratado. Os produtores empresariais podem dirigir a exploração eles mesmos ou podem delegar esta função em administradores ou capatazes. Os produtores empresariais poucas vezes residem no estabelecimento agropecuário, residindo mas bem nas capitais departamentais ou em Montevideu. A produção do estabelecimento é totalmente dedicada aos mercados. A diversificação produtiva é mínima, o que é o mesmo que dizer que estes estabelecimentos requerem estar altamente especializados em um item produtivo, que se converte assim na principal fonte de lucro do estabelecimento.

Com as definições anteriores é possível realizar uma estimativa da importância da produção familiar e da produção empresarial no Uruguai. Para isso se tomará como base o Censo Geral Agropecuário do ano 2.000 classificando as explorações segundo a relação entre a mão de obra familiar e a mão de obra assalariada utilizada no terreno. Quando a mão de obra familiar é maior que a mão de obra assalariada o estabelecimento foi classificado como familiar. Quando a relação era a inversa, o estabelecimento foi classificado como empresarial.

Quadro N° 12. Uruguai. Explorações de tipo Familiar ou Empresarial: superfície ocupada e trabalhadores empregados. 2000

|                    | N° Explorações | Superfície Total Ocupada | Trabalhadores Permanentes |                   | N° Ficto Trabalhadores Safrais | Total Trabalhadores | Trabalhadores por 1000 hectáres |
|--------------------|----------------|--------------------------|---------------------------|-------------------|--------------------------------|---------------------|---------------------------------|
|                    |                |                          | Assalariados              | Não Assalariados. |                                |                     |                                 |
| Explor. Familiares | 39.781         | 3.981.224                | 14.808                    | 74.351            | 2.026                          | 91.185              | <b>22,9</b>                     |
| Explor. Empresar.  | 8.706          | 12.282.758               | 37.045                    | 12.003            | 5.250                          | 54.298              | <b>4,4</b>                      |
| Total              | 48.487         | 16.263.982               | 51.853                    | 86.354            | 7.276                          | 145.483             | <b>8,9</b>                      |

Fonte: Elaboração própria a partir do CGA 2.000

Nota: O total de explorações que registra o CGA 2000 é de 57.131. Para construir este quadro, por razões metodológicas, não se consideraram as explorações que têm produção de porcos (1499) e de aves (1084) como principal fonte de ganhos. Tampouco se consideraram as explorações que não têm produção comercial (5.020) e a categoria outros (1.092)

O total de explorações agropecuárias do Uruguai no ano de 2000 era de 57.131, ocupando dezesseis milhões de hectares. Como se pode observar 82% destes estabelecimentos são familiares e 18% são empresariais. Entretanto a distribuição da terra entre estas duas categorias é muito desigual: enquanto os produtores familiares possuem 24% da terra, os empresariais possuem o resto.

Como também emerge do quadro (apesar de que o Censo Geral Agropecuário não é uma boa base de cálculo dos trabalhadores) os estabelecimentos familiares ocupam quase o dobro de trabalhadores que os empresariais. É por isso que nos estabelecimentos familiares se ocupam cinco vezes mais trabalhadores por hectare que nos estabelecimentos empresariais. É interessante assinalar que apesar da definição adotada para diferenciar os estabelecimentos familiares dos empresariais em ambos se empregam trabalhadores assalariados e se ocupam trabalhadores familiares não remunerados, embora em proporções inversas.

No segundo quadro a estimativa se realizou segundo o item que proporciona a principal renda ao estabelecimento.

Quadro Nº 13. Explorações de tipo familiar ou empresarial segundo principal fonte de lucro: superfície ocupada e trabalhadores empregados. 2000.

|                   | Tipo exploração | Nº de explorações | Superfície Total Ocupada | Nº Trabalhadores permanentes |               | Nº Fictos Trabalhadores Safral | Total Trabalhadores | Trabalhadores por 1.000há |
|-------------------|-----------------|-------------------|--------------------------|------------------------------|---------------|--------------------------------|---------------------|---------------------------|
|                   |                 |                   |                          | Assalariados                 | No Assalar.   |                                |                     |                           |
| Citricultura      | Familiar        | 158               | 4228                     | 113                          | 241           | 13                             | 367                 | 86,8                      |
|                   | Empres.         | 136               | 42.006                   | 970                          | 143           | 1075                           | 2.188               | 52,0                      |
| Frutíferos Caduca | Familiar        | 724               | 8.329                    | 344                          | 1.406         | 100                            | 1.850               | 222,1                     |
|                   | Empres.         | 224               | 9.781                    | 882                          | 477           | 187                            | 1.546               | 158,0                     |
| Viticultura       | Familiar        | 796               | 9.843                    | 393                          | 1.587         | 124                            | 2.104               | 213,8                     |
|                   | Empres.         | 310               | 16.518                   | 1.753                        | 609           | 313                            | 2.675               | 162,0                     |
| Batata            | Familiar        | 108               | 7.637                    | 78                           | 248           | 53                             | 379                 | 49,6                      |
|                   | Empres.         | 34                | 22.643                   | 467                          | 83            | 154                            | 704                 | 31,1                      |
| Horticultura      | Familiar        | 5.038             | 74.477                   | 2.340                        | 11.242        | 578                            | 14.160              | 190,1                     |
|                   | Empres.         | 83                | 8.402                    | 332                          | 241           | 316                            | 889                 | 105,8                     |
| Cereais Oleagin.  | Familiar        | 870               | 73.773                   | 360                          | 1.715         | 268                            | 2.343               | 31,7                      |
|                   | Empres.         | 217               | 280.561                  | 891                          | 436           | 83                             | 1.410               | 5,0                       |
| Arroz             | Familiar        | -                 | -                        | -                            | -             | -                              | -                   | -                         |
|                   | Empres.         | 395               | 399.236                  | 2.517                        | 579           | 236                            | 3.332               | 8,3                       |
| Leiteria          | Familiar        | 5.561             | 576.149                  | 4.067                        | 12.823        | 203                            | 17.093              | 29,7                      |
|                   | Empres.         | 476               | 433.667                  | 4.314                        | 783           | 115                            | 5.212               | 12,0                      |
| Vacunos Carne     | Familiar        | 21.798            | 2.570.870                | 5.643                        | 37.314        | 504                            | 43.461              | 16,9                      |
|                   | Empres.         | 6.447             | 10.115.095               | 22.790                       | 8.330         | 978                            | 32.098              | 3,2                       |
| Ovinos            | Familiar        | 3.904             | 570.813                  | 951                          | 6.898         | 83                             | 7.932               | 13,9                      |
|                   | Empres.         | 193               | 380.151                  | 695                          | 190           | 31                             | 916                 | 2,4                       |
| Reflorestales     | Familiar        | 824               | 85.105                   | 519                          | 877           | 100                            | 1.496               | 17,5                      |
|                   | Empres          | 191               | 574.698                  | 1.434                        | 132           | 101                            | 1.667               | 2,9                       |
| <b>Totais</b>     | <b>Famil.</b>   | <b>39.781</b>     | <b>3.981.224</b>         | <b>14.808</b>                | <b>74.351</b> | <b>2.026</b>                   | <b>91.185</b>       | <b>22,9</b>               |
|                   | <b>Empres</b>   | <b>8.706</b>      | <b>12.282.758</b>        | <b>37.045</b>                | <b>12.003</b> | <b>5.250</b>                   | <b>54.298</b>       | <b>4,4</b>                |

Fonte: elaboração própria a partir do GGA 2.000

Nota: Não se consideraram as explorações que têm produção de porcos (1.499) e de aves (1.084) como principal fonte de lucros. Tampouco se consideraram as explorações que não têm produção comercial (5.020) e a categoria outros (1.092)

O quadro mostra alguns elementos que é preciso destacar. Se se focalizar primeiro a

produção familiar se observa que mais da metade das explorações familiares estão dedicadas à produção pecuária. Isto contradiz a imagem mais comum, que se projeta ao pensar em um produtor familiar uruguaio, que é a daqueles produtores dedicados a formas de produção mais intensivas (horticultura, aves ou porcos). Como mostram os dados esta imagem possivelmente se deva a que nestes itens quase todos os produtores são familiares. Mas também mostram que sua proporção no total dos produtores familiares é menor que o esperado. Em resumo os produtores familiares uruguaio se dedicam em primeiro lugar ao gado, e também à produção leiteira, à horticultura, aos ovinos, os frutíferos e a videira.

Os produtores empresariais também se dedicam principalmente ao gado de carne, lhe seguindo em ordem os estabelecimentos que se dedicam à leiteria, ao arroz, à videira, aos frutíferos, aos cereais e aos citrus. A real importância destes produtores empresariais se adverte quando se aprecia a superfície ocupada para cada um destes itens. Ali se vê como apesar de serem poucos, controlam a maioria da superfície ocupada em cada item. O caso do arroz onde controlam 100% da superfície plantada é o extremo desta situação.

Em forma complementar à informação contribuída neste ponto no final deste Capítulo se apresenta um mapa com a distribuição dos distintos itens de produção no território.

## 2.2. Os Trabalhadores agrícolas no Uruguai.

No ponto superior se consideraram os produtores familiares como “produtores” na medida que possuem terra e dirigem pequenas empresas familiares agropecuárias. Mas os produtores familiares também podem ser entendidos como trabalhadores, na medida que aplicam força de trabalho em suas explorações sem receber uma remuneração. É este duplo



caráter o que faz conveniente voltar a olhá-los neste ponto, agora como trabalhadores. É necessário também porque ambas as categorias, o trabalho familiar não remunerado e o trabalho assalariado agrícola, interagiram, já que alguns trabalhadores passam de uma a outra categoria ao longo de seu ciclo vital ou em períodos mas curtos, às vezes ao longo de um mesmo ano.

Para analisar a evolução da PEA rural e para compreender a evolução dos trabalhadores familiares e dos trabalhadores assalariados se conta com duas fontes de informação: o Censo Geral de População e Moradias e o Censo Geral Agropecuário. Enquanto o primeiro Censo censeia toda a população do país, o Censo Agropecuário censeia a população que reside em estabelecimentos de mais de um hectare de superfície ao momento do mesmo. Portanto este último Censo não registra os trabalhadores que residem em estabelecimentos de menos de um hectare (que geralmente são mão de obra assalariada de estabelecimentos maiores) nem tampouco censeia os trabalhadores temporários que residem em povoados e cidades. O Censo de População é mais completo, mas por outro lado o Censo Agropecuário dá mais informação. É preciso pois trabalhar com ambos.

A comparação do volume da População Economicamente Ativa do Ramo 1 (Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca) para os três últimos Censos de População mostra que enquanto se manteve constante entre os dois primeiros Censos houve uma pronunciada diminuição entre 1985 e 1996, de 13% do total inicial <sup>15</sup>. Se se fizer referência agora aos Censos Agropecuários, observa-se que a categoria Total de Trabalhadores Rurais

---

<sup>15</sup> Para localizar o contexto em que se produzem as modificações na PEA rural, é preciso destacar que há um notável incremento no total da População Economicamente Ativa no país que cresce em 24% na última década. (1975: 1.077.300; 1985:1.159.000 1996:1.440.489. Como se sabe este crescimento se deveu em boa parte a feminización da população ativa.

(relativamente comparável à PEA) experimentou um queda forte mas constante entre os censos, perdendo 23% dos trabalhadores do setor nos 20 anos. A explicação para que o CGA registre maior diminuição que o CGPV, apóia-se em que cresceu o número de trabalhadores agrícolas com residência urbana (que não são registrados pelo Censo Agropecuário) (PIÑEIRO, 1999). Como se observa, o CGPV é mais exato em descrever a situação real, em termos gerais.

Quadro Nº 14.- População de 12 anos ou mais de idade Economicamente ativa (exclui os que procuram trabalho pela primeira vez) do Ramo 1 por categoria da ocupação. Total do País. 1975-1985-1996.

| <i><b>Categoria da ocupação</b></i> | <b>1975</b>    | <b>%</b>   | <b>1985</b>    | <b>%</b>   | <b>1996</b>    | <b>%</b>   |
|-------------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|
| Patrão                              | 15.400         | 9          | 14.812         | 9          | 19.085         | 13         |
| Opérario público                    | 2.200          | 1          | 2.047          | 1          | 2.328          | 2          |
| Opérario Privado                    | 83.600         | 49         | 94.667         | 56         | 74.034         | 50         |
| Trabalhador Conta propia            | 53.900         | 32         | 44.639         | 26         | 34.433         | 23         |
| Trabalhador Familiar                | 14.000         | 8          | 12.744         | 7          | 12.034         | 8          |
| Trabalhador de Cooperativa          | 600            | 0          | 607            | 0          | 640            | 0          |
| Outros e Ignorados                  | 900            | 1          | 667            | 1          | 4.961          | 4          |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>170.600</b> | <b>100</b> | <b>170.183</b> | <b>100</b> | <b>147.515</b> | <b>100</b> |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censos de População, 1975-1985-1996.

Se se levar agora a análise a distinguir entre os trabalhadores familiares e os trabalhadores assalariados agrícolas se apreciam tendências distintas. Os trabalhadores familiares se relevam de distinta maneira nos censos. No CGPV se encontram somando a categoria Trabalhador por conta própria e Trabalhador Familiar (em ambos os casos do Ramo 1). No Censo Agropecuário se denominam como “Trabalhadores. Produtor e família”. A análise de

ambos os quadros mostra uma pronunciada diminuição destas categorias. Uma proporção muito importante da perda da PEA se explica pela evolução destas categorias. Na informação provida pelo CGPV se passa de 67.900 trabalhadores familiares em 1975 a 46.467 no Censo de 1996, quer dizer que se perde o 31% de trabalhadores da categoria. No Censo Agropecuário em troca se registra um número muito major de trabalhadores e é até major o descida: de 132.207 trabalhadores familiares em 1970 a 85.334 em 1990, quer dizer uma perda de 35%.

Qual é a situação para os trabalhadores assalariados agrícolas? O CGPV registra um crescimento dos trabalhadores desta categoria entre 1975 e 1985 e um descida na década posterior (ver categoria operário privado no quadro anterior). O Censo Agropecuário também registra um crescimento dos trabalhadores remunerados entre 1970 e 1980, uma diminuição na década posterior e um leve crescimento no ano 2.000, mas se manteve relativamente estável em torno dos 55.000 trabalhadores assalariados.

Quadro N° 15.- Uruguai. Trabalhadores agrícolas.- 1970-1980-1990-2000 segundo os censos agropecuários.

|                                       | <b>1970</b>    | <b>1980</b>    | <b>1990</b>    | <b>2000</b>    |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <b>Total<br/>Trabalhadores</b>        | <b>181.206</b> | <b>159.446</b> | <b>140.430</b> | <b>157.009</b> |
| <b>Trabalhadores familiares</b>       | <b>132.207</b> | <b>102.039</b> | <b>85.334</b>  | <b>100.965</b> |
| <b>Trabalhadores<br/>assalariados</b> | <b>48.999</b>  | <b>57.407</b>  | <b>55.096</b>  | <b>56.044</b>  |

Fonte: Censo Geral Agropecuário respectivo

Portanto, resumindo a partir de ambas as fontes, poderia-se assinalar que a diminuição na PEA agrícola se deve a duas tendências diferentes: a dos trabalhadores familiares que experimentam uma forte diminuição nas duas décadas e a dos trabalhadores assalariados que com leves variações se mantém relativamente estáveis.

Esta diminuição de trabalhadores agrícolas se produz quando o PIB agropecuário experimentou um crescimento irregular e lento. Possivelmente haja dois movimentos simultâneos: por um lado um lento crescimento do setor agropecuário e por outro processos de mudança tecnológica com tendência a economizar mão de obra. A análise da variação do Valor Bruto de Produção no período mencionado entre itens no interior do setor, mostra que o item de maior importância e que mais mão de obra emprega, o gado, logo cresceu a 0,6 %. Os itens mais dinâmicos como o arroz, a agricultura sem irrigação e a leiteira crescem a taxas interessantes (8,7%, 6,5% e 3,8%) mas (como já foi dito) são itens nos quais as mudanças tecnológicas ocorridas nestes dez anos foram poupadoras de mão de obra.

## **CAPITULO 4**

### **O TRABALHO PRECÁRIO NO CAMPO URUGUAIO**

#### **Introdução.**

Em um Capítulo anterior, se discutiu conceitualmente o significado do trabalho precário, concluindo com uma definição que inclui os aspectos objetivos e subjetivos que fazem a construção da identidade de um trabalhador precário. Com este instrumento, neste capítulo o esforço estará colocado em tratar de chegar a uma estimativa da importância e das características principais do trabalho precário no campo uruguaio, a partir da informação secundária disponível.

Adiantemos daqui, que os resultados serão somente modestos, já que não se encontrou informação suficiente para medir o trabalho precário rural utilizando só os critérios definidos previamente. Recorrendo a diversas fontes, se pode estimar a presença das principais variáveis que compõem a definição do trabalho precário rural. Mas não foi possível adicionar (entrecruzar) esta informação desagregada para chegar a um cálculo preciso da quantidade de trabalhadores rurais precários, nem dizer de sua localização geográfica ou de sua distribuição segundo outros critérios como residência, item de produção, características demográficas, etc.

É esta mesma insatisfação com os resultados obtidos através do manejo da informação secundária, o que nos impulsionará, em um Capítulo posterior, a analisar dois estudos de caso a partir de informação compilada com técnicas qualitativas e quantitativas, em que se estudará o trabalho precário nos trabalhadores da tosquia e nos trabalhadores da colheita do citrus.

## 1. Os Trabalhadores Agrícolas Precários no Uruguai.

Como se concluiu em um Capítulo anterior, nesta investigação se considera que o trabalho precário deve ser definido a partir de componentes subjetivos e objetivos. A informação secundária existente não permitiu, nem um mínimo, de medição do grau de satisfação que os trabalhadores rurais experimentam na relação com seu trabalho. Portanto, só é possível aproximar-se dos componentes objetivos do trabalho precário através da informação secundária disponível. Esta informação, além disso, só permitiu estimar as proporções de trabalhadores agrícolas que eram precários ou que tinham alguns dos atributos que definem a precariedade, mas expressou pouco a respeito de outras características destes trabalhadores precários.

Feitas estas elucidações e prevenções, se particulariza que as três fontes de informação empregadas foram: o Censo Nacional de População e Moradia de 1996 (CNPV, 1996), o Censo Geral Agropecuário do ano 2000 (CGA, 2000), e a Pesquisa sobre o Emprego, a Renda e as Condições de Vida dos Lares Rurais, realizada também no ano 2000 (ENHR, 2000) <sup>16 17</sup>

### 1.1. Os trabalhadores agrícolas precários segundo a ENHR.

A única tentativa que se realizou no Uruguai de dimensionar a importância do trabalho

---

<sup>16</sup> Ver as características de cada fonte no Anexo Metodológico

<sup>17</sup> No Uruguai a Pesquisa Nacional de Lares se realiza periodicamente mas sobre uma amostra que considera população urbana residente em povos de mais de 5.000 habitantes. Mencionada-a Pesquisa de Lares Rurais se realizou em povos de menos de 5.000 habitantes e em lares de população dispersa. Desta maneira pela primeira vez se teve no Uruguai uma visão completa da situação de emprego, ingresso e condições de vida de lares urbanos e rurais para o ano 2.000 já que ambos os instrumentos de coleta de informação são compatíveis.

precário nas áreas rurais provém da ENHR, 2000. Esta fonte, faz sua a definição adotada pelo Instituto Nacional de Estatística do Uruguai que considera precário “a todo ocupado como assalariado privado que não conta com a cobertura do DISSE (seguro de saúde), ou que o tipo de trabalho realizado não é permanente ou é um trabalhador familiar não remunerado” (ENHR, 2000.Cap.III:9; tradução nossa). Como se observa, esta definição não tem em conta outros três critérios que sim se têm em conta nesta investigação: o montante das rendas, o controle do lugar de trabalho e a satisfação com o trabalho realizado. Além disso, considera trabalhador precário os trabalhadores familiares não remunerados que não são considerados por nossa definição.

Apesar destas limitações, as estimativas realizadas pela ENHR são um bom ponto de partida que deve ser considerado. Segundo elas, 33,5% dos ocupados em localidades pequenas e 31,4% dos ocupados das áreas rurais dispersas são trabalhadores precários. Cabe destacar, que conforme a Pesquisa Contínua de Lares de 1999 realizada pelo INE nas áreas urbanas de mais de 5.000 habitantes a proporção de assalariados privados precários era de 28,8 %. Quer dizer, que se detectam na área rural entre três e cinco pontos mais de trabalhadores com relações de trabalho precárias que nas áreas urbanas.

A ENHR também destaca uma associação definida entre precariedade e níveis de rendas do lar, de tal maneira que quanto maior a renda do lar, menores os índices de ocupações precárias desempenhados pelos membros do lar. Nas áreas rurais dispersas, 49% dos trabalhadores do primeiro quintil de renda (os mais pobres) e 17% dos trabalhadores do último quintil de renda (os mas ricos) são precários. Nas localidades de menos de 5.000 habitantes, as proporções são 55% e 17% respectivamente.

De modo que segundo esta fonte (que, repetimos, utiliza uma definição de trabalho precário que não é a nossa), um terço dos trabalhadores que residem em áreas consideradas rurais são trabalhadores precários. Precisemos ademais, que são trabalhadores que têm residência em áreas consideradas como rurais, mas que não necessariamente realizam tarefas agrícolas. Como o destaca a mesma fonte, ao redor de 76% dos trabalhadores com residência nas áreas rurais dispersas realizam tarefas agrícolas, mas somente 25% dos trabalhadores que residem em povoados de menos de 5000 habitantes realizam tarefas agrícolas.

De modo que a informação obtida até aqui é útil mas claramente insatisfatória. Isto é o que motiva os apartados seguintes. Neles, se tentará medir a importância de cada uma das variáveis compõem a definição de trabalho precário, a partir da informação disponível. Medirá-se então a importância dos trabalhadores que têm contratos de trabalho por tempo definido (trabalhadores eventuais); a proporção de trabalhadores que têm cobertura de saúde e a contribuição da renda à precariedade ou à não precariedade.

## 1.2. Trabalhadores eventuais e o trabalho precário.

Na medida em que uma das características que define as ocupações precárias é a ausência de um contrato de trabalho por tempo indefinido, todos os trabalhadores eventuais devem ser considerados como trabalhadores precários.

Os estabelecimentos rurais no Uruguai têm uma demanda de trabalhadores permanentes que é coberta por administradores, capatazes, *puesteros* e peões de várias categorias. Como consequência principalmente da estacionalidade das tarefas dos ciclos



agropecuários que determinou momentos do ano em que se demandam quantidades extraordinárias de trabalho para atender a tarefas específicas. Esta demanda é atendida por trabalhadores eventuais<sup>18</sup>. Recordemos entretanto, que a estacionalidade da produção não é a única razão pela qual há trabalhadores eventuais, como se desenvolveu extensamente em um capítulo anterior.

É difícil estimar a quantidade de trabalhadores rurais eventuais do agro uruguaio e mais ainda poder saber qual foi sua evolução. Iniciemos a discussão esclarecendo que nem os censos de população, nem os censos agropecuários provêm informação sobre a população efetivamente ocupada em tarefas rurais em forma eventual. Pela eleição da unidade de análise e no momento do ano em que se realiza cada censo, é possível propor a hipótese de que o Censo Agropecuário registra principalmente os trabalhadores assalariados permanentes, enquanto que o censo de população registra todos os trabalhadores ocupados no momento do Censo. A diferença entre ambos, define um subconjunto no qual estariam a maioria dos trabalhadores eventuais. A diferença entre os trabalhadores assalariados que registra o CGA 2000 e o CNPV 1996 é de 12.000 trabalhadores.

Uma análise mais fina do CGA 2000, proporciona um pouco mais de informação para

---

<sup>18</sup> Em outro lugar classificamos aos trabalhadores eventuais nas seguintes categorias descritivas: quando o trabalho eventual é gerado por uma demanda que ocorre em um determinado momento do ciclo agropecuário e se repete regularmente ao longo dos anos, está-se frente a um trabalho sazonal. Um tipo de demanda sazonal muito freqüente é a que se gera pela coleta dos frutos da produção. O trabalho eventual que lhe responde é o trabalho safral. De modo que tudo trabalho safral é sazonal mas não todo trabalho sazonal é safral. Um exemplo de um trabalho sazonal que não é safral é a irrigação, ou a demanda gerada pela horticultura de trabalhadores eventuais para os trabalhos culturais. A tosquia, a colheita de uvas, debulha-a, o corte do cana de açúcar, a coleta de frutas são exemplos de demandas de trabalho safral que exigem a contratação de grandes contingentes de trabalhadores em uns poucos dias do ano. Mas os estabelecimentos também demandam mão de obra não especializada em forma não repetitiva nem cíclica, para atender suplências ou para responder a picos de trabalho não previsíveis nem repetitivos. Identificaremos este trabalho eventual como “changas”. PIÑEIRO, Diego. Trabajadores Rurales y Flexibilización Laboral: el caso de Uruguay. In: Revista de Ciencias Sociales. Facultad de Ciencias Sociales. Montevideo, 1999. n.16. p. 99-113

estimar o volume do trabalho eventual. Por um lado, este censo revelou a quantidade de empresas agropecuárias que tinham contratado pessoal temporário em forma direta: o fizeram 12.850 explorações, quer dizer 22% do total das explorações do país. Também se revelou a quantidade de explorações que tinham contratado empresas que realizam trabalhos safrais (empresas de tosquia, empreiteiros florestais, empreiteiros para a colheita de diferentes cultivos, etc.): somaram 20.178 explorações quer dizer 35% dos estabelecimentos do país<sup>19</sup>. Por outro lado, este Censo também revelou a quantidade de trabalhadores que o fazem por jornada, contratados em forma temporária diretamente pelos estabelecimentos agropecuários (quer dizer que não se contabilizaram as jornadas contribuídas por pessoal temporário das empresas que realizam trabalhos safrais): foram 1.688.688 jornadas nesse ano. Pode-se fazer um cálculo que é só orientativo. Se se estimarem 24 dias de trabalho ao mês, em 12 meses resultam 288 jornadas. Os 1.688.688 jornaleiros safrais contratados equivaleriam então a 5.863 trabalhadores quer dizer 10% dos trabalhadores assalariados que detecta o mesmo Censo. Reitera-se que esta é a força de trabalho contratada em forma direta pelos estabelecimentos, não estando contabilizada a força de trabalho contratada por empresas terceirizadas.

Em resumo, foi muito pouco o que se pôde dizer a partir dos Censos sobre o volume do trabalho agrícola eventual. Somente se sabe com certeza que não é uma situação de menor quantia e como mostra o censo é um tipo de contrato de trabalho ao que apelam um número importante de empresas agropecuárias.

Outra fonte de informação no que respeita ao emprego permanente e não permanente é

---

<sup>19</sup> Ambas as categorias não se podem somar já que uma mesma exploração pode ter contratado trabalhadores safrais nas duas modalidades. Ver o formulário do CGA 2000.

a citada ENHR, 2000. Nela se definiu ao emprego permanente como aquele

*“...empleo que se realiza en forma regular, ya sea de manera continua como estacional. Así, actividades como la esquila o la recolección de frutos, a pesar de ser estacionales, si se realizan todos los años y en forma regular por parte del entrevistado, se computan como permanentes. No permanente, por el contrario, sería toda actividad laboral esporádica, no regular, como changas o actividades similares”.*(ENHR,2000:Cap.III.p.6)<sup>20</sup>.

Com estas cotações, e tendo em conta o sub-registro resultante do trabalho não permanente, a ENHR encontra que nas localidades de menos de 5.000 habitantes, 8% dos empregos são considerados não permanentes. Enquanto que entre a população dispersa da área rural esta proporção é de só 3% dos empregos.

Os lares mais pobres são os mais afetados pelo emprego não permanente, já que a ENHR encontra uma correlação entre não permanência do emprego e renda.

*“En el área urbana de menos de 5000 habitantes, el 22,4% de los empleos son “no permanentes” en los ocupados del 20% mas pobre de los hogares, mientras que el porcentaje cae al 1,6% en el quintil más rico. Estos porcentajes alcanzan el 8,3% y un caso inexistente 0,5% respectivamente en el área rural dispersa”* ENHR,2.000: Cap.III.p.6).

É de notar, que o emprego não permanente se distribui de forma diferente entre atividades, conforme se considera a população trabalhadora das localidades pequenas ou a população trabalhadora das áreas rurais. Nas localidades de menos de 5.000 habitantes, 40% do emprego que proporciona o gado, 25% do emprego que proporciona a horticultura, 24% do emprego que proporciona os cereais, e 21% do emprego que proporciona o reflorestamento é temporário. Por outro lado nas áreas rurais, 29% dos empregos do gado são temporários e

---

<sup>20</sup> Cabe demarcar que o critério adotado é bastante parecido ao que adotou a mesma instituição no momento que faz os Censos Agropecuários. Tende a registrar como eventual o trabalho esporádico e contratado pelos estabelecimentos agropecuários e a deixar fora o trabalho eventual que têm mais permanência que é o que contratam as empresas tercerizadas.

16% do emprego no serviço doméstico é temporário, tendo as demais atividades muito escassa proporção de emprego temporário.

Em síntese, a ENHR (apesar de adotar uma definição muito restritiva de emprego não permanente) encontra que os empregos temporários ou eventuais oscilam entre 3% e 8% do emprego total rural, que se distribuem em forma diferente segundo a renda do lar e que predominam nas atividades de criação de gado<sup>21</sup>

Em conclusão, é difícil estimar a quantidade de trabalhadores agrícolas eventuais no Uruguai e sua proporção no trabalho agrícola total. Os Censos subestimam esta categoria, já seja porque os instrumentos de coleta de informação não se propõem revelá-la, ou porque quando o fazem, a definem em forma incorreta ou incompleta. A ENHR utilizou uma definição de trabalho permanente muito ampla, que se separa das normas empregadas em outros estudos, e portanto sub-representa o trabalho eventual. Por estas razões, não é possível estimar com certeza o volume do trabalho temporário. Possivelmente, se possa estimar um mínimo de 10% da população agrícola trabalhadora mas sabendo que estudos apropriados poderiam detectar muito mais que esta cifra. Na análise por itens, embora o gado possivelmente seja a que mais trabalho eventual emprega, há outros itens como a agricultura, a citricultura, a fruticultura e o reflorestamento que também empregam uma importante proporção de trabalhadores eventuais. Finalmente, é preciso recordar que embora, por definição, todo trabalho eventual seja precário, também há trabalho permanente que é

---

<sup>21</sup> A mesma ENHR quando analisa a estrutura do emprego por ramo de atividade (Cap. III-Anexo 1) encontra que nas localidades de menos de 5.000 habitantes a criação de gado provê o 12% do emprego total e que nas áreas rurais a criação de gado provê 47% do emprego total. Portanto se o gado é a que provê mais emprego e a sua vez é no gado onde se encontra a maior proporção do emprego não permanente, pareceria que contrariamente ao que indica o sentido comum, é no gado onde se localizam os principais contingentes de trabalhadores sazonais e não no reflorestamento, a horticultura, ou a fruticultura.

precário.

### 1.3. A contribuição da renda dos trabalhadores agrícolas ao trabalho precário.

No capítulo anterior, ao fazer referência às cinco características que definiam o trabalho precário, dizia-se que uma delas era que eram ocupações que geravam renda insuficientes para a reprodução social do trabalhador, sendo esta característica social e culturalmente determinada.

Neste ponto se revisará a informação recente disponível para tratar de dimensionar a importância deste indicador de precariedade do trabalho no caso dos trabalhadores agrícolas uruguaios. Para isso, se recorrerá principalmente aos resultados da ENHR do ano 2000, já várias vezes mencionada.

Um primeiro problema, sobre o qual é preciso deter-se para examiná-lo com cuidado, é a diferente composição da renda recebida pelos trabalhadores rurais. Recorde-se por um lado, que por trabalhadores se está entendendo todos aqueles que trabalham em tarefas agrícolas, sejam estas em relação de dependência (assalariados) ou em forma independente (trabalhadores por conta própria, produtores agrícolas familiares, trabalhadores familiares não remunerados). Por outro lado, note-se que a renda recebida por estas categorias podem ser muito diferentes. Os trabalhadores em relação de dependência recebem salários (em suas diferentes formas: jornadas, quinzenais, mensais, a toque de caixa, por tarefa, etc.) mas também recebem renda em espécie e transferências do Estado (nas diferentes formas de cobertura social dirigida especificamente ao trabalhador). Os trabalhadores independentes

recebem renda por honorários, vendas de produção, pagamento de serviços, etc. mas também recebem renda em espécie e transferências do Estado <sup>22</sup>. As rendas em espécie são particularmente importantes na população rural dispersa que, como se viu, em sua maioria desempenha ocupações agropecuárias.

Quadro N° 16. Uruguai. Renda média per cápita dos assalariados privados com residência rural. (em % e em pesos correntes do 2000).

|         | Estrato urbano < 5000 |                    |                  | Estrato rural disperso |                    |                   |
|---------|-----------------------|--------------------|------------------|------------------------|--------------------|-------------------|
|         | Salário monetário     | Salário em espécie | Total            | Salário monetário      | Salário em espécie | Total             |
| Ingreso | 85,3%                 | 14,7%              | 100<br>(\$3.370) | 71,5                   | 28,5               | 100<br>(\$ 3.781) |

Fonte: Pesquisa sobre o Emprego, a Renda e as Condições de Vida dos Lares Rurais. MGAP. 2.000.

O quadro mostra que entre os assalariados que residem no meio rural disperso, a renda em espécie representa quase um terço de sua renda total, enquanto que nos que residem em povos menores a cinco mil habitantes, essa proporção baixa a 14,7%. Também se aprecia ali a média das rendas mensais, que podem ser comparadas com a linha de pobreza que se encontra parágrafos mas adiante.

---

<sup>22</sup> A discriminação dos ganhos se torna mas complexa se em lugar do trabalhador se analisam os ganhos do lar do trabalhador: ali se adicionam os ganhos que provêm de aposentadorias e pensões que percebem outros membros do lar, as remessas de dinheiro de membros do lar no exterior ou em outras partes do país, os ganhos por rendas de capital, as transferências do Estado por atribuições Familiares, ou pelos contribuições de mantimentos (que têm particular importância nos lares mas pobres).

Um segundo problema, que é preciso resolver, é transformar a anterior definição em um indicador operativo. Para isso, pareceria lógico assimilar a idéia das rendas insuficientes para a reprodução social ao conceito de pobreza e a sua operacionalidade através da Linha de Pobreza. Para a mencionada “Pesquisa sobre o emprego, a renda e as condições de vida dos lares rurais” (ENHR, 2.000) a Linha de Pobreza *“representa...el gasto per cápita mínimo necesario para cubrir las necesidades básicas alimentarias y no alimentarias”*. Portanto, é possível tomar este indicador como aquele que diferencia os trabalhadores que desempenham ocupações que proporcionam renda suficientes, daquelas que proporcionam renda insuficientes para a reprodução social do trabalhador.

Para determinar a Linha de Pobreza, a ENHR construiu primeiro a Cesta Básica Alimentária, tendo em conta os requerimentos nutricionais mínimos e os hábitos de consumo da população rural e os preços que pagam pelos mantimentos. Este valor é considerado como a Linha de Indigência, quer dizer que, Indigente é considerado aquele que com sua renda cobre somente as necessidades nutricionais mínimas. Para chegar à Linha de Pobreza, se multiplica o valor da Cesta Básica Alimentária pelo coeficiente de Orshansky, que aproximadamente duplica aquele valor e que permite estimar, incorporando-as, as necessidades mínimas de carácter não alimentar. É de destacar, que na ENHR se estimou (a partir da informação sobre gastos da própria Pesquisa) que era conveniente determinar estes valores para a população que vivia em localidades de menos de 5000 habitantes, em forma separada da população rural dispersa. O que se explicou se resume no quadro seguinte.

Quadro Nº 17 o Uruguai. Linha de Indigência e Pobreza no meio rural. (em pesos correntes per cápita para o ano 2000).

|                          | <b>Localidades menos de 5000 habitantes</b> | <b>Meio rural disperso</b> |
|--------------------------|---|----------------------------|
| Cesta Básica             | 533,43                                      | 485,99                     |
| Coeficiente de Orshansky | 2,14  | 2,033                      |
| Linha de indigência      | 533,43                                      | 485,99                     |
| Linha de pobreza         | 1139,47                                     | 988,16                     |

Fonte: Pesquisa sobre o Emprego, a Renda e as Condições de Vida dos Lares Rurais. MGAP. 2.000.

Determinados estes indicadores, é possível agora estimar a importância da pobreza e da indigência entre a população rural do Uruguai <sup>23</sup>. As pessoas pobres representam 22,9% do total das pessoas pesquisadas. Entre a população rural dispersa, os pobres são 19,5% do total, nas localidades que têm entre 900 e 5000 habitantes os pobres representam 25% e nas localidades menores sobem a 28,2%. As cifras da indigência são muito menores: 6% do total da população rural está nesta condição, chegando a um valor máximo de 9% nas localidades maiores e a um valor mínimo de 3,5% na população rural dispersa. Em síntese, a maior incidência da pobreza e a indigência se encontra entre a população rural nucleada e a menor incidência entre a população rural dispersa <sup>24</sup>.

Como era de esperar-se, caso se vincule a pobreza com a condição de atividade, entre os ativos desocupados a pobreza chega a 34,6%, com valores similares para os inativos,

---

<sup>23</sup> Recorda-se que a ENHR esta apoiada em uma amostra da população que vive em povos de menos de 5000 habitantes e da população rural dispersa. Sempre que for possível se apresentará a informação desagregada nestas categorias. Entretanto se recorda que a residência rural (dispersa ou em povoados de menos de 5000 habitantes) não significa necessariamente que as ocupações de ditos residentes sejam agrícolas. Entre os ocupados da população rural dispersa o 76,6% desempenha ocupações de caráter agrícola, enquanto que entre quão ocupados residem em povoados de menos de 5000 habitantes só o 25,4% está nesta situação.

<sup>24</sup> Tendências similares se encontram para a incidência da pobreza nos lares rurais.



enquanto que a pobreza alcança 15% dos ativos ocupados. Quer dizer que a desocupação não é sinônimo de pobreza e que a ocupação protege contra a pobreza, mas não a exclui. Por outro lado, se se analisa a composição da pobreza entre os trabalhadores por ramo de atividade, se observa que do total de pobres que encontra este estudo 50% está ocupado em atividades agropecuárias (cultivo e/ou cria de animais) enquanto que a outra metade está ocupada na indústria, na construção, no comércio, no serviço doméstico, etc.<sup>25</sup> . Por outro lado, se se analisar a composição da pobreza por tipo de ocupação 27,4% são trabalhadores agropecuários, 34,3% são trabalhadores não qualificados e 16,8% realizam tarefas não especificadas.

Em síntese, depois de analisar as características ocupacionais dos pobres se conclui que os trabalhadores vinculados a tarefas agropecuárias sempre têm uma importante presença. Esta conclusão é lógica na medida em que, ao menos nas áreas dispersas, a maioria dos ocupados o estão em tarefas agrícolas. A informação não permite discriminar se a pobreza entre os ocupados agropecuários é mais ou menos proporcional a sua presença no total dos ocupados. Mas por outro lado, a informação apresentada também permite concluir que o trabalho assalariado agrícola não é alheio à insuficiência de renda. Em que proporção o é, deverá ser determinado por outras vias.

A caracterização da pobreza rural que faz a ENHR permite estabelecer outras relações, que sem estar no centro deste debate, permitem compreender melhor as características da pobreza rural. Por um lado, como já se disse, há mais pessoas pobres nas localidades menores. Em segundo lugar, se encontrou que vinculando renda do lar com safralidade “*la mayor*

---

<sup>25</sup> Infelizmente esta informação não se apresenta desagregada segundo a residência o que tivesse permitido uma análise mas preciso.

*zafralidad de la inserción laboral, que conlleva una peor generación de ingresos, se relaciona con personas cuyo hogar se ubica en los primeros quintiles de la distribución del ingreso”* (quer dizer os lares mais pobres) (ENHR, Cap. IV p.2). Em terceiro lugar, encontrou-se que a participação da renda de origem agropecuária na renda total dos lares, diminui à medida que se sobe nos quintis de renda. Dito de outra forma, quanto mais pobre um lar, mais depende de renda de origem agropecuária. Em quarto lugar, existe uma associação entre idade e pobreza: entre os lares mais pobres se encontra maior quantidade de chefes de lar jovens, e menor quantidade de chefes adultos mais velhos. Em síntese, nos lares mais pobres há maior presença de trabalhadores safrais, mais renda de origem agropecuária, maior proporção de chefes de lar jovens e é mais provável que residam em pequenos povoados do interior.

#### 1.4. A cobertura e a proteção social

No capítulo anterior, quando se discutiram as características que faziam um trabalho precário, se destacava o inexistente ou inadequado amparo social, já seja porque não tem seguro contra demissão, porque não se realizam as contribuições para financiar ao sistema de previdência, porque não têm proteção para a saúde, porque não recebe salário-família ou outros benefícios sociais que normalmente, segundo a legislação ou a prática consuetudinária, corresponde aos trabalhadores. Mas, o amparo social também deve entender-se como a proteção contra demissões arbitrárias, a discriminação racial ou de gênero e a proteção social contra condições de trabalho inadequadas.

No Uruguai, o empregador deve registrar seus trabalhadores em formulários de

trabalho que proporciona o Ministério de Trabalho e Segurança Social, trâmite mediante o qual o trabalhador gozará de assistência médica, proteção contra acidentes de trabalho, salário-família por cada filho que tenha e as contribuições para o sistema de previdência, entre outros benefícios. O registro dos trabalhadores é, portanto, a ferramenta fundamental para evitar cair na precariedade do trabalho. Um estudo feito em 2001, encontrou que somente aproximadamente a metade dos trabalhadores urbanos privados do país estavam legalmente registrados (OLESKER, 2001). Não há estudos similares feitos para os trabalhadores rurais. Só se pode fazer uma aproximação às dimensões desta variável, através da atenção à saúde à qual têm acesso os trabalhadores. No Uruguai, a atenção à saúde se divide entre o sistema público (basicamente prestado pelo Ministério de Saúde Pública) e o sistema mutual privado. A este último, têm acesso todos aqueles que pagam a cota mutual de seu próprio bolso ou aqueles que por ser trabalhadores legais estão inscritos no sistema que administra a Direção de Serviços de Saúde do Estado (DISSE), que lhe paga a cota do mutuário privado a cada trabalhador. Em síntese, todo trabalhador que receba atenção da saúde através de um mutuário privado, pelo sistema DISSE, é um trabalhador que está como deve ser, e goza de todos os direitos e coberturas que brinda a legislação trabalhista no país. Por outro lado, também é possível concluir que todos aqueles trabalhadores que não têm cobertura ou a recebem do Ministério de Saúde Pública são trabalhadores que por uma razão ou outra não estão inscritos no sistema de segurança social do país (quer dizer são trabalhadores “em caixa-dois”).

Feitas estas precisões, é possível aproximar-se às fontes de informação que permitem medir a variável que se está estudando: o amparo ou cobertura social do trabalhador. Isto se pode fazer através de três fontes de informação: a Pesquisa sobre o Emprego, a Renda e as Condições de Vida dos Lares Rurais (ENHR, 2000), o Censo de População e Moradia, e as fontes do Banco de Previsão Social, o organismo administrador destas prestações sociais.

A ENHR é uma amostra da população que vive em povoados de menos de 5000 habitantes e da população rural dispersa não sendo possível, para este caso, discriminar os trabalhadores assalariados rurais. Segundo o quadro seguinte, se observa que a metade da população rural se atende no sistema público, 23% se atende no sistema privado através do DISSE e 18% se atende no sistema privado em forma individual. Também é preciso destacar que 6% da população não tem nenhuma cobertura. Em resumo só é possível concluir que somando os trabalhadores que se atendem em dependências do Ministério de Saúde Pública e os que carecem de cobertura 56% da população não tem cobertura de saúde que provenha de sua inscrição como trabalhador.

Quadro N° 18. Uruguai. Atenção à saúde da população segundo áreas geográficas de residência.

|                             | <b>Mutuário<br/>DISSE</b> | <b>Mutualista<br/>individual</b> | <b>MSP</b> | <b>Sanidad<br/>militar o<br/>policial</b> | <b>Emergên<br/>cia Móvil</b> | <b>Outro</b> | <b>Nenhum</b> |
|-----------------------------|---------------------------|----------------------------------|------------|---|------------------------------|--------------|---------------|
| Urbano<br>900<5.000<br>hab. | 12,9                      | 21,5                             | 57,1       | 4,0                                       | 3,4                          | 1,9          | 5,5           |
| Urbano<br><900 hab.         | 15,0                      | 16,3                             | 58,4       | 6,3                                       | 3,0                          | 1,4          | 5,8           |
| Rural<br>disperso           | 31,8                      | 17,0                             | 42,2       | 1,3                                       | 4,5                          | 1,6          | 6,7           |
| Total                       | 22,7                      | 18,3                             | 49,9       | 3,1                                       | 3,9                          | 1,7          | 6,2           |

Fonte: Pesquisa sobre o Emprego, a Renda e as Condições de Vida dos Lares Rurais. MGAP. 2.000.

Nota: O total horizontal não soma 100 porque existem casos de dupla cobertura

O quadro também mostra, como a cobertura da saúde através do DISSE aumenta notoriamente no caso da população rural dispersa. A interpretação possível é que entre a população rural dispersa, predominam os trabalhadores permanentes dos estabelecimentos

rurais, muitos dos quais figuram nos formulários de trabalho. Esta proporção diminui na população residente nos povoados, entre os quais predominam formas de trabalho precárias. Se se analisar a inscrição aos mutuários por meio do DISSE segundo sexo, observa-se que as mulheres têm muito menos participação que os homens. Nas áreas dispersas por exemplo 39% dos homens o estão, mas só 23% das mulheres. Nos povoados pequenos a diferença é ainda maior, já que enquanto 23% dos homens têm acesso a este benefício só o têm 7% das mulheres. Entretanto, estas cifras devem ser interpretadas com cuidado, já que não só podem estar presentes diferenças de gênero mas também também diferenças ocasionadas porque nos pequenos povoados a proporção de mulheres em atividade é menor que a dos homens. Entre as mulheres, também é maior a proporção que se atende na Saúde Pública e as que não têm nenhuma cobertura (61%) frente a 50% dos homens que estão nesta situação.

A atenção à saúde (que está sendo empregada como um indicador da cobertura social) varia segundo a renda da população analisada pela ENHR. Tanto na população que reside nas áreas rurais dispersas, como entre quem reside nos povoados de menos de cinco mil habitantes, se verifica uma tendência constante: a atenção dos mais pobres se verifica em maior parte na Saúde Pública, enquanto que a filiação aos mutuários já seja através do DISSE ou por filiação individual tende a situar-se nos lances de maior renda.

O Censo de População não recolhe informação referida às condições de amparo em que se encontram os trabalhadores, mas sim releva a atenção à saúde de todos os habitantes e é possível isolar depois os trabalhadores assalariados que trabalham no Ramo 1, quer dizer os trabalhadores assalariados agrícolas.

Quadro N° 19. Uruguai. Cobertura de Saúde dos Trabalhadores Assalariados do Ramo 1. 1996

| Cobertura de Saúde | Trabalhadores Assalariados |     |
|--------------------|----------------------------|-----|
|                    |                            | %   |
| MSP                | 19.399                     | 27  |
| Mutuário           | 39.262                     | 54  |
| Sanidade Militar   | 600                        | 1   |
| Sanidade Policial  | 91                         | 0   |
| Outros             | 1.730                      | 2   |
| Não Tem            | 11.006                     | 15  |
| Ignorado           | 400                        | 1   |
| Total              | 72.488                     | 100 |

Fonte. Elaboração própria a partir do Censo Nacional de População e Moradia. 1996

No quadro anterior, se observam valores um pouco diferentes aos que se encontraram para o total da população rural segundo a ENHR. Uma maior proporção de filiações a mutuários (54% contra 41% na ENHR), possivelmente refletindo o fato de que entre os trabalhadores assalariados registrados pelo Censo, há uma maior proporção de trabalhadores permanentes e portanto declarados nos formulários do MTSS. Coincidentemente, os valores estão perto da proporção da população rural dispersa que está filiada ao sistema mutual, como se viu mais acima (51%). Uma baixa proporção de trabalhadores que se atendem no Sistema Público de Saúde e uma mais alta proporção de trabalhadores sem cobertura alguma (15%). Em resumo, segundo a informação relevada pelo Censo, não cabe dúvida de que pelo menos 42% dos trabalhadores assalariados rurais não têm cobertura de saúde e portanto não estão registrados como trabalhadores no MTSS e não gozam de outros benefícios que outorgam as leis trabalhistas sendo, ao menos por ação desta variável, trabalhadores precários.

No quadro seguinte, se resumem os principais achados que permitem dimensionar a importância do trabalho precário no campo uruguaio. Como se observa, a variabilidade

encontrada nos dados é alta, fruto da imprecisão com que se define o trabalho precário ou a seus diferentes componentes, na informação secundária produzida pelo sistema estatístico uruguaio, e no permite chegar a conclusões firmes a não ser só aproximações.

Quadro N° 20. Resumo. Trabalhadores precários no campo uruguaio segundo diferentes fontes e variáveis.

|   | <b>Localidades de 900 a 5000 habitantes</b> | <b>Localidades de 0 a 900 habitantes</b> | <b>População Rural Dispersa</b> | <b>Total</b>  |
|---|---|--|---------------------------------|---------------|
| Trabalhadores precários segundo ENHR em % dos ocupados  | 33,5%                                       |  | 31,4%                           |               |
| Trabalhadores com contrato definido (eventuais) segundo CGA 2000. Estimções segundo dias de trabalho contratados          |   |  |                                 | 5.863         |
| Trabalhadores com contrato definido (eventuais) segundo CGA 2000 menos CNPV 1996  |   |  |                                 | 12.000        |
| Trabalhadores não permanentes com residência rural segundo ENHR   | 8%  |  | 3%                              |               |
| Pessoas pobres segundo ENHR em % das pessoas  | 25%   | 28,2%                                    | 19,5%                           | 22,9%         |
| Sem cobertura de saúde segundo ENHR em % de população não coberta   | 62,6%                                       | 64,2%                                    | 48,9%                           | 56%           |
| Sem cobertura de saúde segundo CNPV 1996 como proporção de trabalhadores assalariados do ramo 1 em % e em valor absoluto. |   |  |                                 | 42%<br>30.500 |

Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas no quadro.

Nota: Com o fim de estimar valores absolutos a partir das proporções recorde-se de capítulos anteriores que a PEA do Ramo 1 é de 147.515 pessoas em 1996. Deles 74.034 eram trabalhadores assalariados. A população rural em 1996 foi segundo o CNPV de 292.000 pessoas.

No transcurso da análise anterior, também emergiram outros aspectos que relacionam o trabalho agrícola precário e outras variáveis que aparecem com algum grau de associação. Assim, da informação consultada, se sobressai que os trabalhadores precários se encontram

em maior proporção nos lares mais pobres, nas localidades pequenas, na atividade de cría do gado e são mais jovens. Estes aspectos e outros, serão agora aprofundados no capítulo seguinte a partir de dois estudos de caso.



## **CAPITULO 5**

### **ESTUDOS DE CASO.**

**Ser um trabalhador precário: estar na precariedade e sentir-se precário para os trabalhadores da tosquia e da colheita do citrus.**

#### **Introdução aos estudos de caso**

Nos capítulos anteriores, se realizaram várias operações que é conveniente recordar ao início de este capítulo. Por um lado, no Capítulo 2 se discutiu e propôs a idéia de que ser um trabalhador precário tem duas aproximações: por um lado, a precariedade definida a partir da relação que o trabalhador estabelece com seu emprego e que se mede através de variáveis que comparam a situação destes trabalhadores, com a situação de outros trabalhadores que normativamente se definem como trabalhadores típicos (ou não precários). Por outro lado, seguindo Paugam, propõe-se diferenciar que a precariedade também pode ser sentida pelo trabalhador a partir da relação que este estabelece, já não com seu emprego, a não ser com seu trabalho. Quer dizer, propõe-se incorporar a subjetividade do trabalhador ao conceito de precariedade trabalhista.

No Capítulo 4, se tentou mostrar os níveis de precariedade e a importância quantitativa do trabalho precário rural. Para isso, recorreu-se à escassa informação secundária existente que proporciona algumas medidas das variáveis permitem medir a precariedade objetiva. Não se encontrou nenhuma forma de medir a precariedade subjetiva a partir desta informação secundária. pôde-se concluir que os resultados alcançados foram fracos.

Portanto ficaram em pé as principais perguntas desta investigação: ¿existe tal coisa

como a precariedade objetiva e a precariedade subjetiva? ¿É possível medi-la? ¿Que importância tem? ¿É possível, afinando os instrumentos de medição, distinguir diferentes níveis de precariedade objetiva e subjetiva? ¿Que importância tem isto para a construção de uma definição mais pertinente da precariedade do trabalho?

Neste Capítulo, recorrerá-se a dois estudos de trabalhadores safrais para dar conta das perguntas anteriores <sup>26</sup>. O primeiro, é um estudo dos trabalhadores safrais que participam dos grupos de tosquia dos ovinos. Esta investigação foi realizada pelo autor nos anos 2000 e 2001. Consta de a) um conjunto de 60 entrevistas a trabalhadores rurais; b) uma enquete a 610 trabalhadores da tosquia que é representativa a nível nacional; c) uma enquete a empresários maquinistas (os donos das maquina de tosquia) de 60 casos. O segundo é uma pesquisa a 329 trabalhadores da colheita do citrus realizada por Riella e Tubio, em 1996, nas seis principais empresas citrícolas dos Departamentos de Salto e Paysandú que empregam 85% do universo de colheitadores de citrus do país <sup>27</sup>.

## I. Primeiro estudo de caso. Os Trabalhadores da tosquia.

### 1. Breve descrição da tosquia no Uruguai.

Ao longo de todo o século XX, a produção ovina nacional foi segunda em importância, detrás somente da produção de gado de carne. Nas estâncias uruguaias existe

---

<sup>26</sup> Para uma explicação mas detalhada destas bases de informação ver o Anexo Metodológico.

<sup>27</sup> Agradeço a seus autores me haver cedido a base de dados da mencionada pesquisa. Os resultados estão publicados entre outros em: RIELLA, Alberto e TUBÍO, Mauricio. Los Asalariados Zafrales del Citrus en el Uruguay. Documento de Trabajo. n.31/97. Unidad de Estudios Regionales de la Regional Norte. Universidad de la República.

uma co-associação entre a produção de gado de carne e a produção de gado ovino. No manejo tradicional extensivo, que se realiza ainda hoje na maioria dos estabelecimentos rurais do país, se entende que o melhor aproveitamento dos pastos naturais se faz quando ambas as espécies pastoreiam juntas ou ao menos em forma associada.

Esta modalidade de produção se reflete nos dados censais. No ano 2000, de um total de 57.131 explorações que foram recenseadas no país, 28.245 tiveram a produção de carne vacuna como a principal fonte de renda. Entretanto, nelas o rebanho bovino contou com oito milhões e quatrocentas mil cabeças e o rebanho ovino contou com dez milhões e cem mil cabeças. Em realidade devido a esta modalidade de produção, são escassos os estabelecimentos cuja principal fonte de renda sejam os ovinos: só quatro mil estabelecimentos que tinham 2 milhões e duzentas mil cabeças. Estes estabelecimentos costumam se localizar-se nas terras mais pobres do país, geralmente solos superficiais, pedregosos, de serra, nos que os bovinos não encontram fácil sustento.

A distribuição dos ovinos no território nacional não é homogênea. Embora estejam presentes em todos os Departamentos do país, alguns deles concentram a maioria do rebanho ovino. Seis Departamentos do centro e norte do país, Salto, Artigas, Tacuarembó, Paysandú, Durazno e Cerro Largo têm mais de um milhão de cabeças cada um e concentram 61% do rebanho ovino.

Como explicou detalladamente María Inés Moraes (2002), a produção ovina nacional passou por altos e baixos com o passar do século XX ao influxo dos preços da lã nos mercados internacionais. No ano 1990, o Censo Agropecuário encontrou 24 milhões de ovinos. Dez anos depois, esta cifra se reduziu à metade, como conseqüência de uma longa

série de anos com preços baixos e decrescentes da fibra. Em resumo, no momento em que se fez este estudo sobre a mão de obra safral na tosquia, estava-se ao final de um processo de vários anos, de contração do curral nacional e de redução das máquinas de tosquia e dos postos de trabalho. Toda a informação compilada deve ser vista à luz desta situação.

A tosquia consiste em um processo de trabalho no qual um grupo de trabalhadores recrutados e dirigidos por um pequeno empresário (o maquinista) trabalham no corte, classificação, e embalagem da lã dos ovinos, organizados em torno da máquina de tosquia. Existem ainda hoje pequenos grupos de trabalhadores que tosquam com tesoura manual (tesoura a martelo) para o caso de currais muito pequenos que não justificam o uso e o transporte da máquina. As máquinas, podem ser de tamanhos diferentes, denotando-se isto na quantidade de tesouras que operam. As máquinas de tosquia podem ter de uma até dez tesouras, sendo o tipo de máquina mais freqüente a de seis tesouras. Consistentemente com o tamanho da máquina é o tamanho do grupo de tosquia. O mais freqüente é que os grupos de tosquia sejam de entre dez e quatorze trabalhadores, mas há tamanhos muito diferentes: do tosquiador solitário de tesoura a martelo ou com uma pequena máquina de uma tesoura, até blocos de mais de vinte trabalhadores.

Apesar de que a tosquia é uma atividade que mobiliza um dos maiores contingentes de trabalhadores temporários no Uruguai, o cálculo de quantos trabalhadores estão envolvidos, não é simples. O Censo Geral Agropecuário de 2000 não registra o pessoal temporário da tosquia, já que este não é contratado pelo produtor, mas sim o produtor contrata um maquinista (ou empresário da tosquia), que é o que por sua vez, contrata os trabalhadores. Portanto, somente pode chegar-se a uma estimativa realizando algumas inferências. Uma forma de estimar esta cifra é através da informação que brinda o SUL. Por ela se sabe a

quantidade de máquinas de tosquia que operaram no ano 2001 e a quantidade de tesouras com a que operou cada uma, mas só para aquelas que operaram com o sistema Talli-Hi. Por outro lado o Censo Geral Agropecuário de 2000 nos informa que 61% do total de animais se tosquiaram com o sistema Talli-Hi e 39% com o sistema tradicional. Deve-se supor que a proporção de trabalhadores no grupo, segundo um método ou outro é similar para estimar a quantidade de trabalhadores totais da tosquia. Finalmente, com a informação proporcionada pela Pesquisa a Trabalhadores da Tosquia se pode estimar a quantidade de trabalhadores que tem um grupo, segundo a quantidade de tesouras da máquina. Desta maneira, se pôde estimar em ao redor de 8.000 a quantidade de trabalhadores da tosquia durante a safra 2001.

## 2. O processo de trabalho na tosquia. O Grupo e os postos de trabalho.

A tosquia se leva a cabo uma vez por ano, preferentemente nos meses de outubro e novembro <sup>28</sup>. Esta prática está motivada por razões biológicas. Tosquias mais freqüentes não são convenientes porque se obtêm velos com fios de menor longitude e portanto de menor valor. A data da tosquia coincide com a estação primaveril, quando os animais se encontram em melhores condições físicas para suportar o choque causado pela tarefa, evitando os frios do inverno que causariam mortandade. Por outro lado, a tosquia deve fazer-se antes da chegada do verão, porque a maturação dos pastos leva à proliferação de sementes que se aderem aos velos, causando sua desvalorização.

A máquina de tosquia é o núcleo ao redor do qual se organiza o trabalho do grupo.

---

<sup>28</sup> Embora Moraes faz notar que na década do 20 do século passado prosperou a prática de realizar duas tosquias anuais, motivada pelos altos preços da lã provocados pela primeira guerra mundial e para facilitar o controle da sarna ovina. Esta prática logo se abandonou. Ver o Capítulo II: El Trabajo de la Esquila y los Esquiladores: algunos aspectos de su Historia Social (1860-1970) no libro PIÑEIRO, Diego E. Trabajadores de la Esquila. Pasado y Presente de un oficio Rural. FCS. FA. SUL. Montevideo. 2003

Como explicou Moraes (2003) esta aparece a princípios do século XX, reorganizando o trabalho da tosquia em torno dela. A figura do empresário que organiza um grupo aparece e se consolida com a máquina de tosquia, que ao ser transportável permite que este e seu grupo se transladem de um estabelecimento a outro. No princípio, como sugere Moraes é muito possível que fossem os estabelecimentos maiores, com mais capital e currais maiores os que compraram e instalaram máquinas fixas em seus galpões. Ainda hoje, na Patagônia argentina, os estabelecimentos ovinos trabalham dessa maneira.

Uma máquina de tosquia está constituída por uma armação de ferro retangular, cujas dimensões aproximadas são de um metro de largura por dois de comprimento, com uma altura de um metro e meio. No interior se encontra o motor da máquina que por um sistema de polias lhe transmite movimento às tesouras. As máquinas são transportáveis: a algumas lhes podem colocar rodas enquanto outras são transportadas a mão pelos trabalhadores até o caminhão no qual se mobiliza o grupo.

A máquina é o elemento central do grupo. Isto fica evidenciado pelo cuidado com que a limpam, lubrificam-na, pintam-na, protegem-na e a cuidam os maquinistas e pela localização espacial no galpão de tosquia. Os trabalhadores também lhe atribuem muita importância já que destacam que um dos elementos que têm em conta na hora de escolher um grupo é o estado das tesouras e os elementos de corte<sup>29</sup>.

A jornada de tosquia normalmente dura nove horas de trabalho. A jornada se divide

---

<sup>29</sup> Embora em realidade a capacidade de escolher maquina que têm os trabalhadores da tosquia é limitada. Solo os melhores tosquiadores podem chegar a escolher em que máquina trabalham. Para uma discussão sobre este aspecto ver PIÑEIRO, Diego et al. Los Trabajadores de la Esquila. Serie de Informes de Investigación N° 29 Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Septiembre de 2002.

em “quartos”. Entre um e outro os trabalhadores aproveitam para descansar, tomar chimarrão e comer. Entretanto, as horas de trabalho podem variar segundo o estado do tempo já que a lã deve estar seca no momento da tosquia porque do contrário, logo depois de estivada, arde-se e perde qualidade. Portanto, nos dias de chuva não se pode trabalhar, como tampouco nos dias que amanhece com muito orvalho, até que este não se seca, secando-se os animais. Como a operação de tocar os animais dos poteiros até os currais, e destes até o curral que está se localizado à porta do galpão da tosquia, é responsabilidade do pessoal do dono do estabelecimento, é ele quem decide quando se pode começar a tosquiar em condições de chuva ou de umidade.

O começo da tarefa depois de cada intervalo, é um processo muito pautado que tem um pouco de ritual. Estão todos os trabalhadores em seus postos, os tosquiadores tomam as tesouras enquanto têm um animal entre as pernas, os *acondicionadores* parados ao lado das mesas, etc. O maquinista acende o motor que lentamente começa a funcionar. Ao tomar velocidade os tosquiadores vão conectando suas tesouras e começa a tosquia. Este procedimento se faz para que nenhum tosquiador lhe possa tirar vantagem a outro, evitando a competência desleal entre eles.

O tamanho do grupo, os postos de trabalho e o processo de trabalho também variam conforme a tosquia se leve a cabo com o sistema tradicional ou com o mais moderno sistema Talli-Hi. A seguir, se descreverão os postos de trabalho e o processo de trabalho de um grupo que tosquia com o método Talli-Hi, com seis tesouras e acondiciona a lã.

O maquinista é um pequeno empresário da tosquia. É o organizador do grupo, vela pelo correto funcionamento da máquina e das tesouras, realizando sua manutenção. É a pessoa

encarregada de ligá-la, iniciando o trabalho e desligá-la assinalando assim o fim do mesmo. Também tem a seu cargo o acondicionamento de pentes e cortes, ferramentas que requerem uma atenção constante pois deles depende, em grande medida, a qualidade do trabalho. Geralmente enquanto a máquina está em funcionamento, logo depois de afiar pentes e cortantes, senta-se a observar o desempenho do grupo. Outras vezes colabora com os *acondicionadores* ou ajuda nos lugares onde o processo se torna lento e se congestiona, já que em geral, sabe realizar todas as operações.

Outra das tarefas do maquinista, é a organização dos trabalhadores. É quem os contrata ou os despede, quem os observa ante coisas que a seu critério devem ser modificadas. Também é quem fixa a remuneração e os pagamento. Tem a seu cargo, o prover do alimento ao conjunto de trabalhadores contratando um cozinheiro para que prepare as comidas. É o responsável pelo traslado do bloco e a máquina, geralmente em veículo próprio e conduzido por ele mesmo, embora possa ser um veículo e chofer alugados. Enfim, é quem lhe imprime característica ao conjunto de trabalhadores, já seja no aspecto de organização do trabalho, em seus ritmos, sua eficácia, sua disciplina, assim como também é quem fixa as pautas de comportamento em um coletivo de doze pessoas que têm que conviver diariamente, durante perto de três meses. Já do momento em que seleciona o pessoal, que conformará a equipe de trabalho, esta definindo este perfil.

É também o responsável pelo relacionamento com os produtores. Para contratar o trabalho a se realizar, para fixar o cronograma de atividades, para lhe cobrar aos mesmos, sendo em última instância o responsável pelo trabalho feito, frente a quem contratou seus serviços.



O tosquiador ocupa o posto principal no bloco. Os tosquiadores se localizam nas laterais da máquina de tosquia dependendo sua quantidade das tesouras que tenha a maquina. O tosquiador recebe o animal do *agarrador* e, tomando o pelos sovacos, senta-o, colocando-se ele atrás do lombo do animal. Torce-lhe a cabeça para o lado direito, dobrando-a para baixo. Dessa maneira o animal fica indefeso. O tosquiador colocado às costas do animal começa sua tarefa pela pata direita. Depois passa à esquerda e continua para o resto do corpo do animal, com passadas que estão rigorosamente estipuladas e que permitem tirar o velo inteiro com o menor número de passadas.

Terminado seu trabalho (que lhe leva em média de três a quatro minutos por ovelha) o tosquiador solta o animal, que se levanta atordoado e estimulado pelo levantador procura a saída. O tosquiador se endireita (esteve agachado todo o tempo) levanta a vista e busca a próxima ovelha que o *agarrador* já colocou frente a ele. Cada tanto, quando o trabalhador estima que a tesoura perdeu o fio, dirige-se a seu lugar, ao flanco do galpão, onde tem os pentes numerados que lhe foram atribuídos e os cortes que são de uso comum, e os substituem sua tesoura. Logo volta para seu posto de trabalho.

Os tosquiadores tosquam, em média, entre 90 e 120 animais por dia. É de notar que são eles os que lhe imprimem o ritmo ao trabalho, e de quem depende a quantidade de dinheiro que podem ganhar, não só eles, mas também outros integrantes do grupo. O tosquiador cobra por animal tosquiado, o *agarrador* cobra por animal agarrado e outros por cada cem animais que faça o grupo. O cozinheiro cobra por dia de trabalho (mesmo que chova) e os varredores costumam cobrar a jornada trabalhada.

A tarefa do *agarrador* consiste em levar cada animal elevado, do curral externo ao

galpão, até as proximidades do tosquiador. O *agarrador* é o elo entre o curral e o grupo. Sendo o que distribui as ovelhas entre os tosquiadores, deve ser muito cuidadoso em não criar diferenças, ao distribuir os animais entre os tosquiadores. O trabalho é extenuante e está costuma provocar padecimentos na cintura apesar de que os *agarradores* costumam ser pessoas de estatura e fortaleza física não comum.

O *vellonero* é um trabalhador cuja função é levantar o velo que o tosquiador deixa no chão ao terminar com cada ovelha, e levá-lo até a mesa de acondicionado. O *vellonero* joga o velo de tal forma que o deixa estendido, aberto sobre a mesa ou grade sobre a que trabalham os *acondicionadores*, para que estes comecem seu trabalho. Também é o *vellonero* o que paga a “lata” ou ficha a cada tosquiador, por cada ovelha tosquiada, depositando a ficha em um recipiente próximo ao posto de trabalho e lhe avisando ao tosquiador que fez tal depósito, tocando-o levemente no ombro ou as costas.

O *acondicionador* é quem recebe o velo na mesa de acondicionar. Quando o *vellonero* o atira sobre a mesa de acondicionar este fica estendido tal como uma manta. Suas dimensões variam segundo o tamanho do lanar, mas em termos gerais é de um metro com oitenta de comprimento por um metro e vinte de largura. O *acondicionador* procede a extrair as partes mais deterioradas, geralmente nos bordes, tratando de conformar um conjunto o mais homogêneo possível. Prega logo o velo para que este adquira uma forma quase esférica e se mantenha armado. Nos grupos pequenos esta função é cumprida por uma só pessoa. Nos maiores, pode haver quatro ou cinco pessoas trabalhando na mesa de acondicionamento, em cujo caso um deles atua como capataz ou responsável da equipe de *acondicionadores*. Nos grupos que não fazem acondicionado da lã esta equipe falta, embora igualmente seja costume haver uma pessoa que recebe o velo, dobra-o e o passa ao ensacador.

O *canchero*, varredor ou “bem-te-vi” tem a seu cargo o varrido do lugar de trabalho nos arredores da máquina. Nos momentos em que o grupo deixa de trabalhar, deve levantar as grades de madeira que rodeiam a máquina, e sobre as quais trabalham os tosquiadores, para varrer os restos de lã e esterco que ficam debaixo delas. Segundo as modalidades de organização do trabalho nos diferentes grupos, em algumas delas, o varredor também pode cumprir com outras funções, como dar a “lata”, ajudar a levantar as ovelhas logo depois de tosquiadas e as guiar até a saída do galpão, ajudar a levar os velos até a mesa ou ajudar-lo atirando os velos já classificados ao ensacador. Possivelmente seja o posto de trabalho no que se desempenham mais tarefas distintas. É o posto de trabalho que requer menor qualificação e está acostumado a ser o posto de início em um grupo.

O ensacador é quem deve embolsar a lã. Para isso se vale de uma armação de madeira em cuja parte superior, tem um aro de metal que aprisiona a boca da bolsa, o que permite manter a bolsa aberta e na vertical para introduzir a lã. As dimensões desta bolsa é de aproximadamente dois metros de comprimento por um metro de diâmetro, por isso elas dão a idéia do tamanho da armação em que está colocada. O ensacador se introduz na bolsa, e enquanto outro trabalhador lhe atira os velos, ele vai recebendo e vai dispondo de maneira tal de não deixar ocos imprensando-os com os pés. Com isto se deduz a importância da firmeza da armação, que não somente deve ser capaz de sustentar a bolsa com lã mas também o peso do ensacador e a pressão que este exerce ao mover-se e saltar dentro da bolsa. As bolsas mais empregadas são de plástico, com pequenos orifícios para permitir que a lã, uma vez embolsada “respire”. Quando esta bolsa chega a sua capacidade, o ensacador a fecha com uma braçadeira de plástico inviolável. A lã de menor qualidade (da barriga e das patas) embolsa-se separada do velo. Uma bolsa contém em média entre 35 e 40 velos, pesando de

150 a 180 quilogramas, dependendo do tipo de lã.

Dentro de cada bolsa, se coloca uma etiqueta que contém a identificação do estabelecimento e a indicação da qualidade ou tipo de velo (que se embolsam por separado), tal como surge da mesa de acondicionamento. As bolsas são estivadas no galpão onde se está trabalhando, sendo já responsabilidade do dono do estabelecimento proceder a seu transporte e venda

Em algumas das máquinas de tosquia que se visitaram no curso da investigação, observou-se uma inovação consistente em uma imprensa hidráulica que produz fardos de lã compactos de aproximadamente 200kg de peso de um metro cúbico de volume, também envolto em plástico e que leva a etiqueta correspondente. Neste caso (talvez seja o atalho tecnológico para o futuro) desaparece a figura do ensacador e é substituída por um trabalhador que deve realizar um esforço físico muito menor. O transporte destes fardos também é mais econômico e mais simples que nas bolsas habituais.

O cozinheiro é quem tem a seu cargo todas as tarefas conexas com o fogão. Por volta das quatro da manhã o acende, para que quando se levantem os trabalhadores contem com água quente para o mate. Com o passar do dia tem a seu cargo a preparação das comidas, geralmente consistentes em churrascos, guisos ou “ensopados”, panela, etc. A comida é simples, mas deve ser abundante devido ao grande desgaste físico que realizam os trabalhadores. A quantidade e qualidade da comida que recebem é um dos critérios que empregam os trabalhadores para escolher as máquinas. O cozinheiro também se faz cargo da higiene e o asseio do entorno do fogão, âmbito no que se cozinha e se come, devendo trazer a água para beber e para lavar os utensílios. Em alguns casos deve procurar a lenha para o fogo,

sendo também o responsável por carnear o ovino fornecido pelo estabelecimento. O cozinheiro, além de sua função de serviço, cumpre em muitos casos um papel de articulador social. Como o cozinheiro é o que atende o fogão e em seu entorno é que se reúnem os trabalhadores nos momentos de descanso ou onde se refugia aquele que está indisposto, escuta as conversações e às vezes, por sua maior idade é tomado como confidente dos trabalhadores. Por outro lado, sua presença com o maquinista lhe facilita este papel de articulador social, entre o patrão e os trabalhadores ou entre os diferentes grupos de trabalhadores no interior da mesma.

Este é o momento de destacar a vinculação e a dependência mútua que existe entre os trabalhadores do bloco de tosquia. O processo de trabalho “encadeia” uma operação com a seguinte, embora o centro e coração de todo o processo seja dado pela máquina de tosquia e pelos tosquiadores. A velocidade do processo de trabalho está dada pela quantidade de tosquiadores (ou de tesouras que estão operativas na máquina) e pela destreza e rapidez dos tosquiadores. Como o pagamento é a toque de caixa para quase todos os trabalhadores do bloco, sua renda dependem da destreza dos tosquiadores. A velocidade e o ritmo de trabalho são impostos por estes, embora por sua vez, eles dependem de que o *agarrador* lhes traga os animais para tosquiar, sem produzir-se atraso. Para o outro extremo da cadeia, se o *vellonero*, as mesas de acondicionado ou o ensacador se atrasam (o que é acontecer) o problema é de menor importância, já que os velos se acumulam temporariamente em um flanco do galpão e podem ser acondicionados e embolsados posteriormente. Portanto, a diferença dos processos industriais em série, nos quais a velocidade a que trabalham os operários depende da velocidade das máquinas, no bloco de tosquia são os tosquiadores os que lhe imprimem o ritmo ao trabalho. Por isso, como se verá mas adiante, os tosquiadores constituem um grupo diferenciado dos trabalhadores do grupo.

### 3. Uma caracterização dos trabalhadores da tosquia.

#### 3.1. Características sócio-demográficas.

Os trabalhadores da tosquia têm uma distribuição etária ampla, embora em geral constitua-se em uma população jovem, já que a média da população se localiza nos 31 anos e três quartos da mesma têm menos de 38 anos. Como se verá com maior detalhe mais adiante, a idade está influenciada pelos postos que se ocupam no bloco de trabalho. Em alguns postos é mais provável encontrar trabalhadores nas idades extremas: enquanto entre os cozinheiros é mais provável encontrar pessoas de idade avançada, entre os varredores e *cancheros* se encontram as pessoas mais jovens e ainda meninos.

A metade dos trabalhadores da tosquia são solteiros enquanto que a outra metade são casais. Os trabalhadores solteiros estão sobre representados nos postos de menos responsabilidade e capacitação, certamente vinculados à idade de quem os ocupa. A alta proporção de trabalhadores solteiros nesta população também pode relacionar-se com a mobilidade no território que implica o trabalho na tosquia. Sem dúvida que é mais fácil fazê-lo para aqueles trabalhadores que não têm vínculos familiares estáveis e/ou familiares a cargo. Para aqueles trabalhadores que sim têm uma família formada, o tamanho da mesma se situa um pouco por cima da média em 4,15 pessoas por grupo familiar.

Quanto à residência dos trabalhadores da tosquia, 56% residem em áreas urbanas já seja em povoados do interior (32%) ou em capitais departamentais (24%). 43% destes trabalhadores têm residência rural, já seja na área rural dispersa (17%) ou em pequenos

povoados rurais do interior do país (27%). A urbanização dos trabalhadores da tosquia deve ver-se como um processo recente: embora 56% residia no meio urbano no momento da pesquisa, só 50% o fazia cinco anos antes e só 34% tinha nascido nele. Um indicador como a ocupação do pai, também reflete que este processo de urbanização é relativamente recente: no 74% dos casos o pai do trabalhador tinha ocupações rurais.

Durante a safra os blocos de trabalhadores se movem em forma restringida em um rádio de aproximadamente cem quilômetros de seu lugar de origem. Os trabalhadores, individualmente, tampouco se movem muito no território em busca de trabalho, não se havendo encontrado migrações de trabalhadores entre os Departamentos do país. A origem departamental do pessoal da tosquia mostra uma tendência ao recrutamento de trabalhadores naquelas zonas do país que têm maior concentração de lanares, basicamente os Departamentos da região norte e centro-oeste do país. Esta tendência é consistente com a existência de mercados de trabalho de caráter regional e ainda locais, em oposição à hipótese de deslocamento dos trabalhadores especializados ao longo do território nacional em um único mercado de trabalho rural.

### 3.2. As condições de vida.

Para o caso dos trabalhadores temporários, quando se analisam as condições de vida é preciso referir-se a estas no lugar de residência e também no lugar de trabalho. Neste ponto se fará referência às condições de vida no lugar de residência permanente do trabalhador.

São particularmente escassos os estudos que fazem referência às condições de vida na residência dos trabalhadores. Neffa (1986) em seu estudo dos trabalhadores temporários na

América Latina, faz notar que existem ao menos três tipos de situações. Na primeira, os trabalhadores temporários provêm de áreas camponesas próximas a grandes estabelecimentos que os contratam. Nestes casos os trabalhadores residem em suas casas e viajam diariamente a pé ou em uma locomoção simples até seu lugar de trabalho. Nestes casos a moradia costuma ser melhor que nas outras situações. Uma segunda situação a constituem os trabalhadores temporários que foram expulsos do campo e residem nos subúrbios de povos e cidades em condições muito precárias, sendo transportados diariamente em caminhões até seu lugar de trabalho. É a situação dos “bóias-frias” no Brasil amplamente documentada (GRAZIANO DA SILVA,1993). Uma terceira situação, é a dos migrantes que deixam seus domicílios por longas temporadas e vivem nos próprios estabelecimentos.

No caso dos trabalhadores da tosquia como já se viu, a maioria deles residem nos povoados do interior do país e durante os meses da tosquia, se alojam nos estabelecimentos onde trabalham. Embora o período de tosquia dure entre dois meses e cinco meses (dependendo da quantidade de ovelhas que tenha a “máquina contratada”) a maioria trabalha durante dois meses. Neste lapso pernoitam nos estabelecimentos.

As condições de vida dos trabalhadores e sua família se examinam a partir da posse de uma moradia, os indicadores de nível de satisfação de necessidades básicas e a cobertura de saúde. Páginas mais adiante se examinam as condições de vida no lugar de trabalho, durante a tosquia.

### 3.3. A posse de uma moradia

A metade dos trabalhadores da tosquia são proprietários da moradia que habitam



(51%), e aproximadamente outros 20% está em processo de pagamento da moradia através dos planos residenciais de Movimento Pró Erradicação da Moradia Insalubre Rural (MEVIR) e do Banco Hipotecário. Portanto é possível sustentar que 71% das populações estudadas conta com estabilidade na moradia através da propriedade. De 30% que não conta com moradia própria, somente 10% dos trabalhadores paga aluguel pela moradia, enquanto 15% vive em casa de seus pais e 5% tem outro tipo de contratos. Quer dizer, que a população estudada conta com uma estabilidade na moradia muito superior a que existe entre os trabalhadores temporários de outros países do continente. Possivelmente, esta situação se deva aos planos residenciais públicos instrumentados nos pequenos povoados e cidades do interior, que têm como sujeitos de sua ação trabalhadores com um perfil ocupacional similar à população estudada.

#### 3.4 .A satisfação das necessidades básicas.

Se analisarmos a situação dos lares a partir do nível de satisfação das necessidades básicas, podemos apreciar o nível de carências em relação às características da moradia, o nível de aglomeração, a disponibilidade de luz elétrica, o tipo de energia utilizada para cozinhar, a disponibilidade de água potável e o sistema de saneamento básico. As necessidades básicas são entendidas como requerimentos mínimos para o desenvolvimento dos membros de uma sociedade específica. A classificação resultante do uso desta metodologia, considera lares pobres a aqueles que têm insatisfeita alguma das necessidades consideradas e lares não pobres a aqueles que obtiveram níveis de satisfação nas seis necessidades consideradas.

Os resultados do presente estudo indicam que os trabalhadores da tosquia têm um

índice de satisfação de suas necessidades básicas relativamente elevado. No total do conjunto estudado, só 27.7% apresenta uma ou mais Necessidades Básicas Insatisfeitas qualificando portanto como população em estado de pobreza. Esta situação é só um pouco menos favorável que no total dos lares do país cujo índice do NBI alcança 16%, enquanto que a nível dos trabalhadores assalariados agrícolas é de 18% <sup>30</sup>.

As maiores carências na população estudada, referem-se à disponibilidade de energia elétrica no lar e ao tipo de energia utilizado para cozinhar <sup>31</sup>. Neste sentido, 14% dos lares não dispõe de sistema de iluminação elétrico e 15% utiliza querosene ou lenha como fonte de energia para cozinhar. Não representam carências importantes o tipo de saneamento do banheiro, as características da moradia (materiais de pisos, teto e paredes), o nível de aglomeração e a disponibilidade de água potável na moradia.

Quadro Nº 21. Satisfação de Necessidades Básicas

|                   | <b>Caráter. moradia</b> | <b>Pilhamento</b> | <b>Luz elétrica</b> | <b>Energia cozinhar</b> | <b>Água potável</b> | <b>Evacuação banheiro</b> |
|-------------------|-------------------------|-------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------|
| <b>N</b>          | 610                     | 607               | 609                 | 608                     | 604                 | 609                       |
| <b>Satisfação</b> | 97%                     | 95%               | 86%                 | 85%                     | 94%                 | 97.5%                     |

Fonte: Pesquisa Trabalhadores da Tosquia.

### 3.5. A cobertura de Saúde.

A análise da cobertura da atenção da saúde entre os trabalhadores se realiza com dois

<sup>30</sup> BIANCHI, Carlos. Informe de Caracterización de la PEA Agrícola 1985-1996. Inédito. Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. 2003.

<sup>31</sup> O nível de insatisfação na disponibilidade de sistema de iluminação elétrico e a principal fonte de energia utilizada para cozinhar encontrado para o conjunto de trabalhadores da tosquia é superior ao registrado pelo Estudo sobre o Emprego, os Ganhos e as Condições de Vida dos Lares Rurais que situa em 7.3% e 10.9% respectivamente o nível de insatisfação para o interior do país (OPYPA, 2000)

objetivos. Por um lado, conhecer a efetiva cobertura de atenção de que dispõem, partindo da premissa de que a assistência pública é de qualidade inferior a que se obtém na assistência privada, por mutuário, segundo o sistema vigente no país <sup>32</sup>. Mas em segundo lugar, a cobertura da saúde também proporciona uma aproximação ao nível de proteção social com que contam os trabalhadores. Em efeito, segundo as disposições vigentes no país, todo trabalhador deve ser declarado por seu patrão frente ao Banco de Previsão Social (BPS) e devem realizar-se as contribuições sociais correspondentes, dirigidos a financiar o sistema de previdência. Estas contribuições são realizados tanto pelo patrão como pelo trabalhador. O trabalhador declarado frente ao BPS tem direito à cobertura da atenção da saúde em um mutuário privado de sua eleição <sup>33</sup> e os que têm filhos menores de idade a receber um estipêndio por cada um deles (Salário-família). Receber ou não estes benefícios, se constitui portanto, em um indicador aproximado do nível de declaração no BPS dos trabalhadores rurais por parte de seus patrões.

Se se examinar a informação referida ao total dos trabalhadores assalariados rurais do país, disponível no Censo de População de 1996, encontra-se que só 54% deles se atendem em mutuários privados, 27% o fazem nos hospitais públicos e 15% não têm nenhum tipo de amparo para a saúde <sup>34</sup>.

Qual é a situação para os trabalhadores da tosquia? Em primeiro lugar é preciso destacar que não lhe perguntava ao trabalhador da tosquia pela situação de assistência durante

---

<sup>32</sup> Embora esta afirmação deve moderar-se para a população que reside no interior. Alguns dos Hospitais públicos Departamentais são melhores que os sistemas privados de saúde. Em outros casos em algumas cidades do interior do país o sistema privado de atenção à saúde simplesmente não existe. Portanto tal como foi feita a pergunta as respostas são apenas uma medida aproximada da cobertura. Pode haver situações nas quais trabalhadores inscriptos no DISSE igualmente se atendam nos Hospitais públicos pelas razões assinaladas.

<sup>33</sup> Mediante o contribua que se realiza a Direccion do Sistema de Seguros por Enfermidade (DISSE).

<sup>34</sup> BIANCHI, Carlos. Informe de Caracterización de la PEA Agrícola 1985-1996. Inédito. Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. 2003.

os dois meses da tosse, a não ser em geral <sup>35</sup>. Portanto, a informação reflete a situação permanente a que está sujeito o trabalhador, e as respostas são acordes com o alto nível de desocupação e de instabilidade trabalhista que experimentam estes trabalhadores. A grande maioria dos trabalhadores recorre a serviços hospitalares públicos em caso de enfermidade (75%). Cabe destacar entretanto, que para poder acessar a atenção médica pública se precisa ter um carnê de assistência vigente com o qual não sempre contam os trabalhadores. 18.5% acessa a cobertura médica em mutualistas privadas através do DISSE, por contar com um emprego no setor privado e grupos muito menores contam com cobertura através dos hospitais policiais e militares ou através de filiação a serviços mútuos. Aqueles que não têm nenhum tipo de cobertura constituem 1% do total pesquisado.

Com referência aos trabalhadores da tosse que deveriam receber o benefício do salário-família por ter filhos menores de idade, os dados mostram que 60% deles não cobrou atribuições familiares durante os 12 meses anteriores a pesquisa <sup>36</sup>. Esta informação contribui a reforçar a hipótese de que muitos destes trabalhadores não estão legalmente registrados nos organismos de Segurança Social, já seja porque têm períodos elevados de desocupação, porque realizam trabalhos com uma marcada instabilidade ou porque realizam tarefas sem estar declarados por seus patrões.

#### 4. Para a determinação da precariedade objetiva entre os trabalhadores da tosse.

Nos próximos itens se analisarão as quatro variáveis que caracterizam o trabalho precário segundo a definição dada por Rodgers. Como é óbvio todos os trabalhadores da

---

<sup>35</sup> Em concreto a pergunta era: Se se doente onde se atender?

<sup>36</sup> Pergunta-a era: Para os que têm filhos menores a cargo: No último ano cobro atribuições familiares?

tosquia são trabalhadores precários, embora mais não seja porque seus contratos são por um período definido pela duração da safra. Portanto, o que se tentará nas próximas páginas é construir um índice de precariedade objetiva que mostre os diferentes níveis de precariedade destes trabalhadores a partir de uma combinação das variáveis mencionadas.

#### 4.1. Os contratos de trabalho entre os trabalhadores da tosquia.

Começemos recordando como define Rodgers a primeira característica que lhe atribui ao trabalho precário: é um trabalho por um período de tempo definido ou que tem um alto risco de ser finalizado. Fica claro que esta característica está presente em todos os casos que se estão analisando: o trabalho da tosquia é safral e portanto todos os trabalhadores têm um contrato definido no tempo.

O trabalho safral, sazonal, ou eventual na agricultura foi sempre freqüente, pelas razões que se explicaram no Capítulo 2 e possivelmente abranja uma quantidade importante dos trabalhadores agrícolas do Uruguai. No Capítulo anterior se estimou que 10% da força de trabalho agrícola estaria composta por trabalhadores eventuais. Esta é a estimativa mínima, que só registra os trabalhadores eventuais contratados diretamente pelos estabelecimentos agropecuários. Não se pôde estimar os que são empregados por empreiteiros e por empresas terceirizadas. É por isso, que no caso dos contratos a tempo definido se estabelecerão algumas distinções, que permitirão estabelecer diferenças no interior de um conjunto que de outra maneira seria homogêneo, para distinguir tipos e níveis de precariedade.

Em primeiro lugar, anotemos que os trabalhadores da tosquia, embora tenham um contrato definido, voltam todos os anos a sair na safra. Os dados mostram que a metade dos

trabalhadores não perderam uma só safra e que 29% perderam somente entre uma e três safras. Portanto há uma regularidade na safra anual que lhe outorga um aspecto de “permanência” a este trabalho safral. Por outro lado, com certa frequência podem sair na mesma máquina: 25% dos trabalhadores declaram que sempre saíram com a mesma máquina. Mas ainda muitos maquinistas ao terminar uma safra, comprometem os melhores trabalhadores para a safra que vem, o qual é uma clara estratégia de seleção de pessoal, já que dos trabalhadores que querem voltar a sair na safra do ano que vem (2002), 96% o quer fazer na mesma máquina.

Em segundo lugar, quando se analisa a situação ocupacional de todos os trabalhadores da tosquia, para os últimos doze meses, advertem-se situações diferentes. Alguns trabalhadores estão ocupados todos os meses que medeiam na intersafra da tosquia. Outros registram alguns meses de desocupação, enquanto outros estão vários meses desocupados.

Podem-se discriminar então, ao menos três situações diferentes. Na primeira situação, estão todos aqueles trabalhadores que tiveram ocupação plena durante todo o ano, incluindo a aqueles que registraram menos de um mês de desocupação no ano (27%)<sup>37</sup>. Em uma segunda situação, estão aqueles trabalhadores que tiveram entre um e três de desocupação (33%). Em uma terceira situação, estão todos aqueles trabalhadores que tiveram mais de três meses de desocupação (39%).

---

<sup>37</sup> Nas entrevistas realizadas aos trabalhadores da tosquia vários mencionaram que logo depois da tosquia se tomam alguns dias de descanso, pela intensidade do trabalho desta safra. Outros também mencionam que entre um trabalho e outro às vezes estão alguns dias sem trabalhar. Esta situação a nosso julgamento não configuram uma situação de desocupação.

Pelas razões mencionadas anteriormente (regularidade anual, retorno ao mesmo padrão, ocupação plena ou quase plena) consideram-se aos trabalhadores safrais que têm até um mês de desocupação como trabalhadores estáveis <sup>38</sup>. Todos outros trabalhadores se consideraram instáveis.

Em síntese para operacionalizar esta categoria com o fim de construir um Indicador de Precariedade Objetiva a amostra se divide em duas categorias:

- a) Trabalhadores estáveis: todos aqueles que não registraram desocupação ou registraram até um mês de desocupação nos últimos doze meses.
- b) Trabalhadores instáveis: todos aqueles trabalhadores que registraram mais de um mês de desocupação nos últimos doze meses.

Quadro Nº 22. Trabalhadores da Tosquia. Estabilidade no trabalho

|              |                         | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------|-------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| <b>Valid</b> | <b>Tem Estabilidade</b> | 218       | 35,7    | 35,7          | 35,7               |
|              | <b>Sem Estabilidade</b> | 392       | 64,3    | 64,3          | 100,0              |
|              | <b>Total</b>            | 610       | 100,0   | 100,0         |                    |

Fonte: Pesquisa aos trabalhádores da tosquia

Aprecia-se então que com estes critérios 36% dos trabalhadores da tosquia têm

---

<sup>38</sup> Um critério similar, adota-se na Pesquisa Nacional de Lares Rurais do OPYPA, MGAP do 2001.

estabilidade enquanto que 64% devem ser considerados como trabalhadores instáveis.

#### 4. 2. Rendas suficientes/insuficientes.

O segundo critério que emprega Rodgers para estabelecer que um trabalho é precário consiste em considerar que gera rendas insuficientes para a reprodução social do trabalhador sendo esta característica social e culturalmente determinada. Na Pesquisa a Trabalhadores da Tosquia se relevaram as rendas que o trabalhador tinha recebido nos últimos doze meses. Não era possível relevar as rendas recebidas na tosquia desse ano porque a tosquia estava em processo. Portanto, as rendas dos últimos doze meses contêm as rendas da tosquia do ano anterior (salvo para os que não concorreram à tosquia no ano anterior que são muito poucos), e as rendas recebidas em outros trabalhos no correr de dito ano.

O montante das rendas recebidas durante a tosquia varia segundo o posto que se ocupa no bloco. Os tosquiadores são os que estão melhor remunerados, derivado de que é uma tarefa que requer de uma destreza física especial que combina a rapidez com a qualidade do trabalho. Segue-lhe em importância da remuneração um grupo de trabalhadores nos que se encontram os *agarradores* (requer-se fortaleza física para uma tarefa extenuante e perigosa) e os *acondicionadores*, que ocupam um posto no que se requer uma capacitação especial, brindada pelo SUL ou pelos próprios maquinistas que adestram estes trabalhadores. Em um terceiro grupo, de menores rendas, encontram-se outros membros do bloco que desempenham tarefas de menor qualificação: *velloneros*, ensacadores, *cancheros* ou varredores e cozinheiros. As diferenças nas rendas recebidas durante a tosquia não se manifestam no resto do ano, onde são virtualmente iguais, o qual faz pensar que os trabalhadores não se diferenciariam pelo tipo de tarefas que desempenham na entre-safra.



Um problema que foi preciso resolver foi o termo de comparação: ¿O que significa receber rendas suficientes ou insuficientes para a reprodução social? Como a mesma definição o indica este é um valor culturalmente determinado. O mas freqüente é comparar o valor das rendas recebidas com a linha de pobreza. No caso desta investigação a pesquisa perguntou as rendas do trabalhador durante os últimos doze meses e não as rendas do grupo familiar, já que se considerou que não seria correta esta pergunta em um contexto de trabalho, fora do grupo familiar e da casa-habitação do trabalhador, onde o pesquisador poderia estar em condições de verificar a veracidade das respostas. Portanto não foi possível empregar o conceito de linha de pobreza.

Escolheu-se outro caminho que foi considerar que a linha mínima de reprodução da força de trabalho está proporcionada por dois salários de um peão rural do gado, por doze meses mais um trezeavo mês do Décimo-terceiro, mas sem o pagamento por alimentação e moradia. Quer dizer o que no jargão se conhece como o salário de um peão “mantido”. Aqueles trabalhadores que recebiam como média de rendas mensais nos últimos doze meses, até dois salários de um peão do gado, recebiam rendas insuficientes, enquanto que eram suficientes quando recebiam mais este valor.

Em síntese, com o fim de construir o Índice de Precariedade Objetiva resolveu-se considerar duas categorias: Trabalhadores que como média de renda nos últimos doze meses: a) ganham mais de dois salários de um peão rural do gado; b) ganham menos de dois salários de um peão do gado.

Quadro N° 23. Trabalhadores da tosquia. Rendas Suficientes

|              |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid        | Tem rendas suficientes     | 230       | 37,7    | 40,7          | 40,7               |
|              | Não tem rendas suficientes | 335       | 54,9    | 59,3          | 100,0              |
|              | <b>Total</b>               | 565       | 92,6    | 100,0         |                    |
| Missing      | System                     | 45        | 7,4     |               |                    |
| <b>Total</b> |                            | 610       | 100,0   |               |                    |

Fonte: Pesquisa aos trabalhadores da tosquia.

Ordenados os trabalhadores da tosquia segundo estas duas grandes categorias, a mostra fica subdividida em duas partes: 55% dos trabalhadores receberam rendas insuficientes e 37% receberam rendas suficientes, enquanto que em 7% dos casos não foi possível determinar estes valores.

É conveniente vincular as rendas recebidas com a desocupação presente entre estes trabalhadores. Como era de esperar, aqueles trabalhadores que conseguem estar ocupados todo o ano, têm rendas substancialmente maiores que aqueles que enfrentam até dois meses de desocupação ou mas de dois meses de desocupação. No primeiro caso a renda dos trabalhadores ronda os 43.000 pesos anuais, 38.000 pesos anuais no segundo caso e 26.000 pesos anuais no terceiro <sup>39</sup>.

Que o salário intervém centralmente na decisão de sair à tosquia e na eleição da

---

<sup>39</sup> Ver os graficos da pagina 92 do capitulo V escrito por Mariela Bianco no livro do Diego PIÑEIRO. Los trabajadores de la Esquila. Pasado y Presente de un oficio rural. SUL UdelaR. Montevideo. 2003

máquina em que procurará empregar-se surge da seguinte entrevista <sup>40</sup>:

- Ihe oferecem várias máquinas?
- *Como não, oferecem-me umas quantas, oferecem-me se, e um seguro escolhe a máquina pela quantidade de ovelhas que tenha, a que a um mais convenha, a que possa fazer mais dinheiro. Nesta é o primeiro ano que saio.*
- Gosta do ambiente, da máquina?
- *Como não, eu gosto sim, trabalha-se muito bem. (Entrevista 5<sup>a</sup>:3)*

Os trabalhadores de um bloco ganham diferente segundo o posto que ocupam e a destreza exigida para o mesmo. Se a entrevista anterior transmitir a percepção de um tosquiador, o trabalhador melhor pago de um bloco, a entrevista seguinte transmite a opinião de um *acondicionador* de lã que está em segundo ou terceiro lugar quanto às rendas recebidas.

*...por agora me dá. Para comprar algumas roupinhas... Penso que se conseguir um trabalho estável de 3.000 pesos por mês, 2.500, com isso está bem. A vou deixar, verdade? Porque não vou seguir tampouco sempre, na campanha, molhado, dormindo mal. Chega um momento que cansa. Se a gente conseguir um trabalho bom...*

E o que ganham lhes dá para ir levando alguns meses?.

*Sim. Para pagar algumas contas. Sair um pouco. Comprar um pouco de roupa... Embora não possamos viver com isto todo o ano. (5<sup>a</sup>:16)*

---

<sup>40</sup> Ver Anexo Metodológico. Todas as transcrições provêm das entrevistas realizadas pela equipe de investigação dirigido pelo autor na investigação realizada no ano 2000 e 2001 na Faculdade de Ciências Sociais com financiamento da Comissão Setorial de Investigação Científica da Universidade da República.

#### 4.3. A cobertura social.

A pesquisa não relevou a inscrição dos trabalhadores nos registros da Segurança Social, nem durante o período da tosquia, nem durante o resto do ano, nos empregos da intersafra. Decidiu-se adotar um critério amplo e classificar como protegidos pela Segurança Social a todos aqueles que declararam ter cobertura pelos serviços privados de saúde através do DISSE, todos os que realizam contribuições ao Banco de Previsão Social, os que declaram estar cobertos em caso de acidentes de trabalho pelo Banco de Seguros do Estado e todos os que tendo filhos menores recebem salário-família. Também se incluiu nesta categoria a aqueles trabalhadores que são aposentados e pensionistas e que além disso saíram à tosquia para fazer um bico (esta categoria se encontra especialmente nos cozinheiros).

Discriminaram-se duas categorias:

- a) com algum tipo de cobertura social
- b) sem cobertura social.

Quadro N° 24. Trabalhadores da Tosquia. Cobertura Social

|              |                              | <b>Freque<br/>ncy</b> | <b>Percent</b> | <b>Valid<br/>Percent</b> | <b>Cumulative<br/>Percent</b> |
|--------------|------------------------------|-----------------------|----------------|--------------------------|-------------------------------|
| <b>Valid</b> | <b>Tem<br/>Cobertura</b>     | 215                   | 35,2           | 35,2                     | 35,2                          |
|              | <b>Não tem<br/>Cobertura</b> | 395                   | 64,8           | 64,8                     | 100,0                         |
|              | <b>Total</b>                 | 610                   | 100,0          | 100,0                    |                               |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

Do quadro surge então, que 35% dos trabalhadores da tosquia têm algum tipo de

cobertura social, enquanto que quase 65% não a têm.

#### 4.4. O controle das condições de trabalho.

Segundo a definição de trabalho precário de Rodgers, apresentada no Capítulo II, os trabalhos são precários quando o trabalhador não tem um adequado controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho devendo aceitar condições como a extensão da jornada de trabalho, ou do ambiente físico em que se desenvolve o trabalho, ou relações de dominação e sujeição pessoal, ou de perigo físico no desenvolvimento das tarefas, ou de más condições de higiene no lugar de trabalho, etc. Estas situações revelam a falta capacidade de negociação, por defeito ou ausência de uma organização dos trabalhadores <sup>41</sup>.

Não foi possível construir um indicador de controle das condições de trabalho. Um dos indicadores possíveis é a sindicalização dos trabalhadores mas neste caso é inexistente. Considerou-se a possibilidade de utilizar outros indicadores que foram relevados pela pesquisa mas como os resultados não foram satisfatórios, decidiu-se não ter em conta esta variável <sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Em 1946 a impulsos da Federação de Operários da Lã se conseguiu iniciar um processo de organização dos tosquiadores. acontecem-se várias reuniões e congressos nos anos seguintes, registrando-se participação de tosquiadores de distintas partes do país. Em 1951, a pedido destas mobilizações o Parlamento Nacional aprova uma lei pela qual o Poder Executivo determinará antes do mês de agosto de cada ano, os salários mínimos dos trabalhadores da tosquia e estabeleceu a obrigação de proporcionar alimentação e alojamento adequado aos tosquiadores e pastoreio grátis para seus animais de transporte. Estas organizações parecem ter existido até 1965 aproximadamente. (GONZALEZ SIERRA, 1994)

<sup>42</sup> As variáveis que se consideraram e logo se descartaram foram: I. Capacidade de negociação salarial: momento em que lhe anuncia ao trabalhador quanto lhe pagará por seu trabalho, indicador relevado na pesquisa paralela que realizou aos maquinistas, mas que parece depender de outras variáveis como a quantidade total de ovelhas que o maquinista tenha contratadas. II: mudança de um bloco a outra: embora há bastante mobilidade pareceria que esta é gerada pelo patrão e não pelo trabalhador. III. satisfação das condições de trabalho: além de ser um indicador pouco confiável é uma opinião e não mede a capacidade de negociar melhores condicione de trabalho (por outro lado estas dependem do dono da estadia e não do maquinista).

4.5. A construção do Indicador de Precariedade Objetiva.

A partir dos três índices construídos mais acima se construiu o Indicador de Precariedade Objetiva dos Trabalhadores da Tosquia.

Quadro Nº 25. Trabalhadores da Tosquia. Índice de Precariedade Objetiva dos Trabalhadores da Tosquia

|                           |                                   |                         |                          | <b>Estabilidade no trabalho</b> |                    |                         |                    |
|---------------------------|-----------------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|
|                           |                                   |                         |                          | <b>Tem Estabilidade</b>         |                    | <b>Sem Estabilidade</b> |                    |
|                           |                                   |                         |                          | <b>Cou<br/>nt</b>               | <b>Table<br/>%</b> | <b>Cou<br/>nt</b>       | <b>Table<br/>%</b> |
| <b>Rendas Suficientes</b> | <b>Tem rendas suficientes</b>     | <b>Cobertura Social</b> | <b>Tem Cobertura</b>     | 64                              | 11,3%              | 48                      | 8,5%               |
|                           |                                   |                         | <b>Não tem Cobertura</b> | 57                              | 10,1%              | 61                      | 10,8%              |
|                           | <b>Não tem rendas suficientes</b> | <b>Cobertura Social</b> | <b>Tem Cobertura</b>     | 30                              | 5,3%               | 57                      | 10,1%              |
|                           |                                   |                         | <b>Não tem Cobertura</b> | 57                              | 10,1%              | 191                     | 33,8%              |
|                           |                                   |                         | <b>Total</b>             | 208                             |                    | 357                     |                    |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

Como já se disse, por definição, todos os trabalhadores da tosquia são trabalhadores precários. Dentro desta categoria é possível delimitar diferentes graus de precariedade transformando as oito celas anteriores em quatro níveis de precariedade.

Quadro N° 26. Trabalhadores da tosquia. Índice de Precariedade Objetiva

|                |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| <b>Valid</b>   | <b>Inseridos</b> | 64        | 10,5    | 11,3          | 11,3               |
|                | <b>1 Déficit</b> | 135       | 22,1    | 23,9          | 35,2               |
|                | <b>2 Déficit</b> | 175       | 28,7    | 31,0          | 66,2               |
|                | <b>Excluidos</b> | 191       | 31,3    | 33,8          | 100,0              |
|                | <b>Total</b>     | 565       | 92,6    | 100,0         |                    |
| <b>Missing</b> | <b>System</b>    | 45        | 7,4     |               |                    |
| <b>Total</b>   |                  | 610       | 100,0   |               |                    |

Fonte: Pesquisa trabalhadores da tosquia.

O resultado do exercício anterior mostra que existe uma pequena proporção (11,3%) dos trabalhadores da tosquia que gozaram que emprego contínuo ao longo dos últimos doze meses, têm cobertura social e, por outro lado, suas rendas são maiores que duas vezes o salário de um peão rural. Pode-se supor que estes trabalhadores tiveram uma inserção trabalhista e social plena, pelo menos durante o último ano. Os denominou trabalhadores Inseridos. No outro extremo estão os trabalhadores que se denominaram Excluídos, porque têm uma elevada desocupação anual, não têm cobertura social, e suas são mais baixas que o dobro do que ganha um peão rural. Estes representam um terço (34%) dos trabalhadores da tosquia. Por outro lado se denominaram como Parcialmente Excluídos aqueles trabalhadores que têm déficit em duas das variáveis consideradas e se aprecia que compõem quase outro terço da amostra (31%). Quer dizer que entre os Excluídos e os Parcialmente Excluídos se chega aos 65% dos trabalhadores da tosquia. Finalmente fica a categoria dos trabalhadores Parcialmente Inseridos (com solo um déficit) que chegam aos 24% dos trabalhadores da tosquia.

## 5. A satisfação com o trabalho na tosquia. O Indicador de precariedade subjetiva.

No Capítulo 2, se discutiu a opção teórica por incluir o conceito de precariedade no trabalho explicando que desde esta perspectiva era possível ter em conta a subjetividade do trabalhador: como este experimenta sua relação com o trabalho. Paugam identificou três tipos diferentes de satisfação subjetiva; a) a satisfação que o trabalhador obtém pelo produto de seu trabalho; b) a satisfação que o trabalhador obtém de seu trabalho, porque este lhe proporciona rendas suficientes; c) a satisfação que o trabalhador obtém de seu trabalho pelas condições trabalhistas do ambiente em que trabalha. A ausência de uma, ou mais de uma, destas condições engendra, segundo Paugam, uma relação do trabalhador com seu trabalho de precariedade subjetiva.

Na Pesquisa aos Trabalhadores da Tosquia se incluíram algumas perguntas que permitem construir os indicadores de satisfação com o trabalho sugeridos por Paugam. Em relação ao primeiro tipo de satisfação subjetiva, a que o trabalhador experimenta com o produto de seu trabalho é de destacar que os tosquiadores têm um certo orgulho por como fica o trabalho realizado. Quando um animal fica mal tosquiado, com “escadas” e “recortes” certamente o tosquiador receberá os sarcasmos de seus colegas. Se o animal fica lesionado ou ferido pela tesoura, receberá uma do maquinista. A satisfação com o produto de seu trabalho será mais difícil de perceber no caso dos trabalhadores que ocupam os outros postos do bloco<sup>43</sup>. Entretanto no transcurso da pesquisa aos trabalhadores da tosquia não se compilou

---

<sup>43</sup> Não por acaso o Secretariado Uruguaio da Lã organiza todos os anos concursos de tosquia. Os melhores tosquiadores recebem prêmios e seu status cresce frente a patrões e colegas de trabalho. As "*comparsas*" se vangloriam de contar com um tosquiador premiado nestes concursos. Esta situação será mas evidente quando a comparar mas adiante com os trabalhadores da colheita do citrus em que nada disto ocorre.



informação dirigida a avaliar este aspecto e portanto nesta investigação não a terá em consideração.

O segundo indicador sugerido por Paugam é a satisfação com as rendas obtidas pelo trabalho realizado. Não importa aqui o montante efetivamente obtido pelo trabalhador na tosquia mas sim como ele valoriza estes ganhos. Para isso havia uma pergunta na Pesquisa que lhe solicitava que comparasse as rendas da tosquia com os que obtém por outros trabalhos<sup>44</sup>. A aqueles que declaravam que suas rendas na tosquia eram maiores que nos outros trabalhos desempenhados durante o ano os considerou como satisfeitos. Os resultados se apreciam no quadro seguinte.

Quadro Nº 27. Trabalhadores da Tosquia. Satisfação com o ingresso

|              |                     | <b>Frequency</b> | <b>Percent</b> | <b>Valid Percent</b> | <b>Cumulative Percent</b> |
|--------------|---------------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <b>Valid</b> | <b>Satisfeito</b>   | 388              | 63,6           | 63,6                 | 63,6                      |
|              | <b>Insatisfeito</b> | 210              | 34,4           | 34,4                 | 98,0                      |
|              | <b>9,00</b>         | 12               | 2,0            | 2,0                  | 100,0                     |
|              | <b>Total</b>        | 610              | 100,0          | 100,0                |                           |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

Do quadro surge que quase 64% dos trabalhadores estão satisfeitos com as rendas que

---

<sup>44</sup> Pergunta-a era: P. 42: Em comparação com outros trabalhos que realizou este ano, pensa que na tosquia lhe pagam: 1. Muito menos. 2. Menos. 3. Igual. 4. Mais. 5. Muito mais. 9. NS/NC. Considerou-se como satisfeitos aos trabalhadores que respondiam as opções 4 e 5. Adotou-se este critério, o mais restritivo já que deixa aos que responderon a opção 3. Igual. na categoria dos insatisfeitos, tendo em conta que o estava entrevistando no ambiente de trabalho onde poderia haver certa pressão para responder no sentido de uma maior satisfação que a realmente experimentada.

recebem na tosquia <sup>45</sup>.

Em uma entrevista feita a um tosquiador se compara o que recebe na tosquia com o que recebe em outros empregos. Para compreendê-la, recorde-se que um tosquiador em média tosquia entre 80 e 120 ovelhas por dia, segundo sua destreza.

- Quanto ganham tosquiando por ovelha?.
  - *Aqui ganho \$3,50 por velo.*
  - -E pudeste economizar algo, ou tudo vai para contas?
  - *Não, não. Não gastei nada. Tenho-a toda junta para cobrar.*
  - E você não gosta mais do trabalho estável nas estadias?
  - *O que acontece é que se ganha muito pouco.*
  - Quanto lhe pagam?
  - *Na cabana estava ganhando 70 pesos por dia, e depois me baixaram o salário.*
  - Por quê?
  - *Pelo tema da Caixa. Para me pôr em caixa.*
  - E na estância, quanto lhe pagavam?
  - *Aí me pagavam 80 pesos por dia.*
  - E não te convinha mas?
  - *Não, porque nos locais de feira pagam 280 pesos por dia. Claro que isto é cada tanto.*
- Quando há feiras.*
- E no curral quanto pagam?

---

<sup>45</sup> É preciso insistir na diferença entre esta medição e a medição das rendas para determinar a precariedade objetiva. Neste caso lhe está pedindo que faça uma comparação (subjetiva) das rendas que percebe durante a tosquia com os que percebe em outras tarefas. No outro caso (medição da precariedade objetiva) estima-se a suficiência (ou insuficiência) das rendas de todo o ano para a reprodução da força de trabalho comparando-os com o dobro de um salário de um peão boiadeiro.

- *Aí pagam um pouco melhor, por 8 horas de trabalho lhe pagam 120 pesos, despesas pagas, não?* (Entrevista 7<sup>a</sup>:10)

Por outro lado, se explorou a satisfação dos trabalhadores com as condições de trabalho no transcurso da tosquia. Para isso, se teve em conta uma bateria de perguntas realizadas na pesquisa. Três delas estavam dirigidas a analisar a satisfação do trabalhador com sua situação no bloco. Recordemos que o trabalhador convive com outros trabalhadores do bloco durante todo o período da tosquia. Portanto as relações no interior da mesma se constituem em um fator de importância, no momento em que cada trabalhador deve avaliar se voltar ou não a sair com esse bloco. Assim o manifestavam em várias entrevistas os trabalhadores. Por sua vez se fizeram três perguntas. A primeira, destinada a avaliar as relações de companheirismo no bloco; a segunda a avaliar a qualidade da alimentação (tal como é recebida pelo trabalhador) e a terceira a avaliar a qualidade dos instrumentos de trabalho que o trabalhador recebe do maquinista, e que influem grandemente na velocidade de seu trabalho e em seu rendimento <sup>46</sup>.

Quadro N° 28. Trabalhadores da Tosquia. Satisfação com as relações na “*comparsa*”

|       |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | <b>Satisfecho</b>   | 358       | 58,7    | 58,7          | 58,7               |
|       | <b>Insatisfecho</b> | 252       | 41,3    | 41,3          | 100,0              |
|       | <b>Total</b>        | 610       | 100,0   | 100,0         |                    |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

O resultado mostra que mais da metade dos trabalhadores se consideram satisfeitos

---

<sup>46</sup> Pergunta-a era: 44. E nesta “*comparsa*” como diria que é: A comida?; as relações com o resto do bloco?; a qualidade das ferramentas/tesoura?: 1. Muito mau. 2. Mau. 3. Aceitável. 4. Bueno. 5. Muito Bom. Considerou-se que o trabalhador estava satisfeito quando respondia as opções 4 e 5. Insatisfeito quando respondia as opções 1. 2. e 3. Pelas mesmas considerações que na pergunta anterior se considerou à resposta 3. Aceitável, como expressão de insatisfação.

com a relações que se estabelecem no bloco. Este resultado é corroborado por algumas das entrevistas nas quais alguns trabalhadores sentem que no bloco se estabelecem relações de companheirismo e solidariedade que facilitam a convivência e fazem mais grato o trabalho.

-Seguirá na tosquia?

*-Opino que hoje atualmente conseguir um emprego fixo sem ter um estudo, vai ser difícil. Assim seguirei em bicos. A safra já é um costume. Capaz que se não terminar doente. Um mês antes já ando remendando uma coberta e preparando a caldeira...(5ª:11)*

Entretanto, nos extratos das entrevistas seguintes se aprecia que não todos os trabalhadores pensam da mesma maneira, representando aos 40% que não está tão satisfeito com o trabalho da tosquia:

-Nos estabelecimentos como vocês dizem, eles ali e vocês para cá...

*-Sim. Isso sim. Não se preocupam com você. Façam o trabalho e acabou. Como há patrões que são bons, que lhe dão uma peça...e há outros que têm e não lhe dão. Ou que lhe dêem um galpão à parte para que você não tenha que mudar de lugar a cama, as bolsas, tudo, que tenha sombra...(5ª:16)*

O cozinheiro de um dos blocos opinava assim:

*...é como a tosquia, vocês trabalham vinte dias mas vocês vivem uma vida que, vamos dizer,*

*vocês têm que te adaptar ao que é a tosquia, se te tocar que o galpão é pequeno e entram nada mais que os tosquiadores, e vivem no chão, às vezes com pouca comodidade, sem nada, ...eu é que sei...E o cozinheiro também, quando chove também tem seus..., porque o dia que chove estão todos no galpão mas vocês têm que estar aqui debaixo da chuva . De repente lhe dão, há lugares que lhe dão, que têm teto para fazer fogo, mas há lugares que não têm, pôr duas chapas acima, assim, para manter o fogo aceso e te agüentem aí e o trabalho têm que fazê-lo (6ª:1).*

Embora algum trabalhador também sugira que as condições nas estadias também têm a ver com o comportamento dos próprios trabalhadores:

*...terá que lutar com os companheiros e é difícil. Porque todos não temos a mesma maneira de ser. Além disso, -se tiverem falado com outros tosquiadores- o tosquiador, está mal visto.*

*-Ah sim?*

*-Sim, está mal visto. Por isso estamos lá, entre os porcos, nos chiqueiros, metidos nesses lugares. Estamos nos lugares feios porque as máquinas [de tosquia]... antes era muita bagunça.*

*-Sim, me contaram mas não sabia ou seja que os patrões têm menos consideração por vocês?.*

*Sim. Porque bom, igual vêm todos bêbados. Aqui, graças a deus, não ninguém bebe. Bom, eu, álcool não trago. Se a gente vem para trabalhar e não a outra coisa. Por isso somos mal vistos. Capaz que isso seja corrigido com o tempo. (7ª:9)*

A pesquisa também inquiriu a respeito da percepção que os trabalhadores tinham da tarefa em si mesma, tanto referido ao esforço físico requerido, como ao risco de

acidentarse que a tarefa implica. Observe-se que os resultados neste caso são muito diferentes aos anteriores, denotando o que também se registrou nas entrevistas prévias, que a tarefa da tosquia exige um grande esforço físico, ao menos para os que estão em determinados postos de trabalho <sup>47</sup>.

Quadro N° 29. Trabalhadores da Tosquia. Rigor e risco na tarefa

|              |                     | <b>Frequency</b> | <b>Percent</b> | <b>Valid Percent</b> | <b>Cumulative Percent</b> |
|--------------|---------------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <b>Valid</b> | <b>Satisfeito</b>   | 98               | 16,1           | 16,1                 | 16,1                      |
|              | <b>Insatisfeito</b> | 512              | 83,9           | 83,9                 | 100,0                     |
|              | <b>Total</b>        | 610              | 100,0          | 100,0                |                           |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da Tosquia.

Como se observa 84% dos trabalhadores da tosquia opinaram que a tarefa é muito pesada ou que o trabalhador corre muito risco de acidentarse.

Com os três Indicadores anteriores se construiu um Índice composto que se chamou Índice de Satisfação dos Trabalhadores da Tosquia mediante o qual trata de operar com os conceitos de Paugam a respeito da satisfação dos trabalhadores com seus trabalhos <sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Pergunta-a era; 44. E neste bloco como diria que é: O rigor da tarefa?; A possibilidade de acidentarse?: 1.Demasiado. 2. Muito. 3. Aceitável. 4. Pouco. 5. Muito Pouco. considerouse que o trabalhador estava satisfeito quando respondia as opções 4. e 5. O considerou insatisfeito quando respondia as opções 1. 2. e 3. Pelas mesmas considerações realizadas mais acima a opção 3. Aceitável se considerou como insatisfatório

<sup>48</sup> Este Índice se construiu pela combinação simples dos três anteriores

Quadro N° 30. Trabalhadores da Tosquia. Índice de Satisfação

|                |                     | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| <b>Valid</b>   | <b>Satisfeito</b>   | 29        | 4,8     | 4,8           | 4,8                |
|                | <b>1 Déficit</b>    | 259       | 42,5    | 43,3          | 48,2               |
|                | <b>2 Déficit</b>    | 235       | 38,5    | 39,3          | 87,5               |
|                | <b>Insatisfeito</b> | 75        | 12,3    | 12,5          | 100,0              |
|                | <b>Total</b>        | 598       | 98,0    | 100,0         |                    |
| <b>Missing</b> | <b>System</b>       | 12        | 2,0     |               |                    |
| <b>Total</b>   |                     | 610       | 100,0   |               |                    |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

Como se observa no quadro anterior só um fraco 5% diz estar plenamente satisfeito com seu trabalho no bloco. Sem dúvida que nesta percepção tão crítica, influi muito o indicador referido a inconformação com o rigor e o risco da tarefa. Em troca aqueles trabalhadores que estão satisfeitos com sua tarefa, salvo em uma situação, (que são os que estão desconformes com o mencionado indicador) somam 43%. Os que estão insatisfeitos em dois aspectos somam 39% e os que estão totalmente insatisfeitos são também poucos: 12%.

Outra maneira de expressar o anterior quer dizer que embora muitos trabalhadores estejam desconformes com o rigor e o risco da tarefa, esta se compensa pelas satisfações que obtêm da sociabilidade no bloco e pelos maiores ganhos que obtêm comparados com outras tarefas que realizam durante o ano.

Um tosquiador ao explicar os elementos que ele tem em conta para escolher a máquina com a que sairá a trabalhar, sintetiza os diferentes elementos que se consideraram dos ganhos até as condições trabalhistas:

- Como fez para conseguir um lugar no bloco , conheciam-lhe?
- *Não. Para enganchar, antes da safra, liguei para um amigo e me recomendou esta máquina, porque tem 20.000 e muitas ovelhas , então me decidi.*
  - O ano passado tinha saído em outra máquina?
  - *Sim. No ano passado, tinha saído com o XXX porque sabia que só tinha 12.000 ovelhas.*
  - E essa quantidade não te rende, mas como fazem para trocar de máquina?
  - *E na medida que se pode, a gente vai escolhendo as máquinas que mais lhe servem, as que têm mas ovelhas para tosquiar...Além disso a máquina do XXX é meio bagunçada.*
  - Porquê?
  - *Há muita brincadeira, muito bagunça às vezes entre os companheiros.*
  - E nesta?
  - *Não, aqui está mais organizados. E além disso estão altas as tesouras.*
  - O que quer dizer isso?
  - *Que cada tosquiador tosquia muitas ovelhas e em conjunto como a coisa é casal, ganha mais.*
  - O que levam em conta para escolher uma maquina, quando pode?
  - *E a gente vê a quantidade de ovelhas que tosquam outros, se estiverem altas as tesouras, para ver a média que se pode fazer e se não lhe passarem por cima. Depois terá que ver quanto lhe pagam por velo, e ver o bloco em geral, se está organizada, enfim essas coisas. Se a coisa servir, alguém troca. (7ª:10).*

Em síntese a (in)satisfação com os ganhos que se recebem durante a tosquia, a (in)satisfação com as condições de trabalho e o companheirismo nos blocos, e a (in)satisfação com a dureza do trabalho, são os elementos que se conjugam na avaliação final que faz cada trabalhador e que o levam a seguir ou a deixar de trabalhar na tosquia. Estas contradições se



expressam bem nas entrevistas seguintes que recolhem as opiniões de integrantes do bloco que se desempenham em postos diferentes:

Um Condicionador veterano na tosquia:

-Quantos anos têm você?

*-Eu tenho 57 anos.*

-E na tosquia faz quantos anos que está?

*Uhh! Quando eu tinha 18 anos!! Já levo como quase 40 anos. Antes o trabalho meu era de tosquiador.*

-E você se pode aposentar ou é complicado?

*E é complicado.*

Tem pouca contribuição?

*Isso, eu trabalhava pela minha não mais e em empreitada, isso.*

-Sim, contribuição não teve muito. Pode-se aposentar depois por idade?

*Ah, sim por idade sim.*

-A que idade é?.

*Acredito que por 65, a verdade é que não sei.*

-Então vai ter que seguir um pouco mais na tosquia?

*Ah sim, enquanto puder seguir, vou seguir.*

Um Acondicionador:

-Sairia o ano que vem?

*-O ano que vem penso sair outra vez, se tiver trabalho. Saio na tosquia porque não tenho*

*outro trabalho e também porque se paga bem. Se conseguisse um trabalho estável não sairia à tosquia. (5ª:14)*

Um Agarrador:

-E pensam seguir na tosquia?

*E eu que sei... Dado o trabalho que tenho eu...é difícil... agora porque estou bastante bem, mas é um trabalho difícil (7ª:2)*

Um Ensacador de 17 anos:

-Têm idéia, se te sair algum trabalho na cidade, em Montevideo?

*Na cidade nada, trabalho de cidade não trabalhei nunca.*

-Você gostaria?

*Eu não gosto muito tampouco, mas se for um trabalho meio grande eu gostaria também.*

-Têm idéia de seguir na tosquia, se puderem?

*Sim, a tosquia eu gosto muito, faz quatro anos que saio. (7ª:5)*

Um Tosquiador que é peão estável mas “lhe dão para sair”:

-Você gostaria de outro trabalho?

*Não, por agora me viro, embora às vezes a coisa seja dura.*

-Por quê?.

*Em alguns lugares te menos. Ao tosquiador o mandam lá, para os galinheiros e os chiqueiros dos porcos, olhem para lá, que lá estamos. (7ª:10)*

6. Ser precário. A precariedade objetiva e a satisfação com o trabalho entre os trabalhadores da tosquia.

Como se propôs no Capítulo 2, um trabalhador será precário quando não só estiver imerso em um emprego ou ocupação que objetivamente se possa definir como tal, mas também quando ele sinta que o vínculo que estabeleceu com seu trabalho é precário. Em consequência, o passo final na direção de compreender a questão da precariedade do trabalho na tosquia consistiu em combinar o Índice de Precariedade Objetiva com o Índice de Precariedade Subjetiva. Recordemos que cada um deles tinha quatro níveis ou categorias e portanto sua combinação dará lugar a dezesseis categorias possíveis.

Quadro N° 31. Trabalhadores da Tosquia. Índice de satisfação \* Índice de precariedade objetiva.

|                      |  |  | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total |
|----------------------|--|--|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|-------|
|                      |  |  | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluídos |       |
| Índice de satisfação | Satisfeito                               | Count                                    | 2                               | 6         | 10        | 9         | 27    |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 3,1%                            | 4,5%      | 5,7%      | 4,8%      | 4,8%  |
|                      |  | % of Total                               | 0,4%                            | 1,1%      | 1,8%      | 1,6%      | 4,8%  |
|                      | 1 Déficit                                | Count                                    | 30                              | 63        | 79        | 69        | 241   |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 46,9%                           | 47,4%     | 45,4%     | 37,1%     | 43,3% |
|                      |  | % of Total                               | 5,4%                            | 11,3%     | 14,2%     | 12,4%     | 43,3% |
|                      | 2 Déficit                                | Count                                    | 18                              | 54        | 72        | 77        | 221   |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 28,1%                           | 40,6%     | 41,4%     | 41,4%     | 39,7% |
|                      |  | % of Total                               | 3,2%                            | 9,7%      | 12,9%     | 13,8%     | 39,7% |
|                      | Insatisfeito                             | Count                                    | 14                              | 10        | 13        | 31        | 68    |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 21,9%                           | 7,5%      | 7,5%      | 16,7%     | 12,2% |
|                      |  | % of Total                               | 2,5%                            | 1,8%      | 2,3%      | 5,6%      | 12,2% |
| Total                | Count                                    | 64                                       | 133                             | 174       | 186       | 557       |       |
|                      | % within Índice de precariedade objetiva | 100,0%                                   | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    |       |
|                      | % of Total                               | 11,5%                                    | 23,9%                           | 31,2%     | 33,4%     | 100,0%    |       |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

Neste quadro se observa que apesar de que é um trabalho safral e que portanto reúne todas ou várias das condições de precariedade há 27 trabalhadores (5%) que dizem sentir-se satisfeitos com ele. Por outro lado os que estão claramente insatisfeitos são só 68, quer dizer 12% do total. A maioria (468 quer dizer 84%) tem algum grau de insatisfação com o trabalho. Por outro lado aqueles trabalhadores que se encontram socialmente inseridos somam

64 (11,5 %) enquanto que os que objetivamente se encontram excluídos são 186 ( 33,4%). A maioria se encontra em condições intermediárias de precariedade do trabalho objetiva (307 ou seja 55 %).

Com o fim de determinar o nível de associação entre ambas as variáveis, utilizou-se o test de chi quadrado encontrando-se associação ao nível de 0,05 de significação <sup>49</sup> apesar de que ambas as variáveis foram definidas em forma diferente. O índice de precariedade objetiva reflete a relação do trabalhador com seu emprego e o grau de inserção social que o trabalhador obtém a partir do emprego que tem todo o ano, medido a partir de variáveis construídas pelo observador. O índice de satisfação mede a maior ou menor satisfação do trabalhador com seu trabalho, com a tarefa que realiza e com as condições que ele encontra em seu trabalho.

Se, tal como se definiu, ser um trabalhador precário significa compartilhar ambas as formas de precariedade é possível construir finalmente um Índice de Precariedade que combine ambas as perspectivas, a partir das dezesseis categorias construídas mas as reduzindo a quatro para simplificar a análise. Este exercício se apresenta no quadro que segue.

---

<sup>49</sup> Ver Anexo Estatístico. A medida de associação chi quadrado para 9 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 16,919. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelo IS é = 19,211. Os valores caem fora da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina a associação de ambas as variáveis

Quadro Nº 32. Ser Precário: Os trabalhadores da tosquia segundo distintos níveis de precariedade objetiva e subjetiva.

|  | <b>Trabalhadores da tosquia</b> |      |
|--|---------------------------------|------|
| Satisfeitos, inseridos e parcialmente satisfeitos e inseridos                      | 101                             | 18,1 |
| Inseridos e parcialmente inseridos, mas insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos | 96                              | 17,2 |
| Satisfeitos e parcialmente satisfeitos mas excluídos ou parcialmente excluídos.    | 167                             | 30,0 |
| Excluídos ou parcialmente excluídos, e insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos  | 193                             | 34,7 |
| Total  | 557                             | 100  |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

O quadro deve ser interpretado em dois sentidos. O primeiro que, como se sustentou repetidamente, a precariedade é uma categoria que admite distintos níveis, e que portanto não é pertinente falar de trabalhadores precários e não precários mas sim é preciso discernir, dentro dos que o são, os distintos níveis de precariedade existentes. A segunda leitura é que precariedade objetiva e precariedade subjetiva são duas variáveis que, (embora neste caso tenha um certo nível de associação) têm distribuições distintas. Este fato dá lugar a muitas combinações possíveis entre ambas as variáveis, ainda nas categorias extremas: assim se encontraram trabalhadores inseridos mas insatisfeitos e à inversa excluídos mas satisfeitos com todas as combinações intermédias.

¿Como se caracterizam estes trabalhadores da tosquia em termos da precariedade?

Dois de cada seis trabalhadores são e se consideram a si mesmos trabalhadores excluidos e

além disso estão insatisfeitos. No outro extremo um de cada seis se consideram satisfeitos e inseridos em sua relação de trabalho. Outros dois de cada seis estão excluídos na relação de trabalho mas estão relativamente satisfeitos com a relação que mantêm com seu trabalho. Finalmente um de cada seis está inserido na relação de trabalho mas se sente insatisfeito com ela.

É possível provar a capacidade premonitória dos dois Índices elaborados, com uma medida resumem que expressa as intenções do trabalhador de retornar à safra o ano próximo. Em primeiro lugar se provará a capacidade do Índice de Satisfação ou Índice de Precariedade Subjetiva de predizer a intenção dos trabalhadores da tosquia de retornar à mesma o ano próximo. A princípio, é lógico supor que aqueles trabalhadores que estão mais satisfeitos com seu trabalho tenderão a retornar à tosquia ao ano próximo e inversamente os insatisfeitos tenderão a não retornar. Existe uma terceira categoria que são os que respondem que não estão seguros se retornarão ou não. A nosso julgamento estes devem ser considerados como trabalhadores que não querem voltar, mas consideram que possivelmente se vejam obrigados a fazê-lo. Ou dito de outra maneira, são os que se encontrarem outro trabalho possivelmente não retornem à tosquia.

Quadro N° 33. Trabalhadores Tosquia. Sair safra 2002 \* Índice de satisfação

|                    |                               |                               | Índice de satisfação |           |           |              | Total |
|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------|-----------|-----------|--------------|-------|
|                    |                               |                               | Satisfeito           | 1 Déficit | 2 Déficit | Insatisfeito |       |
| sair safra<br>2002 | Sim                           | Count                         | 26                   | 204       | 169       | 44           | 443   |
|                    |                               | % within Índice de satisfação | 89,7%                | 78,8%     | 71,9%     | 58,7%        | 74,1% |
|                    | Não                           | Count                         | 2                    | 14        | 19        | 8            | 43    |
|                    |                               | % within Índice de satisfação | 6,9%                 | 5,4%      | 8,1%      | 10,7%        | 7,2%  |
|                    | no<br>sabe                    | Count                         | 1                    | 41        | 47        | 23           | 112   |
|                    |                               | % within Índice de satisfação | 3,4%                 | 15,8%     | 20,0%     | 30,7%        | 18,7% |
| Total              | Count                         | 29                            | 259                  | 235       | 75        | 598          |       |
|                    | % within Índice de satisfação | 100,0%                        | 100,0%               | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%       |       |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

O quadro mostra que os mais satisfeitos são os que querem voltar e que os mais insatisfeitos tendem a não retornar <sup>50</sup>. Os que declaram que não sabem o que farão se comportam como os que declaram que não retornarão. Em soma o Índice de Satisfação que expressa a Precariedade Subjetiva é capaz de predizer o comportamento futuro dos trabalhadores.

<sup>50</sup> Ver Anexo Estatístico. A medida de associação chi quadrado para 6 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 12,595. O chi quadrado ao cruzar o IS por retorna à safra do citrus? é = 17,63. Os valores caem fora da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina a associação de ambas as variáveis



¿Como se associa, por outro lado, o Índice de Precariedade Objetiva à intenção declarada de retornar ou não à próxima safra? Em princípio se deveria esperar que se comportasse em forma similar ao anterior, quer dizer os trabalhadores com melhores níveis de inserção social deveriam ser os que tendem a retornar à safra, enquanto que os trabalhadores com maiores níveis de exclusão deveriam ser os que tendem a não retornar à safra. Os dados figuram no quadro seguinte:

Quadro N° 34. Trabalhadores da tosquia. Sair safra 2002 \* Índice de precariedade objetiva

|                 |  |  | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total  |
|-----------------|--|--|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------|
|                 |  |  | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluídos |        |
| sair safra 2002 | Sim                                      | Count                                    | 44                              | 100       | 135       | 137       | 416    |
|                 |  | % within sair safra 2002                 | 10,6%                           | 24,0%     | 32,5%     | 32,9%     | 100,0% |
|                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 68,8%                           | 74,1%     | 77,1%     | 71,7%     | 73,6%  |
|                 | Não                                      | Count                                    | 5                               | 9         | 12        | 15        | 41     |
|                 |  | % within sair safra 2002                 | 12,2%                           | 22,0%     | 29,3%     | 36,6%     | 100,0% |
|                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 7,8%                            | 6,7%      | 6,9%      | 7,9%      | 7,3%   |
|                 | não sabe                                 | Count                                    | 15                              | 26        | 28        | 39        | 108    |
|                 |  | % within sair safra 2002                 | 13,9%                           | 24,1%     | 25,9%     | 36,1%     | 100,0% |
|                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 23,4%                           | 19,3%     | 16,0%     | 20,4%     | 19,1%  |
| Total           | Count                                    | 64                                       | 135                             | 175       | 191       | 565       |        |
|                 | % within sair safra 2002                 | 11,3%                                    | 23,9%                           | 31,0%     | 33,8%     | 100,0%    |        |
|                 | % within Índice de precariedade objetiva | 100,0%                                   | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    |        |

Fonte: Pesquisa a trabalhadores da tosquia.

Em primeiro lugar observe-se que 74% da amostra tem pensado retornar à tosquia o ano próximo. Só 7% tem já decidido que não retornará e 19% está ainda indeciso. Em segundo lugar, é preciso esclarecer que não parece haver relação de associação entre variáveis, medida pelo teste de chi quadrado e portanto o Índice de Precariedade Objetiva não teria capacidade de prever o comportamento futuro dos trabalhadores <sup>51</sup>. Entretanto ao analisar o quadro é possível extrair sugestões de possíveis relações. Entre aqueles que dizem que sim retornarão à tosquia predominam levemente os trabalhadores com um e com dois déficits. Entre os trabalhadores que declaram que não voltarão para a tosquia predominam os extremos: os mais excluídos e os mais inseridos. Se a tendência assinalada é leve, reforça-se, se lhe adiciona a categoria dos que respondem que não sabem se voltarão o ano próximo. Como se disse estas respostas se podem interpretar como daqueles que não querendo retornar não estão em condições ou em situação de responder firmemente que não voltarão. Portanto é possível e conveniente somar esta categoria com a daqueles que respondem que não voltarão. Quando se faz esta operação a tendência é muito mais definida: são as categorias extremas as que não voltarão. A interpretação destes resultados (se a tendência observada fosse certa) é que entre aqueles que não voltarão, alguns o fazem porque as condições objetivas da relação de trabalho na tosquia são muito inconvenientes para eles e outros porque ao estar melhor inseridos socialmente têm melhores oportunidades de trabalho e portanto não desejam retornar a esta tarefa.

Em resumo, a análise da informação provida pelos quadros anteriores mostra que entre os trabalhadores da tosquia 1. podem-se estabelecer níveis diferentes de precariedade e que

---

<sup>51</sup> Ver Anexo Estatístico. A medida de associação chi quadrado para 6 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 12,595. O chi quadrado ao cruzar o IPO por retorna à safra do citrus? é = 2,507. Os valores caem dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina a independência de ambas as variáveis.

estes guardam relação com outras variáveis 2. que foi possível identificar e separar a precariedade objetiva da precariedade subjetiva. 3. que existe associação entre ambas as variáveis. 4. que o índice de satisfação que expressa a precariedade subjetiva, quer dizer a forma como o trabalhador sente a precariedade, é um adequado premonitor de seu comportamento futuro. 5. que o índice de precariedade objetivo que mede a relação do trabalhador com seu emprego ao longo de todo o ano (estar na precariedade) não é um adequado premonitor do comportamento futuro do trabalhador na tosquia.

Aceitem-se conclusões anteriores como provisórias. Fica em suspenso uma análise mais extensa das mesmas, porque para poder aprofundar nelas é conveniente apresentar os resultados de uma análise similar realizada para outro universo: o dos trabalhadores da colheita do citrus. Quando se tiver explorado a situação de precariedade destes trabalhadores e à luz de ditos resultados se voltará sobre as conclusões anteriores.

## **II. Segundo estudo de caso. Os trabalhadores da colheita do citrus.**

### **1. Breve descrição da colheita do citrus.**

O complexo agroindustrial citrícola uruguaio se encontra se localizado no litorâneo oeste do país e em menor medida na região sul. Do total das 6.359.000 plantas que havia no país no ano 1996 (ano da pesquisa aos trabalhadores do citrus), 84% se encontrava na zona norte do país e 78% nos Departamentos de Salto e Paysandú. Quer dizer, que mais das três quartas partes das plantações e da produção se localizam nestes dois Departamentos.

A produção também se acha concentrada em umas poucas empresas. O CGA 2000 que provê a informação mais desagregada, estabelece que o total de estabelecimentos citrícolas são 714, mas os estabelecimentos com mais de 50.000 plantas são só 27 e têm 58% das novelas, 67% da superfície regada, 76% da produção e 62% dos assalariados.

As tarefas que se levam a cabo nos estabelecimentos produtores de cítricos, empregaram no mesmo ano 2.398 assalariados permanentes e 1.234 trabalhadores não assalariados (supostamente trabalhadores familiares ocupados nos estabelecimentos mais pequenos de caráter familiar). Além disso, ocuparam grandes contingentes de trabalhadores safrais principalmente empregados na colheita da fruta. O Censo relevou 313.280 jornaleiros safrais contratados dado que convertido a trabalhadores representa o equivalente a 1.008 trabalhadores permanentes. Destes, 82% foram empregados pelos 27 estabelecimentos maiores. Entretanto estas cifras estão subestimadas porque o CGA não recolhe a informação das empresas empreiteiros de mão de obra, a não ser só dos trabalhadores contratados diretamente pela empresa agropecuária. Segundo os dados da Pesquisa Cítrica que se comentará extensamente mais adiante, aproximadamente 5% dos trabalhadores safrais são contratados por empreiteiros. Segundo Riella e Tubío para o ano 1996, no momento pico da colheita se ocuparam 4500 trabalhadores, dos quais 85% foram ocupados pelas seis empresas maiores, sobre as que logo aplicaram a pesquisa aos trabalhadores safrais.

No mesmo ano 1996, 43% da produção se destinava à exportação em afresco logo depois de passar pelas plantas de empacotamento que as empresas possuem em Salto e Paysandú, 36% se destinava ao consumo interno e 21% se destinava à indústria para produção de sucos cítricos e de azeites essenciais.

Ao longo das décadas de 80 e de 90 a produção de citrus do Uruguai cresceu sistematicamente em área plantada e em produção. Mas também se impulsionaram importantes mudanças tecnológicas, tais como a mudança de variedades e a busca da melhoria da qualidade da fruta para poder ampliar os mercados e os períodos de disponibilidade de fruta. Somente entre 1990 e 1996 a produção se multiplicou por 1,3 mas as exportações se multiplicaram por 1,7 denotando uma clara vocação exportadora do crescimento obtido.

Subentende-se dizer que este crescimento também impulsionou o desenvolvimento da agroindústria cítrica conexa, usinas de tratamento e empacotamento da fruta, câmaras de frio, processadoras de sucos, etc. que se desenvolveram principalmente nos arredores das cidades de Salto e Paysandú.

Neste marco é que no ano 1996 Riella e Tubío levam a cabo uma pesquisa aos trabalhadores safrais do citrus, no contexto de um projeto de investigação mas amplo “Qualidade, Emprego e Capacitação no Citrus Uruguio” dirigido pela Professora Ema Massera e realizado por Convênio entre o Ministério de Trabalho e a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (MASSERA, et al, 1998; BULLONI, 2004). Toda a informação que se dirigirá neste compartimento sobre os trabalhadores safrais do citrus provém desta investigação (RIELLA, A.;TUBIO, M., 1997).

O perfil dos trabalhadores safrais do citrus.

Os trabalhadores safrais do citrus conformam uma população muito jovem, já que o 61% tem entre 18 e 30 anos, são predominantemente varões (92%) e com um muito baixo nível de instrução já que se 41,6% só completaram a escola primária, 20% não a conseguiram

completar. Como era de esperar por sua extrema juventude, uma metade dos coletores são solteiros e vivem com seus pais, enquanto a outra metade formaram casal e vivem juntos. O que não é habitual e surpreendeu aos investigadores foi detectar que 76% dos trabalhadores residiam habitualmente em áreas urbanas e só 24% a fazia em áreas rurais. Quer dizer que se encontravam frente a população urbana que realizava trabalhos safrais na citricultura. Os resultados também mostraram que os trabalhadores residiam preferentemente nos Departamentos de Salto e Paysandú (78%) e 20% vivia nos Departamentos divisantes. Estes resultados reforçam a idéia (já expressa no estudo dos trabalhadores safrais da tosquia) da inexistência de migrações trabalhistas como existem em outros países do continente. Uma suscinta análise de informação proveniente das famílias de origem dos trabalhadores safrais, mostra que seus pais eram urbanos, mas bem trabalhadores permanentes que safrais, empregados no comércio ou comerciantes em si mesmos e portanto se poderia sugerir que os trabalhadores safrais do citrus têm piores condições de emprego que as que tinham os integrantes de suas famílias de origem.

A pesquisa também permite referir-se às condições de vida dos trabalhadores por meio de um indicador de necessidades básicas e outro de ganhos recebidos pelos lares. Em síntese o estudo encontrou que 71,4% dos lares tinham necessidades básicas insatisfeitas, e que os ganhos de 68,4% dos lares não são suficientes para adquirir uma cesta básica de consumo e que portanto estão abaixo da linha de pobreza. A análise mistura destes dois indicadores mostra que 61,7% dos lares são de pobreza crônica, que 16,7% são pobres recentes e que 9,4% são lares de pobreza inercial. Como concluem os autores do estudo

*... “esta análise indica que a situação dos trabalhadores do setor, em relação ao conjunto da população do país, é a de marcadamente pobre e com um elevado número de lares em situação de pobreza crônica. Que esta população seja pobre não é maior achado, sim o é que em sua maioria sejam pobres crônicos.”(RIELLA;TUBÍO, 1997:20)*

Um terceiro aspecto, que foi possível compreender através da pesquisa aos trabalhadores safrais do citrus, foram seus ciclos ocupacionais, ao relevar as ocupações dos mesmos no período intersafra. Encontrou-se que a metade dos trabalhadores desempenhavam tarefas rurais nos seis meses de outubro a março apesar de que tinham sido caracterizados com um perfil urbano. 15% dos trabalhadores o fazem na construção, 8% o fazem em atividades industriais, de transporte serviços e comércio que podem assimilar-se a atividades urbanas. Uma proporção importante de trabalhadores (20%) não encontra ocupação no período intersafra.

Quanto ao tipo de tarefas que desempenham os trabalhadores do citrus se destaca a ausência de postos de trabalho diferenciados. Nos inícios da atividade, a tarefa de colher-se fazia simplesmente arrancando a fruta. Daí que muitos trabalhadores se denominem a si mesmos arrancadores. Depois na década de 70 com a modernização do complexo agroindustrial se introduz o corte da fruta com tesouras e por isso também se denominam a si mesmos cortadores ou simplesmente coletores. O trabalho se faz do chão ou subido a escadas, levando o trabalhador uma bolsa ou mais usualmente uma “camisa coletora” que pode carregar até 20 quilogramas. Com este peso, o trabalhador se deve deslocar da fila de planta em que está trabalhando até onde estão colocados as gavetas (bins) nos que se verte a fruta para seu transporte até o galpão de empacotamento onde se leva a cabo a limpeza, colorido, encerado etc. Todos tratamentos destinados a melhorar a apresentação da fruta. Os trabalhadores dos galpões de empacotamento não são considerados coletores e não formam parte dos trabalhadores estudados por Riella e Tubío.

2. Para a determinação da precariedade objetiva entre os trabalhadores da colheita do citrus.

Como já se fez para o caso dos trabalhadores da tosquia neste ponto se tentará construir um Índice de Precariedade Objetiva dos trabalhadores da colheita do citrus. Como também neste caso se está frente a trabalhadores safrais, todos eles são catalogados em sentido estrito como trabalhadores precários. Também neste caso se tratará de demonstrar que apesar disso é possível e relevante construir distintos níveis de Precariedade Objetiva, especificando assim uma categoria que caso contrário, transformaria-se em uma constante, sem discriminações em seu interior. Para isso, como no caso anterior se seguirá um procedimento de três passos consistente em analisar por separado os valores dos três principais critérios empregados por Rodgers para definir um emprego precário: a estabilidade do trabalho, os ganhos recebidos e a cobertura social.

## 2.1. Os contratos de trabalho entre os coletores do citrus.

A maior parte dos coletores do citrus se empregam seis meses nesta atividade, embora alguns o façam por menos tempo. No período intersafra, como já se disse, ocupam-se em outras tarefas rurais, ou de outros tipos. Uma proporção que pode chegar aos 20% dos trabalhadores, em cada mês, fica desocupado. Por outro lado, também se deve anotar que um pouco mais da metade dos trabalhadores trabalham sempre na mesma empresa. Também uma proporção similar faz mais de três anos que trabalha na citricultura. Quer dizer que para aproximadamente a metade dos trabalhadores, existem algumas características que levam pensar em uma estabilidade da relação trabalhista embora esta seja safral. Pelos mesmos critérios que se empregaram e já se explicaram no caso anterior da tosquia se consideraram como estáveis a todos aqueles trabalhadores safrais que têm ocupação plena ou até um mês de desocupação como trabalhadores estáveis. Instáveis serão então todos aqueles trabalhadores que registraram, no ano relevado, mais de um mês de desocupação.



Quadro N° 35. Trabalhadores da colheita do citrus. Estabilidade no trabalho

|              |                  | <b>Frequency</b> | <b>Percent</b> | <b>Valid Percent</b> | <b>Cumulative Percent</b> |
|--------------|------------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <b>Valid</b> | <b>Estáveis</b>  | 196              | 59,6           | 59,6                 | 59,6                      |
|              | <b>Instáveis</b> | 133              | 40,4           | 40,4                 | 100,0                     |
|              | <b>Total</b>     | 329              | 100,0          | 100,0                |                           |

Fonte: Elaboração própria a partir da Riella e Tubio, 1996..

Com o emprego destes critérios quase 60% dos trabalhadores da colheita têm estabilidade.

## 2.2. Os ganhos obtidos.

Como já se explicou mais acima, é alta a proporção de trabalhadores da colheita do citrus que têm ganhos insuficientes para a reprodução social do lar. Recorde-se que neste caso, relevaram-se os ganhos do lar, o qual logo permitiu compará-lo com a linha de pobreza <sup>52</sup>. Com este critério se definiram como lares com ganhos insuficientes aqueles que estavam sob a linha de pobreza, tanto pobres como indigentes. Nesta situação estão 69% dos lares.

---

<sup>52</sup> Para ver o detalhe de como se construiu a delinea de pobreza e os ganhos relevados ver, RIELLA e TUBÍO, op.cit.

Quadro 36. Trabalhadores da colheita do citrus. Ganhos.

|         |                            | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Tem ganhos suficientes     | 60        | 18,2    | 20,9          | 20,9               |
|         | Não tem ganhos suficientes | 227       | 69,0    | 79,1          | 100,0              |
|         | Total                      | 287       | 87,2    | 100,0         |                    |
| Missing | 99,00                      | 42        | 12,8    |               |                    |
| Total   |                            | 329       | 100,0   |               |                    |

Fonte: Elaboração própria a partir da RIELLA;TUBÍO, 1996.

### 2.3. A cobertura social.

A cobertura social também foi avaliada para estes trabalhadores a partir das formas de atenção da saúde. Como se observa a proporção de trabalhadores cobertos é de 75%, uma proporção maior que no caso dos trabalhadores da tosquia. Esta situação estaria indicando um maior grau de formalização da relações de trabalho.

Quadro Nº 37. Trabalhadores da colheita do citrus. Cobertura Social

|       |                   | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Tem Cobertura     | 247       | 75,1    | 75,1          | 75,1               |
|       | Não tem Cobertura | 82        | 24,9    | 24,9          | 100,0              |
|       | Total             | 329       | 100,0   | 100,0         |                    |

Fonte: Elaboração própria a partir da RIELLA;TUBÍO, 1996.

#### 2.4. O controle das condições de trabalho. Os sindicatos.

No caso dos trabalhadores rurais da citricultura existem organizações sindicais de diversos tipos. O mais antigo e ativo sindicato reúne aos trabalhadores do citrus em Salto. Formado originalmente a partir da União do Regadores e Empreiteiros da empresa açucareira estatal do *Espinillar*, em Povo Constituição no Departamento de Salto. Quando esta se fecha, muitos trabalhadores passam a trabalhar na colheita de citrus e dali se constitui o Sindicato Único de Operários Rurais (SUDORA). No Paysandú está ativo um sindicato de empresa, a União de Trabalhadores da Indústria do Azucitrus, que agrupa a pessoal da agroindústria e também a trabalhadores permanentes e a marreteiros e safreiros da empresa sendo forte nas plantações dos arredores de Povo Gallinal. Em algumas empresas frutícolas do sul do país que também têm plantações de citrus, há organizações sindicais de empresa. É o caso do Sindicato de trabalhadores da empresa Minha Granja e do Sindicato de Operários Rurais e Empreiteiros de São José (SORYDESA) que representam os trabalhadores da empresa Milagres.

Estes sindicatos estavam ativos no momento em que se realizou o estudo dos trabalhadores da colheita do citrus em 1996. Na atualidade vários deles intervieram nas negociações salariais recentes no Conselho de Salários Rurais que se instalou pela primeira vez no país em 2005.

É por isso que quando na pesquisa se pergunta aos coletores sobre a existência de um sindicato 77% dos trabalhadores de Salto aonde atua o SUDORA e 30% dos trabalhadores do Paysandú (onde há um sindicato, só na empresa Azucitrus) declaram ter conhecimento de sua existência. Os trabalhadores têm uma imagem positiva do mesmo, já que 80% dos salteños consideram como importante e muito importante sua existência e uma cifra algo menor 69%

opinam o mesmo em Paysandú.

Entretanto, como na Pesquisa aos trabalhadores do citrus não se relevou informação sobre filiação dos trabalhadores ao sindicato, sentido de pertencer ao mesmo, participação nas atividades sindicais, etc. que tivesse permitido estimar sua incidência no controle da situação de trabalho, desistiu-se de incorporar esta variável.

## 2.5. A construção do Índice de Precariedade Objetiva.

Como se procedeu para os trabalhadores da tosquia, também neste caso se procedeu a construir este Índice a partir da combinação das três variáveis acima explicitadas: a estabilidade/instabilidade trabalhista, os ganhos suficientes/insuficientes e a cobertura social. O resultado deste exercício se encontra no quadro seguinte.

Quadro N° 38. Trabalhadores da colheita do Citrus. Índice de Precariedade Objetiva

|                 |                                   |                         |                          | Estabilidade no trabalho |         |            |         |
|-----------------|-----------------------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|---------|------------|---------|
|                 |                                   |                         |                          | Estáveis                 |         | Inestáveis |         |
|                 |                                   |                         |                          | Count                    | Table % | Count      | Table % |
| <b>Ingresos</b> | <b>Tem ganhos suficientes</b>     | <b>Cobertura Social</b> | <b>Tem Cobertura</b>     | 28                       | 9,8%    | 17         | 5,9%    |
|                 |                                   |                         | <b>Não tem Cobertura</b> | 7                        | 2,4%    | 8          | 2,8%    |
|                 | <b>Não tem ganhos suficientes</b> | <b>Cobertura Social</b> | <b>Tem Cobertura</b>     | 116                      | 40,4%   | 61         | 21,3%   |
|                 |                                   |                         | <b>Não tem Cobertura</b> | 25                       | 8,7%    | 25         | 8,7%    |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996

No quadro superior e no seguinte, se volta a mostrar como é possível construir, para trabalhadores que por definição são precários, categorias que refletem

distintos graus de precariedade. Por um lado, há quase 10% dos mesmos são trabalhadores Inseridos quer dizer que têm estabilidade no trabalho, cobertura social e ganhos suficientes. No outro extremo, estão os trabalhadores cujo nível de precariedade é tão alto que os pode considerar como Excluídos: são 9% da amostra. Observe-se que esta proporção é muito menor que a encontrada para os trabalhadores da tosquia (34%), como consequência de que uma proporção importante de trabalhadores do citrus (75%) têm cobertura social como consequência de ter contratos formais de trabalho. Depois, estão aqueles trabalhadores que estão nas categorias intermédias: os parcialmente inseridos, acumulando um déficit (49%) e os parcialmente excluídos com dois déficit (33%).

Quadro Nº 39. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de precariedade objetiva

|                |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| <b>Valid</b>   | <b>Inseridos</b> | 28        | 8,5     | 9,8           | 9,8                |
|                | <b>1 Déficit</b> | 140       | 42,6    | 48,8          | 58,5               |
|                | <b>2 Déficit</b> | 94        | 28,6    | 32,8          | 91,3               |
|                | <b>Excluídos</b> | 25        | 7,6     | 8,7           | 100,0              |
|                | <b>Total</b>     | 287       | 87,2    | 100,0         |                    |
| <b>Missing</b> | <b>System</b>    | 42        | 12,8    |               |                    |
| <b>Total</b>   |                  | 329       | 100,0   |               |                    |

Fonte: elaboração própria a partir da RIELLA; TUBÍO, 1996.

### 3. A satisfação/insatisfação com o trabalho da colheita.

Recordemos o desenvolvimento que se fez no segundo capítulo quando se discutiu o conceito de precariedade. Segundo Paugam a precariedade pode ser pensada também da

relação subjetiva que o trabalhador tem com seu trabalho. É a idéia de que o trabalhador, além das condições objetivas que encontra em seu emprego, pode sentir-se ou não um trabalhador precário. Desenvolvendo esta ideia, Paugam sugeria três formas de “sentir-se” precário. A satisfação/insatisfação com o produto de seu trabalho, a satisfação/insatisfação com a remuneração que obtém de seu trabalho e a satisfação/insatisfação com as condições que encontra em seu ambiente de trabalho.

No caso dos trabalhadores da colheita do citrus é muito difícil supor que um trabalhador possa experimentar satisfação ou insatisfação com o produto de seu trabalho. Portanto este indicador pode ser descartado para concentrar-se nos outros dois. Para o caso específico que nos ocupa, a pesquisa aos coletores recolhia informação a respeito da valorização que o trabalhador realizava dos ganhos que obtinha em relação aos ganhos que obtinha em outros empregos <sup>53</sup>.

Quadro Nº 40. Trabalhadores da colheita do Citrus. Satisfação com o ingresso

|                |                     | <b>Frequency</b> | <b>Percent</b> | <b>Valid Percent</b> | <b>Cumulative Percent</b> |
|----------------|---------------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <b>Valid</b>   | <b>Satisfeito</b>   | 81               | 24,6           | 25,5                 | 25,5                      |
|                | <b>Insatisfeito</b> | 237              | 72,0           | 74,5                 | 100,0                     |
|                | <b>Total</b>        | 318              | 96,7           | 100,0                |                           |
| <b>Missing</b> | <b>9,00</b>         | 11               | 3,3            |                      |                           |
| <b>Total</b>   |                     | 329              | 100,0          |                      |                           |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996

<sup>53</sup> Pergunta-a era: P 59. Em relação aos outros trabalhos que teve no último ano, você diria que os salários aqui são: 1.- Mais baixos. 2.-Iguais. 3.- Mais altos. 9.- NS/NC. considerou-se como insatisfeitos aos trabalhadores que respondiam as opções 1.- e 2.- já que se estimou que o estava entrevistando no lugar de trabalho, onde poderia haver pressão para que respondesse em forma mais favorável que a que ele realmente sentia.

Como se observa, só uma quarta parte dos trabalhadores estão satisfeitos com seus ganhos. Esta proporção é quase a inversa da observada no caso dos trabalhadores da tosquia. Quer dizer, que entre os coletores é maior a insatisfação com os ganhos, que entre os trabalhadores dos blocos de tosquia.

O segundo indicador utilizado foi a satisfação do trabalhador com as condições de trabalho que se vivem na empresa em que trabalha <sup>54</sup>. Recorde-se que a diferença da tosquia, em que os trabalhadores são itinerantes, neste caso os trabalhadores estão toda a safra em uma empresa que é a que os contrata diretamente. Só 5% dos trabalhadores são contratados por empreiteiros. Portanto esta pergunta reflete a satisfação/insatisfação com as condições de trabalho na empresa citrícola.

Quadro N° 41. Trabalhadores da colheita do citrus. Satisfação com as condições de trabalho na empresa

|                |                      | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|----------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| <b>Valid</b>   | <b>Satisfeitos</b>   | 173       | 52,6    | 53,2          | 53,2               |
|                | <b>Insatisfeitos</b> | 152       | 46,2    | 46,8          | 100,0              |
|                | <b>Total</b>         | 325       | 98,8    | 100,0         |                    |
| <b>Missing</b> | <b>9,00</b>          | 4         | 1,2     |               |                    |
| <b>Total</b>   |                      | 329       | 100,0   |               |                    |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996

Como se observa, os trabalhadores estão divididos quase por metades quanto a sua

---

<sup>54</sup> Pergunta-a era: P56. Em sua opinião as condições de trabalho nesta empresa são: 1.- Muito boas. 2.-Boas. 3.-Regulares. 4.-más. 5.-Muito más. 9.- NS/NC. Pela mesma razão que na pergunta anterior se agruparam as respostas às opções 3, 4 e 5 como insatisfatórias.

percepção das condições de trabalho.

A terceira categoria empregada para medir a satisfação/insatisfação do trabalhador com seu trabalho foi o rigor da tarefa. Como se recordará o coletor desempenha sua tarefa em condições de muito esforço físico. Segundo a empresa, tem colocada uma bolsa ou uma “camisa coletora” em que à medida que vai cortando deposita a fruta até enchê-la. Nesse momento pesa ao redor de 20 quilogramas. Com ela, deve descer da escada e transladar-se até 50 metros para verter o conteúdo em uma gaveta coletor. Logo volta a seguir cortando <sup>55</sup>.

Quadro N° 42. Trabalhadores da colheita do Citrus. Satisfação com o rigor da tarefa

|                |                      | <b>Frequency</b> | <b>Percent</b> | <b>Valid Percent</b> | <b>Cumulative Percent</b> |
|----------------|----------------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <b>Valid</b>   | <b>Satisfeitos</b>   | 61               | 18,5           | 18,9                 | 18,9                      |
|                | <b>Insatisfeitos</b> | 262              | 79,6           | 81,1                 | 100,0                     |
|                | <b>Total</b>         | 323              | 98,2           | 100,0                |                           |
| <b>Missing</b> | <b>9,00</b>          | 6                | 1,8            |                      |                           |
| <b>Total</b>   |                      | 329              | 100,0          |                      |                           |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.

Como se vê no quadro, quase 80% dos trabalhadores estão insatisfeitos com o rigor da tarefa da colheita. São cifras muito similares às que se obtiveram entre os trabalhadores da tosquia (84%).

Quadro N° 43. Trabalhadores da colheita do Citrus. Índice de Satisfação com o trabalho

---

<sup>55</sup> Pergunta-a foi: P60. Em relação aos outros trabalhos que teve o último ano, você pensa que este trabalho é: 1.- Mas pesado (mas duro). 2.- Igual. 3.- Menos pesado (mas leve). 9.- NS/NC. Pelas mesmas razões que na pergunta anterior se agruparam as respostas às opções 1. e 2. como insatisfatórias.



|                        |              |                 |               | Satisfação cond. de trabalho |         |               |         |
|------------------------|--------------|-----------------|---------------|------------------------------|---------|---------------|---------|
|                        |              |                 |               | Satisfeitos                  |         | Insatisfeitos |         |
|                        |              |                 |               | Count                        | Table % | Count         | Table % |
| Satisfação com a renda | Satisfeito   | Rigor da tarefa | Satisfeitos   | 19                           | 6,1%    | 5             | 1,6%    |
|                        |              |                 | Insatisfeitos | 38                           | 12,1%   | 18            | 5,7%    |
|                        | Insatisfeito | Rigor da tarefa | Satisfeitos   | 22                           | 7,0%    | 11            | 3,5%    |
|                        |              |                 | Insatisfeitos | 86                           | 27,4%   | 115           | 36,6%   |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.

Em resumo, um quarto dos coletores estão satisfeitos com os ganhos que obtêm durante a colheita, a metade estão satisfeitos com as condições de trabalho na empresa e 19% estão satisfeitos com o esforço físico que os demanda a tarefa. Todas estas variáveis se podem combinar agora para obter o Índice de Satisfação dos coletores com seu trabalho, que expressará o conceito de Precariedade Subjetiva.

Quadro N° 44. Trabalhadores da colheita do citrus. Índice de Satisfação com o trabalho.

|         |               | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|---------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Satisfeitos   | 19        | 5,8     | 6,1           | 6,1                |
|         | 1 Déficit     | 65        | 19,8    | 20,7          | 26,8               |
|         | 2 Déficit     | 115       | 35,0    | 36,6          | 63,4               |
|         | Insatisfeitos | 115       | 35,0    | 36,6          | 100,0              |
|         | Total         | 314       | 95,4    | 100,0         |                    |
| Missing | System        | 15        | 4,6     |               |                    |
| Total   |               | 329       | 100,0   |               |                    |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.

Como se observa, temos somente 6% dos trabalhadores satisfeitos com seu trabalho. No outro extremo temos 35% de trabalhadores totalmente insatisfeitos com o trabalho que realizam. 20% dos coletores estão parcialmente satisfeitos e outros 35% estão parcialmente insatisfeitos. Em síntese se poderia expressar que um quarto dos trabalhadores estão

parcialmente ou totalmente satisfeitos com seu trabalho e portanto possivelmente não se sintam trabalhadores precários. Em troca três quartos dos trabalhadores se sentem trabalhadores precários.

4. Ser um trabalhador precário. A precariedade objetiva e a precariedade subjetiva entre os coletores do citrus.

Como já se discutiu páginas atrás, a precariedade objetiva é um índice construído a partir de variáveis que medem a relação do trabalhador com seu emprego: os ganhos que percebem os trabalhadores comparados com os que precisa um lar para reproduzir-se, a estabilidade no emprego medido pela quantidade de meses com ou sem emprego, e a cobertura social que recebe cada trabalhador. O trabalhador está (ou não) em uma situação de precariedade no emprego. Por sua vez esta precariedade objetiva admite graduações distintas.

Por outro lado, construiu-se um Índice de Precariedade Subjetiva, a partir da percepção do trabalhador: como avalia este seu salário em relação com outros que recebeu, como avalia as condições de trabalho nessa empresa, e como avalia o esforço e o rigor a que o submete a tarefa. Medem-se sempre as percepções do trabalhador. É como este sente a precariedade: é o trabalhador o que define se for (ou não é) um trabalhador precário.

Ambos os índices se podem cruzar para tentar ver se estão associados e em que forma o estão.

Quadro N° 45. Trabajadores da colheita do Citrus. Índice de Satisfação \* Índice de precariedade objetiva.

|  |  |  | Índice de precariedade objetiva |              |              |           | Total |
|--|--|--|---------------------------------|--------------|--------------|-----------|-------|
|  |  |  | Inserido                        | 1<br>Déficit | 2<br>Déficit | Excluidos |       |
| Índice de Satisfação<br>trabalhadores<br>do citrus | Satisfeitos                              | Count                                    | 1                               | 9            | 6            | 2         | 18    |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 3,8%                            | 6,6%         | 6,7%         | 8,0%      | 6,5%  |
|  |  | % of Total                               | ,4%                             | 3,2%         | 2,2%         | ,7%       | 6,5%  |
|  | 1 Déficit                                | Count                                    | 5                               | 32           | 17           | 4         | 58    |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 19,2%                           | 23,5%        | 18,9%        | 16,0%     | 20,9% |
|  |  | % of Total                               | 1,8%                            | 11,6%        | 6,1%         | 1,4%      | 20,9% |
|  | 2 Déficit                                | Count                                    | 16                              | 43           | 31           | 7         | 97    |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 61,5%                           | 31,6%        | 34,4%        | 28,0%     | 35,0% |
|  |  | % of Total                               | 5,8%                            | 15,5%        | 11,2%        | 2,5%      | 35,0% |
|  | Insatisfeitos                            | Count                                    | 4                               | 52           | 36           | 12        | 104   |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 15,4%                           | 38,2%        | 40,0%        | 48,0%     | 37,5% |
|  |  | % of Total                               | 1,4%                            | 18,8%        | 13,0%        | 4,3%      | 37,5% |
| Total  | Count                                    | 26                                       | 136                             | 90           | 25           | 277       |       |
|  | % within Índice de precariedade objetiva | 100,0%                                   | 100,0%                          | 100,0%       | 100,0%       | 100,0%    |       |
|  | % of Total                               | 9,4%                                     | 49,1%                           | 32,5%        | 9,0%         | 100,0%    |       |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.

Como se pode observar ambos os índices são independentes <sup>56</sup>. Não é possível interpretar tendências claras na forma como ambos os índices se vinculam. Isso é assim porque ambos os índices foram construídos de maneira distinta e não necessariamente estão vinculados. Por exemplo, entre os 18 trabalhadores que se encontram satisfeitos com seu trabalho se distribuem em forma não previsível em relação à precariedade objetiva que experimentam. Entre os trabalhadores insatisfeitos, a distribuição pareceria que tivesse uma leve associação no sentido de que os mais insatisfeitos também são os mais excluídos. Mas nas outras duas categorias de insatisfeitos, tampouco se encontra associação ou tendência clara com as medidas de precariedade objetiva. Em síntese, a forma como o trabalhador sente a precariedade não está vinculada com a medida da precariedade objetiva para o caso dos coletores do citrus.

Tal como se definiu e já se fez com o caso anterior, ser um trabalhador precário emerge da possibilidade de combinar as dezesseis categorias que emergem do quadro anterior em uma construção mais simples que reflita os distintos níveis de precariedade.

---

<sup>56</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 4. A medida de associação chi quadrado para 9 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 16,919. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelo IS é = 11,641. Este valor cai dentro da área da curva de aceitação da hipótese nula e portanto se aceita que ambas as variáveis são independentes.

Quadro Nº 46. Ser Precário: Os trabalhadores da colheita do citrus segundo distintos níveis de precariedade objetiva e subjetiva.

|  | <b>Trabalhadores da colheita do citrus</b> |      |
|--|--|------|
| Satisfeitos, inseridos e parcialmente satisfeitos e inseridos.                     | 47   | 17,0 |
| Inseridos e parcialmente inseridos, mas insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos | 115  | 41,5 |
| Inseridos e parcialmente inseridos, mas insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos | 29   | 10,5 |
| Excluídos ou parcialmente excluídos, e insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos  | 86   | 31,0 |
| Total  | 277  | 100  |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.

Novamente se observa que, para o caso destes trabalhadores é conveniente e possível distinguir distintos níveis de precariedade jogo de dados pela combinação da precariedade objetiva e subjetiva. Um terço deles são trabalhadores que não só estão insatisfeitos com seu trabalho, mas também estão excluídos em termos objetivos. No outro extremo um de cada seis se sentem satisfeitos com seu trabalho e além disso estão inseridos em sua relação trabalhista. Mas a proporção maior dos coletores, 41%, estão insatisfeitos com seu trabalho apesar de estar inseridos ou parcialmente inseridos através de sua relação de trabalho. Estes dados corroboram algo que já se sugeriu mais acima: que a colheita do citrus é uma tarefa pouco satisfatória, possivelmente porque nela há poucas oportunidades de melhorar e portanto é pouco atrativa para quem se vê obrigados a trabalhar nela.

É possível avaliar a qualidade dos dois índices construídos através de duas medidas de resumo que relevou a Pesquisa a Coletores. Em primeiro lugar perguntou aos trabalhadores se

estariam dispostos a retornar a trabalhar na safra seguinte <sup>57</sup>. Em segundo lugar lhes perguntou se desejariam para seus filhos o trabalho de coletores de citrus <sup>58</sup>. Ambas as perguntas se cruzaram pelo Índice de Precariedade Objetivo e pelo Índice de Satisfação ou de Precariedade Subjetiva.

Quadro N° 47. Trabalhadores da colheita do citrus. Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? \*

Índice de Satisfação Coletores

|  |  |  | Índice de Satisfação Trab. Citrus |           |           |               | Total |
|--|--|--|-----------------------------------|-----------|-----------|---------------|-------|
|  |  |  | Satisfeitos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Insatisfeitos |       |
| Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? | Sim  | Count                                      | 17                                | 49        | 80        | 67            | 213   |
|  |  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | 89,5%                             | 75,4%     | 69,6%     | 58,3%         | 67,8% |
|  |  | % of Total                                 | 5,4%                              | 15,6%     | 25,5%     | 21,3%         | 67,8% |
|  | Não  | Count                                      | 0                                 | 3         | 9         | 16            | 28    |
|  |  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | ,0%                               | 4,6%      | 7,8%      | 13,9%         | 8,9%  |
|  |  | % of Total                                 | ,0%                               | 1,0%      | 2,9%      | 5,1%          | 8,9%  |
|  | NS/NC                                      | Count                                      | 2                                 | 13        | 26        | 32            | 73    |
|  |  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | 10,5%                             | 20,0%     | 22,6%     | 27,8%         | 23,2% |
|  |  | % of Total                                 | ,6%                               | 4,1%      | 8,3%      | 10,2%         | 23,2% |
| Total                                    | Count                                      | 19   | 65                                | 115       | 115       | 314           |       |
|  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | 100,0%                                     | 100,0%                            | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%        |       |
|  | % of Total                                 | 6,1%                                       | 20,7%                             | 36,6%     | 36,6%     | 100,0%        |       |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.

Em primeiro lugar, recorde-se que no Índice de Precariedade Objetiva os Inseridos e

<sup>57</sup> Pergunta-a foi: P42. Pensa trabalhar na colheita de citrus o ano que vem? 1.-Se . 2.- Não. 9.- NS/NC

<sup>58</sup> Pergunta-a foi: P.69. Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? 1.- Se. 2.- Não. 9.- NS/NC

Parcialmente Inseridos, somavam 59% da amostra enquanto os Parcialmente Excluídos e Excluídos somavam 41%. Pelo contrário, o Índice de Satisfação expressa que 27% dos trabalhadores se sentia Satisfeito e Parcialmente Satisfeito com seu trabalho enquanto 72% se sentia Parcialmente Insatisfeito e Insatisfeito. Em resumo os trabalhadores se **sentem** mais insatisfeitos e mais precários que o que pareceriam está-lo quando se mede através de medidas objetivas.

Observe-se agora que 68,7% dos trabalhadores retornarão à colheita o ano próximo, apesar dos altos níveis de insatisfação detectados. A explicação para este comportamento está no relativamente mais alto nível de Inserção total ou parcial que os trabalhadores obtêm através da atividade da colheita. Em outras palavras, para muitos trabalhadores, em especial os mais jovens que não encontram outro emprego, voltam para a safra porque ali encontram uma ocupação que lhes proporciona uma renda (embora não estejam satisfeitos com ele) e amparo social através de um contrato formal.

Aprofundemos agora na análise do quadro. Como se pode observar, a proporção dos que se propõem retornar o ano que vem descende paulatinamente à medida que diminui o nível de satisfação com a colheita <sup>59</sup>. Pelo contrário, a proporção dos que declaram que não retornarão o ano que vem, aumenta à medida que cresce o nível de insatisfação com a tarefa da colheita. Não é de estranhar então que se encontrou associação entre ambas as variáveis <sup>60</sup>.

Algo similar ocorre quando se cruza a Índice de Satisfação dos coletores com a variável expressa pela pergunta ¿quer que seus filhos trabalhem no citrus?.

---

<sup>59</sup> Mas ainda se se adicionarem as respostas negativas às daqueles que Não sabem ou Não Respondem. Observe-se que a alta proporção destas últimas poderia responder justamente a um comportamento de “não quero voltar, mas talvez tenho que voltar”

<sup>60</sup> Ver Anexo Estatístico. A medida de associação chi quadrado para 6 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 12,592. O chi quadrado ao cruzar o IS por retorna a trabalhar? é = 12,552. Ambos os valores coincidem pelo que se pode dizer que há associação entre as variáveis com esse nível de significação.

Quadro N° 48. Trabalhadores da colheita do citrus. Gostaria que seus filhos trabalhem na citricultura? \* Índice de Satisfação Trabalhadores da colheita do citrus

|  |  |  | Índice de Satisfação Trab. Citrus |           |           |               | Total |
|--|--|--|-----------------------------------|-----------|-----------|---------------|-------|
|  |  |  | Satisfeitos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Insatisfeitos |       |
| Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? | Sim  | Count                                      | 10                                | 19        | 17        | 3             | 49    |
|  |  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | 52,6%                             | 29,2%     | 14,8%     | 2,6%          | 15,6% |
|  |  | % of Total                                 | 3,2%                              | 6,1%      | 5,4%      | 1,0%          | 15,6% |
|  | Não  | Count                                      | 8                                 | 38        | 84        | 107           | 237   |
|  |  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | 42,1%                             | 58,5%     | 73,0%     | 93,0%         | 75,5% |
|  |  | % of Total                                 | 2,5%                              | 12,1%     | 26,8%     | 34,1%         | 75,5% |
|  | NS/NC                                      | Count                                      | 1                                 | 8         | 14        | 5             | 28    |
|  |  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | 5,3%                              | 12,3%     | 12,2%     | 4,3%          | 8,9%  |
|  |  | % of Total                                 | ,3%                               | 2,5%      | 4,5%      | 1,6%          | 8,9%  |
| Total  | Count                                      | 19   | 65                                | 115       | 115       | 314           |       |
|  | % within Índice de Satisfação Trab. Citrus | 100,0%                                     | 100,0%                            | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%        |       |
|  | % of Total                                 | 6,1%                                       | 20,7%                             | 36,6%     | 36,6%     | 100,0%        |       |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.



A maioria dos coletores (75%) não deseja que seus filhos trabalhem na citricultura. Solo um fraco 16% quer este destino para seus filhos, enquanto 9% não expressa opinião. Como é possível observar há uma relação direta com o nível de satisfação, tal que a menor satisfação com a tarefa menos querem que seus filhos se desempenhem nela, e a maior satisfação com a tarefa estão mais de acordo em que seus filhos trabalhem nela. Os níveis de associação entre ambas as variáveis são ainda mas altos <sup>61</sup>.

Em resumo os quadros analisados e os valores encontrados, mostram que para muitos trabalhadores a colheita de citrus é um trabalho pouco grato e no qual muitos se sentem insatisfeitos (precariedade subjetiva alta) mas ao qual recorrem por que nele encontram níveis médios a baixos de precariedade objetiva. Nesta situação os que podem não voltam e poucos desejam esta tarefa para seus filhos.

¿Como se comporta o Índice de Precariedade Objetiva em relação às duas variáveis mencionadas? Em primeiro lugar veja-se como se comporta em relação à intenção de retornar à colheita do citrus o ano que vem. Como no quadro anterior, 69% dos trabalhadores aspiram a retornar à colheita o ano próximo, 9% já sabe que não o fará enquanto 22% ainda não o tem decidido <sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Ver Anexo Estatístico. A medida de associação chi quadrado para 6 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 12,592. O chi quadrado ao cruzar o IS por quer que seus filhos trabalhem? é = 52,194. O valor encontrado se encontra então à direita do ponto de intercessão com o 0,5 de significação e portanto se confirma a associação entre ambas as variáveis.

<sup>62</sup> As pequenas variações nos totais com o quadro anterior se devem a variações no número total da amostra.

Quadro N° 49. Trabalhadores da colheita do citrus. Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? \* Índice de precariedade objetiva

|  |   |   | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total  |
|--|---|---|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------|
|  |   |   | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluídos |        |
| Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? | Sim   | Count   | 18                              | 93        | 65        | 23        | 199    |
|  |   | % within Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? | 9,0%                            | 46,7%     | 32,7%     | 11,6%     | 100,0% |
|  |   | % within Índice de precariedade objetiva          | 64,3%                           | 66,4%     | 69,1%     | 92,0%     | 69,3%  |
|  | Não   | Count   | 4                               | 16        | 6         | 0         | 26     |
|  |   | % within Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? | 15,4%                           | 61,5%     | 23,1%     | ,0%       | 100,0% |
|  |   | % within Índice de precariedade objetiva          | 14,3%                           | 11,4%     | 6,4%      | ,0%       | 9,1%   |
|  | NS/NC   | Count   | 6                               | 31        | 23        | 2         | 62     |
|  |   | % within Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? | 9,7%                            | 50,0%     | 37,1%     | 3,2%      | 100,0% |
|  |   | % within Índice de precariedade objetiva          | 21,4%                           | 22,1%     | 24,5%     | 8,0%      | 21,6%  |
| Total                                    | Count   | 28  | 140                             | 94        | 25        | 287       |        |
|  | % within Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? | 9,8%  | 48,8%                           | 32,8%     | 8,7%      | 100,0%    |        |
|  | % within Índice de precariedade objetiva          | 100,0%  | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    |        |

Fonte: elaboração própria a partir de RIELLA; TUBÍO, 1996.

Em primeiro lugar, há que destacar que não existe associação entre as duas variáveis quando se analisam mediante o test de chi quadrado com em 0.05 nível de significação. Portanto, é preciso concluir que o Índice de Precariedade Objetiva não tem capacidade de predizer o comportamento futuro dos coletores. Mas se se analisa o quadro também é possível apreciar que são os mais Excluídos, os que em maior proporção declaram que retornarão à

colheita o ano que vem, enquanto que os mais Inseridos são os que declaram em maior proporção que não o farão. Em síntese se houvesse associação (ou se diminuirmos o nível de significação aceito aos 0,20 ponto no qual sim há associação) concluiria-se que os que estão em melhores condiciones em seu emprego (e portanto poderiam ter outras oportunidades de trabalho) tendem a não retornar à colheita, enquanto que aqueles que estão em pior relação com seu emprego, os mais Excluídos, voltam em maior proporção, talvez porque não têm outras opções.

Se se comparar agora o Índice de Precariedade Objetiva com a variável representada pela pergunta ¿Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? Os resultados são parecidos. Embora em um aspecto sejam muito diferentes: só 15% dos trabalhadores desejam para seus filhos a sorte que lhes tocou . 76% está seguro que deseja outra coisa e 9% não o tem decidido. Por outro lado, o que se espera seria que os trabalhadores mais inseridos quer dizer aqueles que têm melhor relação com seu emprego fossem os que mais desejam que seus filhos se desempenhem nele em um futuro. Os mas excluídos deveriam desejar (em maior proporção) que seus filhos não se desempenhem como coletores. Vejamos os resultados.

Quadro N° 50. Trabalhadores da colheita do citrus. ¿Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura?

\* Índice de precariedade objetiva

|  |       |   | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total  |
|--|-------|---|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------|
|  |       |   | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluídos |        |
| Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? | Sim   | Count   | 2                               | 20        | 15        | 5         | 42     |
|  |       | % within Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? | 4,8%                            | 47,6%     | 35,7%     | 11,9%     | 100,0% |
|  |       | % within Índice de precariedade objetiva                              | 7,1%                            | 14,3%     | 16,0%     | 20,0%     | 14,6%  |
|  | Não   | Count   | 23                              | 108       | 68        | 19        | 218    |
|  |       | % within Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? | 10,6%                           | 49,5%     | 31,2%     | 8,7%      | 100,0% |
|  |       | % within Índice de precariedade objetiva                              | 82,1%                           | 77,1%     | 72,3%     | 76,0%     | 76,0%  |
|  | NS/NC | Count   | 3                               | 12        | 11        | 1         | 27     |
|  |       | % within Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? | 11,1%                           | 44,4%     | 40,7%     | 3,7%      | 100,0% |
|  |       | % within Índice de precariedade objetiva                              | 10,7%                           | 8,6%      | 11,7%     | 4,0%      | 9,4%   |
|  | Total | Count   | 28                              | 140       | 94        | 25        | 287    |
|  |       | % within Gostaria ou gosta que seus filhos trabalhem na citricultura? | 9,8%                            | 48,8%     | 32,8%     | 8,7%      | 100,0% |
|  |       | % within Índice de precariedade objetiva                              | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    | 100,0% |

Estes mostram em primeiro lugar, que não existe associação entre as variáveis <sup>63</sup>. A análise dos resultados do quadro permitiria sugerir em todo caso um comportamento inverso ao hipotético mais acima. Entre os que respondem que sim gostariam que seus filhos fossem coletores predominam os excluídos (talvez porque não vislumbram outras oportunidades para seus filhos) e entre os que não querem que seus filhos sejam coletores os incluídos estão em maior proporção (talvez porque sim podem vislumbrar outras opções para seus filhos).

Em síntese e para finalizar este ponto ¿o que se pode concluir com respeito às relações de precariedade objetiva e subjetiva para os coletores do citrus?

1. a precariedade é uma variável que admite distinguir vários níveis a seu interior e estes encontram relações significativas com outras variáveis. 2. as variáveis precariedade objetiva e precariedade subjetiva mostraram uma distribuição distinta e não mostraram associação entre elas. Em particular o Índice de Precariedade Subjetiva mostra uma insatisfação maior na relação com o trabalho que o que permitiria deduzir-se a partir do Índice de Precariedade Objetiva. 3. que o índice de precariedade subjetiva (ou índice de satisfação) que mede como se sente o trabalhador em relação com seu trabalho foi um bom premonitor do comportamento futuro de seu trabalho e das aspirações para seus filhos (indiretamente uma forma de medir o que aspirariam para se mesmos) 4. que o Índice de Precariedade Objetiva (que mede a relação do trabalhador com seu emprego), não pode predizer nem o comportamento futuro do trabalhador nem suas aspirações.

---

<sup>63</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 4. A medida de associação chi quadrado para 6 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 12,592. O chi quadrado ao cruzar o IPO por ¿Gostaria que seus filhos...? é = 3.477. Na medida em que o valor encontrado cai na área da curva da hipótese nula é preciso concluir que ambas as variáveis são independentes.

## Conclusões ao Capítulo 5.

Neste capítulo, se tratou de operacionalizar o conceito de trabalho precário a partir de uma definição do mesmo que contempla duas perspectivas. A precariedade objetiva, compreendida como a forma de inserção do trabalhador em relação a seu emprego, e a precariedade subjetiva expressa pela relação do trabalhador com seu trabalho. Se a primeira forma de expressar a precariedade reflete a visão objetiva de um observador externo que compara a situação do trabalhador com soleiras mínimas estabelecidas, por debaixo dos quais se considera que o trabalho é precário (instabilidade no emprego, ganhos insuficientes, ausência de cobertura social), a segunda reflete a forma como o trabalhador sente sua relação com o trabalho. Se na primeira se pode sintetizar na expressão “estar (ou não) na precariedade” a segunda se expressa melhor por “sentir-se (ou não) precário”. Um trabalhador precário seria então, aquele que reúne dois aspectos.

Para operacionalizar ambas as categorias se trabalhou com informação proveniente de duas fontes. A primeira, é uma pesquisa a trabalhadores da tosquia de cobertura e representatividade nacional feita pelo autor. A segunda, é uma pesquisa a trabalhadores da colheita dos citrus realizada por outros investigadores e que nos cederam a base de dados. De ambas pesquisa já existem publicações nas que se analisam e se trabalha a informação compilada. Esta investigação entretanto, as retoma com uma perspectiva distinta, da análise da precariedade do trabalho, que não tinha sido tratado no caso do estudo dos coletores, ou o tinha sido insuficientemente, no caso dos trabalhadores da tosquia.

Da análise realizada ao longo este capítulo sobre a precariedade do trabalho nos trabalhadores da tosquia e nos trabalhadores do citrus se podem extrair várias conclusões. Em

primeiro lugar, embora sempre se esteja em presença de trabalhadores precários, fica claro do tratamento da informação que há distintos níveis de precariedade, tanto ao considerar a precariedade objetiva como ao considerar a precariedade subjetiva. Quer dizer que os trabalhadores precários admitem ser distribuídos segundo níveis de precariedade tanto objetiva como subjetiva.

A comparação das duas amostras revela que elas se comportam em forma diferente. Se se considerar a variável Precariedade Objetiva se adverte que ambas as amostras se distribuem em forma distinta: Para os trabalhadores da tosquia aproximadamente dois terços dos trabalhadores se podem categorizar como parcialmente ou totalmente excluídos e um terço que estão parcialmente ou completamente inseridos. Entre os trabalhadores da colheita do citrus por outro lado, 40% dos trabalhadores podem considerar-se como parcialmente ou totalmente excluídos e 60% estão total ou parcialmente inseridos. Se se considerar a variável Precariedade Subjetiva também a distribuição é distinta entre as duas amostras. Os trabalhadores da tosquia têm menos trabalhadores insatisfeitos (e mais satisfeitos) que os coletores do citrus entre quem os parcialmente e totalmente insatisfeitos chegam aos 73% da amostra.

Em segundo lugar, pode-se concluir que dentro de cada mostra o Índice de Precariedade Objetiva e o Índice de Precariedade Subjetiva também têm uma distribuição distinta. No caso dos trabalhadores da tosquia, os trabalhadores estão mais satisfeitos ainda aqueles que têm condições de maior precariedade objetiva. À inversa entre os coletores a insatisfação é maior embora os índices de precariedade objetiva sejam mais baixos. A esta análise se deve adicionar que no caso dos trabalhadores da tosquia os dois índices estão levemente associados. Mas no caso dos trabalhadores da colheita do citrus, ambos os índices

não estão associados.

Quando se realizou o exercício de relacionar ambos os índices (Precariedade Objetiva e Precariedade Subjetiva) com o comportamento futuro do trabalhador, medido através de uma variável que registra a decisão do trabalhador de retornar ao mesmo trabalho o ano próximo, encontrou-se que para as duas amostras o Índice de Precariedade Subjetivo tinha uma boa capacidade premonitória enquanto que não a tinha o Índice de Precariedade Objetiva. Para o caso dos coletores também se relacionaram ambos os índices com uma variável que media a aspiração dos trabalhadores quanto a se queriam que seus filhos trabalhassem ou não na colheita. Novamente o Índice de Precariedade Subjetiva teve capacidade premonitória, mas não assim o Índice de Precariedade Objetiva. Estes resultados mais que constituir uma prova da qualidade de ambos os índices (já que medem coisas distintas) o que provam é que ambos os Índices se comportam de distinta forma. Portanto reafirmam a importância de que ao momento de debater a respeito das distintas formas e níveis da precariedade trabalhista, considere-se tanto à Precariedade Objetiva como à Precariedade Subjetiva.

Como ha sugerido Paugam, os resultados encontrados podem ser iluminados pelo conceito de solidariedade orgânica de Durkheim. Para este autor, a divisão do trabalho era uma fonte de integração social. Na sociedade industrial apesar de que cada operário fazia uma tarefa determinada, tinha consciência de que a tarefa que fazia contribuía à construção de um todo. Portanto se sentia parte (integrava-se) à construção de um objeto além de sua tarefa particular. Neste sentido a solidariedade orgânica construía a integração social do trabalhador. A solidariedade orgânica obrigava aos homens a cooperar entre si para a consecução do objeto da tarefa e por isso era a forma normal da solidariedade nas sociedades modernas.



Os trabalhadores da tosquia constituem como se há dito um “bloco”. Nela cada trabalhador tem uma tarefa predeterminada e cada um contribui com seu trabalho à consecução do objetivo comum. No bloco entretanto, não todos os postos de trabalho são iguais. Alguns contribuem mais que outros à tarefa comum: é o caso dos tosquiadores de cuja celeridade e destreza no trabalho dependerá a remuneração de quase todos os trabalhadores do bloco. Por isso, a estes trabalhadores e aos que estão em outros postos chave lhes remunera por animal tosquiado. Em troca, outros trabalhadores desempenham tarefas pouco qualificadas que são remuneradas por jornada trabalhada. É por isso que a satisfação e o compromisso com o bloco diferem segundo os postos de trabalho. Mas seguindo o raciocínio de Durkheim é claro que os trabalhadores da tosquia serão um contingente mas integrado que os coletores. Entre estes últimos o trabalho é pouco qualificado e indiferenciado. Todos colhem e o que cada um ganha depende de seu esforço individual. É lógico supor que o espírito de corpo seja escasso e que portanto a satisfação com o trabalho seja menor. Por isso (e voltando para os dados) o Índice de Satisfação (ou Precariedade Subjetiva) dos trabalhadores da tosquia reflete poucos insatisfeitos (12%) enquanto que o dos coletores reflete muitos insatisfeitos (37%). Por tudo isso, se pode concluir então, que os trabalhadores da tosquia são trabalhadores socialmente melhor integrados que os coletores.

Dito de outra forma, os trabalhadores da tosquia estão simbolicamente melhor integrados que os coletores do citrus, embora estruturalmente os níveis de integração (medidos pelo IPO) sejam similares. Isto é porque os tosquiadores constroem um ofício<sup>64</sup>: apesar de ser uma tarefa safral voltam para ela através dos anos, adquirem um saber que conservam e melhoram através do tempo, preferem sair cada ano com os mesmos padrões e o

---

<sup>64</sup> Estas afirmações são mas acertadas para os tosquiadores que para os trabalhadores que ocupam outros postos nas blocos. Entretanto recorde-se que a metade dos trabalhadores dos blocos ocupam o posto de tosquiador.

mesmo bloco, no bloco têm amigos e parentes, constituindo apesar da safralidade, uma identidade como tosquiadores. Nada disto ocorre na colheita já que não é uma tarefa para a que se precise um saber, são contratados individualmente pela empresa citrícola e não constituem equipes estáveis de trabalho.

Em vários sentidos os coletores se parecem, mais que os tosquiadores, a trabalhadores industriais. As tarefas são menos qualificadas, indistintas, os contratos são mais formais, contrata-os a empresa citrícola sem intermediações, não há processos de capacitação, vinculam-se através de um capataz que fiscaliza seu trabalho, há sindicalização, horários estabelecidos, etc. Na tosquia, predominam as relações informais, não os contrata a empresa (neste caso o produtor rural) a não ser um empreiteiro que intermedia a relação organizando o processo de trabalho, os contratos são de palavra, as relações são de confiança recíproca, há uma capacitação pelo trabalho, etc. Entretanto, apesar de que as relações trabalhistas dos trabalhadores da tosquia parecem ser mais arcaicas, os trabalhadores estão mais satisfeitos.

As análises precedentes também levam a concluir, que não todos os trabalhos safrais desintegram os trabalhadores. Ou ao menos, que não o fazem da mesma maneira nem com a mesma intensidade. Como se pôde perceber através dos dois estudos de caso resenhados, apesar de que as condições de precariedade objetiva dos trabalhadores são quase similares a percepção que estes têm de sua integração ao trabalho medida através da satisfação que expressam com seu trabalho, é bastante diferente. Portanto qualquer análise sobre o trabalho safral faria bem em diferenciar entre distintos tipos de trabalho safral.

Durkheim também fazia notar que a inadequação entre as capacidades do indivíduo e as tarefas que lhe tocam levar a cabo são uma separação da divisão do trabalho. Paugam aponta a que esta separação também é uma fonte de insatisfação no trabalho. É possível sugerir que na colheita (tarefa que não requer qualificação e que não toma em conta as diferentes capacidades dos trabalhadores) gera mais insatisfação já que os trabalhadores mais capazes não podem empregar sua maior capacidade. Na tosquia, onde há diferenciação dos trabalhadores por capacidade e formação (pelo menos em alguns postos de trabalho) os mais capazes podem expressar-se. Logo, haverá maior possibilidade de encontrar trabalhadores satisfeitos, que é o que refletem os dados.

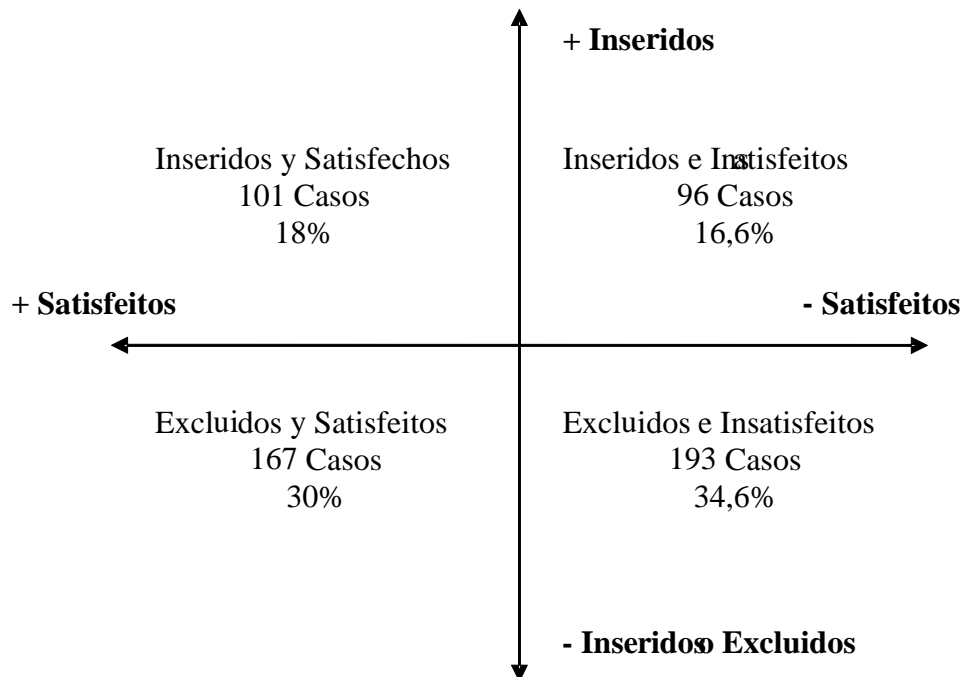
No Capítulo II, quando se expuseram as idéias de Paugam a respeito da necessidade de que o trabalho precário contemplasse a dupla vertente da precariedade objetiva e da precariedade subjetiva, terminou-se apontando que este autor tinha construído mediante a combinação dos dois Índices uma nova categoria ou “tipo ideal” ao que denominou “integração assegurada” que conjuga a satisfação com a estabilidade no emprego. A partir deste tipo ideal derivaram-se três separações: a integração incerta (um vínculo positivo com o trabalho mas um vínculo negativo com o emprego), a integração laboriosa (vínculo negativo com o trabalho mas vínculo positivo com o emprego) e a integração desqualificada quando o vínculo é negativo tanto no trabalho como com o emprego.

Consideramos que a construção de um tipo ideal e a consideração das outras combinações como “separações” do tipo ideal não ajudam a compreender a realidade. A nosso julgamento, são quatro categorias do trabalho precário que têm igual importância e devem ser consideradas em pé de igualdade. Mais ainda quando os dados mostram que o tipo ideal é uma categoria pouco freqüente, embora nossa consideração provém não da

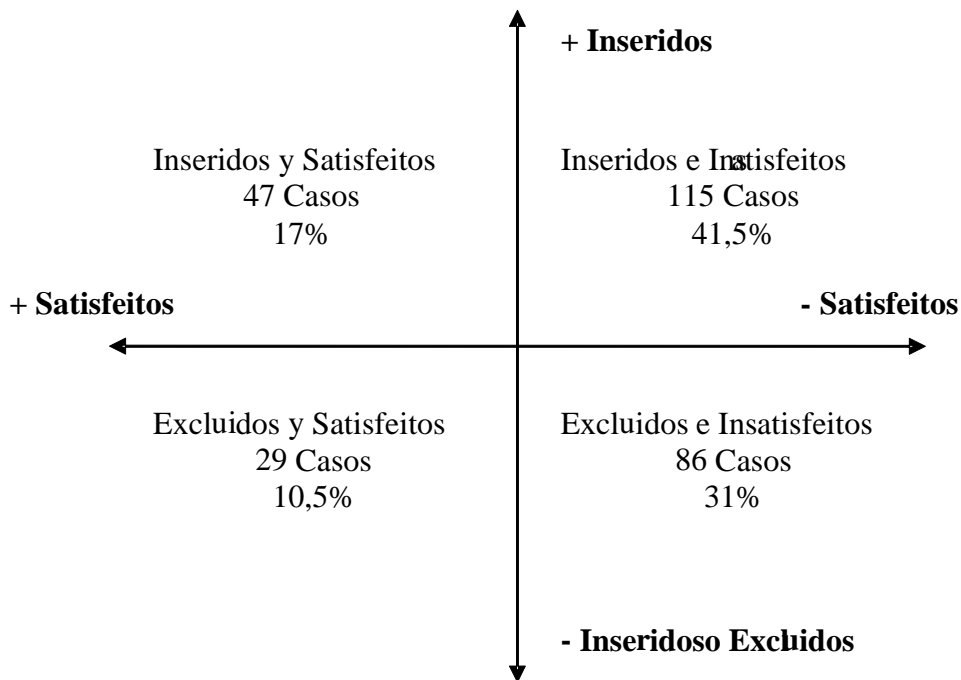
consideração da frequência de cada caso mas sim por razões teóricas. Consideramos que ao construir um tipo ideal e três “separações” se está introduzindo involuntariamente uma valorização que torce a análise das quatro categorias.

As duas variáveis Precariedade Objetiva e Precariedade Subjetiva se podem dispor sobre um quadrante (como já o fez Paugam) de tal maneira de construir para cada mostra, quatro campos que respondem ao cruzamento de ambas as categorias.

### Trabalhadores da Tosquia



## Trabalhadores da Colheita do citrus



Os gráficos superiores mostram de maneira diferente as conclusões anteriores. Os trabalhadores inseridos e satisfeitos (quadrante noroeste) e os trabalhadores insatisfeitos e excluídos (quadrante sudeste) guardam proporções similares tanto para os trabalhadores da tosquia como para os trabalhadores da colheita. Por outro lado nos trabalhadores da colheita, a proporção de trabalhadores inseridos mas insatisfeitos (quadrante nordeste) é muito maior que no caso dos trabalhadores da tosquia. Entre estes últimos trabalhadores em troca, é maior a proporção dos trabalhadores que estão satisfeitos apesar de que estão total ou parcialmente excluídos (quadrante sudoeste).

## **CAPITULO 6**

**Corolário: para uma interpretação das causas da precariedade dos trabalhadores da tosquia e da colheita do citrus.**

Neste Capítulo, se tentará uma aproximação à explicação da precariedade trabalhista nos dois subconjuntos estudados. As pretensões deste anexo não podem ser mais que modestas. A análise está limitada pelas fontes de informação: duas pesquisas que foram construídas só parcialmente com este objetivo.

Cabe perguntar-se a que variáveis se associa um e outro tipo de precariedade. Os Índices de Precariedade e de Satisfação ¿se associam a medidas de caráter estrutural do trabalhador (sociodemográficas, de residência, etc.) ou a variáveis que têm a ver com a relação social do trabalho quer dizer com a relação entre o trabalhador e o patrão que o contrata? Nas páginas seguintes, se tentará responder a estas perguntas relacionando o desempenho de cada uma destas variáveis com outras, como a idade, o nível de instrução, a residência, a mudança tecnológica na tosquia, o nível de capacitação formal recebido pelos trabalhadores, a importância que o empresário-maquinista concede a esta atividade (quer dizer, se for sua ocupação principal ou não), a relação de dominação que o empresário-maquinista exerce sobre os trabalhadores, a origem geográfica das máquinas de tosquia, a mudança técnica nas máquinas, o tipo de empresa, etc. Em cada caso, explicitarão-se as razões pelas quais as variáveis podem estar associadas e se medirá a existência ou não de associação com os índices de precariedade objetiva e subjetiva. Com este exercício se espera encontrar algumas explicações vinculadas ao desempenho destas variáveis.

## 1. As variáveis estruturais dos trabalhadores.

As variáveis básicas, referidas à idade e aos níveis de instrução alcançados pelos trabalhadores da tosquia, associaram-se tanto à precariedade objetiva como à precariedade subjetiva. No caso da idade dos trabalhadores da tosquia, tomada em degraus de 10 anos, observa-se que a idade da maioria dos trabalhadores cai no degrau de 20 a 30 anos e em menor medida no degrau de 30 a 40 anos. Quando se associa a idade com a precariedade se encontra uma medida de associação significativa <sup>65</sup>. A associação encontrada consiste em que os trabalhadores da tosquia com maiores níveis de inserção são os que se encontram nos degraus etários de 20 a 40 anos. Em troca, aqueles trabalhadores com maiores níveis de precariedade se distribuem nas idades extremas: os mais jovens e os mais velhos. No caso dos trabalhadores do citrus, em troca, não há associação entre a idade e os índices de precariedade objetiva e de precariedade subjetiva ou satisfação <sup>66</sup>.

Quanto aos níveis de instrução dos trabalhadores e sua relação com os índices de precariedade, novamente se observa um comportamento diferente entre os trabalhadores da tosquia e os coletores do citrus. Entre os trabalhadores da tosquia se observa que o Índice de Precariedade Objetiva se associa com os níveis de instrução alcançados pelos trabalhadores <sup>67</sup>. A tendência geral detectada é que os trabalhadores inseridos e com um só déficit, alcançaram

---

<sup>65</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 27 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 40,113. O chi quadrado ao cruzar o IPO pela idade é = 94,122. Os valores caem fora da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina a associação de ambas as variáveis

<sup>66</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 12 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 21,026. O chi quadrado ao cruzar o IPO pela idade é = 13,515. Os valores caem dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina que não haja associação de ambas as variáveis. O chi quadrado ao cruzar o IS pela idade é = 16,577. Os valores caem dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina que não haja associação de ambas as variáveis.

<sup>67</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 15 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 24,996 e para 0,10 de significação é 22,307. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelo nível de instrução é = 24,706. O valor do chi quadrado coincide aproximadamente com o primeiro ponto anteriormente mencionado pelo qual se estima uma associação de ambas as variáveis.

níveis de instrução maiores (secundária e UTU) que os trabalhadores com dois déficit ou excluídos, que têm menores níveis de instrução (primária). No caso dos trabalhadores do citrus não se encontra associação entre os índices de precariedade e o nível de instrução <sup>68</sup>.

Também se explorou, a possível associação entre a situação conjugal dos trabalhadores e os índices de precariedade. Para o caso dos trabalhadores da tosquia se encontrou associação entre o estado civil dos trabalhadores e o Índice de Precariedade Objetivo <sup>69</sup>. A tendência detectada é que entre os trabalhadores com maiores níveis de precariedade, predominam os solteiros, divorciados ou separados e viúvos. Entre os trabalhadores com melhores níveis de inserção social, predominam os casados ou juntos. É possível que neste resultado também esteja influenciando a idade dos trabalhadores. Entretanto não, se registrou associação entre o índice de precariedade subjetiva (ou de satisfação com seu trabalho) e o estado ou situação conjugal. No caso dos trabalhadores do citrus, tampouco se encontrou associação entre o estado conjugal dos trabalhadores e os índices de precariedade objetiva e subjetiva <sup>70</sup>.

Finalmente, entre os trabalhadores da tosquia não se encontrou associação entre o

---

<sup>68</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 15 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 24,996 . O chi quadrado ao cruzar o IPO pela idade é = 9,31. Os valores caem dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina que não haja associação de ambas as variáveis. O chi quadrado ao cruzar o IS pela idade é = 12,044. Os valores caem dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina que não haja associação de ambas as variáveis

<sup>69</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para nove graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 16,919. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelo estado civil é = 71,051. Os valores caem fora da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina a associação de ambas as variáveis. O chi quadrado ao cruzar o IS pelo estado civil é = 11,136. O valor cai dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina que não haja associação entre ambas as variáveis.

<sup>70</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 15 graus de liberdade com o 0,05 de significação é = 24,996 . O chi quadrado ao cruzar o IPO pelo estado conjugal é = 19,446. Os valores caem dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina que não haja associação de ambas as variáveis. O chi quadrado ao cruzar o IS pelo estado conjugal é = 19,693. Os valores caem dentro da área de aceitação da hipótese nula da curva o que determina que não haja associação de ambas as variáveis



Índice de Precariedade Objetiva e o Índice de Precariedade Subjetiva, com variáveis tais como o tipo de moradia que ocupa o trabalhador, e as necessidades básicas. Entretanto, no caso dos trabalhadores do citrus, sim se encontrou associação entre o índice de precariedade objetiva e a posse de uma moradia, e o índice de necessidades básicas. O sentido da associação é que entre os trabalhadores inseridos em seu emprego, há uma proporção maior que a média de trabalhadores com Necessidades Básicas Satisfeitas. Enquanto que entre os trabalhadores com um ou dois déficits, e os excluídos estão representados em uma proporção maior que a média os trabalhadores com Necessidades Básicas Insatisfeitas. No caso da relação entre o Índice de Precariedade Objetiva e a posse de uma moradia, o sentido da associação é de difícil interpretação <sup>71</sup>.

É de interesse analisar o comportamento diferente das duas amostras com respeito a estas duas variáveis. A ausência de associação, no caso dos trabalhadores da tosquia mostra que estar imerso em uma situação de precariedade objetiva não incide, nem na posse de uma moradia, nem em ter necessidades básicas insatisfeitas. ¿Como se explica esta independência? A falta de associação poderia explicar-se através da política de promoção da moradia rural levada a cabo do Estado pelo programa MEVIR, somada a de outras políticas de bem-estar, mas também de clientelismo, promovidas pelo Estado uruguaio em áreas rurais <sup>72</sup>. No caso dos coletores de citrus, em que 76% residem em ou nos arredores das capitais departamentais de Salto e Paysandú, a precariedade de condições de vida e de trabalho, sim estão associadas, no sentido que o trabalho precário (sem ajuda do Estado)\_influiria na precariedade das condições de vida.

---

<sup>71</sup> Ver Anexo Estatístico ao Capítulo 6.

<sup>72</sup> Para uma discussão deste aspecto ver PIÑEIRO, Diego E. Violência, Conflito e Integração Social no agro uruguaio. In: Sociologias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PPGS. Ano 4. Nº 8. jul/dez. 2002.

Em resumo, é possível afirmar que os dois subconjuntos de trabalhadores que estão sendo comparados se comportam de forma diferente. No caso dos trabalhadores da tosquia os trabalhadores melhor inseridos em su trabalho e socialmente, são trabalhadores de idade média, casados ou juntados e com melhores níveis de instrução, enquanto que os trabalhadores mais precários e insatisfeitos, são ou mais jovens ou mais velhos, solteiros ou sem família e que apenas completaram primária. No caso dos trabalhadores da colheita do citrus se encontrou relação entre os índices de precariedade objetiva e as variáveis de posse da moradia e de Necessidades Básicas Insatisfeitas, sugerindo que a situação de precariedade no trabalho, sim influi nas condições de vida. Entretanto, não se encontrou relação entre os índices de precariedade objetiva e subjetiva, e as demais variáveis estruturais, o que também sugere que se está em presença de uma população muito mais heterogênea, e com comportamentos mais irregulares que os trabalhadores da tosquia.

2. A precariedade e os postos de trabalho: ¿pode um trabalho safral precário constituir-se em ofício?

Pergunta a que se tenta responder neste ponto está referida à comprovada existência de níveis de precariedade distintos para os trabalhadores que ocupam postos de trabalho diferentes. Esta pergunta, portanto, é pertinente para os trabalhadores dos blocos de tosquia nas quais há postos diferenciados, mas não assim para os trabalhadores da colheita do citrus, entre quem não existe a diferenciação de tarefas. No transcurso deste anexo, também se fará notar, que é justamente a diferenciação de tarefas e a especialização que requer exercer o posto de trabalho de tosquiador (distinto de outros postos do bloco de tosquia), o que permitiria que este se converta em um ofício. Pelo contrário, é a ausência desta especialização, o que faz que a colheita de laranjas não seja um ofício, com as conseqüências

que isto tem sobre a permanência e a estabilidade.

No capítulo anterior, se fez uma detalhada descrição dos diferentes postos de trabalho de um bloco de tosquia. Da mesma se destaca a importância que tem o tosquiador (*primus inter pares*), tanto pelo lugar central que ocupa no processo de tosquia, como pela qualificação que requer para realizar seu trabalho, e pelos maiores ganhos que obtém. Também é de notar, o extenuante da tarefa que realiza. O *acondicionador* realiza uma tarefa de menor exigência física mas que também requer de uma maior qualificação. A tarefa do *agarrador*, requer a maior fortaleza física mas nenhuma qualificação. No caso do *ensacador*, se necessita um conhecimento do ofício e a tarefa, sendo desagradável por realizar-se no interior da bolsa plástica, com dificuldades para a respiração, pelo pó e o calor, não é das mais exigentes fisicamente. Logo, estão as ocupações que não requerem qualificação e que geralmente se pagam por dia de trabalho e não por animal tosquiado: o *vellonero*, o varredor, o alcançador, o levantador, etc. Por último, está o cozinheiro que como já se explicou joga um papel único no bloco (embora não todos o desempenham).

Tanto o Índice de Precariedade Objetiva como o Índice de Satisfação com o trabalho, mostraram associação com os postos de trabalho no bloco <sup>73</sup>. Corresponde agora explorar o sentido destas associações. Em primeiro lugar, se explorará o cruzamento entre o Índice de Precariedade Objetiva e os postos de trabalho. Um primeiro aspecto a assinalar é que os tosquiadores são 44% de todos os trabalhadores dos blocos. Portanto esta categoria influirá

---

<sup>73</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 24 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 36,415. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelos postos no bloco é =50,127. O chi quadrado ao cruzar o IS pelos postos no bloco é = 73,873. Em ambos os casos os valores caem fora da área da curva de aceitação da hipótese nula e portanto se aceita que ambas as variáveis estão associadas.

mais que outras nos resultados finais. Os tosquiadores se encontram sobre representados entre os trabalhadores que estão inseridos e entre os que têm um déficit e dois déficit. Em troca, estão subrepresentados entre os excluídos. Quer dizer que são uma categoria de trabalhadores com menor precariedade que a média da amostra. Algo similar passa com os ensacadores, embora seu peso na amostra seja muito menor. Os *acondicionadores*, varredores, *velloneros*, e alcançadores têm uma proporção maior que a média entre os trabalhadores excluídos. Portanto, os trabalhadores destas categorias têm uma probabilidade maior que a média de ser trabalhadores precários. *Agarradores* e *cozinheiros* têm um comportamento similar e mais difícil de interpretar: estão sobre representados entre os trabalhadores excluídos e os que têm um déficit, e estão sub-representados entre os inseridos e com dois déficit. Em todo caso, mostram que são contingentes de trabalhadores nos que o posto não influi ou influi pouco e de maneira desigual nas condições de precariedade.

Quanto à relação entre o Índice de Satisfação com o trabalho e os postos de trabalho, se podem extrair as seguintes conclusões da análise dos quadros. Os tosquiadores estão sobre representados com respeito à média na categoria de trabalhadores com um déficit de satisfação, e sub-representados entre os trabalhadores satisfeitos, os insatisfeitos com seu trabalho, ou os que têm dois déficit de satisfação. A interpretação deste resultado é que como a tarefa do tosquiador exige um grande esforço físico, a maior parte deles não está satisfeito com a variável “o rigor da tarefa” que compõe este índice. Mas, salva esta insatisfação, os outros dois aspectos que fazem à composição da variável (a satisfação com os ganhos e a satisfação com o ambiente de trabalho) encontram uma ampla margem de respostas positivas. Por isso é que são muito escassos os trabalhadores totalmente satisfeitos ou insatisfeitos, e predominam os que têm somente um déficit de satisfação com seu trabalho. Os ensacadores são os que estão sobre representados na categoria dos satisfeitos e sub-representados entre os

insatisfeitos. Uma explicação possível, poderia ser pelo fato de que são muito jovens e os ganhos e as condições de trabalho são, para eles, mais aceitáveis que para os maiores. Em troca, os *agarradores*, os varredores, os *acondicionadores*, os *velloneros* e os alcançadores encontram pouca satisfação em seu trabalho. Os cozinheiros, novamente têm um comportamento difícil de interpretar: estão sobre representados entre os insatisfeitos, os que têm dois déficits e os satisfeitos, e sub-representados entre os que têm um déficit.

Em resumo, é possível afirmar que os postos de trabalho que ocupam os trabalhadores nos blocos, associam-se, tanto com os níveis de precariedade objetiva como com a satisfação que estes trabalhadores extraem de seu trabalho. Entre os ensacadores se encontram os níveis mais altos de inserção e de satisfação com seu trabalho, sendo este resultado de difícil explicação. Os tosquiadores estão sub-representados entre os trabalhadores menos precários e mais satisfeitos. Sabemos que este resultado está vinculado à qualificação, aos ganhos que obtêm e ao papel central que jogam no bloco, elementos que, junto a outros, tendem a configurar a tosquia e o tosquiador como um ofício. Os *agarradores*, os varredores, os *velloneros* e os alcançadores, embora com matizes entre eles, tendem a estar sobre representados entre os trabalhadores com maior precariedade e insatisfação com seu trabalho, sendo os trabalhadores mais jovens e com menor qualificação. Os *acondicionadores* têm o mesmo perfil que os anteriores, mas para desempenhar esse trabalho requer uma qualificação específica. ¿Porque há então maior precariedade e descontentamento? Embora os dados não dêem resposta a esta interrogante, as observações realizadas nos blocos sugerem que são jovens com maior nível de instrução, e portanto, a insatisfação poderia provir de um desajuste entre aspirações e lucros obtidos em seu posto de trabalho. Finalmente, os cozinheiros mostram um comportamento de difícil interpretação possivelmente conferido pela heterogeneidade dos que desempenham este posto.

Corresponde esclarecer novamente, que entre os trabalhadores da colheita do cítrus não há diferenciação de tarefas nas equipes de coletores. A pesquisa a coletores de cítrus perguntou aos trabalhadores se tinham realizado outras tarefas nas quintas de cítrus além das tarefas de colheita que estavam realizando nesse momento. 27% dos trabalhadores responderam afirmativamente, e embora não fique claro o período de tempo durante o qual estiveram realizando essas outras tarefas, é possível supor que estas significaram estender durante mais meses o período de contratação destes trabalhadores. Ainda é possível supor que alguns deles estiveram empregados durante todo o ano.

¿É possível detectar relação entre a extensão do período de contrato entre os coletores de cítrus e a precariedade trabalhista objetiva ou subjetiva?<sup>74</sup> Os dados não são conclusivos. Por um lado, a associação antes mencionada é fraca. Por outro lado, a débil associação encontrada não é de fácil interpretação. Se se vincular o índice de precariedade objetiva com a safralidade, encontra-se que entre os excluídos e com dois déficits, há uma maior proporção de trabalhadores que só são contratados para a colheita. Mas, entre os incluídos e com um déficit, os resultados são contraditórios. Quando se vincula o índice de satisfação com a safralidade, encontra-se que entre os que têm um déficit e dois déficits predominam os que só realizam trabalhos de colheita (safrais), enquanto que entre os que estão satisfeitos ou insatisfeitos com seu trabalho predominam os que trabalham além da colheita (safralidade estendida). Em síntese, os dados mencionados sugerem que a colheita de cítrus não é um ofício, a não ser só uma tarefa safral.

---

<sup>74</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 3 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 7,815. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelos postos no bloco é = 7,566. O chi quadrado ao cruzar o IS pelos postos no bloco é = 7,573. Em ambos os casos os valores de chi quadrado caem em um ponto da abscissa que está entre o 0,05 e o 0,10 de significancia. portanto se pode aceitar que ambas as variáveis estão fracamente associadas.

¿Que implicâncias tem que uma tarefa seja um ofício e a outra não, do ponto de vista da compreensão destes fenômenos e para as políticas de emprego? Em realidade, o emprego nos blocos deve ver-se desdobrado em duas categorias diferentes como se disse mais acima: por um lado, os tosquiadores que por sua capacitação e especialização, e porque retornam anualmente à mesma tarefa constituem um ofício. É possível considerá-los como trabalhadores que têm um emprego estável embora talhado pelas intermitências dos ciclos biológicos. Portanto, deveria ser possível instrumentar políticas de formação e de capacitação, de promoção da estabilidade e da continuidade, registrá-los como trabalhadores estáveis para que possam ter acesso aos benefícios sociais, etc. Na outra categoria, estão os trabalhadores que ocupam outros postos de trabalho no bloco. Entre eles, a instabilidade e a rotação é maior como também os são os níveis de precariedade objetiva e subjetiva <sup>75</sup>. Algo similar ocorre com os trabalhadores da colheita do citrus. Dito de outra maneira, os trabalhadores do citrus se parecem mais aos trabalhadores que ocupam os outros postos do bloco de tosquia. Com estes trabalhadores, a instrumentação de medidas que diminuam a precariedade e promovam a estabilidade são de mais difícil concepção e instrumentação.

3. Residência, mobilidade e mercados de trabalho rurais. Qual é a vinculação com a precariedade?

A bibliografia sobre os trabalhadores na América Latina, mostra que estes freqüentemente realizam longos périplos dentro e fora do país, deslocando-se em busca de trabalho. Com freqüência estas migrações são sazonais e os trabalhadores migram desde seus

---

<sup>75</sup> Exceto a categoria do embolsador como se explicou mas acima.

minifúndios ou terras comunais para os lugares onde predomina a agricultura a grande escala, que requer força de trabalho sazonal, deixando parte de suas famílias, trasladando-se com outra parte delas e retornando ao fim da temporada a seus lugares de origem. As tarefas de coleta da fruta, do cana de açúcar, da erva mate, do algodão em um país tão próximo como a Argentina, são realizadas desta maneira com migrantes que vêm das províncias minifundiárias do norte argentino e também dos países limítrofes. Com frequência estes trabalhadores estão ligados às piores condições de vida e de trabalho, à pobreza e à falta de esperança porque, tendo direitos, não podem exercê-los, devendo aceitar condições muito duras de vida e de trabalho. As migrações são uma consequência das más condições de trabalho, já que o trabalhador se desagrada procurando melhorar. Mas também são sua causa, porque o trabalhador deve aceitar as condições que os empregadores lhe impõem, quando ao apresentar-se sozinho e isolado, em uma localidade longínqua de seu lugar de origem, já perdeu as redes sociais de proteção e não tem capacidade de escolher ou de defender-se.

O mercado de trabalho rural para os trabalhadores da tosquia se encontra geograficamente segmentado. Constatou-se a existência de valores distintos nos preços pagos por ovelha tosquiada aos trabalhadores segundo um gradiente que começa pelo norte do país (\$3,10 por animal), o centro e sul do país onde se paga \$3,50 por animal e \$3,80 na região este. Segundo informantes, estas variações estavam associadas a mercados de trabalho urbanos mas dinâmicos no este e sul do país. Mas, apesar de que esta situação era conhecida pelos trabalhadores, o estudo verificou sua escassa circulação no território nacional, e portanto se deve descartar a idéia de que a pobreza e a precariedade do trabalho e social que neles se encontre, estejam vinculadas às migrações sazonais <sup>76</sup>. A maioria dos trabalhadores

---

<sup>76</sup> É conveniente distinguir entre migracion dos trabalhadores e mobilidade local dos trabalhadores. definem-se como migrações movimentos de população definitivos ou sazonais em que os trabalhadores em busca de trabalho se desagradem em grupos ou sozinhos, com suas famílias ou com parte dos membros da família ou sem elas, por



da tosquia provêm dos Departamentos que têm mais produção de lã. Não parece sustentá-la hipótese de que são trabalhadores que se deslocam de um lado a outro do território procurando trabalho, nem durante a tosquia nem durante o resto do ano, já que no período inter-safra, só 10% dos trabalhadores declaram ter trabalhado em mais de um Departamento do país.

Os deslocamentos no território dos trabalhadores da tosquia, tampouco encontra justificção quando se relacionam os índices de precariedade objetiva e subjetiva dos trabalhadores com as maquina de tosquia agrupadas segundo regiões do país <sup>77</sup>. A falta de associação entre as regiões e os índices de precariedade ajudam a compreender porque os trabalhadores não se deslocam no território <sup>78</sup>. Um trabalhador que esteja desconforme com a máquina em que está trabalhando, procurará outra máquina na mesma região, perto de seu lugar de residência, já que terá mais possibilidade de encontrar uma máquina que lhe satisfaça dentro do Departamento em que reside, que deslocando-se fora dele.

A ausência de migrações também tem a ver com a forma de contratação dos trabalhadores. Os maquinistas, que são quem os contrata, residem preferentemente em

---

períodos de tempo prolongados e com escassos vinculos, ou com vinculos esporádicos ou sem vinculos com seu lugar de origem, geralmente a grandes distancia. Os trabalhadores migrantes partem de seu lugar de origem mas podem passar por outras localidades e tarefas antes de retornar a suas localidades (às vezes muitos meses depois) ou podem não retornar nunca. Por mobilidade local dos trabalhadores estão entendendo deslocamentos a menor distancia, por menos dias (até uma ou duas semanas), em que o trabalhador geralmente se desagrada sozinho ou com a equipe ou bloco em que trabalha, ao redor de um rádio não major a 100 ou 200 kilometros. Frequentemente o deslocamento se faz porque está contratado e não em busca de um contrato de trabalho. Isto lhe permite manter os vinculos e o contato quase diariamente com sua família e lugar de origem. Os movimentos têm como lugar de origem e volta sua localidade de origem.

<sup>77</sup> A regionalización se fez segundo as regionais do Secretariado Uruguaio da Lã. Região Norte: Rio Negro, Paysandú, Salto, Artigas, Rivera e Tacuarembó. Este região: Cerro Largo, Treinta e Tres, Rocha, Maldonado e Lavalleja. Região Sul: Canelones, Florida, Durazno, San Jose, Flores, Colonia e Soriano.

<sup>78</sup> Ver Anexo estatístico ao Capitulo 6. A medida de associação chi quadrado seis para graus de liberdade com o 0,05 de significação é= 12,592 . O chi quadrado ao cruzar o IPO pelas maquina agrupadas por região é = 3,464 . O chi quadrado ao cruzar o IS pelas máquinas agrupadas por região é = 2,76. Em ambos os casos os valores caem na área da curva de aceitação da hipótese nula que determina a independência de ambas as variáveis.

pequenos povoados e em cidades do interior. Os maquinistas valorizam principalmente o comportamento no trabalho no momento de selecionar a um tosquiador (70% dos maquinistas selecionaram este critério como o principal)<sup>79</sup>. A qualidade para tosquiar é um critério secundário. O comportamento no trabalho, só pode ser avaliado pelo maquinista mediante o conhecimento pessoal do trabalhador ou as referências de amigos e parentes. Esta é uma das razões que explica que os blocos costumam estar compostos por trabalhadores do mesmo povo e ainda de familiares. Neste contexto, é pouco provável que um trabalhador migre das regiões onde se paga menos, às que se paga mais, procurando trabalho, já que sem referências sobre seu comportamento e a qualidade de seu trabalho dificilmente encontre um emprego.

Por outro lado, a segmentação do mercado de trabalho rural também ocorre a nível local, mas não por razões de mobilidade mas sim pela forma de contratação, já explicada mas acima, em que se prefere contratar a conhecidos. A isto lhe adiciona, que outra das razões pelas quais o maquinista prefere contratar trabalhadores de seu povoado ou próximos ao mesmo, é pelo manejo do bloco nos momentos em que as chuvas ou outras inclemências obrigam a suspender a tosquia. Quando isto ocorre, o mais conveniente para o maquinista é licenciar aos trabalhadores permitindo retornar a suas casas. Tanto para aproximá-los de seu lugar de residência, como para depois recolhê-los no momento em que terá que reatar os trabalhos, é conveniente que os trabalhadores residam próximos ao domicílio do maquinista.

Pelas razões esgrimidas até aqui, é possível afirmar que no caso dos trabalhadores da tosquia o mercado de trabalho se encontra segmentado. ¿Como e quanto incide esta situação na precariedade trabalhista? Por um lado as relações de amizade, vizinhança, e os vínculos familiares, favorecem o paternalismo e a discricção no trato, por parte dos pequenos

---

<sup>79</sup> Pesquisa a Maquinistas da Tosquia realizada pelo autor em simultâneo com a Pesquisa a Trabalhadores da Tosquia.

empresários que são os maquinistas. Já se disse que 55% dos maquinistas anunciam quanto pagarão a seus trabalhadores recém ao início da safra, freqüentemente quando se chega ao primeiro galpão de tosquia<sup>80</sup>. Este é um elemento de coação importante, porque o trabalhador a essa altura, já não tem possibilidades de voltar atrás e fica reduzida sua capacidade de negociar o preço de seu trabalho. Esta mesma situação, é a que faz difícil a organização sindical dos trabalhadores da tosquia e explica, ao menos em parte, sua ausência. Por outro lado, é preciso assinalar que este tipo de relações entre os maquinistas e seus trabalhadores proporciona aos melhores trabalhadores, aqueles aos que o maquinista deseja reter, redes de proteção social. Por exemplo, que o maquinista lhe adiante dinheiro antes da safra, que lhe remeta dinheiro à família enquanto o trabalhador está na tosquia, proteja-o em caso de enfermidade ou acidente durante a tosquia, facilite-lhe a possibilidade de renovar anualmente seu contrato de trabalho, etc. O custo que o trabalhador deve pagar por este sistema de contratação, é alto, especialmente para os trabalhadores que se encontram mais afastados dos mercados de trabalho mais dinâmicos.

No Capítulo 4, quando se analisou a precariedade dos trabalhadores rurais do país em função das localidades de residência se encontrou que os maiores índices de precariedade (33,5%) correspondiam aos ocupados em localidades pequenas e em menor medida (31,4%) a ocupados nas áreas rurais dispersas. Deste modo, nas áreas urbanas de mais de 5.000 habitantes o total de assalariados privados precários era de 28,8 %. Quer dizer que se detectam na área rural entre três e cinco pontos mais de trabalhadores com ocupações precárias que nas áreas urbanas.

Entre os trabalhadores da tosquia se encontrou uma tendência similar. Em primeiro

---

<sup>80</sup> Idem Pesquisa a Maquinistas.

lugar, se classificou os trabalhadores segundo seu lugar de residência em quatro categorias: população rural dispersa, trabalhadores que residem em povoados rurais <sup>81</sup>, trabalhadores que residem em povoados urbanos e trabalhadores que residem em capitais departamentais. Quando se cruzou o Índice de Precariedade Objetiva pela residência, nas quatro categorias mencionadas se encontrou uma débil associação <sup>82</sup>. Os trabalhadores com melhor inserção social vivem nas capitais e em menor medida na população rural dispersa. Os trabalhadores mais excluídos tendem a viver nos povoados rurais (os menores), nos povoados urbanos (povoados maiores) e no meio rural disperso (nessa ordem).

Se se cruzar o Índice de Satisfação pelo lugar de residência dos trabalhadores, as tendências são similares às descritas acima. Os trabalhadores satisfeitos residem em maior proporção na capital departamental e em povoados urbanos. Os trabalhadores mais insatisfeitos o fazem nos povoados rurais e na população rural dispersa. Mas o nível de associação entre as variáveis é, neste caso, um pouco maior <sup>83</sup>.

O sentido da associação entre as variáveis mencionadas deve ser interpretado pelo investigador. A nosso juízo, a explicação está vinculada ao tamanho dos mercados de trabalho. Na medida que, como se explicou, são mercados de trabalho segmentados de diversas maneiras, aqueles trabalhadores que vivem nas capitais departamentais e nos povoados maiores, têm outras oportunidades trabalhistas e têm mais opções. Só os trabalhadores que estão satisfeitos com o trabalho na tosquia, irão a ela. Os trabalhadores que

---

<sup>81</sup> Povos rurais são aqueles nos que a maioria da População economicamente ativa esta dedicada a ocupações no Ramo 1 da economia: agricultura, silvicultura caça e pesca.

<sup>82</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para nove graus de liberdade com o 0,10 de significação é 14,684. O chi quadrado ao cruzar o IPO pela residência dos trabalhadores é = 14,041. portanto se pode estimar uma débil associação entre ambas as variáveis.

<sup>83</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para nove graus de liberdade com o 0,10 de significação é 14,684. O chi quadrado ao cruzar o IS pela residência dos trabalhadores é =15,470. portanto existe uma débil associação entre variáveis.

estão em pior condição são os que residem nos povoados pequenos, porque ali as oportunidades de trabalho são menores. Quanto à população rural dispersa ou são pequenos produtores rurais (que além disso são trabalhadores assalariados) ou são assalariados dos estabelecimentos rurais. Não é plausível a figura de parados ou sub-ocupados com residência rural. Os que estão nesta situação, são expulsos dos estabelecimentos rurais e devem ir residir aos pequenos povos rurais. Por isso, os trabalhadores rurais com residência rural dispersa, ostentam índices de precariedade e de insatisfação menores que os que residem nos pequenos povoados rurais.

No caso dos trabalhadores do citrus é necessário reiterar que 77% dos trabalhadores vivem em cidades capitais departamentais, 8% vivem em povoados urbanos de mais de 2000 habitantes, 11% vivem em povos de menos de 2000 habitantes e só 4% são trabalhadores com residência rural dispersa. Portanto, como já foi dito páginas atrás, são mais bem trabalhadores com residência urbana que realizam tarefas agrícolas. Ao vincular o índice de precariedade objetiva dos trabalhadores do citrus com a residência não se encontrou associação<sup>84</sup>. Em troca, ao vincular o índice de precariedade subjetiva dos trabalhadores do citrus com a residência sim se encontrou associação. O sentido da mesma é que os trabalhadores que estão mais satisfeitos são os que residem no meio rural disperso e nos pequenos povoados rurais. Em troca, entre os trabalhadores insatisfeitos estão sobre representados os trabalhadores que residem nas cidades capitais departamentais. Como a proporção de trabalhadores coletores que residem nas cidades é muito alta, a interpretação que se pode fazer é inversa a que se fez

---

<sup>84</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 9 graus de liberdade com o 0,05 de significação é= 16,919 . O chi quadrado ao cruzar o IPO pelo lugar de residência é= 10,483. O chi quadrado ao cruzar o IS pelo lugar de residência é= 18,736. No primeiro caso o valor do chi quadrado cai na área da curva de aceitação da hipótese nula que determina a independência de ambas as variáveis. No segundo caso o valor do chi quadrado cai fora da área de aceitação da hipótese nula o que determina a associação de ambas as variáveis.

mais acima para os trabalhadores da tosquia. Nas cidades capitais (Paysandú e Salto principalmente) com altos níveis de desocupação, os trabalhadores de residência urbana (e de estirpe urbana, já que seus pais também eram urbanos) devem recorrer ao trabalho no citrus como medida extrema ante a desocupação. Mas portanto seus níveis de insatisfação são altos. Os escassos trabalhadores do meio rural e de pequenos povoados rurais que são atraídos pela colheita do citrus, também o fazem para paliar a desocupação, mas em comparação às tarefas rurais às que estão habituados ou às que têm acesso, a colheita de citrus não aparece como desvalorizada.

#### 4. O tipo de empresas.

No Capítulo 1 se fez referência à advertência de Paugam respeito a que o tipo de empresa influi na satisfação do trabalhador com suas condições de trabalho. O autor põe ênfase que é importante ter em conta o “estado de espírito” que reina na empresa. Empresas com futuro, com boas perspectivas, são muito distintas a outras nas que se prevê sua próxima quebra ou dificuldades econômicas. “O homo sociologicus no trabalho está fortemente influenciado pelo tipo de empresa” (Paugam,2000:56, nossa tradução). Sua investigação empírica mostrava significativas diferenças na satisfação dos trabalhadores segundo o tipo de empresa. Neste capítulo, pretende-se vincular os tipos de empresa que se encontram na tosquia e os tipos de empresa citrícola, com a precariedade objetiva e subjetiva dos trabalhadores. É conveniente destacar do início as diferenças entre as empresas de tosquia e as citrícolas. As primeiras, são microempresas que têm entre um e vinte trabalhadores e cujos investimentos não passam da máquina de tosquia e um caminhão para transportá-la. As 6 empresas citrícolas são muito maiores tendo entre 210 e 650 trabalhadores durante a colheita.

Três delas, Caputo, Solari e Altisol estão radicadas no Departamento de Salto e outras três Azucitrus, Milagros e Sandupay no Departamento do Paysandú. Todas elas têm planta de empacotamento e plantações de citrus, pelo qual também têm trabalhadores permanentes. Produzem basicamente para a exportação, colocando excedentes no mercado interno e também em planta elaboradora de sucos cítricos.

Na primeira parte deste capítulo, se analisará a possível relação existente entre a precariedade objetiva e subjetiva dos trabalhadores da tosquia com o tipo de empresas nas que trabalham.

Em primeiro lugar é preciso perguntar-se como construir uma tipologia de máquinas que seja relevante aos objetivos propostos, isto é que pudesse ter alguma influência sobre a precariedade objetiva e sobre a satisfação do trabalhador com seu trabalho ou precariedade subjetiva. Em primeira instância, é possível referir-se a tipologia que utiliza o SUL, que categoriza às empresas de tosquia em quatro categorias, A-B-C e D em função de certos critérios que remetem à qualidade do trabalho que realiza o bloco: capacitação do proprietário da máquina, realização de acondicionamento, qualidade do trabalho, manejo e apresentação do produto, conduta do pessoal, entre outros. Aquelas máquinas de tosquia que se enquadram na categoria A e B recebem um selo de qualidade que certifica que a lã acondicionada por esta máquina cumpre com as normas exigidas pelo SUL. Esta certificação facilita a colocação da lã na indústria, e em ocasiões, permite receber um preço sobre valorizado por parte da indústria.

A categorização das máquinas é um processo no qual cada máquina deve ganhar a qualificação. O resultado desta competição não é desprezível. Os técnicos do SUL costumam

receber pedidos informais dos produtores, lhes solicitando que opinem sobre o desempenho das máquinas de sua localidade, ou lhes solicitando diretamente que lhes recomendem uma máquina. Conseqüentemente, enquanto as máquinas de categoria A e B aumentam a quantidade de ovinos tosquiados, algumas das máquinas categorizadas como C e D perdem clientes e portanto rebanhos. Esta situação, em um contexto de redução dos currais, levou a um processo de concentração das máquinas de tosquia.

Portanto, é possível supor que se poderia encontrar associação entre o Índice de Precariedade Objetiva e as categorias de máquinas do SUL, já que nas melhores máquinas se poderiam encontrar trabalhadores menos precários. Não obstante ao cruzar as variáveis não se encontrou associação. Quer dizer que as categorias de máquinas construídas pelo SUL não têm associação com as condições de precariedade dos empregos <sup>85</sup>.

É preciso recordar que os maquinistas são pequenos empresários, muitos deles ex-trabalhadores da tosquia, que conseguiram acumular um pouco de capital e põem sua própria máquina, outros que são pequenos produtores rurais, outros que são pequenos empresários urbanos (como mecânicos ou proprietário) que diversificam seus empreendimentos montando uma máquina de tosquia. É certo, que o volumem de capital requerido para montar e operar uma máquina de duas tesouras e um bloco de quatro trabalhadores, não é o mesmo o volume de capital necessário para montar e operar uma máquina de dez tesouras com um bloco de

---

<sup>85</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para nove graus de liberdade com o 0,05 de significação é 16,919. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelas categorias de máquinas do SUL é = 12,721. O chi quadrado ao cruzar o IS pelas categorias de máquinas é = 11,291 Em ambos os casos os valores caem na área da curva de aceitação da hipótese nula que determina a independência de ambas as variáveis



vinte ou vinte e cinco trabalhadores. Mas sempre se está na fila de empresas de pequeno porte. Talvez seja por isso que o tipo de empresa, na categorização que realiza o SUL, não mostra associação com a precariedade objetiva de seus trabalhadores.

Segundo as observações de Paugam, em troca deveríamos encontrar mais relação entre as categorias do SUL e a satisfação dos trabalhadores com seu trabalho. Isto é assim porque aquelas máquinas das categorias C e D, que o SUL não recomenda, são as que estariam perdendo rebanhos e portanto em um processo de retração, que deveria influir sobre o ambiente e as expectativas dos trabalhadores em relação à pequena empresa que os emprega. Não obstante tampouco se encontrou associação entre ambas as variáveis.

Com o propósito de identificar uma tipologia das empresas de tosquia que pudesse vincular-se à precariedade e a satisfação dos trabalhadores se construíram duas categorizações mais <sup>86</sup>. Em uma delas, se classificou as empresas conforme tivessem ganho ou perdido ovelhas para tosquiar, comparando as duas últimas safras (anos 2000 e 2001). No primeiro caso, seriam máquinas em expansão, no segundo, em retração. Na segunda classificação se categorizaram as máquinas conforme estas representassem para o empresário (maquinista) a renda principal ou só uma renda secundária nos ganhos totais que recebia ao ano. O suposto era, que para aqueles empresários que a máquina representava sua principal renda, preocupariam-se mais pela qualidade do trabalho realizado, que no caso que fosse somente uma renda secundária. Esta preocupação poderia ver-se refletida no cuidado na seleção do pessoal, privilegiando a contratação de pessoal mais qualificado e possivelmente menos precário. Assim mesmo, esta qualidade da máquina também poderia influir na satisfação do trabalhador com seu trabalho. Não obstante, o cruzamento destas duas categorias de máquinas

---

<sup>86</sup> Para ambas foi necessário recorrer a pesquisa a máquinas de tosquia que se realizou em forma paralela a pesquisa a trabalhadores da tosquia. Ambas pesquisas são compatíveis.

pelo Índice de Precariedade Objetiva e pelo Índice de Satisfação mostrou a inexistência de associação entre variáveis <sup>87</sup>.

Finalmente, tratando de caracterizar distintos tipos de empresas, construiu-se um último indicador referido ao momento em que o empresário lhes estipula a remuneração aos trabalhadores. Em efeito, na tosquia, mais da metade dos empresários maquinistas lhes comunicam quanto pagarão por ovelha tosquiada ou por dia de trabalho (segundo a categoria e o posto de trabalho que ocupa cada trabalhador) logo, quando se está por começar o trabalho no primeiro estabelecimento da safra. Esta prática, diminui notoriamente a capacidade de negociação do assalariado, já que nesse momento, se partir descontente com a remuneração oferecida (único recurso que fica), lhe será difícil encontrar um posto em outro bloco. A hipótese era que naquelas máquinas em que se avisa o preço do trabalho quando já está começada a safra, a precariedade dos trabalhadores seria maior (porque os melhores trabalhadores evitariam estas máquinas) e o nível de satisfação com o trabalho seria menor. Não obstante o cruzamento de ambas as variáveis: o Índice de Precariedade Objetiva e o Índice de Satisfação por uma variável que discrimina máquinas que avisam o preço antes de sair/depois de sair, não mostrou associação entre as mesmas <sup>88</sup>.

Em resumo, os distintos tipos de empresa categorizadas segundo distintos critérios, não parecem ter influência na precariedade dos trabalhadores, nem na satisfação que estes têm com seu trabalho. A hipótese de Paugam não se comprova ao menos neste caso.

---

<sup>87</sup> Ver o Anexo Estatístico ao Capítulo 6.

<sup>88</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para três graus de liberdade com o 0,05 de significação é 7,815. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelas máquinas que avisam a remuneração antes/depois de sair é = 0,940. O chi quadrado ao cruzar o IS pelas máquinas que avisam a remuneração antes/depois de sair é = 2,125. Em ambos os casos os valores caem na área da curva de aceitação da hipótese nula que determina a independência de ambas as variáveis.

Mas a hipótese de Paugam sim se cumpre para o caso dos coletores de citrus<sup>89</sup>. Quando se vincula o índice de precariedade objetiva com as seis empresas desagregadas a medida de associação é muito débil. Do quadro poderia surgir que há duas empresas, Azucitrus e Altisol, nas que a proporção de trabalhadores inseridos é maior que a média. Por outro lado, os mas excluídos estão sobre representados no Azucitrus e Sandupay. Mas é no índice de satisfação dos trabalhadores onde a associação é muito forte e ela se manifesta da seguinte maneira. Os trabalhadores satisfeitos com seu trabalho, se encontram em proporção maior que a média no Azucitrus e Altisol, os trabalhadores com apenas um déficit de satisfação estão sobre representados no Azucitrus, Milagre e Sandupay, os trabalhadores com dois déficit de satisfação no Azucitrus, Sandupay e Milagre, enquanto que finalmente, os que estão insatisfeitos com seu trabalho estão sobre representados no Altisol, Solari e Caputo. Em consequência se constata que 1: a associação entre variáveis é forte; 2. que em uma empresa Azucitrus, estão claramente sobre representados os trabalhadores satisfeitos com seu trabalho; 3. que em duas empresas Solari e Caputo estão sobre representados os trabalhadores insatisfeitos com seu trabalho; 4. que em outros casos as relações entre satisfação no trabalho e empresas não expressam tendências claras.

Como a primeira empresa pertence ao Departamento de Paysandú, e as duas últimas pertencem ao Departamento de Salto também se buscou associar os índices de precariedade com a localização das empresas: salteñas e sanduceras. A associação entre variáveis aparece

---

<sup>89</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 15 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 24,996. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelos tipos de empresa é = 22,102 . O chi quadrado ao cruzar o IS pelos tipos de empresa vitícola é= 57,278 No primeiro caso a medida de associação entre variáveis é muito débil (aos 0,105 de significancia) mas em troca é muito forte na segunda situação.

ainda mais forte <sup>90</sup>. Existe agora associação aos 0,05 de significância entre o índice de precariedade objetiva e a localização das empresas e existe uma associação muito forte entre a localização e o índice de satisfação dos trabalhadores. O sentido da associação é que entre os incluídos e excluídos (precariedade objetiva), predominam os trabalhadores das empresas de Paysandú, e entre os trabalhadores em níveis meios de precariedade objetiva preponderam os trabalhadores das empresas salteñas. Mas é quando se analisa a satisfação dos trabalhadores com seu trabalho, que emerge com mais clareza a associação: os trabalhadores satisfeitos se encontram nas empresas de Paysandú e os insatisfeitos nas empresas de Salto. Infelizmente não se dispõe de suficiente informação sobre as características das empresas citrícolas para poder inferir quais são as causas pelas quais aparecem estes resultados. Por um lado, pareceria que estes se associam às empresas. Por outro, pareceria que também se associam à localização Departamental, sugerindo que talvez haja variáveis do entorno e/ou do contexto em que se desenvolvem as empresas que incidem em seus desempenhos em relação com os trabalhadores.

##### 5. As mudanças técnicas recentes.

Como já se argumentou longamente no Capítulo 2, as mudanças técnicas nos processos produtivos podem ter influência nos aspectos trabalhistas, afetando a demanda de trabalhadores, as condições de trabalho, a produtividade do trabalho, etc. Neste capítulo, se tentará relacionar (a partir da escassa informação disponível em ambas pesquisas) as mudanças técnicas ocorridas na tosquia dos ovinos e na colheita dos citrus, com a

---

<sup>90</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 3 graus de liberdade com o 0,05 de significância é= 7,815 . O chi quadrado ao cruzar o IPO pela localização das empresas é= 7,898 . O chi quadrado ao cruzar o IS pela localização das empresas é= 39,704. No primeiro caso a medida do chi quadrado cai fora da área da curva com um 0,05 de significancia, havendo portanto associação entre variáveis a este nível. Mas em troca a associação é muito forte na segunda situação.

precariedade do trabalho tanto objetiva como subjetiva.

As mudanças técnicas na produção ovina e na tosquia da lã são promovidos pelo Secretariado Uruguaio de Lã<sup>91</sup>, geralmente em consonância com as necessidades da indústria da fiação e com as tendências que se observam nos mercados mundiais, já que o destino principal da lã produzida no país é a exportação.

A partir da década de 70, o SUL começa difundir a técnica de tosquia denominada Talli-Hi originada na Austrália. Esta técnica em comparação com a técnica tradicional é mais veloz, permite tosquiar com passadas longas mantendo unido o velo, diminui os cortes que lhe infligem ao animal e diminui o stress ao que o submete. A técnica do Talli-Hi foi adotada muito lentamente pelos blocos, porque os próprios produtores tampouco estavam convencidos de que fosse conveniente apesar dos esforços feitos pelo SUL. Para fins da década de 80, e apesar de um modesto sobre preço que pagava a indústria pela lã tosquiada com esta técnica, só 30% dos produtores aceitavam que se tosquiasse seus currais com ela. É no contexto da crise dos preços da lã na década de 90, que a técnica se adota rapidamente, quando a indústria armazenadora de lã não compra os lotes tosquiados com a técnica tradicional. A partir de ali, sua difusão é rápida e hoje três quartas partes dos lanares se tosquam com ela.

A prática do Talli-Hi estava unida a uma segunda técnica, que era o acondicionamento da lã, quer dizer sua classificação no galpão de tosquia, separando o velo, da lã de pior

---

<sup>91</sup> O Secretariado Uruguayo da Lã é uma instituição de caráter público mas do direito privado. Esta dirigida por um Conselho Diretor cujo Presidente é renomado pelo Poder Executivo e seus demais integrantes são escolhidos pelas organizações de produtores de ovinos. financia-se com um imposto às exportações de lã e contribuições do Estado. Conta com uma escola técnica cujo principal encargo não é fazer investigação a não ser difundir as técnicas que provêm dos centros de investigação nacionais (como o INIA) ou técnicas que se importam a partir de freqüentes visitas que se realizam a Austrália e Nova Zelândia. Conta com uma equipe de técnicos de campo que percorrem todo o país, e assistem a aqueles blocos de tosquia cujos maquinistas solicitem o serviço. Também dan uma série de cursos de capacitação para os tosquiadores e para os maquinistas.

qualidade, que provém de outras partes do corpo do animal. A aplicação desta técnica introduziu um novo posto de trabalho no bloco de tosquia, o *acondicionador* (que podem ser de um a cinco trabalhadores segundo o tamanho da máquina) e determinou o re-acondicionamento do espaço no galpão de tosquia, já que se fez necessário dispor da mesa de acondicionamento e de lugares específicos para guardar a lã separada por categorias. Também se fez necessário embolsar o velo separado das outras categorias, e colocar selos nas bolsas para identificar a qualidade.

Poderia-se supor que aquelas máquinas que acondicionam, têm trabalhadores menos precários que aquelas que não acondicionam, já que são máquinas nas que se trabalha em melhores condições, incorporam um ou mais postos de trabalho qualificados (*acondicionadores*) e em geral, são máquinas nas que a qualidade do trabalho é um objetivo. Não obstante, quando se cruzou o Índice de Precariedade Objetiva por Máquinas que acondicionam/não acondicionam, não se encontraram medidas de associação das variáveis. Algo similar passa quando se relacionam o Índice de Satisfação dos trabalhadores com máquinas que acondicionam/não acondicionam. Portanto, é preciso descartar a variável acondicionamento nas máquinas, como uma variável que possa contribuir a explicar a precariedade do emprego e a satisfação com o trabalho <sup>92</sup>.

Mais recentemente, o SUL começou a recomendar a realização da tosquia pré-parto nos meses de junho e julho. Esta técnica tem a vantagem de que facilita o parto, melhorando

---

<sup>92</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para três graus de liberdade com o 0,05 de significação é 7,815. O chi quadrado ao cruzar o IPO pelo Acondiciona/no acondiciona é = 0,153. O chi quadrado ao cruzar o IS pelo Acondiciona/no acondiciona é = 6,68 Em ambos os casos os valores caem na área de aceitação da hipótese nula da curva que determina a independência de ambas as variáveis

assim o índice de procriação e de sinalização. A outra técnica que o SUL apóia e difunde, é a produção de cordeiros pesados (engordados nos meses do verão em pastos preparados a propósito) com destino a exportação. Os cordeiros pesados são embarcados nos meses de março a maio, mas previamente se realiza uma tosquia. Do ponto de vista dos blocos, a introdução destas técnicas estende o período da tosquia até os quatro ou cinco meses, podendo chegar em alguns casos até os oito meses. Segundo nossos estudos, quatro de cada dez blocos relevados estavam estendendo em alguma medida seu período de tosquia, além dos dois meses tradicionais de outubro e novembro. Portanto, naqueles blocos que fazem tosquia pré-parto ou de cordeiro pesado, ao estar mais estendido o período de trabalho na tosquia (que tem melhores ganhos que as demais tarefas safras que realizam os trabalhadores) deveria-se encontrar menos precariedade.

Não obstante, quando se cruzaram ambos os índices por uma variável composta, máquinas que estendem o período de tosquia\máquina que não estendem o período de tosquia, não se encontrou associação significativa entre as variáveis<sup>93</sup>.

Para modificar os processos de trabalho nas máquinas de tosquia e os hábitos de trabalho dos blocos, o SUL conta com diversos instrumentos. Por um lado, estão os cursos de capacitação para tosquiadores e maquinistas já mencionados. Estes são de vários dias duração e no primeiro caso, se trata de melhorar as técnicas de tosquia em torno do método Talli-Hi, mas também se insiste nos hábitos de trabalho, e na conduta que deve observar o membro de um bloco, para manter a ordem e a convivência com seus colegas de trabalho, no contexto das

---

<sup>93</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para três graus de liberdade com o 0,05 de significação é 7,815. O chi quadrado ao cruzar o IPO por Estende a safra/no estende a safra é =4,497 . O chi quadrado ao cruzar o IS por estende a safra/no estende a safra é =0,611 Em ambos os casos os valores caem na área da curva de aceitação da hipótese nula que determina a independência de ambas as variáveis

estâncias do gado nas que se alojam. Quer dizer, que não só são instâncias de transmissão de conhecimentos, mas também também de disciplinamento da força de trabalho. Por outro lado, estão as visitas que fazem os técnicos do SUL às máquinas em plena safra, observando o trabalho realizado e fazendo recomendações aos trabalhadores e aos maquinistas, reforçando assim a tarefa de capacitação iniciada nos cursos. A capacitação brindada pelo SUL poderia estar associada à precariedade, na medida que os trabalhadores capacitados poderiam conseguir melhores empregos. Quando se cruzou o Índice de Precariedade Objetiva pelas assistências\não assistências a cursos de capacitação do SUL se encontrou associação positiva. Algo similar ocorreu ao cruzar o Índice de Satisfação pela assistências\não assistências aos cursos do SUL <sup>94</sup>. Portanto, a assistência aos cursos SUL deve ser considerada como um dos elementos que intervêm em relação à precariedade do trabalho. Embora a associação não determine causalidade, o lógico seria supor que a assistência aos cursos do SUL, ao melhorar a qualificação dos trabalhadores lhes permite encontrar melhores ocupações, e dessa maneira afastar-se de situações de precariedade do trabalho e de insatisfação com seu trabalho.

Em resumo, das diversas mudanças técnicas que se levam adiante em algumas das maquina de tosquia, tais como o acondicionamento da lã, ou o alongamento da safra, produto da incorporação da tosquia pré-parto, ou a tosquia dos cordeiros pesados, não têm influência na precariedade dos trabalhadores, ou na satisfação que eles experimentam com seu trabalho. Em troca, a capacitação específica que recebem os trabalhadores em acondicionamento ou nas técnicas de tosquia sim têm influência na precariedade e na satisfação com o trabalho.

---

<sup>94</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para três graus de liberdade com o 0,05 de significação é 7,815. O chi quadrado ao cruzar o IPO por assistiu cursos SUL/ não assistiu cursos SUL é = 21,809 . O chi quadrado ao cruzar o IS por assistiu cursos SUL/no assistiu cursos SUL é = 8,442. Em ambos os casos os valores caem fora da área da curva de aceitação da hipótese nula. portanto se deve aceitar que ambas as variáveis estão associadas



No caso dos trabalhadores da colheita do citrus, a pesquisa realizada não incluiu variáveis referidas à empresa ou às técnicas de trabalho que pudessem refletir processos de mudança técnica. É possível que, quando nas páginas anteriores se encontraram fortes relações entre o tipo de empresas e a precariedade do trabalho, em realidade se estejam refletindo processos técnicos diferentes aplicados nas distintas empresas. Entretanto, a pesquisa sim relevou informação a respeito da forma como o trabalhador aprendeu a realizar a colheita. Em primeiro lugar, cabe esclarecer que a colheita do citrus não requer conhecimentos nem destrezas especiais. Embora antes se arrancava o fruto, rompendo o ramo a que está sujeita, na atualidade, na maioria das empresas esta tarefa se realiza com tesouras de poda. Como já se disse mais atrás, a fruta se acomoda na bolsa coletora que leva o trabalhador e logo se verte em gavetas que estão dispostas estrategicamente entre as filas de plantas. Apesar da simplicidade da tarefa alguns trabalhadores receberam uma capacitação para empreender esta tarefa. Assim, a aprendizagem da tarefa pode ser agrupado em duas categorias mutuamente excludentes: a. o ensino é ministrado pela empresa; b. o ensino provém de outros familiares, amigos ou simplesmente pela observação. Discriminado desta maneira o processo de ensino\aprendizagem da tarefa, e cruzado pelos índices de precariedade objetiva e subjetiva se observa que ambas as variáveis estão associadas<sup>95</sup>. A interpretação da associação não é clara no caso do índice de precariedade objetiva, já que é entre os trabalhadores que estão mais inseridos e mais excluídos que há uma sobre representação em relação à média dos trabalhadores capacitados pela empresa. Em troca, a associação com o índice de satisfação mostra uma tendência mais clara. A interpretação é que os trabalhadores mas satisfeitos são os que foram capacitados pela empresa, enquanto que os menos satisfeitos

---

<sup>95</sup> Ver Anexo estatístico ao Capítulo 6. A medida de associação chi quadrado para 3 graus de liberdade com o 0,05 de significação é 7,815. O chi quadrado ao cruzar o IPO por capacitação empresa/capacitação outros é = 11,601 . O chi quadrado ao cruzar o IS por capacitação empresa/capacitação outros é = 12,909. Em ambos os casos os valores caem fora da área da curva de aceitação da hipótese nula que determina a associação de ambas as variáveis com o 0,05 de significancia.

são os que receberam capacitação através de familiares e amigos ou por observação própria. Em resumo, embora se conte com uma só medida vinculada à mudança técnica e esta se refere só ao processo de capacitação dos trabalhadores, é possível que exista relação entre a mudança técnica e a precariedade objetiva e subjetiva também entre os trabalhadores do citrus. Novas investigações deverão dar conta desta relação.

Em síntese, quando se analisou a relação entre indicadores de mudança técnica na tosquia com os índices de precariedade objetiva e subjetiva não se encontrou relação. Esta mesma relação não se pôde investigar no caso dos trabalhadores do citrus, por carecer da informação necessária, embora seja possível sugerir que as notórias relações encontradas entre a precariedade e o tipo de empresas (no capítulo anterior) poderiam se vincular à mudança técnica nas empresas. Quando se vincularam os índices de precariedade objetiva e subjetiva com os cursos de capacitação para a tarefa que recebem os trabalhadores, em ambos os casos se encontrou vinculação. Em particular, a associação é mais forte ao vincular os índices de satisfação dos trabalhadores com a capacitação recebida. A interpretação que se pode fazer desta relação, é que naquelas empresas em que se levam a cabo tarefas de capacitação dos trabalhadores, existe uma maior preocupação pela qualidade da tarefa que se realiza e possivelmente, também pela qualidade da relação trabalhista, o qual deixa mais satisfeitos os trabalhadores.

## 6. Conclusões do Capítulo 6.

No transcurso deste Capítulo, se aprofundaram as relações existentes entre os Índices de Precariedade Objetiva e de Precariedade Subjetiva e uma série de variáveis. Estas últimas

foram escolhidas tendo em conta a discussão que se sustentou no Capítulo II quando se aprofundou nas especificidades da agricultura como atividade humana e os fatores que influíam na precariedade do trabalho. Entretanto, como já se alertou ao início deste Capítulo, as duas pesquisas sobre as que se trabalhou, não proporcionaram toda a informação quanto teria sido desejável.

No Quadro que figura a seguir se preparou um resumo das relações encontradas entre as variáveis relevadas e os Índices de Precariedade Objetiva e Subjetiva consignando o nível de significância do teste de Chi quadrado que mede a associação entre as variáveis e ao qual se fará referência nesta conclusão ao Capítulo 6.

Quadro N° 51. Associação do Índice de Precariedade Objetiva e do Índice de Precariedade Subjetiva dos Trabalhadores da Tosquia e do Citrus com outras variáveis. Nível de significância do teste de Chi quadrado.

|  | Tosquia      |              | Citrus       |              |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
|  | IPO          | IS           | IPO          | IS           |
| <b>7.1 Variáveis estruturais</b>   |              |              |              |              |
| Idade  | <b>0,000</b> | 0,058        | 0,333        | 0,166        |
| Nível de instrução   | 0,054        | <b>0,028</b> | 0,861        | 0,676        |
| Estado civil   | <b>0,000</b> | 0,266        | 0,194        | 0,184        |
| Moradia  | 0,779        | 0,596        | <b>0,035</b> | 0,450        |
| Necessidades Básicas Insatisfeitas                                       | 0,406        | 0,181        | <b>0,001</b> | 0,321        |
| <b>7.2. Postos de trabalho</b>   | <b>0,000</b> | <b>0,000</b> | 0,056        | 0,056        |
| <b>7.3 Residência</b>  |              |              |              |              |
| Residência do trabalhador  | 0,121        | 0,079        | 0,313        | <b>0,028</b> |
| Localização maquina de tosquia   | 0,838        | 0,749        |              |              |
| <b>7.4. Tipo de empresa</b>  |              |              |              |              |
| Categorias do SUL  | 0,176        | 0,256        |              |              |
| Segundo cada empresa citrícola   |              |              | 0,105        | <b>0,000</b> |
| Por Departamento (empresas citrícolas)                                   |              |              | <b>0,048</b> | <b>0,000</b> |
| Empresas tosquia conforme ganham ou perdem clientes                      | 0,567        | 0,679        |              |              |
| Empresas tosquia conforme sejam renda principal ou secundária empresário | 0,860        | 0,136        |              |              |
| Momento em que empresário tosquia informa a remuneração                  | 0,816        | 0,547        |              |              |
| <b>7.5. Mudanças técnicas</b>  |              |              |              |              |
| Empresas tosquia conforme acondicionam ou não                            | 0,985        | 0,083        |              |              |
| Empresas tosquia estendem safra ou não                                   | 0,213        | 0,894        |              |              |
| Trabalhadores assistem a instâncias de capacitação trabalhista           | <b>0,000</b> | <b>0,038</b> | <b>0,009</b> | <b>0,005</b> |

Fonte: elaboração própria

No caso dos trabalhadores da tosquia, a associação mais forte detectada é a que vincula os índices de precariedade objetiva e subjetiva com os postos do bloco. Os tosquiadores, que como se disse são quase a metade dos trabalhadores dos blocos, são os trabalhadores que ostentarão os melhores níveis de inclusão e também os que demonstram estar mais satisfeitos com seus trabalhos. Algo similar passa com os trabalhadores que ocupam o posto de ensacador. Em troca, entre os *acondicionadores*, os *velloneros*, os varredores e os alcançadores, há uma maior proporção de trabalhadores excluídos e

encontram pouca satisfação em suas tarefas. Algumas categorias como os cozinheiros e os agarradores têm um comportamento difícil de explicar possivelmente associado à heterogeneidade de sua composição social.

A conclusão é que os tosquiadores dada sua capacitação e especialização constituem um ofício e nele se sentem mais satisfeitos e mais inseridos que outros companheiros do bloco. Esta situação influirá sobre outras variáveis que estão associadas ao posto que se ocupa no bloco: a idade, o nível de instrução, o estado conjugal, e a capacitação do trabalhador, conforme surge do quadro, também estão associadas aos índices de precariedade objetiva e subjetiva. Quando se explora a relação entre as variáveis estruturais dos trabalhadores e a situação de precariedade do trabalho se observa que três destas variáveis: a idade, o nível de instrução e o estado civil têm algum nível de associação com o Índice de Precariedade Objetiva e Subjetiva dos trabalhadores da tosquia. Os trabalhadores melhor inseridos em seu trabalho e socialmente, são trabalhadores de idade média, casados ou juntados e com melhores níveis de instrução, enquanto que os trabalhadores mais precários e insatisfeitos são, ou mais jovens, ou mais velhos, solteiros ou sem família e que somente completaram primária.

Estas diferenças possivelmente se vinculam ao fato de que o bloco de tosquia é um conjunto estruturado de trabalhadores, que ocupam distintos postos de trabalho e onde há uma carreira de trabalho: começa-se de muito jovem por certos postos, progride-se ao posto mais cobiçado de tosquiador, ao qual se chega a uma idade média e se termina a carreira trabalhista em postos de menor qualificação e exigência física. Como a tosquia é um processo de trabalho no que a velocidade (e portanto a remuneração de todos e de cada trabalhador) está dada pela destreza dos tosquiadores não é recomendável que esses postos os ocupem

trabalhadores muito jovens (sem experiência), ou muito velhos (com menos energia e rapidez). Por outro lado, as variáveis empregadas para construir os índices de precariedade objetiva ou subjetiva também estão vinculadas aos postos de trabalho, como se viu ao vincular mas acima. Em consequência, a explicação que pareceria mais plausível é que a idade, e por consequência, o nível educativo e o estado civil associados à idade, encontram-se vinculados aos índices de precariedade através dos postos de trabalho que ocupam.

Também se encontrou associação entre os índices de precariedade objetiva e subjetiva e a assistência aos cursos de capacitação que oferece o Secretariado Uruguaio de Lã. Mas novamente, é possível que esta associação esteja vinculada aos postos de trabalho. Em efeito, em ditos cursos se ensinam as técnicas de tosquia Talli-Hi e também a acondicionar a lã. Os que passam por estes cursos ficam habilitados para ser tosquiadores e para trabalhar nas mesas de acondicionado da lã. Por isso é claro que deveria haver e há uma relação entre ambas as variáveis. Entretanto, ao analisar o sentido da relação entre ambas as variáveis é conveniente ter em conta que não todos os que desempenham estes postos passaram pelos cursos do SUL, e que alguns trabalhadores tendo passado pelos cursos ainda não puderam ocupar estes postos de trabalho. Isto poderia explicar algumas inconsistências dos resultados.

É interessante refletir sobre o sentido desta associação. Em primeiro lugar, do lado dos trabalhadores aqueles que se preocupam e se interessam por capacitar-se possivelmente sejam trabalhadores que aspiram a melhorar sua posição no bloco e a melhorar sua capacidade de negociação frente aos maquinistas. Pelo lado dos empresários (que devem selecionar, estimular e autorizar aos trabalhadores a assistir aos cursos apesar de que não se fazem na temporada de tosquia) é um indicador de que aspira a melhorar a qualidade de seu bloco e do trabalho que faz: também indica que está “apostando” em um trabalhador, e que se sair bem

do curso, espera podê-lo reter e lhe dar trabalho em seu bloco. Em síntese, cada um a sua maneira, empresário e trabalhador, têm na tosquia um projeto e estão investindo nele. Portanto, não todos os trabalhadores irão, nem todos os empresários enviarão aos trabalhadores a capacitar-se. Em segundo lugar, como já se explicou os cursos do SUL não só ensinam uma técnica de tosquia, mas sim também são cursos de disciplinamento da força de trabalho. Portanto, aqueles que os terminam, possivelmente entendam melhor o trabalho que estão fazendo e o sentido de pertencer a um bloco. Se persistir no emprego possivelmente seja um sujeito que esteja mas de acordo com a tarefa que realiza. Todos estes elementos explicam algumas das razões pelas quais é possível prever associação entre ter assistido aos cursos do SUL e ter melhores níveis de inserção e satisfação no trabalho.

Fica agora por comentar, a ausência de associação entre os índices de precariedade objetiva e subjetiva com as demais variáveis que aparecem no quadro superior. Em primeiro lugar, os índices de precariedade objetiva e subjetiva dos trabalhadores da tosquia não se associam (são independentes) de outras variáveis estruturais, como a propriedade da moradia e o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas. Em realidade, de se esperar seria que houvesse uma forte associação no sentido da maior Índice de Precariedade Objetiva, maiores índices de moradia não própria e do NBI. ¿Como se explica esta independência? A falta de associação pode explicar-se através da política de promoção da moradia rural levada a cabo do Estado pelo programa MEVIR e por outras Políticas de Bem-estar promovidas pelo Estado uruguaio em áreas urbanas e rurais.

Em segundo lugar, a ausência de associação entre os índices de precariedade objetiva e subjetiva com o lugar de residência dos trabalhadores, ou com as máquinas de tosquia agrupadas por regiões do país, ajudam a explicar porquê os trabalhadores da tosquia não se

deslocam no território em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Em terceiro lugar, os índices de precariedade objetiva e subjetiva não se associam com nenhuma das quatro variáveis selecionadas para caracterizar o tipo de empresa de tosquia. Como se explicou as empresas de tosquia são pequenas empresas que não têm mais de 20 trabalhadores, estando fortemente moldadas pelas características do maquinista. Talvez o mais surpreendente é que não se constatou associação com a categorização de empresas que leva a cabo o SUL. Em realidade para construir estas categorias, o SUL têm em conta critérios referidos à qualidade do trabalho que realizam, e não tem em conta nenhum critério referido à mão de obra do bloco. Quando se agrupou às empresas de tosquia segundo outros critérios como empresas em expansão ou em retração e a dedicação do maquinista à empresa tampouco houve associação. Um último grupamento destinado a medir o grau de controle do maquinista sobre os trabalhadores, tampouco mostrou associação com os índices de precariedade. Em síntese, é preciso concluir que o tipo de empresas de tosquia não se associa com a precariedade dos trabalhadores, ao menos com os agrupamentos de empresas que é possível construir a partir de quão variáveis releva a pesquisa de maquinistas.

Tampouco se encontrou associação quando se agrupou as empresas conforme tivessem instrumentado dois tipos de câmbios técnicos que se supunha que podiam ter influência na precariedade dos trabalhadores: a realização ou não de acondicionamento da lâ e a extensão (ou não) do período de safra. É possível, que esta última não mostre associação porque ainda são poucas as máquinas que estenderam o período de safra. Quanto ao acondicionamento, não há associação com o índice de precariedade objetivo, mas há uma débil associação com o índice de satisfação. Carece-se de uma interpretação destes resultados.



No caso dos trabalhadores do citrus a variável que mais contribui a explicar os índices de precariedade objetiva e subjetiva é a localização das empresas citrícolas. A associação desta variável é máxima com o Índice de Satisfação mas também os é aos 0,048 de significância com o Índice de Precariedade Objetiva. Em forma muito parecida à variável empresa se associa a ambos os índices. BULLONI (2004) demonstrou que nas empresas salteñas se recolhem elementos da cultura e das relações trabalhistas, anteriores à fase exportadora da citricultura uruguaia, quando o grosso da produção era destinado ao mercado interno. Segundo esta autora, perdura nestas grandes empresas salteñas um padrão de baixo investimento em investigação na fase agrária, relações de subordinação formal ou patrimonial dos pequenos plantadores, a persistência no uso de técnicas de colheita que diminuem a produtividade do trabalho e por consequência os ganhos dos trabalhadores, o qual se manifesta em uma maior insatisfação destes e menor identificação com seu trabalho e com a empresa, com elevados índices de conflitividade. As empresas em Paysandú são mais novas, integradas verticalmente, com maior coerência entre todos os elos da cadeia produtiva. As técnicas de colheita são mais modernas, tendentes a aumentar a produtividade e cuidar a qualidade da fruta. Os ganhos dos trabalhadores também são maiores o qual se reflete em uma maior satisfação dos trabalhadores com a empresa e com a relação trabalhista.

A terceira variável que mostra associação com os índices de precariedade é a capacitação dos trabalhadores. No caso do citrus, os coletores podem (ou não) receber da própria empresa capacitação para realizar sua tarefa. Esta variável se associa mais estreitamente com o Índice de Precariedade Subjetiva que com o Índice de Precariedade Objetiva e o sentido é que os mais satisfeitos se encontram nas empresas que brindam esta capacitação. Entretanto, é possível pensar que, em realidade, a associação é novamente com a variável empresa, já que algumas empresas cuidam mas sua relação com os trabalhadores,

sendo uma das formas de fazê-lo, lhes brindar capacitação. Esta redundaria em uma maior satisfação dos trabalhadores com seu trabalho.

A quarta relação em que também se encontrou associação, foi entre o Índice de Precariedade Objetiva dos coletores e a posse da moradia e as Necessidades Básicas Insatisfeitas. A diferença dos trabalhadores da tosquia, as condições de precariedade no emprego dos coletores influem na insatisfação de suas necessidades básicas.

Por último se destaca que outra relação que também mostra associação é a que vincula a satisfação dos trabalhadores do citrus com sua distribuição no território e o faz no sentido de que os trabalhadores mais insatisfeitos são os que residem nas cidades e os mais satisfeitos são os que residem em pequenos povoados rurais e no campo. Este resultado e os anteriores reafirmam o que foi dito de diversas maneiras: que os trabalhadores do citrus em sua maioria são trabalhadores urbanos parados que devem ir à colheita (e/ou a outras atividades rurais) porque não têm outra alternativa e não porque estejam particularmente interessados em fazê-lo.

Uma variável com a que se encontrou uma débil relação vinculada aos índices de precariedade é a prolongação do contrato de trabalho além da colheita. Embora a reação esperada seria que os trabalhadores a quem lhes prolonga o contrato de trabalho estivessem mais satisfeitos e ostentassem menos precariedade objetiva, os resultados não permitem confirmar estas tendências.

Finalmente, cabe comentar brevemente, que para os coletores do citrus, as variáveis não se associam com os índices de precariedade são as variáveis de caráter mais estrutural:

idade, nível de instrução e estado civil. Tampouco se encontrou associação entre o Índice de Satisfação e a posse de uma moradia e a satisfação das necessidades básicas.

## **CAPITULO 7**

### **RESUMO E CONCLUSÕES**

Ao iniciar este Capítulo final é conveniente recordar qual foi o ponto de partida. Nosso interesse específico foi o de analisar o trabalho precário no campo uruguaio. Este propósito, não pode separar-se de um objetivo mais geral, o qual foi discutir em termos mais gerais em que consiste o trabalho precário. As conclusões às que chegamos e que agora resumiremos e precisaremos neste capítulo final, não podem ir além dos estudos de caso que se analisaram, embora possam sugerir hipótese para orientar novos estudos, abrangendo populações mais amplas de trabalhadores e cujos resultados poderiam assim ter maior grau de generalização.

Agora bem, o objetivo a que se propôs esta investigação surgiu como consequência do incremento ocorrido nas diferentes formas de trabalho precário, tanto no trabalho rural, como no trabalho não rural. Em realidade, a abundante bibliografia revisada mostra que a grande mudança na análise do trabalho, que ocorre nas última décadas do século XX, é o crescente abandono das formas salariais típicas (que implicavam contratos por tempo definido, unicidade de empregador, cobertura e amparo social do trabalhador, rendas suficientes e a construção da identidade social do trabalhador a partir do trabalho), por formas de emprego e/ou de ocupação atípicas nas que com muita frequência ocorriam além situações de precariedade do trabalho.

A crescente substituição das formas típicas de emprego pelas formas atípicas, chegou a tal grau que em alguns países, ou em certos setores da produção ou nos serviços, ou em certos grupos sociais (como os jovens), as formas atípicas e precárias são as que mais abundam. Isto

tem feito que o estudo e a compreensão acabada destas formas de emprego, alcance hoje uma importância que não a tinha quando os empregos atípicos (nos países desenvolvidos) não passavam de um décimo da força trabalhista. É certo também, que nos países subdesenvolvidos as formas atípicas de emprego foram muito importantes. Mas, se pensava que eram formas transitórias de organização do mercado de trabalho das economias subdesenvolvidas para o desenvolvimento.

Entretanto, através dos anos, os mercados de emprego dos países subdesenvolvidos não tendiam a melhorar e ainda pioravam, dando lugar a situações de maior precariedade. Quando nas últimas décadas do século XX, este processo começou a estender-se aos países desenvolvidos, fez-se evidente que era preciso pensar o problema do trabalho atípico e precário de maneira distinta.

Um primeiro passo nesta direção, consistiu em tratar de ficar de acordo em torno do significado do trabalho precário. Logo foi evidente a "polisssemia" do termo. Enquanto os acadêmicos canadenses preferem denominar como emprego "não standard" a aquele que se separa do emprego típico definido mais acima, os norteamericanos se referem a ele mas bem como emprego "contingente". Entretanto, estes dois termos tampouco designam exatamente as mesmas coisas: enquanto o emprego "não standard" é aquele que se separa da situação na qual o trabalhador trabalha o ano completo com um único empregador, tem amplos benefícios sociais, e espera continuar a relação trabalhista indefinidamente, por emprego "contingente" se entendem diferentes situações estruturadas ao redor da idéia de permanência no trabalho. Os trabalhadores contingentes são aqueles que têm empregos temporários de menos de um ano de duração, podendo ou não incluir os trabalhadores por conta própria (self employed).

Na América Latina, se estudaram as ocupações precárias com diferentes enfoques: os trabalhadores temporários da agricultura, os trabalhadores do setor informal urbano, os por conta própria, etc. Mas em geral, estes estudos descrevem estas categorias, classificam e quantificam a quem as integra, mas acrescentam pouca luz a respeito da construção conceitual do trabalho precário.

Entre os autores europeus é onde se encontra um maior desenvolvimento conceitual e empírico desta categoria. Embora, estudos realizados para a Comunidade Económica Europeia mostraram que o uso e o conteúdo do conceito difere segundo países, é neste âmbito que se pode encontrar uma discussão mais rica sobre o trabalho precário.

Robert Castel defendeu que a deterioração da sociedade de pleno emprego produziu uma nova questão social representada pelo desemprego, o emprego instável, e o emprego precário, que não só causa dificuldades económicas às pessoas que os padecem, mas também dificultam a integração social. O trabalho estável também proporciona uma identidade social e portanto, sua ausência produz desintegração e anomia. Esta situação ocorre especialmente quando os trabalhadores terminam instalados em forma permanente na precariedade: sua vida de trabalho se transforma em uma sucessão de empregos instáveis, alternando com períodos de desemprego que os conduzem a uma cultura do aleatório e do fugaz. Esta nova questão social, segundo Castel (1997), não é um processo marginal mas, pelo contrário, é central à forma de produção e reprodução do capitalismo em sua etapa atual.

G. e J. Rodgers (1992) são quem forneceram uma definição operativa sobre o trabalho precário que foi amplamente utilizada em diversos estudos. Segundo eles, são precárias as ocupações que reúnem quatro características: são contratos por um período de tempo definido,

geram ganhos insuficientes para a reprodução social, carecem de uma adequada proteção social e não permitem que o trabalhador tenha um adequado controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho.

Entretanto, as definições empregadas até agora, e em especial a de Rodgers, não têm em conta a perspectiva do próprio trabalhador. Além da situação de precariedade da relação que o trabalhador possa experimentar com seu emprego, também é necessário considerar a relação que o trabalhador estabelece com o trabalho que realiza. Porque o trabalho pode ser tanto fonte de satisfação e de realização pessoal, como ocasião de sofrimento tanto físico como moral. Em efeito, um trabalho pode não ser precário, quer dizer reunir todas as condições de um emprego típico e entretanto conduzir a situações de insatisfação tais que o trabalhador termina renunciando a ele. Portanto, conforme propõe Paugam (2000), para definir um trabalho como precário é preciso referir-se à dupla vertente da relação do trabalhador com o emprego e da relação com o trabalho. Desta maneira, é possível construir uma definição de trabalhador precário dizendo que, será trabalhador precário aquele que se encontre em uma relação precária com seu emprego e/ou também aquele que sinta que sua relação com o trabalho é insatisfatória.

Na medida em que as situações de precariedade trabalhista possivelmente não se distribuam nem homogênea nem aleatoriamente, atingindo em maior proporção a certos grupos sociais como os mais jovens, os mais velhos ou às mulheres, esta situação reformula a estrutura social. O trabalho precário se transforma assim em um poderoso instrumento que redefine as relações entre os grupos sociais e recoloca a uns e a outros em diferentes relações de poder. Cabe ainda afirmar que possivelmente a precariedade conduza, nos casos em que é permanente, a uma redefinição da identidade do indivíduo e de sua (de)integração social.

No Capítulo 1 se chegou à construção de uma definição satisfatória do que se entende por trabalho precário: um trabalhador será precário quando em sua relação de trabalho se combinem tanto fatores objetivos como subjetivos. **Ser** precário será assim uma combinação de **sentir** a precariedade e **estar** na precariedade. Da perspectiva subjetiva, a precariedade do trabalho depende da satisfação do trabalhador com o produto de seu trabalho, com as rendas que este lhe proporciona e com o entorno de trabalho. Da perspectiva objetiva, precárias são as ocupações que: 1. São por um período de tempo definido. 2. Geram rendas insuficientes para a reprodução social do trabalhador, sendo esta característica social e culturalmente determinada. 3. Carecem de uma adequada proteção social, dada pela cobertura social que segundo a legislação ou a prática consuetudinária lhe corresponde receber aos trabalhadores. 4. Não permitem que o trabalhador tenha um adequado controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho.

Construída esta definição, o passo seguinte foi tentar dimensionar esta categoria para o caso dos trabalhadores agrícolas do Uruguai, recorrendo aos censos de população e agropecuários mais recentes e à única pesquisa de lares rurais existente (2000).

Os resultados foram pouco satisfatórios, entre outras razões, porque a pesquisa de lares rurais define o trabalho precário de uma maneira diferente à proposta por esta investigação. Ainda assim, se estabeleceu que os trabalhadores precários com residência rural oscilaram entre 31% e 33% dos ocupados. Com a intenção de chegar a uma estimativa mais precisa do trabalho agrícola precário, buscaram-se as dimensões de cada uma das variáveis que o compõem, na informação secundária existente. Assim, se pôde estabelecer que os trabalhadores que têm contratos por tempo definido são 3% dos que residem no meio rural



disperso e 8% dos que residem em populações de menos de 5000 habitantes. Também se estimou que a pobreza alcançou 23% das pessoas com residência rural e que quanto à proteção social não têm cobertura de saúde entre 42% dos trabalhadores agrícolas assalariados e 56% da população com residência rural (segundo as fontes que se empreguem).

Em resumo, contemplados do ponto de vista do dimensionamento da importância do trabalho agrícola precário os resultados, embora forneçam uma orientação, não foram satisfatórios. Pôde-se concluir que possivelmente ao menos um terço dos trabalhadores agrícolas estão nesta condição, mas tendo em conta as amplas margens de variação que mostraram os resultados, esta conclusão deveria ser dirigida com precaução.

A revisão das fontes entretanto, permitiu saber algumas coisas mais no sentido de compreender melhor quem são estes trabalhadores agrícolas precários. Por exemplo, se encontrou que o trabalho precário nas áreas rurais é entre três e cinco pontos maior que nas áreas urbanas. Que os trabalhadores precários se concentram em maior proporção nos lares mais pobres. Que os trabalhadores não permanentes (eventuais) têm maior presença nos lares mais pobres e nas localidades pequenas e na atividade da criação do gado. Que nos lares mais pobres da área rural há maior presença de trabalhadores safrais, mais rendas de origem agropecuária, maior proporção de chefes de lar jovens e é mais provável que residam em povoados do interior. Que em matéria de proteção social, medida através da cobertura de saúde, 42% dos trabalhadores agrícolas assalariados carecem dela e portanto não estão legalmente inscritos como trabalhadores e não gozam de outros benefícios que outorgam as leis trabalhistas sendo, ao menos por ação desta variável, trabalhadores precários.

O Capítulo 5 está dedicado a provar a hipótese central desta investigação: que apenas

uma definição do trabalho precário deve compreender tanto os vínculos objetivos que o trabalhador estabelece com seu emprego, como os vínculos subjetivos que o trabalhador estabelece com a tarefa que leva a cabo. Como foi observado nos parágrafos anteriores, esta hipótese não tinha podido ser fundamentada a partir da informação secundária disponível, tanto pela incompatibilidade da informação recolhida pelo sistema estatístico nacional, como pelas diferentes definições empregadas de trabalho precário, como pela ausência de informação sobre a satisfação que os trabalhadores experimentam de sua relação com o trabalho.

Portanto, o trabalho empírico desenvolvido no Capítulo 5 é o que permite verificar a hipótese assinalada. A investigação tomou dois estudos já realizados sobre trabalhadores agrícolas safrais. Um foi realizado pelo autor no ano 2001: uma investigação sobre os trabalhadores da tosquia dos ovinos em todo o país, a partir de uma amostra de 610 casos que é representativa do universo. O outro estudo foi realizado em 1996, por outros investigadores, a trabalhadores da colheita do citrus sobre uma amostra representativa (com 329 casos) dos trabalhadores de seis empresas citrícolas de Salto e Paysandú que representam 80% da produção do país.

Os dois estudos estavam dirigidos a obter uma razoável descrição da situação destes trabalhadores através de variáveis demográficas, de residência, condições de vida e de trabalho, etc., e a compreender tanto as relações que o trabalhador estabelece com seu emprego como a medir (em algum grau) a satisfação com seu trabalho. Por isso, embora ambos os estudos tenham sido desenhados para responder a um conjunto mais amplo de preocupações, também puderam ser utilizados para verificar a hipótese assinalada.

A isso devemos adicionar que em ambos os estudos se incluiu uma identificação das empresas às que pertenciam os trabalhadores, o qual permitiu desagregar subconjuntos identificando as empresas contratantes. No caso do estudo dos trabalhadores da tosquia, também se realizou uma pesquisa com empresários maquinistas. Ambas as bases, a da pesquisa com trabalhadores e a da pesquisa com maquinistas são compatíveis, o qual permitiu (quando foi necessário) aprofundar muito mais na importância do vínculo empresa-trabalhador, para discutir os elementos que intervêm na conformação da precariedade. Estes aspectos, se desenvolveram no sexto capítulo e são resumidos páginas adiante neste capítulo final. Adicionemos que, no caso dos citrus, o estudo dos coletores formou parte de uma investigação muito mais ampla, de uma equipe universitária e que nela há abundantes referências às características das seis empresas citrícolas resenhadas. Este conhecimento foi utilizado nesta investigação.

Nos refiramos novamente ao contexto geral do trabalho e do emprego agrícola no Uruguai, para enquadrar o resumo das conclusões sobre o trabalho agrícola precário. A População Economicamente Ativa no Ramo 1 (agricultura, silvicultura, caça e pesca) no Uruguai foi estimada em 147.515 pessoas no Censo de 1996. Delas 74.034 eram trabalhadores agrícolas assalariados. Apesar dos evidentes sub-registros em que se incorre ao estimar a quantidade de trabalhadores assalariados agrícolas permanentes ou safrais, não cabe dúvida de que os primeiros são muitos mais que os segundos. De modo que a imagem que o leitor deve imaginar, é o de um contexto no qual no trabalho assalariado agrícola predominam os trabalhadores permanentes, mas também há uma quantidade (difícil de precisar mas não desprezível) de trabalhadores safrais. Uma questão diferente é quando ademais quer saber quantos trabalhadores assalariados agrícolas são precários, porque sem dúvida muitos trabalhadores permanentes também são precários.

Voltemos brevemente para dados que já proporcionamos acima, que emergem do único estudo que permite vislumbrar modestamente esta situação. Na Pesquisa de Lares Rurais de 2000 se encontrou que 33% da PEA revestia condições de precariedade. Por outro lado a mesma fonte anota que só entre 3% e 8% da PEA são trabalhadores não permanentes. Isto significa que ao redor de 20% da PEA agrícola apresenta caráter de trabalhador permanente mas reúne as condições de trabalhador precário <sup>96</sup>.

Em síntese, as duas investigações que estamos a ponto de resumir, focalizam-se nos trabalhadores safrais e portanto na definição mais estrita do termo são precários (embora tenham diferentes níveis ou graus de precariedade).

Mas queremos deixar assentada a idéia de que há outra proporção de trabalhadores agrícolas, tanto ou mais importantes (em quantidade) que os trabalhadores safrais, que sendo trabalhadores agrícolas permanentes também apresentam condições de precariedade. Esta investigação não pode dizer nada deles. Só se pode sugerir que é um fértil campo de indagação futura.

Focalizemos agora sobre os dois estudos mencionados e comecemos pela conclusão final. A análise do material empírico demonstra, a nosso juízo em forma suficiente, que o significado do trabalho precário se enriquece e se compreende melhor, se se tiverem em consideração tanto os aspectos objetivos como os subjetivos, da relação de trabalho. Em efeito, se se tivessem tomado somente os indicadores que medem em forma objetiva a

---

<sup>96</sup> Se se tomar um só indicador como a cobertura de saúde a proporção de trabalhadores assalariados agrícolas (permanentes e safrales) que não a têm é de 42% portanto este subconjunto de trabalhadores agrícolas permanentes mas precários, poderia ser maior.

precariedade da relação entre o trabalhador e seu emprego, deixou-se de perceber que uma proporção daqueles que são identificados como precários por este indicador, estão satisfeitos (5%) ou relativamente satisfeitos (38%) com a relação que têm com seu trabalho, para o caso dos trabalhadores da tosquia. O mesmo argumento se pode esgrimir para os trabalhadores do citrus: uma proporção de 6% dos trabalhadores do citrus que são identificados como precários pelos indicadores objetivos de uso mais freqüente, estão satisfeitos com o trabalho que realizam, e 19% estão relativamente satisfeitos.

Também se pode fazer notar que dos poucos trabalhadores da tosquia que foram classificados como trabalhadores inseridos (11,5% do total), 22% estão insatisfeitos e 28% estão só relativamente satisfeitos com seu trabalho. Algo similar se pode mostrar para os trabalhadores da colheita do citrus mas com níveis de insatisfação (15%) e de insatisfação relativa (61%) mais elevados, ainda entre os que foram definidos como trabalhadores inseridos.

Em síntese, analisar a precariedade do trabalho assalariado (agrícola em nosso caso) só da perspectiva dos indicadores de precariedade objetiva (como é o habitual) omite explicitar como o trabalhador **sente** sua relação com o trabalho. Utilizar só uma medida de satisfação do trabalhador com seu trabalho, impede a comparação da situação objetiva da precariedade desse trabalhador em comparação com outros trabalhadores e com as condições do mercado de trabalho em que se desenvolve e a sociedade em que vive. Combinar os dois indicadores parece a maneira mais acertada de medir e compreender o trabalho precário.

A combinação dos dois indicadores (cada um com quatro categorias), abriu um espectro de dezesseis categorias de precariedade trabalhista cuja síntese se fez necessária para

obter sentido. Desta maneira se construíram quatro grandes categorias de precariedade. Na primeira delas, se incluíram todos os trabalhadores que se sentem satisfeitos e parcialmente satisfeitos com a relação que têm com seu trabalho e que além disso, estão inseridos e parcialmente inseridos em relação com seu emprego. No outro extremo, se construiu uma categoria que reuniu todos os trabalhadores que se sentem insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos em sua relação com o trabalho, e além disso, estão excluídos ou parcialmente excluídos pela relação com o emprego. Depois se construíram duas categorias intermediárias: os que estão inseridos e parcialmente inseridos mas estão insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos, e os que estando satisfeitos e parcialmente satisfeitos estão excluídos ou parcialmente excluídos por sua relação com o emprego. No quadro seguinte, se resumem os resultados desta categorização para os dois estudos de caso.

Quadro 52. Resumo. A precariedade do trabalho dos trabalhadores safras. Em % do total de trabalhadores

|   | <b>Trabalhadores da tosquia</b> | <b>Trabalhadores coletores citrus</b> |
|---|---------------------------------|---------------------------------------|
| Satisfeitos e parcialmente satisfeitos, inseridos e parcialmente inseridos        | 18,1                            | 17,0                                  |
| Inseridos e parcialmente inseridos mas insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos | 17,2                            | 41,5                                  |
| Excluídos e parcialmente excluídos mas satisfeitos e parcialmente satisfeitos     | 30,0                            | 10,5                                  |
| Excluídos e parcialmente excluídos e insatisfeitos e parcialmente insatisfeitos   | 34,7                            | 31,0                                  |
|   | 100<br>(557)                    | 100<br>(277)                          |

Fonte: Elaboração própria

Como se observa, a distribuição de ambas as amostras têm coincidências e diferenças. A proporção de ambas as amostras são similares em suas categorias extremas; mas são diferentes na distribuição de suas categorias intermediárias. Estas diferenças se podem sintetizar, dizendo que os trabalhadores da tosquia embora tenham condições objetivas de precariedade um pouco maiores, têm também, e apesar disso, uma relação mais satisfatória com seu trabalho. Em troca, os trabalhadores do citrus, que têm uma relativamente melhor inserção objetiva na relação com seu emprego, encontram muito pouco satisfatória a relação que mantêm com seu trabalho.

Em outras palavras, os coletores do citrus apesar de que têm relações de contratação melhores que seus pares tosquiadores, porque têm mais estabilidade e melhor cobertura social, têm mais trabalhadores com piores rendas e um vínculo insatisfatório com sua tarefa, o qual incide depois fortemente na insatisfação experimentada na relação com seu trabalho. Os tosquiadores em troca, têm mais trabalhadores instáveis e menos cobertura social, mas as melhores rendas unidas a melhores vínculos de sociabilidade no interior do bloco e a perspectiva de uma melhoria através de uma carreira trabalhista no bloco, incidem em que se sintam mais satisfeitos em sua relação com o trabalho. É a diferença, insistimos, entre um trabalho safral que tende a constituir-se em um ofício (ser tosquiador) e um bico de caráter safral (ser coletor).

A conclusão do parágrafo precedente é uma das principais desta investigação. Resumamos agora para o leitor, deste Capítulo final, alguns elementos que caracterizam cada uma das duas cadeias produtivas e em especial os trabalhadores safrais que nelas intervêm. Uma mais ampla e detalhada descrição se encontrará nos capítulos respectivos.

Tanto a cadeia de produção de lã ovina como a citrícola são melhor compreendidas como Complexos Agroindustriais, embora com diferenças entre eles. O CAI da lã tem uma fase agrícola muito dispersa, com milhares de produtores dispersos em todo o país, embora seis departamentos do centro e norte do país concentrem dois terços da produção. Seiscentas a setecentas máquinas de tosquia, ocupando aproximadamente 8.000 trabalhadores, tosquam os doze milhões de ovinos que compõem o curral nacional. Meia dúzia de indústrias, lavam, processam e industrializam a produção nacional de lã, que se exporta em sua maior parte. Um organismo público de direito privado, financiado e dirigido em forma compartilhada com o governo e representantes dos produtores, o Secretariado Uruguaio da Lã, promove e dirige a investigação, a mudança tecnológica e a capacitação de produtores e trabalhadores. Entre os produtores rurais se encontram uma grande variedade de níveis tecnológicos, sistemas de produção e modelos tão empresariais como de produção familiar. Portanto, também variaram interesses e demandas a respeito de como se deve realizar o trabalho da tosquia e os requisitos que lhe impõem ao maquinista, e este a seus trabalhadores.

Na citricultura, pelo contrário, a produção (fase agrícola), o processamento, a exportação e a industrialização local dos excedentes, encontra-se concentrada em doze grandes empresas, das quais seis controlam 80% das exportações e sete das onze empacotadoras, estando localizadas por sua vez ao norte do país, nos Departamentos de Paysandú e Salto. Nas diversas etapas do complexo citrícola se empregam 1500 trabalhadores permanentes e 8500 trabalhadores safrais. Estes últimos, embora se encontrem também nas diversas etapas do complexo se concentram na etapa da colheita.

Portanto, surge uma diferença importante em relação a quem contrata os trabalhadores safrais em cada uma das cadeias produtivas. Na tosquia, entre seiscentas e setecentas



pequenas empresas organizam os “blocos” de tosquia que ocupam a um máximo de vinte trabalhadores cada uma e realizam seu trabalho para 32.000 produtores de lã. No complexo citrícola poucas grandes empresas contratam diretamente centenas de trabalhadores permanentes ou safrais e só em contados casos a mão de obra é recrutada e organizada por empreiteiros trabalhistas.

A organização do trabalho durante a safra é também diferente em um e outro aspecto. Os blocos de tosquia são grupos de trabalhadores, recrutados por um pequeno empresário, proprietário da máquina de tosquia, quem os organiza em torno dos diferentes postos de trabalho de que consta a tarefa: o *agarrador*, os tosquiadores, *velloneros*, *acondicionadores*, ensacadores, varredores, etc. A complexidade da organização trabalhista depende da quantidade de tesouras que tenha a máquina (de uma a oito tesouras) e do tipo de tosquia que se pratica. Na tosquia tradicional, a divisão do trabalho é menor. Na tosquia Talli-Hi, a mais difundida na atualidade, a divisão do trabalho é maior e mais elaborada. Para alguns dos postos de trabalho, em particular tosquiadores e *acondicionadores* se precisa de conhecimentos e destrezas que se transformam em uma porta aberta para o desempenho do cargo. As remunerações, embora sejam por empreitada, têm significados diferentes entre os postos de trabalho. A produtividade de todo o bloco, e por consequência a renda de cada trabalhador, estão determinados pela velocidade dos tosquiadores.

No citrus, em troca, os trabalhadores estão organizados em equipes de dez a trinta trabalhadores sob a supervisão de um capataz. Não há divisão de tarefas. Cada trabalhador realiza sua tarefa sozinho, cortando a fruta, levando-a em uma bolsa especial, até que uma vez cheia, deposita seu conteúdo em caixas que são transportadas até a empacotadora. A tarefa que realiza o coletor é simples e não requer maior capacitação, embora o tratamento

cuidadoso da fruta seja a base para sua posterior conservação. A tarefa do capataz é organizar a equipe e fiscalizar o bom cumprimento da tarefa, para o qual inspeciona especialmente o momento em que o trabalhador deposita a fruta desde seu saco coletor na caixa.

Destaquemos brevemente algumas características sócio-demográficas destes trabalhadores. Adiantemos que ambos os subconjuntos têm semelhanças e diferenças. Os trabalhadores da tosquia têm uma distribuição etária ampla mas a média da população é jovem, com 31 anos de idade. São só varões, a metade são solteiros, as famílias têm 4,15 pessoas por grupo familiar e 56% residem em áreas urbanas. Aproximadamente 70% dos trabalhadores têm moradia própria, e os índices de satisfação das necessidades básicas são muito elevados, já que só 28% dos trabalhadores têm uma ou mais necessidades básicas insatisfeitas.

Entre os trabalhadores do citrus também predomina a juventude, já que 61% tem entre 18 e 30 anos, 92% são varões, e têm um nível de instrução muito baixo. Como nos tosquiadores a metade são solteiros. Mas quanto à residência são muito mais urbanos que seus pares tosquiadores, já que 76% vivem em áreas urbanas em localidades próximas a seus lugares de trabalho. Outra diferença fundamental encontrada foi que 71% destes trabalhadores têm alguma necessidade básica insatisfeita, e que dois terços desta população estão abaixo da linha de pobreza.

Em resumo, os resultados pareceriam mostrar que em ambos os casos nos encontramos com uma população muito jovem, e portanto com muitos solteiros, mas que no caso dos trabalhadores do citrus parecem ser mais urbanos, mais pobres, menos instruídos, com mais dificuldades na moradia e com mais necessidades básicas insatisfeitas. Entretanto,

entre os trabalhadores da tosquia cabe anotar que a distribuição das condições sociodemográficas varia segundo os postos ocupados no bloco: algumas categorias, como os tosquiadores e os ensacadores, têm melhores indicadores de desempenho que os que ocupam outras posições de menor hierarquia. Portanto, nestes aspectos há diferenciação interna no bloco.

O passo seguinte foi, a partir das definições dadas mais acima da precariedade objetiva e subjetiva, construir os Índices de Precariedade Objetiva e de Precariedade Subjetiva para os trabalhadores da tosquia e para os trabalhadores da colheita do citrus, com o fim de determinar sua precariedade. O Índice de Precariedade Objetiva se construiu a partir da combinação de três indicadores: a estabilidade no contrato de trabalho, as rendas (não)suficientes para a reprodução social do trabalhador e a cobertura social avaliada a partir da atenção da saúde. O Índice de Precariedade Subjetiva se construiu a partir de outros três indicadores que mediram a (in)satisfação do trabalhador com as rendas que recebia (em comparação com os que recebeu em outros trabalhos), a (in)satisfação do trabalhador com as condições de sociabilidade no lugar de trabalho, e a (in)satisfação do trabalhador com o risco e o rigor da tarefa.

A construção do Índice de Precariedade Objetiva com os três indicadores mencionados, permitiu construir quatro categorias de trabalhadores precários: os trabalhadores inseridos com um desempenho satisfatório nos três indicadores, os trabalhadores excluídos com um desempenho negativo nos três indicadores, os trabalhadores relativamente incluídos com um déficit em um indicador, e os trabalhadores relativamente excluídos com déficit em dois indicadores. O quadro seguinte resume os resultados e permite comparar o desempenho das duas amostras de trabalhadores.

Quadro 53. Resumo. Índice do Precariedade Objetiva trabalhadores safrais tosquia e citrus

|               | <b>Trabalhadores da tosquia</b> | <b>Trabalhadores coletores citrus</b> |
|---------------|---------------------------------|---------------------------------------|
|               | em % válido                     | em % válido                           |
| Inseridos     | 11                              | 10                                    |
| Com 1 déficit | 24                              | 49                                    |
| Com 2 déficit | 31                              | 33                                    |
| Excluídos     | 34                              | 8                                     |
| Total         | (565) 100                       | (287) 100                             |

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa respectivas.

A análise do quadro anterior permite apreciar vários aspectos de ambas as amostras. Em primeiro lugar, que o comportamento das mesmas se parece em alguns aspectos e difere em outros. Parece que, quanto à proporção de trabalhadores incluídos e os que têm dois déficit, mas são diferentes quanto à proporção de excluídos e com um só déficit. Se se agruparem as categorias, observa-se que entre os trabalhadores da tosquia, excluídos e relativamente excluídos somam 65%, enquanto que entre os coletores só somam 41%. Inversamente, entre os trabalhadores da tosquia os inseridos e relativamente inseridos somam 35% e entre os coletores de ambas as categorias somam 59%. Em síntese, medidos pelo Índice do Precariedade Objetiva, os trabalhadores da tosquia parecem ser mais precários que os trabalhadores da colheita do citrus.

Vejamos agora como se comportou o Índice de Precariedade Subjetiva em cada uma das amostras. Procedamos a construir o mesmo quadro resumo.

Quadro Nº 54. Resumo. Índice de Precariedade Subjetiva em trabalhadores da tosquia e do citrus

|               | <b>Trabalhadores da tosquia</b> | <b>Trabalhadores coletores citrus</b> |
|---------------|---------------------------------|---------------------------------------|
|               | em % válido                     | em %válido                            |
| Satisfeitos   | 5                               | 6                                     |
| Com 1 déficit | 43                              | 21                                    |
| Com 2 déficit | 39                              | 37                                    |
| Insatisfeitos | 12                              | 36                                    |
| Total         | (598) 100                       | (314) 100                             |

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa respectivas.

Novamente, se observa que as duas amostras se comportaram em forma similar em alguns aspectos e em forma diferente em outros. A proporção de satisfeitos é parecida em ambas as amostras e são proporcionalmente relativamente baixas. Mas os trabalhadores da tosquia têm uma escassa proporção de trabalhadores insatisfeitos com seu trabalho, enquanto que, ao contrário, os coletores têm uma alta proporção relativa de insatisfeitos com seu trabalho. Se agruparmos as categorias, observa-se que quase a metade dos trabalhadores da tosquia estão satisfeitos ou relativamente satisfeitos com seu trabalho, mas que só o está um quarto dos coletores. Inversamente, três quartos dos coletores estão insatisfeitos com seu trabalho, enquanto que só uma metade dos trabalhadores dos blocos estão nesta situação.

A situação comparativa de ambas as amostras é então um paradoxo e requer ser interpretada. Sintetizando-a: os trabalhadores da tosquia se localizam em maior proporção em condições de precariedade objetiva que os trabalhadores da colheita do citrus. Entretanto, estão mais satisfeitos que aqueles com o vínculo que estabelecem com seu trabalho. Os coletores do citrus, embora tenham menores níveis de precariedade objetiva em sua relação com o emprego, estão muito mais insatisfeitos na relação que estabelecem com seu trabalho,

com a tarefa que os toca levar a cabo.

A interpretação que se faz destes resultados é que enquanto o trabalho no bloco se aproxima mais à constituição de um ofício, com uma porta de entrada, com uma maior permanência e regularidade por reiteração anual do contrato, com diferenciação de tarefas ao interior do bloco e com algo que se assemelha a uma carreira trabalhista (de varredor a tosquiador), no caso dos coletores de citrus não há possibilidade de constituir um ofício, sendo uma tarefa pouco qualificada, individual e sem perspectivas de progresso.

Uma forma de controlar os resultados obtidos e de reafirmar a interpretação que se fez dos mesmos, foi cruzar o Índice do Precariedade Objetiva e o Índice do Precariedade Subjetiva de cada amostra por outra variável, que mede a intenção dos trabalhadores de retornar à safra no ano seguinte. No caso dos trabalhadores da tosquia os dados mostraram que os trabalhadores mais satisfeitos são os que querem voltar, enquanto que os mais insatisfeitos tendem a não retornar. Ambas as variáveis mostraram além disso um razoável nível de associação estatística. Um comportamento similar se observou entre os coletores do citrus. Quer dizer que a satisfação ou a insatisfação com o vínculo que o trabalhador estabelece com sua tarefa, joga um importante papel na hora de decidir se retornará à mesma o ano próximo. Não se pode dizer o mesmo do Índice de Precariedade Objetiva. Em ambos os casos se encontrou que este Índice não tinha associação estatística com a decisão de retornar ou não à safra no ano seguinte e que portanto não intervêm em dita decisão.

Uma preocupação permanente ao longo de toda esta investigação, foi a de tratar de brindar explicações que permitam compreender melhor as razões pelas quais existe tanto trabalho precário na agricultura. Ela se refletiu em três níveis de análise. Em primeiro lugar,

em tratar de definir quais são as particularidades do trabalho agrícola como atividade humana que promove a precariedade da relação de trabalho, em comparação com o trabalho na indústria ou os serviços. Em um segundo nível, tratou-se de identificar quais variáveis intervêm estimulando a precariedade, e tratando de medi-las a partir de informação secundária para o caso da agricultura uruguaia. Em terceiro lugar, nos dois estudos empíricos de caso, tratou-se de encontrar as relações de associação entre as duas formas de precariedade, a precariedade objetiva e a precariedade subjetiva, com um conjunto de variáveis das que se suspeitava que podiam intervir no desenvolvimento de formas precárias de trabalho.

Corresponde agora, neste capítulo final, resumir e concluir sobre a relação entre o trabalho precário e as variáveis que intervêm em estimulá-lo nestes três níveis. Recordemos em primeiro lugar, quais foram as variáveis que se julgaram que podiam intervir no estímulo à precariedade do trabalho agrícola. Em primeiro lugar, as próprias características da agricultura como atividade humana diferenciada, atada aos ciclos biológicos e a estacionalidade da produção. Depois, se atenderam as diferentes formas nas que se segmentam os mercados de trabalho rurais, e a incidência que isso tem no estímulo à precariedade trabalhista: as segmentações por residência, por sexo e por gerações. Vinculado à residência se debateu o papel da mobilidade dos trabalhadores na precariedade do trabalho. Muito esforço caiu sobre a discussão sobre a mudança tecnológica, os postos de trabalho, e o papel que jogam as empresas contratantes na precariedade do trabalho. Finalmente, cabe também demarcar que se buscaram relações entre as variáveis sócio-demográficas dos trabalhadores e a precariedade trabalhista.

Em primeiro lugar, em um nível de maior abstração, se fazia notar que a atividade humana na agricultura, estava atada à dependência que esta tem dos ciclos biológicos, em

conseqüência da qual existe uma ampla diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho. A conseqüência disto é que se o dono do capital construir seu quadro de trabalhadores a partir da força de trabalho que precisa no momento de máxima demanda, teria que pagar muito trabalho ocioso. Uma das formas em que o capital resolve esta contradição é mediante a contratação de trabalhadores eventuais, nos momentos em que o ciclo biológico pede uma alta demanda de força de trabalho. Os ciclos biológicos também produzem rigidezes que impedem de aumentar a velocidade de rotação do capital. Por isso, as mudanças tecnológicas (como veremos em seguida) tendem a aproximar o tempo de produção e o tempo de trabalho, com o fim de melhorar a velocidade de rotação do capital e a mais-valia conduzindo ambas, a uma maior rentabilidade do capital. A estacionalidade da produção em nossas latitudes, os ciclos diurnos/noturnos e a dependência do clima, também incidem na irregularidade e a descontinuidade da demanda de força de trabalho na agricultura. Todas estas variáveis terminam influenciando em que, o capital agrícola, joga a minimizar a presença dos trabalhadores permanentes e a depender fortemente de trabalhadores eventuais <sup>97</sup>.

É possível afirmar que a segmentação territorial dos mercados rurais de trabalho é um dos principais fatores que incidem no desenvolvimento da precariedade do trabalho agrícola, para o caso uruguaio. Vejamos em que consiste. Por um lado, as formas de contratação dos trabalhadores se acham localmente circunscritas. Como não existe um mercado de trabalho rural a nível nacional, a circulação da demanda de trabalhadores agrícolas se circunscreve às pequenas localidades rurais do interior do país. Nelas, os patrões procuram trabalhadores, através das redes de amizade e de clientela, controlando e discriminando os possíveis

---

<sup>97</sup> Não está de mais recordar, que todos os trabalhadores eventuais são trabalhadores precários. Entretanto também há trabalhadores precários entre os trabalhadores permanentes. Embora se tenta discutir a diferença entre trabalhadores precários e não precários, as restrições da informação disponível fazer que às vezes só se possa discernir entre trabalhadores eventuais e permanentes.



contratados. A circunscrição do mercado de trabalho a uma área local é particularmente efetiva em condições de altas taxas de desocupação registradas nos povoados de menos de 5000 habitantes no Uruguai, as mais altas do país. Esta situação, redonda na escassa capacidade de negociação que terão os trabalhadores rurais nestes mercados de trabalho locais, que os levam a aceitar empregos ainda em condições de extrema precariedade.

A contra-cara desta situação, não é a ausência de mobilidade territorial dos trabalhadores rurais no território uruguaio, a não ser as condições de precariedade em que o fazem. A informação existente pareceria apontar a que, em nosso país, não existem deslocamentos de grandes contingentes de trabalhadores agrícolas como o assinala a bibliografia de estudos realizados em outros países (em particular, na Argentina, no Brasil, no Chile e no México). Sim existem deslocamentos individuais de trabalhadores, em geral dentro do Departamento no qual residem. A mobilidade no território amplifica as possibilidades de precarizar a relação trabalhista. Uma razão é que o trabalhador que procura emprego em localidades afastadas a seu lugar de origem, ao não possuir referências nem respaldos tem escassa capacidade de negociação. A isso também contribui o estar despojado dos suportes afetivos e materiais que lhe brindam suas próprias redes sociais e familiares. Uma terceira razão é que muitas dos benefícios sociais que oferece o Estado e que contribuem a evitar a precariedade, acham-se territorialmente segmentadas e o trabalhador as perde quando sai de seu território. Por último, as condições de vida nos lugares de trabalho, às que tem acesso o trabalhador e as condições de transporte quando deve mover-se do lugar de residência temporária ao lugar de trabalho, costumam ser deploráveis.

Os dois estudos empíricos sobre os trabalhadores da tosquia e os coletores do citrus, permitem aprofundar na relação entre o território (ou a residência no território) e o trabalho

precário. No caso dos trabalhadores da tosquia, se encontrou uma segmentação geográfica deste mercado de trabalho. Encontrou-se que apesar de que a remuneração do trabalho varia com a mudança do território do norte ao sul, os trabalhadores não se deslocam procurando obter uma melhor remuneração. A explicação para este comportamento se acha na forma de contratação: os pequenos empresários da tosquia têm como principal critério para contratar um trabalhador seu comportamento no bloco. Por isso, tendem a contratar trabalhadores que conhecem bem (os que são de seu mesmo povoado) e ainda familiares. Encontrou-se vinculação entre a precariedade do trabalho e a residência dos trabalhadores. Quando se cruzou o Índice do Precariedade Objetiva com o de residência, encontrou-se que os trabalhadores com melhor inserção social vivem nas capitais e entre a população rural dispersa. Os mais excluídos tendem a viver nos pequenos povoados do interior. Um resultado similar se encontrou com o Índice do Precariedade Subjetiva. A explicação destas associações está vinculada ao tamanho dos mercados de trabalho. Os trabalhadores que residem em cidades e povoados maiores, terão outras oportunidades trabalhistas enquanto que os que residem no meio rural disperso são trabalhadores permanentes ou pequenos produtores. Ambos os grupos, escolhem ir à tosquia, e portanto têm níveis de satisfação maiores. Os trabalhadores dos pequenos povoados do interior com altas taxas de desocupação não podem escolher: daí, que alguns optarão por ir à tosquia porque não têm outra alternativa, o qual se reflete depois em maiores taxas de insatisfação.

No caso dos trabalhadores coletores do citrus, também se encontrou associação entre a satisfação que experimentam para seu trabalho e a residência. O sentido da mesma é que os trabalhadores mais satisfeitos, são os que residem no meio rural disperso e nos pequenos povoados rurais. Em troca, estão insatisfeitos com seu trabalho os que residem nas capitais departamentais. A explicação deste comportamento está na caracterização dos coletores como

desocupados urbanos (de Salto e Paysandú) que só encontram trabalho na colheita do citrus. Recorde-se que 77% destes trabalhadores residem nas capitais departamentais. Por isso, seu nível de insatisfação com o trabalho é maior. Em troca, os escassos trabalhadores que têm residência rural dispersa ou em pequenos povoados do interior, acostumados às tarefas agrícolas, não se sentem insatisfeitos com os trabalhos que têm que desempenhar na colheita do citrus.

Uma segunda forma de segmentação dos mercados de trabalho rurais é por gênero. Como foi dito a maior presença das mulheres no trabalho agrícola tem conseqüências sobre a precarização do trabalho: isto ocorre por ao menos três razões. Por um lado, a entrada das mulheres no mercado de trabalho aumenta a oferta de trabalhadores e pressiona os salários à baixa. Por outro lado, a discriminação de certas tarefas vistas como femininas (ou tarefas nas quais as mulheres supostamente têm maior competência) não parecem ter razão real já que a determinação desta qualidade varia segundo as culturas, anulando a pretendida razão “natural”. Por isso, a explicação pareceria residir mas bem na reserva de certos espaços de trabalho para mulheres (e outros para homens) como forma de segmentar os mercados e fazer prevalecer remunerações diferentes. Por último, diversos estudos mostraram que nas tarefas nas quais predominam (ou se reservam para) as mulheres, os supervisores costumam ser homens. A razão para isso é que se tende a reproduzir as relações de dominação patriarcal, no interior da relação trabalhista. Desta maneira, se assegura uma forma de dominação “naturalizada”, que facilita a extensão de relações trabalhistas mais precárias para as mulheres.

Os três efeitos resenhados (major oferta de trabalhadores, segmentação dos mercados e dominação patriarcal), terão como conseqüência uma maior precarização das ocupações, à

medida que se incrementa a presença de mulheres no trabalho agrícola

A análise da informação secundária existente para o trabalho agrícola no campo uruguaio, mostrou que apesar da subvalorização do trabalho feminino que demonstra a informação estatística oficial, se duplicou o trabalho feminino agrícola. Outros estudos sustentam que uma parte importante da melhoria nas rendas dos lares rurais mais pobres nas últimas quatro décadas do século XX, se deve à contribuição das mulheres rurais que se incorporaram ao mercado de trabalho. Infelizmente, os dois estudos de caso que se fazem nesta investigação não podem contribuir a esta discussão devido à total ausência de mulheres nos blocos de tosquia e à escassa presença de mulheres entre os coletores do citrus. Entretanto, esta última constatação deve chamar a atenção para afirmações que se fazem com freqüência no sentido de que as mulheres estariam participando ativamente nas cadeias produtivas agroindustriais em particular na fruticultura, a horticultura e o reflorestamento. Embora estudos feitos em outros países destacaram este fato, não existe em nosso país informação comparável. Sabe-se que a presença do trabalho feminino é importante nas fábricas empacotadoras de fruta, mas só em certas tarefas e não em todas as situações. São necessários mais estudos de caso com uma perspectiva de gênero, e uma melhoria na coleta de informação estatística secundária, para poder conhecer cabalmente a situação do trabalho agrícola feminino em nosso país.

Em sua forma mais abstrata, o trabalho infantil também deve ser entendido como uma forma de segmentar o mercado de trabalho. Por um lado, se reservam certas tarefas para os meninos, por outro as remunera pior porque se reproduz a relação de assimetria com o adulto contratante. A conseqüência é a competição desta forma de trabalho com os trabalhadores adultos com tendência a incidir nos salários. No caso do trabalho agrícola do campo uruguaio

é preciso fazer notar duas coisas: por um lado que o trabalho infantil no campo, embora frequentemente ignorado, existe. Por outro lado assinalar que possivelmente existe, mais como problema social, que como forma de incidência sobre o mercado de trabalho. A informação secundária mostra que a taxa de atividade dos meninos rurais de 10 a 13 anos oscila entre 7% e 17%, pelo qual não teria muita incidência sobre o mercado de trabalho. Em realidade, o trabalho infantil rural, parece mas bem uma estratégia das famílias pobres para melhorar suas rendas, que uma estratégia do capital para deprimir o mercado de trabalho. Quanto aos estudos de caso, só no estudo dos trabalhadores da tosquia se relevou esta informação, encontrando-se pouco trabalho infantil, embora sim uma história dos trabalhadores pesquisados na qual uma proporção importante dos mesmos (43%) tinham começado a trabalhar antes dos 14 anos, embora não se saiba com quanta intensidade.

Vários autores, mas principalmente Paugam (2000), fizeram notar o importante papel que joga o tipo de empresa na precarização da relação de trabalho. Em particular, Paugam que está interessado nos aspectos subjetivos da precariedade, insiste em que o “estado de espírito” que domina nas empresas, incide em como o trabalhador sente sua relação com o trabalho. Em empresas que estão passando por dificuldades econômicas, que estão reduzindo seu quadro de trabalhadores ou cujo futuro é incerto, é de se esperar uma maior insatisfação do trabalhador com seu trabalho. No caso do campo uruguaio como já se fez notar coexistem dois grandes tipos de empresas agropecuárias: os empresários rurais e os produtores familiares. Os primeiros são os que contratam a maior parte dos trabalhadores assalariados, enquanto os segundos ocupam principalmente trabalho familiar não remunerado<sup>98</sup>.

Os dois estudos de caso expostos permitiram aprofundar na relação entre tipo de

---

<sup>98</sup> Recorde-se que alguma definição de trabalho precário, incluía o trabalho familiar não remunerado. Nossa definição não o inclui.

empresa e trabalho precário. Os trabalhadores da tosquia são contratados por um amplo conjunto de empresas dirigidas, financiadas e organizadas por pequenos empresários quem, por sua vez fazem contratos com os produtores rurais para trabalho a ser realizado. No complexo citrícola, as grandes empresas citrícolas contratam diretamente os trabalhadores permanentes ou safrais, e cada uma pode ocupar centenas de trabalhadores. Em contados casos há empreiteiros de mão de obra na colheita do citrus.

Uma importante diferença entre ambos complexos agroindustriais, que atua como cortina de fundo, e que terá incidência nas relações entre trabalhadores e empresas, é que enquanto o CAI citrícola estava em plena expansão (ao menos na década de 90 quando se fez o estudo), o complexo ovino estava em retração. Entre 1971 e 1996 a produção citrícola do país se multiplicou por quatro e as exportações por dez. O curral nacional ovino se reduziu de 22 milhões de cabeças em 1990, a 12 milhões de cabeças dez anos depois.

O trabalho empírico levado a cabo, relacionou a precariedade objetiva e subjetiva dos trabalhadores da tosquia e do citrus, com os diferentes tipos de empresa. No estudo de caso da tosquia se categorizou as empresas de tosquia segundo diferentes variáveis que tratavam de discernir tipos de empresas diferentes. As quatro categorias construídas foram: 1. A classificação de máquinas construída pelo Secretariado Uruguaio de la Lã, que reflete a qualidade do trabalho realizado, em opinião desta instituição. 2. A classificação das máquinas de tosquia, conforme nos dois últimos anos tivessem ganho ou perdido clientes. A hipótese era que em um contexto de retração dos ovinos, a máquina que se expande deve cuidar a relação com seus trabalhadores e não precariza a relação. 3. A classificação das empresas de tosquia conforme a empresa seja a renda principal (atividade principal) ou secundária do empresário. A hipótese era que quando a máquina de tosquia era a renda principal do

empresário, este se preocuparia mas por manter relações não precárias com seus trabalhadores. 4. A classificação das empresas de tosquia segundo o momento em que informa aos trabalhadores a remuneração que pagará esse ano: a hipótese era que aqueles que informam no primeiro galpão de tosquia (e não no momento de contratar o trabalhador), têm maior controle sobre o bloco e portanto tenderiam a precarizar as relações de trabalho.

O resultado de vincular os Índices do Precariedade Objetiva e Subjetiva com estas quatro formas de categorizar as máquinas de tosquia foi negativo. Dito de outra forma, não se encontrou associação entre os tipos de máquinas construídos e as variáveis de Precariedade Subjetiva e Objetiva, contrariando (ou ao menos não podendo comprovar) a hipótese de Paugam. Segundo nossos resultados então, no caso das empresas de tosquia há independência entre o tipo de empresas e a precariedade trabalhista.

A hipótese de Paugam sim se cumpriu para o caso das empresas citrícolas. A associação entre as seis empresas estudadas e o Índice de precariedade Objetiva é fraco sendo em troca muito mais forte a associação com o Índice de Precariedade Subjetiva. Como as empresas pertencem a dois Departamentos diferentes, se agruparam por Departamento, e então a associação tanto com a precariedade objetiva como com a precariedade subjetiva dos trabalhadores aparece como muito relevante. A explicação para estas diferenças tem a ver tanto com a história do complexo, como com a situação atual das empresas. Por um lado, Salto é o berço da produção citrícola e as empresas "salteñas", sendo as mais antigas, eram de propriedade de famílias locais. Em Paysandú, o desenvolvimento da citricultura foi mais recente e se faz com a localização de empresas que vêm de fora do complexo. Enquanto as primeiras adotaram as mudanças tecnológicas com maior dificuldade, as segundas foram as que dinamizaram a produção citrícola. Esta diferente situação teve influência na

produtividade do trabalho, sendo a renda dos trabalhadores nas empresas salteñas a metade dos que recebem nas empresas "sanduceras". Estas diferenças nas remunerações se traduzem em atitudes diferentes dos trabalhadores, que incidem em ambos os índices de precariedade.

Não é conveniente fechar estas reflexões a respeito das possíveis relações entre os tipos de empresa e a precariedade da relação de trabalho sem um último comentário. A análise de dita relação deu associação positiva entre as empresas citrícolas, mas não mostrou associação no interior das empresas da tosquia. Entretanto, é preciso recordar que se está diante de dois tipos de empresas bem diferentes. Enquanto as empresas citrícolas são empresas agroindustriais que realizam fortes inversões de capital no complexo, contratam pessoal permanente e temporário, qualificado e sem qualificar e têm existência formal e fiscal, as pequenas empresas da tosquia, são empresas de serviços, que contratam e organizam a força de trabalho, em muitos casos informais ou com baixos graus de formalização e legalidade. A partir desta situação e apoiados em estudos realizados em outros países e por nós mesmos sobre as empresas empreiteiras florestais no agro uruguaio, é possível sugerir que em uma comparação entre empresas de ambas as cadeias produtivas, as empresas de serviços da tosquia possivelmente reproduzam condições de precariedade objetiva em maior grau que as empresas citrícolas. Este comentário final sobre este tema, faz-se para assinalar a necessidade de que futuros estudos focalizem a compreensão das relações de precariedade que se estabelecem entre as empresas de serviços de trabalho (empreiteiros) e seus trabalhadores.

A mudança tecnológica foi uma variável que esteve presente na discussão desta investigação. Isto é assim, pela importância que este tem em diversos campos de análise e por certo no campo que privilegiamos neste estudo, que é o da relações entre trabalho e capital. Uma detalhada análise tinha identificado quatro tipos de inovações na agricultura: as



inovações mecânicas, as físico-químicas, as biológicas e as agronômicas. Todas elas influíam de uma ou outra maneira sobre a quantidade e a qualidade da força de trabalho. Uma revisão dos impactos das mudanças técnicas sobre os trabalhadores assalariados do agro uruguaio nas últimas décadas, identificou três modelos diferentes. Em um destes modelos, identificável com a situação do gado, as mudanças técnicas se levaram a cabo para diminuir o custo da mão de obra sem modificar profundamente a produtividade agrícola. Em outro modelo, identificável com a produção de arroz, a estratégia empresarial foi adotar mudanças técnicas poupadoras de força de trabalho (mecanização) e mudanças técnicas que melhoraram notavelmente os rendimentos (biológicos e químicos). Como estas mudanças se produziram em um contexto de expansão dos mercados e da produtividade, as economias de mão de obra foram compensados pela expansão da atividade, mantendo-se estável a força de trabalho empregada. Finalmente se encontrou outra situação (exemplificada pelo caso da leiteria) em que a estratégia do capital agrário foi impulsionar mudanças técnicas poupadoras de força de trabalho (mecânicos e agronômicos), e mudanças técnicas que aumentaram a produção por unidade de superfície (biológicos e agronômicos), melhorando a produtividade do trabalho. Entretanto, como se está em um mercado em expansão, houve um pequeno incremento do emprego dos trabalhadores assalariados.

Os dois estudos de caso proporcionaram informação para verificar a relação entre mudança técnica e precariedad do emprego. Recordemos em primeiro lugar, que enquanto o contexto do complexo citrícola era de expansão, o do complexo da lã era de retração. Curiosamente, ambos os processos impulsionaram importantes mudanças tecnológicas. Na citricultura, as mudanças técnicas impulsionadas tinham como objetivo ganhar mercados de exportação, com produtos de cada vez melhor qualidade. No complexo ovino, a retração da demanda industrial e os baixos preços também impulsionaram à mudança técnica, ao menos

para aqueles produtores que queriam continuar no ramo, porque só puderam subsistir nele os que introduziram mudanças que baixaram os custos de produção e melhoraram a qualidade e a apresentação do produto.

As mudanças técnicas que se introduziram em ambos os complexos, abrangeram todas as etapas, ainda a fase agrícola e alguns destas mudanças estiveram vinculadas à relação de trabalho com os trabalhadores safrais, que é o centro de interesse desta investigação. Vejamos como. No caso da tosquia, com preços baixos para a lã e mercados em retração a indústria armazenadora de lã começou a ser muito mais seletiva na lã que comprava e os preços que pagava por lotes de diferente qualidade. Inclusive a lã que não tinha sido tosquiada com o método Talli-Hi comprava-se só se havia necessidade. Isto levou a uma notável expansão deste método de tosquia que em uma década passou a representar de 30% a 70% da lã produzida. A pressão por introduzir este método de tosquia passou, da indústria aos produtores, destes aos maquinistas e destes aos tosquiadores. O tosquiador tradicional, ou se reconverteu à tosquia Talli.Hi ou começou a ter dificuldades para encontrar trabalho. As mudanças também foram estimuladas por pequenas altas de preço para a lã e na remuneração dos trabalhadores que usavam este método. A aquisição desta destreza, foi gradualmente convertendo a tosquia e o tosquiador, em um ofício que lhe deu mas prestígio, renda e estabilidade a quem o tinha.

No complexo citrícola a necessidade de produzir produtos de melhor qualidade para exportar a mercados mas exigentes, também pôs a lupa sobre a forma como o coletor fazia seu trabalho. Gradualmente as empresas se preocuparam em que as frutas não fossem lesionadas, nem maltratadas durante a colheita, e se preocuparam com instruir os trabalhadores nos métodos de colheita.

Entretanto os processos em um e outro complexo parecem ter levado a resultados diferentes. Enquanto na tosquia há uma tendência a profissionalização do tosquiador, não parece ter ocorrido o mesmo na colheita do citrus. Para explicar estas diferenças, e ainda extrair conclusões de política pública, é preciso deter-se com mais cuidado na análise de ambos os processos.

Uma primeira grande diferença que é possível assinalar é entre o Secretariado Uruguaio de Lã (SUL) e a Comissão Honorária Nacional do Plano Citrícola (CHNPC). Ambos são organismos públicos de direito privado, dirigidos por representantes do governo e dos produtores, com recursos que provêm tanto do setor público, como do setor privado. Entretanto, enquanto a CHNPC se concentrou nos aspectos da abertura de mercados externos, em promover a investigação na fase agrícola e de processamento, nos aspectos sanitários, etc., pouco ou nada fez para melhorar ou intervir nas relações trabalhistas. Este aspecto ficou exclusivamente em mãos das empresas citrícolas. No SUL, além de promover a investigação e a extensão de conhecimentos entre os produtores, a capacitação dos pequenos empresários maquinistas, dos tosquiadores e dos condicionadores foi um objetivo rápido e uma atividade que consumiu muito tempo e recursos humanos. Os resultados não se fizeram esperar: um dos principais fatores que explicam a diferença entre um trabalhador mais ou menos precário é ter passado, ou não, pelos cursos de capacitação do SUL.

É claro que esta conclusão leva a outra pergunta. ¿Por que o SUL pôde jogar um papel diferente ao que jogou a CHNPC? Pode ter sido simplesmente uma questão de perspectivas diferentes para resolver um mesmo problema. Mas talvez se possa sugerir outra diferença mais, e que faz a composição social de cada complexo agroindustrial. No complexo

agroindustrial de lã a separação dos produtores faz mais provável que uma política de capacitação da força de trabalho não possa ser realizada por cada empresa e fique então em mãos do organismo técnico “intermediário”. No complexo citrícola, com umas poucas empresas que concentram a produção e o emprego, é possível que a CHNPC não tenha podido desempenhar um papel similar.

Entretanto, também se pode apontar a outro aspecto que tem a ver com a especificidade da tarefa em cada caso. No bloco de tosquia, dois postos de trabalho são decisivos na obtenção de um produto de boa qualidade: o tosquiador e o *acondicionador*. Os outros postos de trabalho contribuem pouco a este objetivo. Conseqüentemente, os cursos de capacitação do SUL apontam a formar estes dois tipos de trabalhadores. Os que adquirem estas destrezas têm um nível de qualificação, que obstruindo o ingresso de outros trabalhadores a estes postos, reserva-os para quem está capacitados, lhes permitindo obter maiores rendas. É esta “porta” de conhecimento e de destreza adquirida (unida à fortaleza física necessária), o que permite transformar o posto de tosquiador em um ofício.

Entretanto, também é preciso compreender por que os pequenos empresários da tosquia fomentam que seus trabalhadores assistam aos cursos de tosquia que oferece o SUL. Desde sua perspectiva, o disciplinamento da força de trabalho é vital para os interesses de sua empresa. Recorde-se, que os maquinistas assinalaram que o principal critério que empregam na hora de contratar um trabalhador é seu comportamento no bloco. É claro que um bloco indisciplinado terá dificuldades para conseguir contratos de tosquia com os produtores de gado, que a produtividade de cada trabalhador e do bloco em seu conjunto, se verá afetada pelos problemas de indisciplina, que as disputas no interior do bloco afetam os trabalhadores, que se vão ou que são expulsos da mesma, e que se estes forem além disso os que ocupam o

posto de tosquiador, afetam notavelmente a produtividade e a renda de todo o bloco e do próprio empresário-maquinista. Portanto o disciplinamento da força de trabalho é vital para preservar os lucros do empresário- maquinista.

No caso do coletor do citrus os conhecimentos necessários são menos importantes, ministram-se com maior facilidade, e quase não constituem uma barreira para que outros trabalhadores possam entrar. Como os outros postos da tosquia, o posto de coletor de citrus dificilmente se converta em um ofício. Por isso, as condições de precariedade trabalhista e de insatisfação com o trabalho que se encontra entre estes trabalhadores são maiores que entre os trabalhadores dos blocos e em particular dentro delas, com os tosquiadores.

Os dois estudos de caso permitiram também analisar, em concreto, a relação entre mudança técnica e trabalho precário. Para isso, se construíram dois indicadores de mudança técnica para a safra da tosquia. Um foi diferenciar as empresas de tosquia conforme acondicionassem a lã (que leva implícito utilizar o método Talli-Hi), ou não. O outro foi diferenciar as empresas de tosquia conforme tivessem realizado tosquia pré-parto, ou tosquia de cordeiro pesado, que como estende a tosquia além dos dois meses tradicionais, provê emprego mais estável. A relação entre estas duas variáveis, com os índices de precariedade objetiva e de precariedad subjetiva dos trabalhadores da tosquia, não mostrou associação. No caso da colheita do citrus a informação empírica relevada não proporcionou elementos para poder construir um indicador de mudança técnica.

Reafirmando o dito mais acima, tanto para o caso dos trabalhadores da tosquia como da colheita do citrus, os indicadores de precariedade objetiva, mas em especial o indicador de

precariedade subjetiva (ou de satisfação com o trabalho) encontram-se associados à capacitação que tenham recebido os trabalhadores. Neste sentido ter assistido aos cursos de capacitação do SUL ou das empresas do citrus atua em melhorar a satisfação que os trabalhadores experimentam na relação com seu trabalho.

Por último e em vinculação com diversos aspectos que se estiveram resenhando nos parágrafos anteriores, é de notar a estreita associação que emerge entre os postos de trabalho e os índices de precariedade objetiva e subjetiva. A associação é particularmente estreita entre os postos de trabalho na tosquia e os índices de precariedade. Como já se há dito, no processo de constituição da tosquia em um ofício, não todos os postos de trabalho contribuem na mesma maneira. Os tosquiadores, os *acondicionadores* e os ensacadores são os que mostram maior associação com as variáveis de precariedade. As relações de associação são muito menores no caso dos coletores do citrus.

Em nossa investigação finalmente, também se relacionaram um conjunto de cinco variáveis estruturais com os Índices do Precariedade Objetiva e Subjetiva. No caso dos trabalhadores da tosquia, existe associação entre ditos índices e a idade, o estado civil e o nível de instrução. O sentido da associação encontrada é que os trabalhadores que estão melhor inseridos são trabalhadores de idade média, casados ou juntados, e com melhores níveis de instrução enquanto que os trabalhadores mais precários e insatisfeitos são ou mais jovens ou mais velhos, solteiros ou sem família, e que somente completaram primária. No caso dos trabalhadores do citrus, não se encontrou relação entre os índices de precariedade e as variáveis de idade, estado civil e nível de instrução, mas sim se encontrou relação com as variáveis de posse de moradia e de Necessidades Básicas Insatisfeitas sugerindo que a situação de precariedade no trabalho neste caso sim influi nas condições de vida.

Finalmente, queríamos realizar algumas reflexões a modo de conclusão, que surgem do conjunto de proposições anteriores.

1. Em linha com a idéia de que o trabalho humano é um conceito ambivalente, que pode ser ao mesmo tempo fonte de dominação e de realização, de satisfação e de mortificação, analisou-se o trabalho precário desde duas perspectivas. Uma, a mais freqüente, que faz referência aos aspectos objetivos, observáveis e verificáveis por um observador externo. Outra, a perspectiva subjetiva do trabalhador, que recolhe a satisfação que experimenta com sua relação com o trabalho. Desta maneira ser um trabalhador precário tem dois aspectos: será aquele que não só esteja na precariedade, mas também também, aquele que além disso, sinta-se um trabalhador precário.

O emprego desta dupla perspectiva demonstrou sua utilidade na análise dos dois casos empíricos estudados nesta investigação. Encontrou-se que havia trabalhadores objetivamente precários que estavam satisfeitos com seu trabalho, e que também havia trabalhadores que não sendo precários se sentiam tais, estando insatisfeitos com sua relação com o trabalho.

A precariedade trabalhista não é uma categoria qualitativa dicotômica, como se demonstrou nesta investigação. Mas bem é uma categoria que admite uma série de combinações possíveis, do trabalhador integrado e satisfeito com seu trabalho até o trabalhador excluído e insatisfeito.

Uma conclusão possível é que pode haver trabalhadores que procurem trabalhos precários. Tentados pelos maiores salários ou porque lhes permite exercer o ofício em que

são destros, procuram o trabalho da tosquia porque ademais lhes atrai a sociabilidade dos blocos. Certamente são uma minoria, mas permite explicar algumas situações e respostas que se encontraram ao menos entre os trabalhadores da tosquia. Dado um conjunto reduzido de oportunidades de trabalho, entre ter um trabalho seguro mas mau remunerado em uma fazenda ou fazer bicos ao longo do ano, com incertezas, mas com rendas melhores, alguns escolhem esta última alternativa.

2. A falta de associação encontrada entre precariedade e tipo de empresa, joga uma luz diferente sobre o empreiteiro de trabalhadores, como expoente de empresa terceirizada. É muito possível que no futuro, a empresa empreiteira de mão de obra rural se estenda como modalidade de contratação da força de trabalho rural. ¿Significa isto que se estenderá a precarização? Não necessariamente. Se se estabelecerem os controles adequados por parte dos organismos fiscalizadores do Estado, se se afirmar a disposição que faz a empresa maior solidariamente responsável pelas atuações da empresa terceirizada, se se estenderem os mecanismos de capacitação dos trabalhadores para construir ofícios, etc. Então, os contratos de trabalho entre uma empresa empreiteira e seus trabalhadores, não têm porquê que ser precários.

3. Dadas as particularidades do território uruguaio, com suas relações de relativa proximidade, suas boas comunicações terrestres e a extensão da telefonia celular, é possível pensar no incremento do trabalho rural terceirizado por empreiteiros. Isto significaria que os trabalhadores residiriam em pequenos povoados e cidades, o que resolveria os problemas de isolamento, atenção à saúde e à educação, que até hoje são estendidos entre os trabalhadores rurais. A residência urbana e o traslado diário aos lugares de trabalho também resolve as situações de isolamento e de moradia inadequada nos estabelecimentos.



4. As segmentações, territoriais, de gênero e de idade estão na base da precarização do trabalho rural. Para as evitar é preciso fazer mais transparentes as relações de trabalho, os mecanismos de contratação, eliminar as “listas negras” e os vetos patronais, facilitar o encontro de oferta e demanda de trabalho, além dos estreitos limites dos povoados do interior, sistematizar as formas de apresentação da oferta, etc.

Os mercados de trabalho rural e urbanos, como o demonstram os dados empíricos estão e não estão conectados. No caso dos trabalhadores do citrus, provêm mais das cidades que do campo. No caso dos trabalhadores da tosquia, residem em partes iguais no meio rural e em pequenos povoados e cidades. Quanto mais não qualificado seja o trabalho mais possível é que os trabalhadores venham indistintamente da cidade ou do campo. Quanto mais qualificado o trabalho (no sentido da necessidade de conhecimentos prévios específicos) mais provável é que os trabalhadores provenham do meio rural.

5. O papel do Estado é fundamental para regular os mercados de trabalho, em um contexto em que ambas as partes têm forças notoriamente desiguais. É preciso convocar os Conselhos de Salário Rurais, melhorar a fiscalização das relações de trabalho, aumentando e reforçando o corpo de inspetores de trabalho, regular e fazer cumprir a legislação trabalhista, também no meio rural. Do mesmo modo, como o demonstrou o estudo empírico, ao comparar a ação de dois organismos públicos não estatais (o Secretariado Uruguaio de Lã e a Comissão Honorária do Plano Citrícola), estes podem cumprir um papel muito importante na capacitação e o disciplinamento da força de trabalho, com o fim de dispor de uma mão de obra melhor treinada. Os trabalhadores que passam por estas instâncias de capacitação, constroem um ofício que lhes permite enfrentar em melhores condições as ameaças da

precariedade trabalhista.

6. Para que o anterior seja possível, é necessária a organização sindical dos trabalhadores rurais. Sem ela, para controlar, organizar, capacitar, representar nos Conselhos de Salário, será difícil que diminua a precariedade nas relações trabalhistas e que finalmente a cidadania também alcance os trabalhadores rurais.

## V. REFERÊNCIAS

ASTORI, Danilo. **Neoliberalismo y crisis en la agricultura familiar uruguaya**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria.1982.

BANYULS, Joseph; CANO,Ernest; VINCENT,Joseph; SANCHEZ,Amat. Empleo informal y precariedad laboral: las empleadas del hogar. **Sociología del Trabajo**. Madrid. Nueva época, n. 47, p.75-105, invierno 2002/2003.

BARBIER, Jean-Claude; LINDLEY,Robert. (2002). Precarious Employment in Europe. **Quatre Pages**, Centre de Études de l'Emploi, Paris.2002.

BARRÁN, José Pedro ; NAHUM, Benjamín. **Historia Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. v.1.1967

BECK, Ulrich. **Un nuevo mundo feliz: La precariedad del trabajo en la era de la globalización**. Barcelona: PAIDOS. 2000. 270 p.

BENDINI, Mónica; BONACCORSI, Nélica (Comp.) **Con las puras manos: Mujer y trabajo en regiones frutícolas de exportación**. Buenos Aires: La Colmena. 1998. 122 p. (Cuadernos del GESA)

BIANCHI, Carlos. Informe de Caracterización de la PEA Agrícola 1985-1996. Inédito. Montevideo: Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. 2003.

BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas. S.P.: Editora da UNICAMP, 1993.

BÜCHTEMANN, Christoph; QUACK, Sigrid. ¿Puentes o Trampas? El empleo atípico en la República Federal de Alemania. In: RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine (Comp). **El trabajo precario en la regulación del mercado laboral: Crecimiento del empleo atípico en Europa Occidental**. Madrid: OIT. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de España. 1992. p. 187-266

BULLONI, Maria Noel. La cosecha de citrus: radiografía de un sector. In: EMA MASSERA (Coord.) **Trabajo e innovación en Uruguay**. Montevideo: UNICOOP; Facultad de Ciencias Sociales; Trilce. 2004.

CANCELA, Walter; MELGAR, Alicia. **El Uruguay Rural: cuarenta años de evolución, cambios y permanencias**. Montevideo: Centro Latinoamericano de Economía Humana. 2004. 101 p.

CAPECCHI, Vittorio. La crisis del “modelo emiliano”: el aumento de los trabajos atípicos y de riesgo. **Sociología del Trabajo**. Madrid. Nueva época, n.48, p.17-44 primavera de 2003.

CASTEL, Robert. **Las Metamorfosis de la Cuestión Social**. Buenos Aires: PAIDOS, 1997.

CASTILLO, Juan José. Contra los estragos de la subcontratación: trabajo decente. **Sociología del Trabajo**. Madrid. Nueva época, n.54, p.3-37, primavera de 2005.

CINAM-CLAEH. **Estudio Económico Social del Uruguay Rural**. Montevideo: [s.n.] 1962.

CALDERÓN, Fernando; CHIRIBOGA, Manuel; PIÑEIRO, Diego. **Modernización Democrática e Incluyente de la Agricultura en América Latina y el Caribe**. San José, C.R.: IICA, n. 28,1992. Serie Documentos de Programa.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; DA SILVA, Ana Cristina Belo. (1999) Estratégias Produtivas e o Trabalho de Homens e Mulheres na Fruticultura da Exportação: O caso do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (Org.) **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças socioeconomicas em regioes frutícolas para exportação**. Recife: Editorial Universitaria da UFPE. 360 p.

CHIARINO, Juan Vicente; SARALEGUI, Miguel. **Detrás de la ciudad: Ensayo de síntesis de los olvidados problemas campesinos**. Montevideo: Ediciones de la Cámara de Representantes, t.1 y 2, 1996. 623 p.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas Agrarios en América Latina: De la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1994. 442 p.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Fin del Trabajo o Trabajo Sin Fin. Con la Colaboración de Juan Manuel Hernández. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (coord.) **Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo**. México: El Colegio de México; FCE, 2000. p. 755-773

FINCH, Henry. **Historia Económica del Uruguay**. Montevideo: Editorial Banda Oriental. 1980. p.234.

FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. **Tratado de Sociología del Trabajo**. México: FCE. 1978.

GALIN, Pedro. Condiciones de trabajo y precarización del empleo. In: NOVICK, Marta (Comp.) **Condiciones de Trabajo en América Latina: Tecnología, empleo precario y**

**salud ocupacional.** Buenos Aires: CLACSO-CONICET, 1987. Biblioteca Latinoamericana de Ciencias Sociales.

GALLINO, Luciano. 2002. La informatización del trabajo en los países desarrollados. *Sociología del Trabajo*. Madrid. Nueva época, núm.45, p. 7-24, primavera de 2002.

GARCÍA SANZ, Benjamín. **La sociedad rural ante el siglo XXI.** Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1997. 687 p. Serie Estudios.

GAZZOTTI, Alejandro. La inserción precaria al mercado de trabajo. In: NOVICK, Marta (Comp.). **Condiciones de trabajo en América Latina. Tecnología, Empleo precario y salud ocupacional.** Buenos Aires: CLACSO-CONICET, 1987. p.111-120. Biblioteca Latinoamericana de Ciencias Sociales.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade Estigmatizada e Cidadania Excluída: a Trajetória Cabocla. In: Paulo Afonso Zarth et al. **Os caminhos da exclusão social.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. p. 121-142.

GIARRACCA, Norma; BIDASECA, Karina; MARIOTTI, Daniela. Trabajo, migraciones e identidades en tránsito: los zafreiros en la actividad cañera tucumana. In: GIARRACCA, Norma (Comp.). **¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 307-338. Colección Grupos de Trabajo.

GÓMEZ, Sergio; KLEIN, Emilio. El Trabajo Temporal en la Agricultura Latinoamericana. In.: GOMEZ, Sergio; KLEIN, Emilio. **Los Pobres del Campo: el trabajador eventual.** Santiago de Chile: PREALC-FLACSO, 1994

GÓMEZ, Sergio; ECHENIQUE, Jorge. **La Agricultura Chilena. Las dos caras de la modernización.** Santiago de Chile. FLACSO. AGRARIA. Impresora Salesianos, 1988. 304 p.

GOODMAN, D.; WILKINSON, J.; SORJ, B. **From Farming to Biotechnology: a Theory of Agroindustrial Development.** London: Basil and Blackwell. 1987.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** Sao Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. Los Trabajadores de los cañaverales paulistas: de “boias frias” a empleados rurales. In: GÓMEZ, Sergio; KLEIN, Emilio. (ed.). **Los pobres del campo: el trabajador eventual.** Santiago de Chile: PREALC-FLACSO, 1994 p.11- 41.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** Campinas, São Paulo: Universidad Estadual de Campinas, 1999. 151 p. Coleção Pesquisas.

GONZÁLEZ SIERRA, Yamandú. **Los olvidados de la tierra. Vida, organización y luchas de los sindicatos rurales del Uruguay.** Montevideo: Fesur; Ciedur; Nordan, 292 p. 1994.

GUERRA, Pablo. **Sociología del Trabajo.** Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1998. 332 p.

HOBBSAWM, Eric. **Historia del Siglo XX**. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta. 2001. 612 págs. Biblioteca E.J. Hobsbawm de Historia Contemporánea.

HOPENHAYN, Martín. **Repensar el Trabajo. Historia, profusión y perspectivas de un concepto**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001. 262 p.

LABINI, Sylos. **Ensayo sobre las clases sociales**. Barcelona: Península, 1981. Prólogo de Salvador Giner. Serie Homo Sociologicus.

LARA FLORES, Sara María (coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: UNRISD; Nueva Sociedad, 1995. 229 p.

LARA FLORES, Sara María. **Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana**. México: Juan Pablos Editor; Procuraduría Agraria, 1998. 302 p.

LARA FLORES, Sara María. Características de las migraciones rurales hortícolas en el noroeste de México. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. México, año 6, n. 12, p. 71-88. 2000.

KAUTSKY, Karl. **La Cuestión Agraria**. México: Siglo XXI Editores. Quinta Edición. 1983

MANN, Susan, DICKINSON, James. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. London. *The Journal of Peasant Studies*. 1978.

MARSHALL, Adriana. Secuelas del Paro: el nuevo papel del trabajo temporal y del trabajo a tiempo parcial en Europa Occidental. In: RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine (Comp). **El trabajo precario en la regulación del mercado laboral. Crecimiento del empleo atípico en Europa Occidental**. Madrid: OIT; Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de España. 1992. p. 43-90.

MARX, Karl. **El Capital: Crítica de la Economía Política**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988. Libro Primero. El Proceso de Producción de Capital. t.I, v.1 y2.

MARX, Karl. **Trabajo Asalariado y Capital**. Moscú: Editorial Progreso, 1979. 42 p.

MARX, Carlos. Salario, Precio y Ganancia. In: MARX, C.; ENGELS, F. **Obras Escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, 1978. t.II.

MASSERA, Ema et al. 1998. **Citrus del sur salen a conquistar el norte**. Montevideo: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social; Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República, 1998.

MORAES DA SILVA, Maria Aparecida. **Errantes do fim do século**. Sao Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999. 369 p.

MORAES, María Inés. El Trabajo de la Esquila y los Esquiladores: algunos aspectos de su Historia Social (1860-1970). In: PIÑEIRO, Diego E. **Trabajadores de la Esquila. Pasado y Presente de un Oficio Rural**. Montevideo: SUL. FCS. FA. CSIC, 2003. 158 p. Con la colaboración de Mariela Bianco y de Maria Inés Moraes

MORENA, Victoria. **Los trabajadores zafrales de la viticultura**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, Monografía Final de la Licenciatura de Sociología. Inédita, 1999.

MUÑOZ, Emilio. Nueva biotecnología y sector agropecuario.: el reto de las racionalidades contrapuestas. In: DURÁN, Alicia; RIECHMANN, Jorge. **Genes en el Laboratorio y en la Fábrica**. Madrid: Trotta, 1998. p.119-140

NEFFA, Julio. El trabajo temporario en el Sector Agropecuario de América Latina. Ginebra: OIT, 1986. 136 p.

NEIMAN, Guillermo; QUARANTA, Germán. Reestructuración de la producción y flexibilidad funcional del trabajo agrícola en la Argentina. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. año 6, n. 12, p. 45-70. 2000.

NUN, José. **Marginalidad y Exclusión Social**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. 321 p. Serie Breves.

OLESKER, Daniel; GUERRA, Pablo; AZNAR, Pedro. **La Precariedad laboral en el Sector Privado del Mercado de Trabajo Uruguayo**. Montevideo: Instituto Cuesta Duarte. PIT-CNT, 2002.

ORTIZ, Sutti. Los mercados laborales a través del Continente Americano. In: APARICIO, Susana; BENENCIA, Roberto. (Eds.) **Empleo Rural en Tiempos de Flexibilidad**. Buenos Aires: La Colmena, 1999. p.34-52.

ORTIZ, Sutti. La reestructuración de la industria agrícola y los contratos laborales. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. año 6. n.12. p. 29-44. 2000

PAUGAM, Serge. **Le Salarié de la Precarité : Les nouvelles formes de l'integration professionnelle**. Paris : Presses Universitaires de France, 2000. 347 p.

PIÑEIRO, Diego E. La Agricultura Familiar: El Fin de una época. In: PIÑEIRO, Diego E. (Ed.) **Nuevos y No Tanto. Los Actores Sociales para la Modernización del Agro Uruguayo**. Montevideo: Banda Oriental; CIESU, 1991. 293 p.

PIÑEIRO, Diego E. Los Trabajadores Rurales en tiempos de flexibilidad. El caso de Uruguay. **Revista de Ciencias Sociales**. Montevideo: Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales; Fundación de Cultura. n.16. p: 99-113. 1999.

PIÑEIRO, Diego E. Población y trabajadores rurales en el contexto de transformaciones agrarias. In: GIARRACCA, Norma (Comp.) **¿Una nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 269-287. Colección Grupos de Trabajo.

PIÑEIRO, Diego. Los Trabajadores Rurales en un Mundo que Cambia: el caso de Uruguay. **Agrociencia**. v.V n.1 p. 68-75. 2001. Revista Arbitrada de la Facultad de Agronomía. Universidad de la República. Uruguay.

PIÑEIRO, Diego E. Violencia, Conflicto e Integración Social en el Agro Uruguayo. **Sociologias**. Porto Alegre: Universidade Federal do Río Grande do Sul. ano 4, n. 8, jul/dez. p. 206-219, 2002.

PIÑEIRO, Diego et al. **Los Trabajadores de la Esquila**. Montevideo: Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. 2002. Serie de Informes de Investigación N° 29

PIÑEIRO, Diego E. **Trabajadores de la Esquila. Pasado y Presente de un Oficio Rural**. Montevideo: SUL. FCS. FA. CSIC, 2003. 158 p. Con la colaboración de Mariela Bianco y de Maria Inés Moraes

PIT-CNT; FESUR; INSTITUTO CUESTA DUARTE. **Informalidad y Seguridad Social en Uruguay**. Montevideo: FESUR; PIT-CNT. Mimeo. 2000. 90 p.

RENDON, Teresa; SALAS, Carlos. El cambio en la estructura de la fuerza de trabajo en América Latina. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (coord.) **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México: El Colegio de México, 2000. p. 540-565.

RIECHMANN, Jorge; DURÁN, Alicia. Introducción: Tecnologías genéticas: ética de la I+D. In: DURÁN, Alicia; RIECHMANN, Jorge. **Genes en el Laboratorio y en la Fábrica**. Madrid: Trotta, 1998. p.9-22

RIELLA, Alberto, TUBÍO, Mauricio. Los Asalariados Zafrales del Citrus del Uruguay. Salto, Uruguay: Regional Norte de la Universidad de la República. Documento de Trabajo N° 31/1997. 86 p. Unidad e Estudios Regionales.

RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine (Comp). **El trabajo precario en la regulación del mercado laboral: Crecimiento del empleo atípico en Europa Occidental**. Madrid: OIT. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de España. 1992.

RODGERS, Gerry. El Debate sobre el trabajo precario en Europa Occidental. In: RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine (Comp). **El trabajo precario en la regulación del mercado laboral. Crecimiento del empleo atípico en Europa Occidental**. Madrid. OIT. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de España. 1992. pp: 15-42.

RUBERY, Jill. Formas de trabajo precario en el Reino Unido. In: RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine (Comp). **El trabajo precario en la regulación del mercado laboral: Crecimiento del empleo atípico en Europa Occidental**. Madrid. OIT. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de España. 1992. pp: 91-132.

SÁNCHEZ SALDAÑA, Kim. La experiencia de niños y niñas en la migración estacional de jornaleros agrícolas en México. In: BRUMER, Anita, PIÑEIRO, Diego E. (Org.) **Agricultura Latino-americana: Novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005 p.361-378.

SENETT, Richard. **La Corrosión del carácter: Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000. 188 p.

SUPERVIELLE, Marcos; QUINÓNES, Mariela. La instalación de la flexibilidad en Uruguay. **Sociologias**. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul. ano 2, n. 4 jul/dez 2000. pp:20-65



TAVARES DOS SANTOS, Jose Vicente. Violencia no campo: o dilaceramento da cidadania. **Reforma Agraria**, v.22, n°1, jan/abr, 1992, pp. 4-11.

TOKMAN, Víctor. Panorama del Empleo en América Latina. In: LINDENBOIM, Javier (comp.) **El desafío del empleo a finales del siglo XX**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, 1998. p.21-42. Cuadernos del Centro de Estudios sobre Población, Empleo y Desarrollo. N° 2. Instituto de Investigaciones Económicas

TOKMAN, Víctor. La informalidad en los años noventa: situación actual y perspectivas. In: CARPIO, Jorge; NOVACOVSKY, Irene (comp.) **De Igual a Igual. El Desafío del Estado ante los Nuevos Problemas Sociales**. Buenos Aires: Secretaria de Desarrollo Social de la Nación; FLACSO. 1999. p. 80-101.

TSAKOUMAGKOUS, Pedro; BENDINI, Mónica. Modernización Agroindustrial y mercado de trabajo, ¿flexibilización o precarización? El caso de la fruticultura en la cuenca del Río Negro. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. año 6. n.12. p. 89-111. 2000

VENEGAS, Sylvia. Programas de apoyo a temporeros y temporeras en Chile. In: GÓMEZ, Sergio, KLEIN, Emilio. **Los pobres del campo. El trabajador eventual**. Santiago de Chile: FLACSO.PREALC, 1993. p.43-82

VOSKO, Leah F.; ZUKEVICH, Nancy; CRANFORD, Cynthia. Precarious Jobs: A new typology of employment. **Perspectives on Labour and Income**. (Statistics Canada. Catalogue N° 75-001-XIE) October 2003. p. 16-26.

URUGUAY. MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA. **Censo General Agropecuario**. Montevideo: Dirección de Estadísticas Agropecuarias, 2000. 121 p.

URUGUAY. MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA. **Encuesta sobre el empleo, los ingresos y las condiciones de vida de los hogares rurales**. Montevideo: OPYPA, 2000

WEBER, Max. La ética protestante y el espíritu del capitalismo. Madrid: ISTMO, 1998. 333 p. Colección Fundamentos N° 135.

**APENDICE A.-**

**APÉNDICE ESTADÍSTICO**

**TABELAS REFERIDAS AO CAPITULO 5.**

Tabela 1.1 -Trabalhadores da tosquia. Índice da satisfação \* Índice de precariedade objetiva

|                      |  |  | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total |
|----------------------|--|--|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|-------|
|                      |  |  | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluídos |       |
| Índice de satisfação | Satisfeito                               | Count                                    | 2                               | 6         | 10        | 9         | 27    |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 3,1%                            | 4,5%      | 5,7%      | 4,8%      | 4,8%  |
|                      | 1 Déficit                                | Count                                    | 30                              | 63        | 79        | 69        | 241   |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 46,9%                           | 47,4%     | 45,4%     | 37,1%     | 43,3% |
|                      | 2 Déficit                                | Count                                    | 18                              | 54        | 72        | 77        | 221   |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 28,1%                           | 40,6%     | 41,4%     | 41,4%     | 39,7% |
|                      | Insatisfeito                             | Count                                    | 14                              | 10        | 13        | 31        | 68    |
|                      |  | % within Índice de precariedade objetiva | 21,9%                           | 7,5%      | 7,5%      | 16,7%     | 12,2% |
| Total                | Count                                    | 64                                       | 133                             | 174       | 186       | 557       |       |
|                      | % within Índice de precariedade objetiva | 100,0%                                   | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    |       |

Tabela 1.2 – Chi Square Tests

|                                     | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|-------------------------------------|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|                                     |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|                                     |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 19,211(a) | 9  | ,023                  | ,027(b)                    | ,023                    | ,031                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 19,203    | 9  | ,024                  | ,030(b)                    | ,026                    | ,035                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>          | 18,814    |    |                       | ,027(b)                    | ,023                    | ,031                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | 1,031(c)  | 1  | ,310                  | ,323(b)                    | ,311                    | ,335                       | ,169(b) | ,159                    | ,178        |

Tabela 2.1 – Sair colheita 2002 \* Índice de precariedade objetiva -

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Sair colheita 2002 * Índice de precariedade objetiva</b> | 565   | 92,6%   | 45      | 7,4%    | 610   | 100,0%  |

Tabela 2.2 – Sair colheita 2002 \* Índice de precariedade objetiva -

|                           |   |   | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total  |
|---------------------------|---|---|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------|
|                           |   |   | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluídos |        |
| <b>Sair colheita 2002</b> | <b>Sim</b>                                      | <b>Count</b>                                    | 44                              | 100       | 135       | 137       | 416    |
|                           |   | <b>% within sair colheita 2002</b>              | 10,6%                           | 24,0%     | 32,5%     | 32,9%     | 100,0% |
|                           |   | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 68,8%                           | 74,1%     | 77,1%     | 71,7%     | 73,6%  |
|                           | <b>Não</b>                                      | <b>Count</b>                                    | 5                               | 9         | 12        | 15        | 41     |
|                           |   | <b>% within sair colheita 2002</b>              | 12,2%                           | 22,0%     | 29,3%     | 36,6%     | 100,0% |
|                           |   | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 7,8%                            | 6,7%      | 6,9%      | 7,9%      | 7,3%   |
|                           | <b>não sabe</b>                                 | <b>Count</b>                                    | 15                              | 26        | 28        | 39        | 108    |
|                           |   | <b>% within sair colheita2002</b>               | 13,9%                           | 24,1%     | 25,9%     | 36,1%     | 100,0% |
|                           |   | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 23,4%                           | 19,3%     | 16,0%     | 20,4%     | 19,1%  |
| <b>Total</b>              | <b>Count</b>                                    | 64  | 135                             | 175       | 191       | 565       |        |
|                           | <b>% within sair colheita 2002</b>              | 11,3%   | 23,9%                           | 31,0%     | 33,8%     | 100,0%    |        |
|                           | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 100,0%  | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    |        |

Tabela 2.3 – Chi Square Tests

|   | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 2,507(a) | 6  | ,868                  | ,869(b)                    | ,860                    | ,877                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 2,514    | 6  | ,867                  | ,869(b)                    | ,861                    | ,878                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 2,684    |    |                       | ,850(b)                    | ,841                    | ,859                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | ,076(c)  | 1  | ,783                  | ,786(b)                    | ,776                    | ,797                       | ,398(b) | ,386 ,411               |             |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 565      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 1 cells (8,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,64. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                           |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -,276.  |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Tabela 3.1 – Trabalhadores da tosquia. Sair colheita 2002 \* Índice de satisfação

|                           |                                      |                                      | Índice de satisfação |           |           |              | Total |
|---------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|----------------------|-----------|-----------|--------------|-------|
|                           |                                      |                                      | Satisfeito           | 1 Déficit | 2 Déficit | Insatisfeito |       |
| <b>Sair colheita 2002</b> | <b>sim</b>                           | <b>Count</b>                         | 26                   | 204       | 169       | 44           | 443   |
|                           |                                      | <b>% within Índice de satisfação</b> | 89,7%                | 78,8%     | 71,9%     | 58,7%        | 74,1% |
|                           | <b>não</b>                           | <b>Count</b>                         | 2                    | 14        | 19        | 8            | 43    |
|                           |                                      | <b>% within Índice de satisfação</b> | 6,9%                 | 5,4%      | 8,1%      | 10,7%        | 7,2%  |
|                           | <b>não sabe</b>                      | <b>Count</b>                         | 1                    | 41        | 47        | 23           | 112   |
|                           |                                      | <b>% within Índice de satisfação</b> | 3,4%                 | 15,8%     | 20,0%     | 30,7%        | 18,7% |
| <b>Total</b>              | <b>Count</b>                         | 29                                   | 259                  | 235       | 75        | 598          |       |
|                           | <b>% within Índice de satisfação</b> | 100,0%                               | 100,0%               | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%       |       |

Cuadro 3.2 – Chi Square Tests

|                                     | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|-------------------------------------|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|                                     |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|                                     |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 17,631(a) | 6  | ,007                  | ,008(b)                    | ,006                    | ,011                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 18,670    | 6  | ,005                  | ,006(b)                    | ,004                    | ,008                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>          | 17,841    |    |                       | ,006(b)                    | ,004                    | ,008                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | 15,370(c) | 1  | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,001                       | ,000(b) | ,000                    |             |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 598       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

a 1 cells (8,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,09.

b Based on 10000 sampled tables with starting seed 26584118.

c The standardized statistic is 3,920.

Tabela 4.1 - Trabalhadores do Citrus. Índice de Satisfação \* Índice de precariedade objetiva -

|  |  |  | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total |
|--|--|--|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|-------|
|  |  |  | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluidos |       |
| Índice de Satisfação<br>Trabalhadores do<br>citrus | Satisfeitos                              | Count                                    | 1                               | 9         | 6         | 2         | 18    |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 3,8%                            | 6,6%      | 6,7%      | 8,0%      | 6,5%  |
|  |  | % of Total                               | ,4%                             | 3,2%      | 2,2%      | ,7%       | 6,5%  |
|  | 1 Déficit                                | Count                                    | 5                               | 32        | 17        | 4         | 58    |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 19,2%                           | 23,5%     | 18,9%     | 16,0%     | 20,9% |
|  |  | % of Total                               | 1,8%                            | 11,6%     | 6,1%      | 1,4%      | 20,9% |
|  | 2 Déficit                                | Count                                    | 16                              | 43        | 31        | 7         | 97    |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 61,5%                           | 31,6%     | 34,4%     | 28,0%     | 35,0% |
|  |  | % of Total                               | 5,8%                            | 15,5%     | 11,2%     | 2,5%      | 35,0% |
|  | Insatisfeitos                            | Count                                    | 4                               | 52        | 36        | 12        | 104   |
|  |  | % within Índice de precariedade objetiva | 15,4%                           | 38,2%     | 40,0%     | 48,0%     | 37,5% |
|  |  | % of Total                               | 1,4%                            | 18,8%     | 13,0%     | 4,3%      | 37,5% |
| Total  | Count                                    | 26                                       | 136                             | 90        | 25        | 277       |       |
|  | % within Índice de precariedade objetiva | 100,0%                                   | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    |       |
|  | % of Total                               | 9,4%                                     | 49,1%                           | 32,5%     | 9,0%      | 100,0%    |       |

Tabela 4.2 – Chi Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 11,641(a) | 9  | ,234                  | ,228(b)                    | ,217                    | ,239        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 11,693    | 9  | ,231                  | ,268(b)                    | ,256                    | ,279        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 11,193    |    |                       | ,235(b)                    | ,224                    | ,246        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 1,347(c)  | 1  | ,246                  | ,256(b)                    | ,244                    | ,267        | ,128(b)                    | ,120                    | ,137        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 277       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 2 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,62. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 624387341.                          |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is 1,161.   |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Tabela 5.1 - Pensa trabalhar no citrus o ano que vem? \* Índice de Satisfação Trabalhadores do citrus -

|   |  |  | Índice de Satisfação Trabalhadores |           |           |               | Total |
|---|--|--|------------------------------------|-----------|-----------|---------------|-------|
|   |  |  | Satisfeitos                        | 1 Déficit | 2 Déficit | Insatisfeitos |       |
| <b>Pensa trabalhar no citrus o ano que vem?</b> | <b>Sim</b>   | <b>Count</b>                                       | 17                                 | 49        | 80        | 67            | 213   |
|   |  | <b>% within Índice de Satisfação Trabalhadores</b> | 89,5%                              | 75,4%     | 69,6%     | 58,3%         | 67,8% |
|   |  | <b>% of Total</b>                                  | 5,4%                               | 15,6%     | 25,5%     | 21,3%         | 67,8% |
|   | <b>Não</b>   | <b>Count</b>                                       | 0                                  | 3         | 9         | 16            | 28    |
|   |  | <b>% within Índice de Satisfação Trabalhadores</b> | ,0%                                | 4,6%      | 7,8%      | 13,9%         | 8,9%  |
|   |  | <b>% of Total</b>                                  | ,0%                                | 1,0%      | 2,9%      | 5,1%          | 8,9%  |
|   | <b>NS/NC</b>                                       | <b>Count</b>                                       | 2                                  | 13        | 26        | 32            | 73    |
|   |  | <b>% within Índice de Satisfação Trabalhadores</b> | 10,5%                              | 20,0%     | 22,6%     | 27,8%         | 23,2% |
|   |  | <b>% of Total</b>                                  | ,6%                                | 4,1%      | 8,3%      | 10,2%         | 23,2% |
| <b>Total</b>                                    | <b>Count</b>                                       | 19   | 65                                 | 115       | 115       | 314           |       |
|   | <b>% within Índice de Satisfação Trabalhadores</b> | 100,0%   | 100,0%                             | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%        |       |
|   | <b>% of Total</b>                                  | 6,1%   | 20,7%                              | 36,6%     | 36,6%     | 100,0%        |       |

Tabela 5.2 – Trabalhadores do Citrus.- Pensa Trabalhar? X Índice de satisfação. Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 12,552(a) | 6  | ,051                  | ,053(b)                    | ,047                    | ,058        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 14,305    | 6  | ,026                  | ,032(b)                    | ,027                    | ,036        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 11,246    |    |                       | ,072(b)                    | ,065                    | ,079        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 4,196(c)  | 1  | ,041                  | ,038(b)                    | ,033                    | ,043        | ,018(b)                    | ,015                    | ,022        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 314       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| A 2 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,69. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| B Based on 10000 sampled tables with starting seed 92208573.                           |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| C The standardized statistic is 2,048.   |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |







Tabela 7.2 - Chi-Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 24,706(a) | 15 | ,054                  | ,047(b)                    | ,041                    | ,052        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 24,601    | 15 | ,056                  | ,072(b)                    | ,066                    | ,079        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 21,813    |    |                       | ,070(b)                    | ,064                    | ,077        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 5,601(c)  | 1  | ,018                  | ,018(b)                    | ,014                    | ,021        | ,010(b)                    | ,007                    | ,012        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 610       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 8 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,57. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                           |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is -2,367.   |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Tabela 8.1 - Índice de precariedade \* Estado civil -

|  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de precariedade * Estado civil</b> | 610   | 100,0%  | 0       | ,0%     | 610   | 100,0%  |

Tabela 8.2 - Índice de precariedade \* Estado civil -

|                        |                       |                       | Estado civil |        |            |        | Total |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|--------|------------|--------|-------|
|                        |                       |                       | solteiro     | casado | divorciado | viúvo  |       |
| Índice de precariedade | Inseridos             | Count                 | 13           | 57     | 0          | 0      | 70    |
|                        |                       | % within estado civil | 4,6%         | 19,5%  | ,0%        | ,0%    | 11,5% |
|                        | 1 Déficit             | Count                 | 46           | 94     | 8          | 1      | 149   |
|                        |                       | % within estado civil | 16,4%        | 32,1%  | 25,0%      | 20,0%  | 24,4% |
|                        | 2 Déficit             | Count                 | 107          | 79     | 13         | 1      | 200   |
|                        |                       | % within estado civil | 38,2%        | 27,0%  | 40,6%      | 20,0%  | 32,8% |
|                        | Excluídos             | Count                 | 114          | 63     | 11         | 3      | 191   |
|                        |                       | % within estado civil | 40,7%        | 21,5%  | 34,4%      | 60,0%  | 31,3% |
| Total                  | Count                 | 280                   | 293          | 32     | 5          | 610    |       |
|                        | % within estado civil | 100,0%                | 100,0%       | 100,0% | 100,0%     | 100,0% |       |

Tabela 8.3 – Chi Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 71,015(a) | 9  | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 76,317    | 9  | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 71,939    |    |                       | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 22,604(c) | 1  | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       | ,000(b) | ,000                    | ,000        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 610       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 5 cells (31,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,57. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 79654295.                          |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -4,754.   |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |



Tabela 9.3 – Chi Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 10,628(a) | 15 | ,779                  | ,778(b)                    | ,767                    | ,789                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 10,752    | 15 | ,770                  | ,819(b)                    | ,809                    | ,829                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 11,199    |    |                       | ,712(b)                    | ,700                    | ,723                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 1,004(c)  | 1  | ,316                  | ,323(b)                    | ,311                    | ,335                       | ,163(b) | ,153                    | ,172        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 610       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 6 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,57. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1310155034.                        |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 1,002.  |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Tabela 10.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de precariedade objetiva\* indexnbi

|  |                          |                          | indexnbi |        | Total |
|--|--------------------------|--------------------------|----------|--------|-------|
|  |                          |                          | NBI      | NBS    |       |
| <b>Índice de precariedade objetiva</b> | <b>Inseridos</b>         | <b>Count</b>             | 15       | 54     | 69    |
|  |                          | <b>% within indexnbi</b> | 8,9%     | 12,3%  | 11,3% |
|  | <b>1 Déficit</b>         | <b>Count</b>             | 38       | 111    | 149   |
|  |                          | <b>% within indexnbi</b> | 22,5%    | 25,3%  | 24,5% |
|  | <b>2 Déficit</b>         | <b>Count</b>             | 56       | 143    | 199   |
|  |                          | <b>% within indexnbi</b> | 33,1%    | 32,6%  | 32,7% |
|  | <b>Excluídos</b>         | <b>Count</b>             | 60       | 131    | 191   |
|  |                          | <b>% within indexnbi</b> | 35,5%    | 29,8%  | 31,4% |
| <b>Total</b>                           | <b>Count</b>             | 169                      | 439      | 608    |       |
|  | <b>% within indexnbi</b> | 100,0%                   | 100,0%   | 100,0% |       |

Tabela 10.2 – Chi Square Tests

|   | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 2,909(a) | 3  | ,406                  | ,410(b)                    | ,397                    | ,422                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 2,950    | 3  | ,399                  | ,404(b)                    | ,391                    | ,416                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 2,830    |    |                       | ,418(b)                    | ,405                    | ,431                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 2,890(c) | 1  | ,089                  | ,096(b)                    | ,088                    | ,103                       | ,050(b) | ,045                    |             |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 608      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 19,18. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1310155034.                        |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -1,700.   |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Tabela 11.1 - Índice de precariedade objetiva \* tipo ocupação do pai-

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de precariedade objetiva * tipo ocupação do pai</b> | 593   | 97,2%   | 17      | 2,8%    | 610   | 100,0%  |

Tabela 11.2 – Trabalhadores da tosquia. Índice de precariedade objetiva \* tipo ocupação do pai

|                                 |                               |                               | tipo ocupação do pai |        | Total |
|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------|--------|-------|
|                                 |                               |                               | rural                | urbano |       |
| Índice de precariedade objetiva | Incluídos                     | Count                         | 49                   | 21     | 70    |
|                                 |                               | % within tipo ocupação do pai | 10,7%                | 15,4%  | 11,8% |
|                                 | 1 Déficit                     | Count                         | 118                  | 27     | 145   |
|                                 |                               | % within tipo ocupação do pai | 25,8%                | 19,9%  | 24,5% |
|                                 | 2 Déficit                     | Count                         | 145                  | 49     | 194   |
|                                 |                               | % within tipo ocupação do pai | 31,7%                | 36,0%  | 32,7% |
|                                 | Excluídos                     | Count                         | 145                  | 39     | 184   |
|                                 |                               | % within tipo ocupação do pai | 31,7%                | 28,7%  | 31,0% |
| Total                           | Count                         | 457                           | 136                  | 593    |       |
|                                 | % within tipo ocupação do pai | 100,0%                        | 100,0%               | 100,0% |       |

Tabela 11.3 – Chi Square Tests

|   | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 4,411(a) | 3  | ,220                  | ,223(b)                    | ,212                    | ,234                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 4,357    | 3  | ,225                  | ,230(b)                    | ,219                    | ,240                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 4,407    |    |                       | ,221(b)                    | ,211                    | ,232                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | ,446(c)  | 1  | ,504                  | ,528(b)                    | ,515                    | ,540                       | ,265(b) | ,254<br>,276            |             |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 593      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 16,05. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1090229469.                        |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -,668.  |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |







Tabela13.2 – Chi-Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 27,062(a) | 15 | ,028                  | ,038(b)                    | ,033                    | ,043        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 26,694    | 15 | ,031                  | ,037(b)                    | ,032                    | ,042        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 26,627    |    |                       | ,019(b)                    | ,015                    | ,022        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 6,191(c)  | 1  | ,013                  | ,013(b)                    | ,010                    | ,016        | ,007(b)                    | ,004                    | ,009        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 598       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 9 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,24. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1993510611.                        |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is 2,488.  |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Tabela 14.1 - Índice de satisfação \* estado civil

|  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de satisfação * estado civil</b> | 598   | 98,0%   | 12      | 2,0%    | 610   | 100,0%  |

Tabela14.2 – Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* estado civil

|                      |                               |                               | estado civil |        |            |        | Total  |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------|--------|------------|--------|--------|
|                      |                               |                               | solteiro     | casado | divorciado | viúvo  |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                    | Count                         | 14           | 10     | 5          | 0      | 29     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 48,3%        | 34,5%  | 17,2%      | ,0%    | 100,0% |
|                      |                               | % within estado civil         | 5,2%         | 3,4%   | 15,6%      | ,0%    | 4,8%   |
|                      | 1 Déficit                     | Count                         | 115          | 130    | 12         | 2      | 259    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 44,4%        | 50,2%  | 4,6%       | ,8%    | 100,0% |
|                      |                               | % within estado civil         | 42,6%        | 44,7%  | 37,5%      | 40,0%  | 43,3%  |
|                      | 2 Déficit                     | Count                         | 103          | 118    | 12         | 2      | 235    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 43,8%        | 50,2%  | 5,1%       | ,9%    | 100,0% |
|                      |                               | % within estado civil         | 38,1%        | 40,5%  | 37,5%      | 40,0%  | 39,3%  |
|                      | Insatisfeito                  | Count                         | 38           | 33     | 3          | 1      | 75     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 50,7%        | 44,0%  | 4,0%       | 1,3%   | 100,0% |
|                      |                               | % within estado civil         | 14,1%        | 11,3%  | 9,4%       | 20,0%  | 12,5%  |
| Total                | Count                         | 270                           | 291          | 32     | 5          | 598    |        |
|                      | % within Índice de satisfação | 45,2%                         | 48,7%        | 5,4%   | ,8%        | 100,0% |        |
|                      | % within estado civil         | 100,0%                        | 100,0%       | 100,0% | 100,0%     | 100,0% |        |

Tabela 14.3 – Chi-Square Tests

|   | Value     | Df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 11,136(a) | 9  | ,266                  | ,251(b)                    | ,239                    | ,262        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 8,650     | 9  | ,470                  | ,512(b)                    | ,499                    | ,525        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 9,514     |    |                       | ,341(b)                    | ,329                    | ,353        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | ,493(c)   | 1  | ,483                  | ,490(b)                    | ,477                    | ,502        | ,248(b)                    | ,237                    | ,259        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 598       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 6 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,24. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                           |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is -,702.  |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Tabela 15.1 Índice de satisfação \* moradia

|                                       | Cases |         |         |         |       |         |
|---------------------------------------|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|                                       | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|                                       | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de satisfação * moradia</b> | 598   | 98,0%   | 12      | 2,0%    | 610   | 100,0%  |



Tabela 15.3 - Chi-Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 13,079(a) | 15 | ,596                  | ,585(b)                    | ,573                    | ,598        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 12,829    | 15 | ,615                  | ,671(b)                    | ,658                    | ,683        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 11,577    |    |                       | ,670(b)                    | ,658                    | ,682        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | ,044(c)   | 1  | ,835                  | ,841(b)                    | ,831                    | ,850        | ,422(b)                    | ,409                    | ,434        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 598       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 8 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,24. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 334431365.                         |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is -,209.  |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Tabela 16.1 - Índice de satisfação \* indexnbi

|  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de satisfação * indexnbi</b> | 596   | 97,7%   | 14      | 2,3%    | 610   | 100,0%  |

Tabela 16.2 – Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* indexnbi

|                      |                               |                               | indexnbi |        | Total  |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------|--------|--------|
|                      |                               |                               | NBI      | NBS    |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                    | Count                         | 8        | 21     | 29     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 27,6%    | 72,4%  | 100,0% |
|                      |                               | % within indexnbi             | 4,8%     | 4,9%   | 4,9%   |
|                      | 1 Déficit                     | Count                         | 70       | 188    | 258    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 27,1%    | 72,9%  | 100,0% |
|                      |                               | % within indexnbi             | 42,2%    | 43,7%  | 43,3%  |
|                      | 2 Déficit                     | Count                         | 74       | 160    | 234    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 31,6%    | 68,4%  | 100,0% |
|                      |                               | % within indexnbi             | 44,6%    | 37,2%  | 39,3%  |
|                      | Insatisfeito                  | Count                         | 14       | 61     | 75     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 18,7%    | 81,3%  | 100,0% |
|                      |                               | % within indexnbi             | 8,4%     | 14,2%  | 12,6%  |
| Total                | Count                         | 166                           | 430      | 596    |        |
|                      | % within Índice de satisfação | 27,9%                         | 72,1%    | 100,0% |        |
|                      | % within indexnbi             | 100,0%                        | 100,0%   | 100,0% |        |

Tabela 16.3 - Chi-Square Tests

|  | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|--|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|  |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|  |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 4,873(a) | 3  | ,181                  | ,185(b)                    | ,175                    | ,195        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 5,098    | 3  | ,165                  | ,172(b)                    | ,163                    | ,182        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 4,908    |    |                       | ,182(b)                    | ,172                    | ,192        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,336(c)  | 1  | ,562                  | ,595(b)                    | ,583                    | ,608        | ,303(b)                    | ,291                    | ,315        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 596      |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,08. |          |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 221623949.                        |          |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is ,580.  |          |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Tabela 17.1 - Índice de satisfação \* tipo ocupação pai

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de satisfação * tipo ocupação pai</b> | 583   | 95,6%   | 27      | 4,4%    | 610   | 100,0%  |

Tabela 17.2 – Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* tipo ocupação pai

|                             |                                      |                                      | tipo ocupação pai |        | Total  |
|-----------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|-------------------|--------|--------|
|                             |                                      |                                      | rural             | urbano |        |
| <b>Índice de satisfeito</b> | <b>Satisfeito</b>                    | <b>Count</b>                         | 21                | 6      | 27     |
|                             |                                      | <b>% within Índice de satisfação</b> | 77,8%             | 22,2%  | 100,0% |
|                             |                                      | <b>% within tipo ocupação pai</b>    | 4,6%              | 4,6%   | 4,6%   |
|                             | <b>1 Déficit</b>                     | <b>Count</b>                         | 201               | 53     | 254    |
|                             |                                      | <b>% within Índice de satisfação</b> | 79,1%             | 20,9%  | 100,0% |
|                             |                                      | <b>% within tipo ocupação pai</b>    | 44,4%             | 40,8%  | 43,6%  |
|                             | <b>2 Déficit</b>                     | <b>Count</b>                         | 178               | 50     | 228    |
|                             |                                      | <b>% within Índice de satisfação</b> | 78,1%             | 21,9%  | 100,0% |
|                             |                                      | <b>% within tipo ocupação pai</b>    | 39,3%             | 38,5%  | 39,1%  |
|                             | <b>Insatisfeito</b>                  | <b>Count</b>                         | 53                | 21     | 74     |
|                             |                                      | <b>% within Índice de satisfação</b> | 71,6%             | 28,4%  | 100,0% |
|                             |                                      | <b>% within tipo ocupação pai</b>    | 11,7%             | 16,2%  | 12,7%  |
| <b>Total</b>                | <b>Count</b>                         | 453                                  | 130               | 583    |        |
|                             | <b>% within Índice de satisfação</b> | 77,7%                                | 22,3%             | 100,0% |        |
|                             | <b>% within tipo ocupação pai</b>    | 100,0%                               | 100,0%            | 100,0% |        |



Tabela- Chi-Square Tests

|  | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 1,898(a) | 3  | ,594                  | ,596(b)                    | ,583                    | ,608                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 1,813    | 3  | ,612                  | ,615(b)                    | ,603                    | ,628                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 1,954    |    |                       | ,589(b)                    | ,577                    | ,602                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 1,127(c) | 1  | ,289                  | ,290(b)                    | ,278                    | ,302                       | ,159(b) | ,149                    | ,168        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 583      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,02. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1535910591.                       |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 1,061.   |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |



Cuadro 18.3 - Chi-Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 13,515(a) | 12 | ,333                  | ,325(b)                    | ,313                    | ,337        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 13,691    | 12 | ,321                  | ,377(b)                    | ,364                    | ,389        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 12,339    |    |                       | ,363(b)                    | ,350                    | ,375        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 4,648(c)  | 1  | ,031                  | ,030(b)                    | ,025                    | ,034        | ,015(b)                    | ,012                    | ,018        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 287       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 7 cells (35,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,70. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                           |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is -2,156.   |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |



Cuadro 19.2 - Chi-Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 16,577(a) | 12 | ,166                  | ,165(b)                    | ,155                    | ,174                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 16,495    | 12 | ,170                  | ,212(b)                    | ,201                    | ,223                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 16,729    |    |                       | ,123(b)                    | ,115                    | ,132                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 1,572(c)  | 1  | ,210                  | ,215(b)                    | ,205                    | ,226                       | ,113(b) | ,105                    | ,121        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 313       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 7 cells (35,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,42. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                           |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 1,254.  |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 20.1 - Índice de precariedad objetiva \* Nivel Educativo - Índice de Satisfação Coletores \* Nivel Educativo

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de precariedad objetiva * Nivel Educativo</b> | 281   | 85,4%   | 48      | 14,6%   | 329   | 100,0%  |
| <b>Índice de Satisfação Coletores * Nivel Educativo</b> | 307   | 93,3%   | 22      | 6,7%    | 329   | 100,0%  |

Cuadro 20.2 - Trabalhadores do Citrus. Índice de precariedade objetiva \* Nível de Instrução –

|                                 |           |                          | Nível de Instrução  |                   |                       |                     |                |              | Total  |
|---------------------------------|-----------|--------------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|----------------|--------------|--------|
|                                 |           |                          | Primaria Incompleta | Primaria Completa | Secundaria Incompleta | Secundaria Completa | UTU Incompleta | UTU Completa |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos | Count                    | 4                   | 11                | 7                     | 1                   | 5              | 0            | 28     |
|                                 |           | % within Nível Educativo | 6,5%                | 9,8%              | 11,3%                 | 20,0%               | 13,5%          | ,0%          | 10,0%  |
|                                 | 1 Déficit | Count                    | 34                  | 51                | 26                    | 3                   | 21             | 2            | 137    |
|                                 |           | % within Nível Educativo | 54,8%               | 45,5%             | 41,9%                 | 60,0%               | 56,8%          | 66,7%        | 48,8%  |
|                                 | 2 Déficit | Count                    | 17                  | 42                | 22                    | 1                   | 8              | 1            | 91     |
|                                 |           | % within Nível Educativo | 27,4%               | 37,5%             | 35,5%                 | 20,0%               | 21,6%          | 33,3%        | 32,4%  |
|                                 | Excluidos | Count                    | 7                   | 8                 | 7                     | 0                   | 3              | 0            | 25     |
|                                 |           | % within Nível Educativo | 11,3%               | 7,1%              | 11,3%                 | ,0%                 | 8,1%           | ,0%          | 8,9%   |
|                                 | Total     | Count                    | 62                  | 112               | 62                    | 5                   | 37             | 3            | 281    |
|                                 |           | % within Nível Educativo | 100,0%              | 100,0%            | 100,0%                | 100,0%              | 100,0%         | 100,0%       | 100,0% |

Cuadro 20.3 – Chi-Square Tests

|                                     | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|-------------------------------------|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|                                     |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|                                     |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 9,310(a) | 15 | ,861                  | ,865(b)                    | ,861                    | ,869                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 10,384   | 15 | ,795                  | ,855(b)                    | ,851                    | ,859                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>          | 9,647    |    |                       | ,816(b)                    | ,812                    | ,821                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | 1,465(c) | 1  | ,226                  | ,238(b)                    | ,233                    | ,243                       | ,118(b) | ,114                    |             |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 281      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

a 10 cells (41,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,27.

b Based on 50000 sampled tables with starting seed 1585587178.

c The standardized statistic is -1,210.

Cuadro 21.1 - Trabalhadores do Citrus. Índice de Satisfação Coletores \* Nível de Instrução

| Nível Educativo |  |  |  |  |  |  |  | Total |
|-----------------|--|--|--|--|--|--|--|-------|
|-----------------|--|--|--|--|--|--|--|-------|

|                                |                          |                          | Primaria Incompleta | Primaria Completa | Secundaria Incompleta | Secundaria Completa | UTU Incompleta | UTU Completa |       |
|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|----------------|--------------|-------|
| Índice de Satisfação Coletores | Satisfeitos              | Count                    | 5                   | 7                 | 3                     | 1                   | 2              | 0            | 18    |
|                                |                          | % within Nível Educativo | 8,1%                | 5,4%              | 4,7%                  | 16,7%               | 4,8%           | ,0%          | 5,9%  |
|                                | 1 Déficit                | Count                    | 12                  | 23                | 16                    | 1                   | 10             | 1            | 63    |
|                                |                          | % within Nível Educativo | 19,4%               | 17,7%             | 25,0%                 | 16,7%               | 23,8%          | 33,3%        | 20,5% |
|                                | 2 Déficit                | Count                    | 24                  | 56                | 21                    | 3                   | 10             | 0            | 114   |
|                                |                          | % within Nível Educativo | 38,7%               | 43,1%             | 32,8%                 | 50,0%               | 23,8%          | ,0%          | 37,1% |
|                                | Insatisfeitos            | Count                    | 21                  | 44                | 24                    | 1                   | 20             | 2            | 112   |
|                                |                          | % within Nível Educativo | 33,9%               | 33,8%             | 37,5%                 | 16,7%               | 47,6%          | 66,7%        | 36,5% |
| Total                          | Count                    | 62                       | 130                 | 64                | 6                     | 42                  | 3              | 307          |       |
|                                | % within Nível Educativo | 100,0%                   | 100,0%              | 100,0%            | 100,0%                | 100,0%              | 100,0%         | 100,0%       |       |

Cuadro 21.2 – Chi Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 12,044(a) | 15 | ,676                  | ,675(b)                    | ,670                    | ,681                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 12,954    | 15 | ,606                  | ,681(b)                    | ,676                    | ,686                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 13,038    |    |                       | ,554(b)                    | ,548                    | ,559                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,526(c)   | 1  | ,468                  | ,472(b)                    | ,467                    | ,478                       | ,246(b) | ,241                    | ,251        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 307       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 11 cells (45,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,18. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 50000 sampled tables with starting seed 1585587178.                         |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is ,725.  |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 22.1 - Índice de precariedade objetiva \* Estado conjugal atual - Índice de Satisfação Coletores \* Estado conjugal atual -

|  |  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  |  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  |  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
|  |  |       |         |         |         |       |         |





Cuadro 22.3 – Chi Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 19,446(a) | 15 | ,194                  | ,182(b)                    | ,178                    | ,187                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 20,211    | 15 | ,164                  | ,150(b)                    | ,145                    | ,154                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 19,794    |    |                       | ,108(b)                    | ,104                    | ,111                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,030(c)   | 1  | ,862                  | ,867(b)                    | ,863                    | ,871                       | ,438(b) | ,433                    | ,444        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 286       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 12 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,17. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 50000 sampled tables with starting seed 205597102.                          |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is ,174.  |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |



Cuadro 23.2 . Chi Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 19,693(a) | 15 | ,184                  | ,182(b)                    | ,178                    | ,187                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 17,550    | 15 | ,287                  | ,306(b)                    | ,301                    | ,312                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 18,336    |    |                       | ,162(b)                    | ,158                    | ,166                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 1,758(c)  | 1  | ,185                  | ,186(b)                    | ,181                    | ,190                       | ,095(b) | ,092                    | ,098        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 313       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 13 cells (54,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,12. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 50000 sampled tables with starting seed 205597102.                          |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 1,326.   |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 24.1 – Relação de propriedade com a moradia \* Índice de precariedade objetiva .- Relação de propriedade com a moradia \* Índice de Satisfação Coletores

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Relação de propriedade com a moradia * Índice de precariedade objetiva</b> | 287   | 87,2%   | 42      | 12,8%   | 329   | 100,0%  |
| <b>Relação de propriedade com a moradia * Índice de Satisfação Coletores</b>  | 314   | 95,4%   | 15      | 4,6%    | 329   | 100,0%  |

Cuadro 24.2 - Trabalhadores do citrus. Relação de propriedade com a moradia \* Índice de precariedade objetiva

|                                      |  |   | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total  |
|--------------------------------------|--|---|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------|
|                                      |  |   | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluidos |        |
| Relación de propiedad com la moradia | Proprietario da moradia                        | Count   | 15                              | 73        | 61        | 22        | 171    |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 8,8%                            | 42,7%     | 35,7%     | 12,9%     | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de precariedade objetiva      | 53,6%                           | 52,1%     | 64,9%     | 88,0%     | 59,6%  |
|                                      | Integra MEVIR o uma cooperativa de moradias    | Count   | 4                               | 12        | 10        | 0         | 26     |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 15,4%                           | 46,2%     | 38,5%     | ,0%       | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de precariedade objetiva      | 14,3%                           | 8,6%      | 10,6%     | ,0%       | 9,1%   |
|                                      | Inquilino o Arrendatário                       | Count   | 6                               | 18        | 10        | 1         | 35     |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 17,1%                           | 51,4%     | 28,6%     | 2,9%      | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de precariedade objetiva      | 21,4%                           | 12,9%     | 10,6%     | 4,0%      | 12,2%  |
|                                      | Ocupante por relação de dependência (trabalho) | Count   | 0                               | 1         | 0         | 0         | 1      |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | ,0%                             | 100,0%    | ,0%       | ,0%       | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de precariedade objetiva      | ,0%                             | ,7%       | ,0%       | ,0%       | ,3%    |
|                                      | Ocupante por empréstimo, cessão ou permissão   | Count   | 3                               | 36        | 11        | 2         | 52     |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 5,8%                            | 69,2%     | 21,2%     | 3,8%      | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de precariedade objetiva      | 10,7%                           | 25,7%     | 11,7%     | 8,0%      | 18,1%  |
|                                      | Outro  | Count   | 0                               | 0         | 2         | 0         | 2      |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | ,0%                             | ,0%       | 100,0%    | ,0%       | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de precariedade objetiva      | ,0%                             | ,0%       | 2,1%      | ,0%       | ,7%    |
| Total                                | Count  | 28  | 140                             | 94        | 25        | 287       |        |
|                                      | % within Relação de propriedade com a moradia  | 9,8%  | 48,8%                           | 32,8%     | 8,7%      | 100,0%    |        |
|                                      | % within Índice de precariedade objetiva       | 100,0%  | 100,0%                          | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%    |        |

Cuadro 24.3 – Chi Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig.<br>(2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|--------------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                          | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                          |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 26,290(a) | 15 | ,035                     | ,047(b)                    | ,041                    | ,052                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 29,221    | 15 | ,015                     | ,007(b)                    | ,005                    | ,009                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 25,834    |    |                          | ,016(b)                    | ,012                    | ,019                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 6,278(c)  | 1  | ,012                     | ,011(b)                    | ,008                    | ,013                       | ,006(b) | ,004                    | ,008        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 287       |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 13 cells (54,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,09. |           |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                            |           |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -2,506.  |           |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 25.1 - Trabalhadores do citrus. Relação de propriedade com a moradia \* Índice de Satisfação Coletores

|                                      |  |   | Índice de Satisfação Coletores |           |           |               | Total  |
|--------------------------------------|--|---|--------------------------------|-----------|-----------|---------------|--------|
|                                      |  |   | Satisfeitos                    | 1 Déficit | 2 Déficit | Insatisfeitos |        |
| Relación de propiedad com la moradia | Proprietario da moradia                        | Count   | 12                             | 37        | 65        | 72            | 186    |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 6,5%                           | 19,9%     | 34,9%     | 38,7%         | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de Satisfação Coletores       | 63,2%                          | 56,9%     | 56,5%     | 62,6%         | 59,2%  |
|                                      | Integra MEVIR o uma cooperativa de moradias    | Count   | 2                              | 6         | 15        | 8             | 31     |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 6,5%                           | 19,4%     | 48,4%     | 25,8%         | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de Satisfação Coletores       | 10,5%                          | 9,2%      | 13,0%     | 7,0%          | 9,9%   |
|                                      | Inquilino o Arrendatário                       | Count   | 2                              | 9         | 17        | 9             | 37     |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 5,4%                           | 24,3%     | 45,9%     | 24,3%         | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de Satisfação Coletores       | 10,5%                          | 13,8%     | 14,8%     | 7,8%          | 11,8%  |
|                                      | Ocupante por relação de dependência (trabalho) | Count   | 0                              | 1         | 0         | 0             | 1      |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | ,0%                            | 100,0%    | ,0%       | ,0%           | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de Satisfação Coletores       | ,0%                            | 1,5%      | ,0%       | ,0%           | ,3%    |
|                                      | Ocupante por empréstimo, cessão ou permissão   | Count   | 3                              | 12        | 18        | 23            | 56     |
|                                      |  | % within Relação de propriedade com a moradia | 5,4%                           | 21,4%     | 32,1%     | 41,1%         | 100,0% |
|                                      |  | % within Índice de Satisfação Coletores       | 15,8%                          | 18,5%     | 15,7%     | 20,0%         | 17,8%  |
| Outro                                | Count  | 0   | 0                              | 0         | 3         | 3             |        |
|                                      | % within Relação de propriedade com a moradia  | ,0%   | ,0%                            | ,0%       | 100,0%    | 100,0%        |        |
|                                      | % within Índice de Satisfação Coletores        | ,0%   | ,0%                            | ,0%       | 2,6%      | 1,0%          |        |
| Total                                | Count  | 19  | 65                             | 115       | 115       | 314           |        |
|                                      | % within Relação de propriedade com a moradia  | 6,1%  | 20,7%                          | 36,6%     | 36,6%     | 100,0%        |        |
|                                      | % within Índice de Satisfação Coletores        | 100,0%  | 100,0%                         | 100,0%    | 100,0%    | 100,0%        |        |

Cuadro 25.2 - Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 15,026(a) | 15 | ,450                  | ,418(b)                    | ,405                    | ,430        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 15,318    | 15 | ,429                  | ,442(b)                    | ,430                    | ,455        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 13,847    |    |                       | ,544(b)                    | ,531                    | ,557        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,121(c)   | 1  | ,728                  | ,731(b)                    | ,720                    | ,743        | ,364(b)                    | ,351                    | ,376        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 314       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 11 cells (45,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,06. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                            |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is ,347.  |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Cuadro 26.1 - Índice de precariedade objetiva \* NBI.- Índice de Satisfação Coletores \* NBI

|  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de precariedade objetiva * NBI</b> | 287   | 87,2%   | 42      | 12,8%   | 329   | 100,0%  |
| <b>Índice de Satisfação Coletores * NBI</b>  | 314   | 95,4%   | 15      | 4,6%    | 329   | 100,0%  |

Cuadro 26.2 - Trabalhadores do citrus. Índice de precariedade objetiva \* NBI

|                                 |  |  | NBI    |        | Total  |
|---------------------------------|--|--|--------|--------|--------|
|                                 |  |  | NBS    | NBI    |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 17     | 11     | 28     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 60,7%  | 39,3%  | 100,0% |
|                                 |  | % within NBI                             | 20,0%  | 5,4%   | 9,8%   |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 41     | 99     | 140    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 29,3%  | 70,7%  | 100,0% |
|                                 |  | % within NBI                             | 48,2%  | 49,0%  | 48,8%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 22     | 72     | 94     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 23,4%  | 76,6%  | 100,0% |
|                                 |  | % within NBI                             | 25,9%  | 35,6%  | 32,8%  |
|                                 | Excluidos                                | Count                                    | 5      | 20     | 25     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 20,0%  | 80,0%  | 100,0% |
|                                 |  | % within NBI                             | 5,9%   | 9,9%   | 8,7%   |
| Total                           | Count                                    | 85                                       | 202    | 287    |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 29,6%                                    | 70,4%  | 100,0% |        |
|                                 | % within NBI                             | 100,0%                                   | 100,0% | 100,0% |        |

Cuadro 26.3 – Chi Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 15,847(a) | 3  | ,001                  | ,001(b)                    | ,000                    | ,002                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 14,604    | 3  | ,002                  | ,002(b)                    | ,001                    | ,004                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 14,382    |    |                       | ,002(b)                    | ,001                    | ,003                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 10,227(c) | 1  | ,001                  | ,001(b)                    | ,000                    | ,002                       | ,001(b) | ,000                    | ,001        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 287       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,40. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 221623949.                        |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 3,198.   |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 27.1 - Trabalhadores do citrus. Índice de Satisfação Coletores \* NBI



|                                |   |   | NBI    |        | Total  |
|--------------------------------|---|---|--------|--------|--------|
|                                |   |   | NBS    | NBI    |        |
| Índice de Satisfação Coletores | Satisfeitos                             | Count                                   | 8      | 11     | 19     |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 42,1%  | 57,9%  | 100,0% |
|                                |   | % within NBI                            | 8,3%   | 5,0%   | 6,1%   |
|                                | 1 Déficit                               | Count                                   | 18     | 47     | 65     |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 27,7%  | 72,3%  | 100,0% |
|                                |   | % within NBI                            | 18,8%  | 21,6%  | 20,7%  |
|                                | 2 Déficit                               | Count                                   | 40     | 75     | 115    |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 34,8%  | 65,2%  | 100,0% |
|                                |   | % within NBI                            | 41,7%  | 34,4%  | 36,6%  |
|                                | Insatisfeitos                           | Count                                   | 30     | 85     | 115    |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 26,1%  | 73,9%  | 100,0% |
|                                |   | % within NBI                            | 31,3%  | 39,0%  | 36,6%  |
| Total                          | Count                                   | 96                                      | 218    | 314    |        |
|                                | % within Índice de Satisfação Coletores | 30,6%                                   | 69,4%  | 100,0% |        |
|                                | % within NBI                            | 100,0%                                  | 100,0% | 100,0% |        |

Cuadro 27.2 – Chi Square Tests

|  | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 3,495(a) | 3  | ,321                  | ,328(b)                    | ,316                    | ,340                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 3,444    | 3  | ,328                  | ,344(b)                    | ,331                    | ,356                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 3,541    |    |                       | ,323(b)                    | ,311                    | ,335                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 1,081(c) | 1  | ,299                  | ,306(b)                    | ,295                    | ,318                       | ,163(b) | ,153                    | ,172        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 314      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,81. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 221623949.                        |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 1,040.   |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

## CUADROS REFERIDOS AO CAPITULO 6.

### 6.2. A precariedade e os postos de trabalho

Cuadro 28.1 – Posto atual \* Índice de precariedade objetiva -

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| Posto atual * Índice de precariedade objetiva | 564   | 92,5%   | 46      | 7,5%    | 610   | 100,0%  |

Cuadro 28.2 - Trabalhadores da Tosquia. Posto atual \* Índice de precariedade objetiva -

|             |                      |                        | Índice de precariedade objetiva |           |           |           | Total  |
|-------------|----------------------|------------------------|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------|
|             |                      |                        | Inseridos                       | 1 Déficit | 2 Déficit | Excluídos |        |
| posto atual | agarrador            | Count                  | 2                               | 16        | 11        | 23        | 52     |
|             |                      | % within posto atual   | 3,8%                            | 30,8%     | 21,2%     | 44,2%     | 100,0% |
|             | varredor             | Count                  | 1                               | 3         | 8         | 16        | 28     |
|             |                      | % within puesto actual | 3,6%                            | 10,7%     | 28,6%     | 57,1%     | 100,0% |
|             | tosquiador           | Count                  | 42                              | 73        | 88        | 55        | 258    |
|             |                      | % within puesto actual | 16,3%                           | 28,3%     | 34,1%     | 21,3%     | 100,0% |
|             | ensacador            | Count                  | 4                               | 11        | 16        | 15        | 46     |
|             |                      | % within posto atual   | 8,7%                            | 23,9%     | 34,8%     | 32,6%     | 100,0% |
|             | acondicionador       | Count                  | 10                              | 17        | 29        | 38        | 94     |
|             |                      | % within posto atual   | 10,6%                           | 18,1%     | 30,9%     | 40,4%     | 100,0% |
|             | vellonero/levantador | Count                  | 1                               | 3         | 8         | 16        | 28     |
|             |                      | % within posto atual   | 3,6%                            | 10,7%     | 28,6%     | 57,1%     | 100,0% |
|             | alcanzador           | Count                  | 0                               | 0         | 1         | 4         | 5      |
|             |                      | % within posto atual   | ,0%                             | ,0%       | 20,0%     | 80,0%     | 100,0% |
|             | cozinheiro           | Count                  | 4                               | 8         | 13        | 19        | 44     |
|             |                      | % within posto atual   | 9,1%                            | 18,2%     | 29,5%     | 43,2%     | 100,0% |
|             | outro                | Count                  | 0                               | 4         | 1         | 4         | 9      |
|             |                      | % within posto atual   | ,0%                             | 44,4%     | 11,1%     | 44,4%     | 100,0% |
| Total       | Count                | 64                     | 135                             | 175       | 190       | 564       |        |
|             | % within posto atual | 11,3%                  | 23,9%                           | 31,0%     | 33,7%     | 100,0%    |        |

Cuadro 28.3 - Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 57,740(a) | 24 | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 62,146    | 24 | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 54,028    |    |                       | ,000(b)                    | ,000                    | ,000        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 5,368(c)  | 1  | ,021                  | ,022(b)                    | ,018                    | ,026        | ,010(b)                    | ,008                    | ,013        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 564       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 11 cells (30,6%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,57. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 717025692.                          |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is 2,317.   |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Cuadro 29.1 - Posto atual \* Índice de satisfação

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>posto atual * Índice de satisfação</b> | 597   | 97,9%   | 13      | 2,1%    | 610   | 100,0%  |

Cuadro 29.2 – Trabajadores da tosquia. Posto atual \* Índice de satisfação.

|             |                      |                      | Índice de satisfação |           |           |              | Total  |
|-------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------|-----------|--------------|--------|
|             |                      |                      | Satisfeito           | 1 Déficit | 2 Déficit | Insatisfeito |        |
| posto atual | Agarrador            | Count                | 5                    | 11        | 31        | 7            | 54     |
|             |                      | % within posto atual | 9,3%                 | 20,4%     | 57,4%     | 13,0%        | 100,0% |
|             | Varredor             | Count                | 3                    | 11        | 12        | 6            | 32     |
|             |                      | % within posto atual | 9,4%                 | 34,4%     | 37,5%     | 18,8%        | 100,0% |
|             | Tosquiador           | Count                | 7                    | 152       | 92        | 16           | 267    |
|             |                      | % within posto atual | 2,6%                 | 56,9%     | 34,5%     | 6,0%         | 100,0% |
|             | Ensacador            | Count                | 6                    | 19        | 20        | 5            | 50     |
|             |                      | % within posto atual | 12,0%                | 38,0%     | 40,0%     | 10,0%        | 100,0% |
|             | Acondicionador       | Count                | 2                    | 35        | 42        | 23           | 102    |
|             |                      | % within posto atual | 2,0%                 | 34,3%     | 41,2%     | 22,5%        | 100,0% |
|             | Vellonero/levantador | Count                | 1                    | 12        | 11        | 5            | 29     |
|             |                      | % within posto atual | 3,4%                 | 41,4%     | 37,9%     | 17,2%        | 100,0% |
|             | Alcancador           | Count                | 1                    | 1         | 1         | 3            | 6      |
|             |                      | % within posto atual | 16,7%                | 16,7%     | 16,7%     | 50,0%        | 100,0% |
|             | Cozinheiro           | Count                | 4                    | 14        | 20        | 8            | 46     |
|             |                      | % within posto atual | 8,7%                 | 30,4%     | 43,5%     | 17,4%        | 100,0% |
|             | Outro                | Count                | 0                    | 4         | 5         | 2            | 11     |
|             |                      | % within posto atual | ,0%                  | 36,4%     | 45,5%     | 18,2%        | 100,0% |
|             | Total                | Count                | 29                   | 259       | 234       | 75           | 597    |
|             |                      | % within posto atual | 4,9%                 | 43,4%     | 39,2%     | 12,6%        | 100,0% |

Cuadro 29.3 - Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 74,888(a) | 24 | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 71,791    | 24 | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 73,534    |    |                       | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 5,118(c)  | 1  | ,024                  | ,022(b)                    | ,019                    | ,026                       | ,012(b) | ,009                    | ,015        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 597       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 16 cells (44,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,29. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 307647058.                          |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 2,262.   |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 30.1 - Índice de precariedade objetiva \* Realizou outras tarefas no citrus - Índice de Satisfação Cosecheros \* Realizou outras tarefas no citrus - Case Processing Summary

|  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de precariedade objetiva * Realizou outras tarefas no citrus</b> | 287   | 87,2%   | 42      | 12,8%   | 329   | 100,0%  |
| <b>Índice de Satisfação Coletores * Realizou outras tarefas no citrus</b>  | 314   | 95,4%   | 15      | 4,6%    | 329   | 100,0%  |

Cuadro 30.2 - Trabalhadores do citrus. Índice de precariedade objetiva \* Realizou outras tarefas no citrus

|                                 |  |  | Realizou outras tarefas no citrus |        | Total |
|---------------------------------|--|--|-----------------------------------|--------|-------|
|                                 |  |  | Não                               | Sim    |       |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                  | Count                                      | 21                                | 7      | 28    |
|                                 |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 10,0%                             | 9,1%   | 9,8%  |
|                                 | 1 Déficit                                  | Count                                      | 93                                | 47     | 140   |
|                                 |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 44,3%                             | 61,0%  | 48,8% |
|                                 | 2 Déficit                                  | Count                                      | 74                                | 20     | 94    |
|                                 |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 35,2%                             | 26,0%  | 32,8% |
|                                 | Excluidos                                  | Count                                      | 22                                | 3      | 25    |
|                                 |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 10,5%                             | 3,9%   | 8,7%  |
| Total                           | Count                                      | 210  | 77                                | 287    |       |
|                                 | % within Realizou outras tarefas no citrus | 100,0%                                     | 100,0%                            | 100,0% |       |

Cuadro 30.3 - Chi-Square Tests

|                              | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|------------------------------|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|                              |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|                              |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| Pearson Chi-Square           | 7,566(a) | 3  | ,056                  | ,054(b)                    | ,051                    | ,056        |                            |                         |             |
| Likelihood Ratio             | 7,984    | 3  | ,046                  | ,049(b)                    | ,047                    | ,052        |                            |                         |             |
| Fisher's Exact Test          | 7,379    |    |                       | ,058(b)                    | ,056                    | ,061        |                            |                         |             |
| Linear-by-Linear Association | 4,260(c) | 1  | ,039                  | ,041(b)                    | ,039                    | ,043        | ,023(b)                    | ,021                    | ,025        |
| N of Valid Cases             | 287      |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,71.

b Based on 50000 sampled tables with starting seed 424620234.

c The standardized statistic is -2,064.

Cuadro 31.1 - Trabalhadores do citrus. Índice de Satisfação Coletores \* Realizou outras tarefas no citrus.

|  |  |  | Realizou outras tarefas no citrus | Total |
|--|--|--|-----------------------------------|-------|
|--|--|--|-----------------------------------|-------|

|                                   |  |  | Não    | Sim    |       |
|-----------------------------------|--|--|--------|--------|-------|
| Índice de Satisfação<br>Coletores | Satisfeitos                                | Count                                      | 12     | 7      | 19    |
|                                   |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 5,2%   | 8,5%   | 6,1%  |
|                                   | 1 Déficit                                  | Count                                      | 54     | 11     | 65    |
|                                   |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 23,3%  | 13,4%  | 20,7% |
|                                   | 2 Déficit                                  | Count                                      | 89     | 26     | 115   |
|                                   |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 38,4%  | 31,7%  | 36,6% |
|                                   | Insatisfeitos                              | Count                                      | 77     | 38     | 115   |
|                                   |  | % within Realizou outras tarefas no citrus | 33,2%  | 46,3%  | 36,6% |
| Total                             | Count                                      | 232  | 82     | 314    |       |
|                                   | % within Realizou outras tarefas no citrus | 100,0%                                     | 100,0% | 100,0% |       |

Cuadro 31.2 - Chi-Square Tests

|  | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 7,573(a) | 3  | ,056                  | ,052(b)                    | ,050                    | ,055                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 7,648    | 3  | ,054                  | ,055(b)                    | ,053                    | ,058                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 7,612    |    |                       | ,050(b)                    | ,048                    | ,053                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 1,968(c) | 1  | ,161                  | ,174(b)                    | ,169                    | ,178                       | ,090(b) | ,087                    | ,093        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 314      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 1 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,96. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 50000 sampled tables with starting seed 424620234.                          |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 1,403.   |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |



## CUADROS REFERIDOS AO CAPITULO 6.

### 6.3. Residencia, movilidad y mercados de trabajo rural.

Cuadro 32.1 – Trabalhadores da tosquia. Índice de Precariedade Objetiva \* lugar de residência atual

|                                 |  |  | Lugar de residência atual |            |             |         | Total  |
|---------------------------------|--|--|---------------------------|------------|-------------|---------|--------|
|                                 |  |  | Médio rural Disperso      | Povo rural | Povo urbano | Capital |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 12                        | 15         | 16          | 21      | 64     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 18,8%                     | 23,4%      | 25,0%       | 32,8%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência atual       | 12,8%                     | 9,9%       | 8,8%        | 15,4%   | 11,4%  |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 21                        | 27         | 46          | 41      | 135    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 15,6%                     | 20,0%      | 34,1%       | 30,4%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência atual       | 22,3%                     | 17,9%      | 25,3%       | 30,1%   | 24,0%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 34                        | 48         | 57          | 35      | 174    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 19,5%                     | 27,6%      | 32,8%       | 20,1%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência atual       | 36,2%                     | 31,8%      | 31,3%       | 25,7%   | 30,9%  |
|                                 | Excluídos                                | Count                                    | 27                        | 61         | 63          | 39      | 190    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 14,2%                     | 32,1%      | 33,2%       | 20,5%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência atual       | 28,7%                     | 40,4%      | 34,6%       | 28,7%   | 33,7%  |
| Total                           | Count                                    | 94                                       | 151                       | 182        | 136         | 563     |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 16,7%                                    | 26,8%                     | 32,3%      | 24,2%       | 100,0%  |        |
|                                 | % within Lugar de residência atual       | 100,0%                                   | 100,0%                    | 100,0%     | 100,0%      | 100,0%  |        |

Cuadro 32.2 - Chi-Square Tests

|                              | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|------------------------------|-----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square           | 14,041(a) | 9  | ,121                  |
| Likelihood Ratio             | 14,002    | 9  | ,122                  |
| Linear-by-Linear Association | 2,448     | 1  | ,118                  |
| N of Valid Cases             | 563       |    |                       |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,69.

Cuadro 33.1 – Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* Lugar de residência atual

|  |  |  | Lugar de residência atual | Total |
|--|--|--|---------------------------|-------|
|--|--|--|---------------------------|-------|

|                         |                                       |                                       | Médio rural<br>Disperso | Povo<br>rural | Povo<br>urbano | Capital |        |
|-------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------------|----------------|---------|--------|
| Índice de<br>satisfação | Satisfeito                            | Count                                 | 4                       | 6             | 7              | 12      | 29     |
|                         |                                       | % within Índice de<br>satisfação      | 13,8%                   | 20,7%         | 24,1%          | 41,4%   | 100,0% |
|                         |                                       | % within Lugar de<br>residência atual | 3,8%                    | 3,8%          | 3,6%           | 8,4%    | 4,9%   |
|                         | 1 Déficit                             | Count                                 | 43                      | 66            | 90             | 58      | 257    |
|                         |                                       | % within Índice de<br>satisfação      | 16,7%                   | 25,7%         | 35,0%          | 22,6%   | 100,0% |
|                         |                                       | % within Lugar de<br>residência atual | 41,3%                   | 42,0%         | 46,9%          | 40,6%   | 43,1%  |
|                         | 2 Déficit                             | Count                                 | 51                      | 58            | 70             | 56      | 235    |
|                         |                                       | % within Índice de<br>satisfação      | 21,7%                   | 24,7%         | 29,8%          | 23,8%   | 100,0% |
|                         |                                       | % within Lugar de<br>residência atual | 49,0%                   | 36,9%         | 36,5%          | 39,2%   | 39,4%  |
|                         | Insatisfeito                          | Count                                 | 6                       | 27            | 25             | 17      | 75     |
|                         |                                       | % within Índice de<br>satisfação      | 8,0%                    | 36,0%         | 33,3%          | 22,7%   | 100,0% |
|                         |                                       | % within Lugar de<br>residência atual | 5,8%                    | 17,2%         | 13,0%          | 11,9%   | 12,6%  |
| Total                   | Count                                 | 104                                   | 157                     | 192           | 143            | 596     |        |
|                         | % within Índice de<br>satisfação      | 17,4%                                 | 26,3%                   | 32,2%         | 24,0%          | 100,0%  |        |
|                         | % within Lugar de<br>residência atual | 100,0%                                | 100,0%                  | 100,0%        | 100,0%         | 100,0%  |        |

Cuadro 33.2 - Chi-Square Tests

| Chi-Square Tests   |           |    |                       |
|--|-----------|----|-----------------------|
|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 15,470(a) | 9  | ,079                  |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 15,446    | 9  | ,079                  |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,480      | 1  | ,488                  |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 596       |    |                       |
| a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,06. |           |    |                       |

Cuadro 34.1 - Índice de satisfação \* Zonas.- Índice de precariedade objetiva \* Zonas.

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| Índice de satisfação * Zonas            | 559   | 92,9%   | 43      | 7,1%    | 602   | 100,0%  |
| Índice de precariedade objetiva * Zonas | 529   | 87,9%   | 73      | 12,1%   | 602   | 100,0%  |

Cuadro 34.2 – Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* Zonas

|                      |                               |                               | Zonas  |        |        | Total  |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|
|                      |                               |                               | Leste  | Norte  | Sur    |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                    | Count                         | 8      | 12     | 5      | 25     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 32,0%  | 48,0%  | 20,0%  | 100,0% |
|                      |                               | % within Zonas                | 6,3%   | 4,5%   | 3,0%   | 4,5%   |
|                      | 1 Déficit                     | Count                         | 57     | 112    | 72     | 241    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 23,7%  | 46,5%  | 29,9%  | 100,0% |
|                      |                               | % within Zonas                | 44,9%  | 42,3%  | 43,1%  | 43,1%  |
|                      | 2 Déficit                     | Count                         | 46     | 109    | 71     | 226    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 20,4%  | 48,2%  | 31,4%  | 100,0% |
|                      |                               | % within Zonas                | 36,2%  | 41,1%  | 42,5%  | 40,4%  |
|                      | Insatisfeito                  | Count                         | 16     | 32     | 19     | 67     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 23,9%  | 47,8%  | 28,4%  | 100,0% |
|                      |                               | % within Zonas                | 12,6%  | 12,1%  | 11,4%  | 12,0%  |
| Total                | Count                         | 127                           | 265    | 167    | 559    |        |
|                      | % within Índice de satisfação | 22,7%                         | 47,4%  | 29,9%  | 100,0% |        |
|                      | % within Zonas                | 100,0%                        | 100,0% | 100,0% | 100,0% |        |

Cuadro 34.3 - Chi-Square Tests

|  | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 2,764(a) | 6  | ,838                  | ,839(b)                    | ,829                    | ,848                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 2,781    | 6  | ,836                  | ,838(b)                    | ,829                    | ,847                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 2,811    |    |                       | ,836(b)                    | ,826                    | ,845                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,606(c)  | 1  | ,436                  | ,442(b)                    | ,429                    | ,454                       | ,231(b) | ,221                    | ,242        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 559      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,68. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1585587178.                       |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is ,778.  |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 35.1 – Trabajadores da tosquia. Índice de precariedade objetiva \* Zonas

|  |   |   | Zonas  |        |        | Total  |
|--|---|---|--------|--------|--------|--------|
|  |   |   | Leste  | Norte  | Sur    |        |
| <b>Índice de precariedade objetiva</b> | <b>Inseridos</b>                                | <b>Count</b>                                    | 10     | 29     | 20     | 59     |
|  |   | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 16,9%  | 49,2%  | 33,9%  | 100,0% |
|  |   | <b>% within Zonas</b>                           | 8,7%   | 11,2%  | 12,8%  | 11,2%  |
|  | <b>1 Déficit</b>                                | <b>Count</b>                                    | 28     | 56     | 42     | 126    |
|  |   | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 22,2%  | 44,4%  | 33,3%  | 100,0% |
|  |   | <b>% within Zonas</b>                           | 24,3%  | 21,7%  | 26,9%  | 23,8%  |
|  | <b>2 Déficit</b>                                | <b>Count</b>                                    | 37     | 80     | 48     | 165    |
|  |   | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 22,4%  | 48,5%  | 29,1%  | 100,0% |
|  |   | <b>% within Zonas</b>                           | 32,2%  | 31,0%  | 30,8%  | 31,2%  |
|  | <b>Excluídos</b>                                | <b>Count</b>                                    | 40     | 93     | 46     | 179    |
|  |   | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 22,3%  | 52,0%  | 25,7%  | 100,0% |
|  |   | <b>% within Zonas</b>                           | 34,8%  | 36,0%  | 29,5%  | 33,8%  |
| <b>Total</b>                           | <b>Count</b>                                    | 115   | 258    | 156    | 529    |        |
|  | <b>% within Índice de precariedade objetiva</b> | 21,7%   | 48,8%  | 29,5%  | 100,0% |        |
|  | <b>% within Zonas</b>                           | 100,0%  | 100,0% | 100,0% | 100,0% |        |

Cuadro 35.2 - Chi-Square Tests

|   | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 3,464(a) | 6  | ,749                  | ,749(b)                    | ,737                    | ,760                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 3,518    | 6  | ,742                  | ,742(b)                    | ,730                    | ,753                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 3,487    |    |                       | ,746(b)                    | ,735                    | ,757                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 1,950(c) | 1  | ,163                  | ,171(b)                    | ,161                    | ,180                       | ,086(b) | ,079                    | ,093        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 529      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,83. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1585587178.                        |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -1,396.   |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 36.1 - Índice de Satisfação Coletores \* Lugar de residência habitual.- Índice de precariedade objetiva \* Lugar de residência habitual -

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de Satisfação Coletores * Lugar de residência habitual</b>  | 312   | 94,8%   | 17      | 5,2%    | 329   | 100,0%  |
| <b>Índice de precariedade objetiva * Lugar de residência habitual</b> | 286   | 86,9%   | 43      | 13,1%   | 329   | 100,0%  |

Cuadro 36.2 - Trabajadores do citrus. Índice de precariedade objetiva \* Lugar de residência habitual

|                                 |  |  | Lugar de residência habitual |             |            |                | Total  |
|---------------------------------|--|--|------------------------------|-------------|------------|----------------|--------|
|                                 |  |  | Capital Departamental        | Povo Urbano | Povo Rural | Rural Disperso |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 17                           | 6           | 4          | 1              | 28     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 60,7%                        | 21,4%       | 14,3%      | 3,6%           | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência habitual    | 7,9%                         | 22,2%       | 12,1%      | 10,0%          | 9,8%   |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 105                          | 11          | 19         | 5              | 140    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 75,0%                        | 7,9%        | 13,6%      | 3,6%           | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência habitual    | 48,6%                        | 40,7%       | 57,6%      | 50,0%          | 49,0%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 78                           | 7           | 6          | 3              | 94     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 83,0%                        | 7,4%        | 6,4%       | 3,2%           | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência habitual    | 36,1%                        | 25,9%       | 18,2%      | 30,0%          | 32,9%  |
|                                 | Excluidos                                | Count                                    | 16                           | 3           | 4          | 1              | 24     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 66,7%                        | 12,5%       | 16,7%      | 4,2%           | 100,0% |
|                                 |  | % within Lugar de residência habitual    | 7,4%                         | 11,1%       | 12,1%      | 10,0%          | 8,4%   |
| Total                           | Count                                    | 216                                      | 27                           | 33          | 10         | 286            |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 75,5%                                    | 9,4%                         | 11,5%       | 3,5%       | 100,0%         |        |
|                                 | % within Lugar de residência habitual    | 100,0%                                   | 100,0%                       | 100,0%      | 100,0%     | 100,0%         |        |

Cuadro 36.3 - Chi-Square Tests

|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 10,483(a) | 9  | ,313                  | ,303(b)                    | ,291                    | ,314                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 9,737     | 9  | ,372                  | ,453(b)                    | ,441                    | ,466                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 11,074    |    |                       | ,212(b)                    | ,201                    | ,223                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | ,847(c)   | 1  | ,357                  | ,356(b)                    | ,344                    | ,368                       | ,191(b) | ,181                    | ,201        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 286       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 8 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,84. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                           |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -,920.  |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 37.1 - Trabalhadores do citrus. Índice de Satisfação Coletores \* Lugar de residência habitual

|                                |   |   | Lugar de residência habitual |             |            |                | Total  |
|--------------------------------|---|---|------------------------------|-------------|------------|----------------|--------|
|                                |   |   | Capital Departamental        | Povo Urbano | Povo Rural | Rural Disperso |        |
| Índice de Satisfação Coletores | Satisfeitos                             | Count                                   | 15                           | 1           | 2          | 1              | 19     |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 78,9%                        | 5,3%        | 10,5%      | 5,3%           | 100,0% |
|                                |   | % within Lugar de residência habitual   | 6,3%                         | 3,6%        | 5,9%       | 9,1%           | 6,1%   |
|                                | 1 Déficit                               | Count                                   | 40                           | 9           | 12         | 4              | 65     |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 61,5%                        | 13,8%       | 18,5%      | 6,2%           | 100,0% |
|                                |   | % within Lugar de residência habitual   | 16,7%                        | 32,1%       | 35,3%      | 36,4%          | 20,8%  |
|                                | 2 Déficit                               | Count                                   | 84                           | 10          | 15         | 5              | 114    |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 73,7%                        | 8,8%        | 13,2%      | 4,4%           | 100,0% |
|                                |   | % within Lugar de residência habitual   | 35,1%                        | 35,7%       | 44,1%      | 45,5%          | 36,5%  |
|                                | Insatisfechos                           | Count                                   | 100                          | 8           | 5          | 1              | 114    |
|                                |   | % within Índice de Satisfação Coletores | 87,7%                        | 7,0%        | 4,4%       | ,9%            | 100,0% |
|                                |   | % within Lugar de residência habitual   | 41,8%                        | 28,6%       | 14,7%      | 9,1%           | 36,5%  |
| Total                          | Count                                   | 239                                     | 28                           | 34          | 11         | 312            |        |
|                                | % within Índice de Satisfação Coletores | 76,6%                                   | 9,0%                         | 10,9%       | 3,5%       | 100,0%         |        |
|                                | % within Lugar de residencia habitual   | 100,0%                                  | 100,0%                       | 100,0%      | 100,0%     | 100,0%         |        |



Cuadro 37.2 - Chi-Square Tests

| Chi-Square Tests  |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
|---|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|   |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|   |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 18,736(a) | 9  | ,028                  | ,028(b)                    | ,024                    | ,032        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 20,036    | 9  | ,018                  | ,025(b)                    | ,021                    | ,028        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 19,868    |    |                       | ,011(b)                    | ,008                    | ,014        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 11,562(c) | 1  | ,001                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,001        | ,000(b)                    | ,000                    | ,001        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 312       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 6 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,67. |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.                           |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is -3,400.   |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

## CUADROS REFERIDOS AO CAPITULO 6

### 6.4. Os tipos de Empresa.

Cuadro 38.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de precariedade objetiva \* Máquinas segundo categorías do SUL

|                                 |  |  | Catsul |        |        |        | Total  |
|---------------------------------|--|--|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                 |  |  | A      | B      | C      | D      |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 9      | 19     | 28     | 8      | 64     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 14,1%  | 29,7%  | 43,8%  | 12,5%  | 100,0% |
|                                 |  | % within catsul                          | 9,9%   | 14,4%  | 10,6%  | 11,3%  | 11,5%  |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 25     | 38     | 55     | 13     | 131    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 19,1%  | 29,0%  | 42,0%  | 9,9%   | 100,0% |
|                                 |  | % within catsul                          | 27,5%  | 28,8%  | 20,9%  | 18,3%  | 23,5%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 24     | 43     | 80     | 28     | 175    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 13,7%  | 24,6%  | 45,7%  | 16,0%  | 100,0% |
|                                 |  | % within catsul                          | 26,4%  | 32,6%  | 30,4%  | 39,4%  | 31,4%  |
|                                 | Excluídos                                | Count                                    | 33     | 32     | 100    | 22     | 187    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 17,6%  | 17,1%  | 53,5%  | 11,8%  | 100,0% |
|                                 |  | % within catsul                          | 36,3%  | 24,2%  | 38,0%  | 31,0%  | 33,6%  |
| Total                           | Count                                    | 91                                       | 132    | 263    | 71     | 557    |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 16,3%                                    | 23,7%  | 47,2%  | 12,7%  | 100,0% |        |
|                                 | % within catsul                          | 100,0%                                   | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |        |

Cuadro 38.2 - Chi-Square Tests

|                                     | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|-------------------------------------|-----------|----|-----------------------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 12,721(a) | 9  | ,176                  |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 12,862    | 9  | ,169                  |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | 1,399     | 1  | ,237                  |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 557       |    |                       |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,16.

Cuadro 39.1 – Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* Maquinas segundo categorías do SUL

|                      |                               |                               | Catsul |        |        |        | Total  |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                      |                               |                               | A      | B      | C      | D      |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                    | Count                         | 4      | 2      | 17     | 4      | 27     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 14,8%  | 7,4%   | 63,0%  | 14,8%  | 100,0% |
|                      |                               | % within catsul               | 4,2%   | 1,4%   | 6,0%   | 5,6%   | 4,6%   |
|                      | 1 Déficit                     | Count                         | 44     | 55     | 130    | 25     | 254    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 17,3%  | 21,7%  | 51,2%  | 9,8%   | 100,0% |
|                      |                               | % within catsul               | 45,8%  | 38,7%  | 46,3%  | 35,2%  | 43,1%  |
|                      | 2 Déficit                     | Count                         | 36     | 64     | 104    | 30     | 234    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 15,4%  | 27,4%  | 44,4%  | 12,8%  | 100,0% |
|                      |                               | % within catsul               | 37,5%  | 45,1%  | 37,0%  | 42,3%  | 39,7%  |
|                      | Insatisfeito                  | Count                         | 12     | 21     | 30     | 12     | 75     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 16,0%  | 28,0%  | 40,0%  | 16,0%  | 100,0% |
|                      |                               | % within catsul               | 12,5%  | 14,8%  | 10,7%  | 16,9%  | 12,7%  |
| Total                | Count                         | 96                            | 142    | 281    | 71     | 590    |        |
|                      | % within Índice de satisfação | 16,3%                         | 24,1%  | 47,6%  | 12,0%  | 100,0% |        |
|                      | % within catsul               | 100,0%                        | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |        |

Cuadro 39.2 - Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 11,291(a) | 9  | ,256                  | ,262(b)                    | ,251                    | ,273                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 12,298    | 9  | ,197                  | ,217(b)                    | ,207                    | ,228                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 11,882    |    |                       | ,213(b)                    | ,203                    | ,224                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,168(c)   | 1  | ,682                  | ,707(b)                    | ,695                    | ,719                       | ,355(b) | ,342                    | ,367        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 590       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 2 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,25. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 1993510611.                         |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is -,409.   |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |





Cuadro 41.2 - Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 57,278(a) | 15 | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 67,080    | 15 | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 60,287    |    |                       | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 4,419(c)  | 1  | ,036                  | ,036(b)                    | ,034                    | ,038                       | ,018(b) | ,017                    | ,020        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 314       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 5 cells (20,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,69. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 50000 sampled tables with starting seed 411738208.                          |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 2,102.   |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 42.1 - Índice de precariedade objetiva \* Empresas e Departamento.- Índice de Satisfação Coletores\* Empresas e Departamento -

|  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de precariedade objetiva * Empresas e Departamento</b> | 287   | 87,2%   | 42      | 12,8%   | 329   | 100,0%  |
| <b>Índice de Satisfação Coletores * Empresas e Departamento</b>  | 314   | 95,4%   | 15      | 4,6%    | 329   | 100,0%  |

Cuadro 42.2. - Trabajadores do citrus. Índice de precariedade objetiva \* Empresas e Departamento

|                                 |                                  |                                  | Empresas e Departamento |                     | Total |
|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------|---------------------|-------|
|                                 |                                  |                                  | Empresas Salteñas       | Empresas Sanduceras |       |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                        | Count                            | 8                       | 20                  | 28    |
|                                 |                                  | % within Empresas e Departamento | 6,6%                    | 12,0%               | 9,8%  |
|                                 | 1 Déficit                        | Count                            | 60                      | 80                  | 140   |
|                                 |                                  | % within Empresas e Departamento | 49,6%                   | 48,2%               | 48,8% |
|                                 | 2 Déficit                        | Count                            | 47                      | 47                  | 94    |
|                                 |                                  | % within Empresas e Departamento | 38,8%                   | 28,3%               | 32,8% |
|                                 | Excluidos                        | Count                            | 6                       | 19                  | 25    |
|                                 |                                  | % within Empresas e Departamento | 5,0%                    | 11,4%               | 8,7%  |
| Total                           | Count                            | 121                              | 166                     | 287                 |       |
|                                 | % within Empresas e Departamento | 100,0%                           | 100,0%                  | 100,0%              |       |

Cuadro 42.3 - Chi-Square Tests

|   | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|---|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|   |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|   |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 7,898(a) | 3  | ,048                  | ,047(b)                    | ,045                    | ,049        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 8,199    | 3  | ,042                  | ,045(b)                    | ,042                    | ,047        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 7,819    |    |                       | ,048(b)                    | ,046                    | ,051        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | ,102(c)  | 1  | ,749                  | ,758(b)                    | ,753                    | ,763        | ,404(b)                    | ,398                    | ,410        |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 287      |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,54. |          |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| b Based on 50000 sampled tables with starting seed 33178937.                          |          |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
| c The standardized statistic is -,320.  |          |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

Cuadro 43.1 - Trabajadores do citrus. Índice de Satisfação Coletores \* Empresas Departamento

|                                |                                  |                                  | Empresas e Departamento |                     | Total |
|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------|---------------------|-------|
|                                |                                  |                                  | Empresas Salteñas       | Empresas Sanduceras |       |
| Índice de Satisfação Coletores | Satisfeitos                      | Count                            | 6                       | 13                  | 19    |
|                                |                                  | % within Empresas e Departamento | 4,7%                    | 7,0%                | 6,1%  |
|                                | 1 Déficit                        | Count                            | 10                      | 55                  | 65    |
|                                |                                  | % within Empresas e Departamento | 7,8%                    | 29,7%               | 20,7% |
|                                | 2 Déficit                        | Count                            | 42                      | 73                  | 115   |
|                                |                                  | % within Empresas e Departamento | 32,6%                   | 39,5%               | 36,6% |
|                                | Insatisfeitos                    | Count                            | 71                      | 44                  | 115   |
|                                |                                  | % within Empresas e Departamento | 55,0%                   | 23,8%               | 36,6% |
| Total                          | Count                            | 129                              | 185                     | 314                 |       |
|                                | % within Empresas e Departamento | 100,0%                           | 100,0%                  | 100,0%              |       |

Cuadro 43.2 - Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 39,704(a) | 3  | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 41,756    | 3  | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 41,012    |    |                       | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 31,300(c) | 1  | ,000                  | ,000(b)                    | ,000                    | ,000                       | ,000(b) | ,000                    | ,000        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 314       |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| A 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,81. |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| B Based on 50000 sampled tables with starting seed 33178937.                         |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| C The standardized statistic is -5,595.  |           |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |



Cuadro 44.1 - Índice de precariedad objetiva \* Cantidad de Ovelhas Crosstabulation

|                                |   |   | Cantidad de Ovelhas     |                         | Total  |
|--------------------------------|---|---|-------------------------|-------------------------|--------|
|                                |   |   | A máquina ganha ovelhas | A máquina perde ovelhas |        |
| Índice de precariedad objetiva | Inseridos                               | Count                                   | 17                      | 41                      | 58     |
|                                |   | % within Índice de precariedad objetiva | 29,3%                   | 70,7%                   | 100,0% |
|                                |   | % within Cantidad de Ovelhas            | 10,6%                   | 11,5%                   | 11,2%  |
|                                | 1 Déficit                               | Count                                   | 37                      | 88                      | 125    |
|                                |   | % within Índice de precariedad objetiva | 29,6%                   | 70,4%                   | 100,0% |
|                                |   | % within Cantidad de Ovelhas            | 23,1%                   | 24,6%                   | 24,1%  |
|                                | 2 Déficit                               | Count                                   | 45                      | 115                     | 160    |
|                                |   | % within Índice de precariedad objetiva | 28,1%                   | 71,9%                   | 100,0% |
|                                |   | % within Cantidad de Ovelhas            | 28,1%                   | 32,1%                   | 30,9%  |
|                                | Excluídos                               | Count                                   | 61                      | 114                     | 175    |
|                                |   | % within Índice de precariedad objetiva | 34,9%                   | 65,1%                   | 100,0% |
|                                |   | % within Cantidad de Ovelhas            | 38,1%                   | 31,8%                   | 33,8%  |
| Total                          | Count                                   | 160                                     | 358                     | 518                     |        |
|                                | % within Índice de precariedad objetiva | 30,9%                                   | 69,1%                   | 100,0%                  |        |
|                                | % within Cantidad de Ovelhas            | 100,0%                                  | 100,0%                  | 100,0%                  |        |

Cuadro 44.2 - Chi-Square Tests

| Chi-Square Tests  |          |    |                       |
|---|----------|----|-----------------------|
|   | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| Pearson Chi-Square  | 2,028(a) | 3  | ,567                  |
| Likelihood Ratio  | 2,012    | 3  | ,570                  |
| Linear-by-Linear Association  | ,963     | 1  | ,326                  |
| N of Valid Cases  | 518      |    |                       |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17,92. |          |    |                       |

Cuadro 45.1 - Índice de satisfação \* Quantidade de Ovelhas.

|                      |                                |                                | Quantidade de Ovelhas   |                         | Total  |
|----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------|
|                      |                                |                                | A máquina ganha ovelhas | A máquina perde ovelhas |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                     | Count                          | 6                       | 19                      | 25     |
|                      |                                | % within Índice de satisfação  | 24,0%                   | 76,0%                   | 100,0% |
|                      |                                | % within Quantidade de Ovelhas | 3,5%                    | 5,1%                    | 4,6%   |
|                      | 1 Déficit                      | Count                          | 77                      | 161                     | 238    |
|                      |                                | % within Índice de satisfação  | 32,4%                   | 67,6%                   | 100,0% |
|                      |                                | % within Quantidade de Ovelhas | 45,0%                   | 42,8%                   | 43,5%  |
|                      | 2 Déficit                      | Count                          | 65                      | 154                     | 219    |
|                      |                                | % within Índice de satisfação  | 29,7%                   | 70,3%                   | 100,0% |
|                      |                                | % within Quantidade de Ovelhas | 38,0%                   | 41,0%                   | 40,0%  |
|                      | Insatisfeito                   | Count                          | 23                      | 42                      | 65     |
|                      |                                | % within Índice de satisfação  | 35,4%                   | 64,6%                   | 100,0% |
|                      |                                | % within Quantidade de Ovelhas | 13,5%                   | 11,2%                   | 11,9%  |
| Total                | Count                          | 171                            | 376                     | 547                     |        |
|                      | % within Índice de satisfação  | 31,3%                          | 68,7%                   | 100,0%                  |        |
|                      | % within Quantidade de Ovelhas | 100,0%                         | 100,0%                  | 100,0%                  |        |

Cuadro 45.2 - Chi-Square Tests

| Chi-Square Tests   |          |    |                       |
|--|----------|----|-----------------------|
|  | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 1,514(a) | 3  | ,679                  |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 1,535    | 3  | ,674                  |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,205     | 1  | ,651                  |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 547      |    |                       |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,82. |          |    |                       |

Cuadro 46.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de Precariedade Objetiva \* Ingresso principal ou secundário do maquinista

|                                 |  |  | Ingresso principal o secundário                |   | Total  |
|---------------------------------|--|--|--|---|--------|
|                                 |  |  | A tosquia é o ingresso principal do maquinista | A tosquia é o ingresso secundário do maquinista |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 34   | 25  | 59     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 57,6%  | 42,4%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Ingresso principal o secundário | 11,2%  | 11,1%   | 11,2%  |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 74   | 52  | 126    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 58,7%  | 41,3%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Ingresso principal o secundário | 24,4%  | 23,0%   | 23,8%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 90   | 75  | 165    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 54,5%  | 45,5%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Ingresso principal o secundário | 29,7%  | 33,2%   | 31,2%  |
|                                 | Excluídos                                | Count                                    | 105  | 74  | 179    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 58,7%  | 41,3%   | 100,0% |
|                                 |  | % within Ingresso principal o secundário | 34,7%  | 32,7%   | 33,8%  |
| Total                           | Count                                    | 303                                      | 226  | 529   |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 57,3%                                    | 42,7%  | 100,0%  |        |
|                                 | % within Ingresso principal o secundário | 100,0%                                   | 100,0%   | 100,0%  |        |

Cuadro 46.2 - Chi-Square Tests

|                                     | Value   | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|-------------------------------------|---------|----|-----------------------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | ,755(a) | 3  | ,860                  |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | ,753    | 3  | ,861                  |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | ,000    | 1  | ,984                  |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 529     |    |                       |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 25,21.

Cuadro 47.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de Satisfação \* Ingresso Principal o secundário do Maquinista

|                      |  |  | Ingresso principal o secundário                |   | Total  |
|----------------------|--|--|--|---|--------|
|                      |  |  | A tosquia é o ingresso principal do maquinista | A tosquia é o ingresso secundário do maquinista |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                               | Count                                    | 11   | 14  | 25     |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 44,0%  | 56,0%   | 100,0% |
|                      |  | % within Ingresso principal o secundário | 3,4%   | 5,9%  | 4,5%   |
|                      | 1 Déficit                                | Count                                    | 135  | 106   | 241    |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 56,0%  | 44,0%   | 100,0% |
|                      |  | % within Ingresso principal o secundário | 42,2%  | 44,4%   | 43,1%  |
|                      | 2 Déficit                                | Count                                    | 128  | 98  | 226    |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 56,6%  | 43,4%   | 100,0% |
|                      |  | % within Ingresso principal o secundário | 40,0%  | 41,0%   | 40,4%  |
|                      | Insatisfecho                             | Count                                    | 46   | 21  | 67     |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 68,7%  | 31,3%   | 100,0% |
|                      |  | % within Ingresso principal o secundário | 14,4%  | 8,8%  | 12,0%  |
| Total                | Count                                    | 320                                      | 239  | 559   |        |
|                      | % within Índice de satisfação            | 57,2%                                    | 42,8%  | 100,0%  |        |
|                      | % within Ingresso principal o secundário | 100,0%                                   | 100,0%   | 100,0%  |        |

Cuadro 47.2 - Chi-Square Tests

|                                     | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|-------------------------------------|----------|----|-----------------------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 5,540(a) | 3  | ,136                  |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 5,632    | 3  | ,131                  |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | 3,804    | 1  | ,051                  |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 559      |    |                       |

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,69.

Cuadro 48.1- Trabalhadores da tosquia. Índice de Precariedade Objetiva \* Momento maquinaista comunica remuneração

|                                 |  |  | Momento se comunica remuneração |                          | Total  |
|---------------------------------|--|--|---------------------------------|--------------------------|--------|
|                                 |  |  | Se comunica antes de sair       | Se comunica logo de sair |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 26                              | 33                       | 59     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 44,1%                           | 55,9%                    | 100,0% |
|                                 |  | % within Momento se comunica remuneração | 11,0%                           | 11,5%                    | 11,3%  |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 61                              | 64                       | 125    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 48,8%                           | 51,2%                    | 100,0% |
|                                 |  | % within Momento se comunica remuneração | 25,8%                           | 22,2%                    | 23,9%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 72                              | 92                       | 164    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 43,9%                           | 56,1%                    | 100,0% |
|                                 |  | % within Momento se comunica remuneração | 30,5%                           | 31,9%                    | 31,3%  |
|                                 | Excluídos                                | Count                                    | 77                              | 99                       | 176    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 43,8%                           | 56,3%                    | 100,0% |
|                                 |  | % within Momento se comunica remuneração | 32,6%                           | 34,4%                    | 33,6%  |
| Total                           | Count                                    | 236                                      | 288                             | 524                      |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 45,0%                                    | 55,0%                           | 100,0%                   |        |
|                                 | % within Momento se comunica remuneração | 100,0%                                   | 100,0%                          | 100,0%                   |        |

Cuadro 48.2 - Chi-Square Tests

|  | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|--|-------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
|--|-------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|

|                                     |         |   |      |      |      |      |
|-------------------------------------|---------|---|------|------|------|------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | ,940(a) | 3 | ,816 | ,818 |      |      |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | ,938    | 3 | ,816 | ,819 |      |      |
| <b>Fisher's Exact Test</b>          | ,950    |   |      | ,818 |      |      |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | ,259(b) | 1 | ,611 | ,631 | ,321 | ,031 |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 524     |   |      |      |      |      |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 26,57.

Cuadro 49.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \*Momento en que se comunica a remuneração

|                      |  |  | Momento se comunica remuneração |                          | Total  |
|----------------------|--|--|---------------------------------|--------------------------|--------|
|                      |  |  | Se comunica antes de sair       | Se comunica logo de sair |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                               | Count                                    | 10                              | 15                       | 25     |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 40,0%                           | 60,0%                    | 100,0% |
|                      |  | % within Momento se comunica remuneração | 4,0%                            | 5,0%                     | 4,5%   |
|                      | 1 Déficit                                | Count                                    | 112                             | 126                      | 238    |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 47,1%                           | 52,9%                    | 100,0% |
|                      |  | % within Momento se comunica remuneração | 44,6%                           | 41,6%                    | 43,0%  |
|                      | 2 Déficit                                | Count                                    | 104                             | 121                      | 225    |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 46,2%                           | 53,8%                    | 100,0% |
|                      |  | % within Momento se comunica remuneração | 41,4%                           | 39,9%                    | 40,6%  |
|                      | Insatisfeito                             | Count                                    | 25                              | 41                       | 66     |
|                      |  | % within Índice de satisfação            | 37,9%                           | 62,1%                    | 100,0% |
|                      |  | % within Momento se comunica remuneração | 10,0%                           | 13,5%                    | 11,9%  |
| Total                | Count                                    | 251                                      | 303                             | 554                      |        |
|                      | % within Índice de satisfação            | 45,3%                                    | 54,7%                           | 100,0%                   |        |
|                      | % within Momento se comunica remuneração | 100,0%                                   | 100,0%                          | 100,0%                   |        |

Cuadro 49.2 - Chi-Square Tests

|                                     | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|-------------------------------------|----------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 2,125(a) | 3  | ,547                  | ,546                 |                      |                   |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 2,146    | 3  | ,543                  | ,546                 |                      |                   |
| <b>Fisher's Exact Test</b>          | 2,104    |    |                       | ,549                 |                      |                   |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | ,527(b)  | 1  | ,468                  | ,498                 | ,252                 | ,035              |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 554      |    |                       |                      |                      |                   |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,33.

b The standardized statistic is ,726.

## CUADROS REFERIDOS AO CAPITULO 6

### 6.5. As mudanças técnicas recentes

Cuadro 50.1 - Trabalhadores da Tosquia. Índice de precariedade objetiva \* Acondicionamiento

|                                       |           |  | Acondicionamiento        |                                 | Total  |
|---------------------------------------|-----------|--|--------------------------|---------------------------------|--------|
|                                       |           |  | A maquina<br>acondiciona | A maquina<br>não<br>acondiciona |        |
| Índice de<br>precariedade<br>objetiva | Inseridos | Count  | 49                       | 10                              | 59     |
|                                       |           | % within Índice de<br>precariedade objetiva    | 83,1%                    | 16,9%                           | 100,0% |
|                                       |           | % within<br>acondicionamiento                  | 11,3%                    | 10,4%                           | 11,2%  |
| 1 Déficit                             |           | Count  | 104                      | 22                              | 126    |
|                                       |           | % within Índice<br>de precariedade<br>objetiva | 82,5%                    | 17,5%                           | 100,0% |
|                                       |           | % within<br>acondicionamiento                  | 24,0%                    | 22,9%                           | 23,8%  |
| 2 Déficit                             |           | Count  | 134                      | 31                              | 165    |
|                                       |           | % within Índice<br>de precariedade<br>objetiva | 81,2%                    | 18,8%                           | 100,0% |
|                                       |           | % within<br>acondicionamiento                  | 30,9%                    | 32,3%                           | 31,2%  |
| Excluídos                             |           | Count  | 146                      | 33                              | 179    |
|                                       |           | % within Índice<br>de precariedade<br>objetiva | 81,6%                    | 18,4%                           | 100,0% |
|                                       |           | % within<br>acondicionamiento                  | 33,7%                    | 34,4%                           | 33,8%  |
| Total                                 |           | Count  | 433                      | 96                              | 529    |
|                                       |           | % within Índice de<br>precariedade objetiva    | 81,9%                    | 18,1%                           | 100,0% |
|                                       |           | % within acondicionamiento                     | 100,0%                   | 100,0%                          | 100,0% |

Cuadro 50.2 - Chi-Square Tests

|                                     | Value   | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|-------------------------------------|---------|----|-----------------------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | ,153(a) | 3  | ,985                  |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | ,154    | 3  | ,985                  |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | ,099    | 1  | ,754                  |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 529     |    |                       |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,71.



Cuadro 51.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* Máquina acondiciona/no acondiciona.

|                      |                               |                               | Acondicionamiento     |                           | Total  |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------|
|                      |                               |                               | A máquina acondiciona | A máquina não acondiciona |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                    | Count                         | 16                    | 9                         | 25     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 64,0%                 | 36,0%                     | 100,0% |
|                      |                               | % within Mudança técnica      | 3,5%                  | 9,0%                      | 4,5%   |
|                      | 1 Déficit                     | Count                         | 197                   | 44                        | 241    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 81,7%                 | 18,3%                     | 100,0% |
|                      |                               | % within Mudança técnica      | 42,9%                 | 44,0%                     | 43,1%  |
|                      | 2 Déficit                     | Count                         | 188                   | 38                        | 226    |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 83,2%                 | 16,8%                     | 100,0% |
|                      |                               | % within Mudança técnica      | 41,0%                 | 38,0%                     | 40,4%  |
|                      | Insatisfeito                  | Count                         | 58                    | 9                         | 67     |
|                      |                               | % within Índice de satisfação | 86,6%                 | 13,4%                     | 100,0% |
|                      |                               | % within Mudança técnica      | 12,6%                 | 9,0%                      | 12,0%  |
| Total                | Count                         | 459                           | 100                   | 559                       |        |
|                      | % within Índice de satisfação | 82,1%                         | 17,9%                 | 100,0%                    |        |
|                      | % within Mudança técnica      | 100,0%                        | 100,0%                | 100,0%                    |        |

Cuadro 51.2 - Chi-Square Tests

|                                     | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|-------------------------------------|----------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 6,688(a) | 3  | ,083                  | ,081                 |                      |                   |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 5,790    | 3  | ,122                  | ,129                 |                      |                   |
| <b>Fisher's Exact Test</b>          | 6,022    |    |                       | ,107                 |                      |                   |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | 3,569(b) | 1  | ,059                  | ,067                 | ,034                 | ,010              |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 559      |    |                       |                      |                      |                   |

a 1 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,47.

b The standardized statistic is -1,889.

Cuadro 52.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de Precariedade Objetiva \* Maquinas que estendem safra

|                                 |  |  | Maquinas que estendem safra |                    | Total  |
|---------------------------------|--|--|-----------------------------|--------------------|--------|
|                                 |  |  | Estendem safra              | Não estendem safra |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 48                          | 11                 | 59     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 81,4%                       | 18,6%              | 100,0% |
|                                 |  | % within Maquinas estendem safra         | 11,3%                       | 10,4%              | 11,2%  |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 105                         | 21                 | 126    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 83,3%                       | 16,7%              | 100,0% |
|                                 |  | % within Maquinas estendem safra         | 24,8%                       | 19,8%              | 23,8%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 136                         | 29                 | 165    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 82,4%                       | 17,6%              | 100,0% |
|                                 |  | % within Maquinas estendem safra         | 32,2%                       | 27,4%              | 31,2%  |
|                                 | Excluídos                                | Count                                    | 134                         | 45                 | 179    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 74,9%                       | 25,1%              | 100,0% |
|                                 |  | % within Maquinas estendem safra         | 31,7%                       | 42,5%              | 33,8%  |
| Total                           | Count                                    | 423                                      | 106                         | 529                |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 80,0%                                    | 20,0%                       | 100,0%             |        |
|                                 | % within Maquinas estendem safra         | 100,0%                                   | 100,0%                      | 100,0%             |        |

Cuadro 52.2. - Chi-Square Tests

| Chi-Square Tests  |          |    |                       |                      |                      |                   |
|---|----------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
|   | Value    | Df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 4,497(a) | 3  | ,213                  | ,214                 |                      |                   |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 4,398    | 3  | ,222                  | ,226                 |                      |                   |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 4,293    |    |                       | ,232                 |                      |                   |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 2,638(b) | 1  | ,104                  | ,105                 | ,057                 | ,012              |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 529      |    |                       |                      |                      |                   |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,82. |          |    |                       |                      |                      |                   |
| b The standardized statistic is 1,624.  |          |    |                       |                      |                      |                   |

Cuadro 53.1 - Trabalhadores da tosquia. Índice de Precariedade Subjetiva\* Maquinas que estendem safra.

|                      |                                  |                                  | Maquinas estendem safra |                     | Total  |
|----------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------|---------------------|--------|
|                      |                                  |                                  | Estende a safra         | Não estende a safra |        |
| Índice de satisfação | Satisfeito                       | Count                            | 19                      | 6                   | 25     |
|                      |                                  | % within Índice de satisfação    | 76,0%                   | 24,0%               | 100,0% |
|                      |                                  | % within Maquinas estendem safra | 4,3%                    | 5,3%                | 4,5%   |
|                      | 1 Déficit                        | Count                            | 195                     | 46                  | 241    |
|                      |                                  | % within Índice de satisfação    | 80,9%                   | 19,1%               | 100,0% |
|                      |                                  | % within Maquinas estendem safra | 43,7%                   | 40,7%               | 43,1%  |
|                      | 2 Déficit                        | Count                            | 180                     | 46                  | 226    |
|                      |                                  | % within Índice de satisfação    | 79,6%                   | 20,4%               | 100,0% |
|                      |                                  | % within Maquinas estendem safra | 40,4%                   | 40,7%               | 40,4%  |
|                      | Insatisfeito                     | Count                            | 52                      | 15                  | 67     |
|                      |                                  | % within Índice de satisfação    | 77,6%                   | 22,4%               | 100,0% |
|                      |                                  | % within Maquinas estendem safra | 11,7%                   | 13,3%               | 12,0%  |
| Total                | Count                            | 446                              | 113                     | 559                 |        |
|                      | % within Índice de satisfação    | 79,8%                            | 20,2%                   | 100,0%              |        |
|                      | % within Maquinas estendem safra | 100,0%                           | 100,0%                  | 100,0%              |        |

Cuadro 53.2 - Chi-Square Tests

|  | Value   | Df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|--|---------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | ,611(a) | 3  | ,894                  | ,893                 |                      |                   |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | ,599    | 3  | ,897                  | ,900                 |                      |                   |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | ,806    |    |                       | ,857                 |                      |                   |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | ,101(b) | 1  | ,750                  | ,780                 | ,401                 | ,053              |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 559     |    |                       |                      |                      |                   |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,05. |         |    |                       |                      |                      |                   |
| b The standardized statistic is ,318.  |         |    |                       |                      |                      |                   |

Cuadro 54.1 - Trabajadores da tosquia. Índice de precariedade objetiva \* Cursos do SUL

|                                 |  |  | Cursos do SUL                 |                                    | Total  |
|---------------------------------|--|--|-------------------------------|------------------------------------|--------|
|                                 |  |  | Assistiu a algum curso do SUL | Não assistiu a nenhum curso do SUL |        |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                                | Count                                    | 46                            | 18                                 | 64     |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 71,9%                         | 28,1%                              | 100,0% |
|                                 |  | % within Cursos do SUL                   | 15,2%                         | 7,1%                               | 11,5%  |
|                                 | 1 Déficit                                | Count                                    | 83                            | 52                                 | 135    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 61,5%                         | 38,5%                              | 100,0% |
|                                 |  | % within Cursos do SUL                   | 27,4%                         | 20,4%                              | 24,2%  |
|                                 | 2 Déficit                                | Count                                    | 96                            | 78                                 | 174    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 55,2%                         | 44,8%                              | 100,0% |
|                                 |  | % within Cursos do SUL                   | 31,7%                         | 30,6%                              | 31,2%  |
|                                 | Excluídos                                | Count                                    | 78                            | 107                                | 185    |
|                                 |  | % within Índice de precariedade objetiva | 42,2%                         | 57,8%                              | 100,0% |
|                                 |  | % within Cursos do SUL                   | 25,7%                         | 42,0%                              | 33,2%  |
| Total                           | Count                                    | 303                                      | 255                           | 558                                |        |
|                                 | % within Índice de precariedade objetiva | 54,3%                                    | 45,7%                         | 100,0%                             |        |
|                                 | % within Cursos do SUL                   | 100,0%                                   | 100,0%                        | 100,0%                             |        |

Cuadro 54.2 - Chi-Square Tests

| Chi-Square Tests  |           |    |                       |
|---|-----------|----|-----------------------|
|   | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 21,809(a) | 3  | ,000                  |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 22,153    | 3  | ,000                  |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | 21,256    | 1  | ,000                  |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 558       |    |                       |
| a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,25. |           |    |                       |

Cuadro 55.1 - Índice de satisfação \* Cursos do SUL.

|   | Cases |         |         |         |       |         |
|---|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|   | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|   | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de satisfação * Cursos do SUL</b> | 590   | 96,7%   | 20      | 3,3%    | 610   | 100,0%  |

Cuadro 55.2 - Trabalhadores da tosquia. Índice de satisfação \* Cursos do SUL

|                             |                               |                               | Cursos do SUL                 |                                    | Total |
|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|-------|
|                             |                               |                               | Assistiu a algum curso do SUL | Não assistiu a nenhum curso do SUL |       |
| <b>Índice de satisfação</b> | <b>Satisfeito</b>             | <b>Count</b>                  | 11                            | 18                                 | 29    |
|                             |                               | <b>% within Cursos do SUL</b> | 3,4%                          | 6,6%                               | 4,9%  |
|                             | <b>1 Déficit</b>              | <b>Count</b>                  | 154                           | 102                                | 256   |
|                             |                               | <b>% within Cursos do SUL</b> | 48,3%                         | 37,6%                              | 43,4% |
|                             | <b>2 Déficit</b>              | <b>Count</b>                  | 117                           | 114                                | 231   |
|                             |                               | <b>% within Cursos do SUL</b> | 36,7%                         | 42,1%                              | 39,2% |
|                             | <b>Insatisfeito</b>           | <b>Count</b>                  | 37                            | 37                                 | 74    |
|                             |                               | <b>% within Cursos do SUL</b> | 11,6%                         | 13,7%                              | 12,5% |
| <b>Total</b>                | <b>Count</b>                  | 319                           | 271                           | 590                                |       |
|                             | <b>% within Cursos do SUL</b> | 100,0%                        | 100,0%                        | 100,0%                             |       |

Cuadro 55.3 - Chi-Square Tests

|   | Value    | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|---|----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|   |          |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|   |          |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>   | 8,442(a) | 3  | ,038                  | ,035(b)                    | ,030                    | ,040                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>   | 8,472    | 3  | ,037                  | ,036(b)                    | ,031                    | ,041                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>  | 8,425    |    |                       | ,035(b)                    | ,031                    | ,040                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>   | ,985(c)  | 1  | ,321                  | ,341(b)                    | ,329                    | ,353                       | ,182(b) | ,172 ,192               |             |
| <b>N of Valid Cases</b>   | 590      |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 13,32. |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 10000 sampled tables with starting seed 303130861.                         |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is ,992.   |          |    |                       |                            |                         |                            |         |                         |             |

Cuadro 56.1 - Índice de precariedade objetiva \* Forma de aprendizagem. - Índice de Satisfação Coletores \* Forma de aprendizagem

|  | Cases |         |         |         |       |         |
|--|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
|  | Valid |         | Missing |         | Total |         |
|  | N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| <b>Índice de precariedade objetiva * Forma de aprendizagem</b> | 282   | 85,7%   | 47      | 14,3%   | 329   | 100,0%  |
| <b>Índice de Satisfação Coletores* Forma de aprendizagem</b>   | 310   | 94,2%   | 19      | 5,8%    | 329   | 100,0%  |

Cuadro 56.2 - Trabalhadores do citrus. Índice de precariedade objetiva \* Forma de aprendizagem

|                                 |                                |                                | Forma de aprendizagem |                                     | Total |
|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|-------|
|                                 |                                |                                | A empresa             | Por ele mesmo, amigos ou familiares |       |
| Índice de precariedade objetiva | Inseridos                      | Count                          | 13                    | 15                                  | 28    |
|                                 |                                | % within Forma de aprendizagem | 19,1%                 | 7,0%                                | 9,9%  |
|                                 | 1 Déficit                      | Count                          | 28                    | 109                                 | 137   |
|                                 |                                | % within Forma de aprendizagem | 41,2%                 | 50,9%                               | 48,6% |
|                                 | 2 Déficit                      | Count                          | 18                    | 74                                  | 92    |
|                                 |                                | % within Forma de aprendizagem | 26,5%                 | 34,6%                               | 32,6% |
|                                 | Excluidos                      | Count                          | 9                     | 16                                  | 25    |
|                                 |                                | % within Forma de aprendizagem | 13,2%                 | 7,5%                                | 8,9%  |
| Total                           | Count                          | 68                             | 214                   | 282                                 |       |
|                                 | % within Forma de aprendizagem | 100,0%                         | 100,0%                | 100,0%                              |       |

Cuadro 56.3 - Chi-Square Tests

| Chi-Square Tests                    |           |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |
|-------------------------------------|-----------|----|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
|                                     | Value     | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         |             | Monte Carlo Sig. (1-sided) |                         |             |
|                                     |           |    |                       | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             | Sig.                       | 99% Confidence Interval |             |
|                                     |           |    |                       |                            | Lower Bound             | Upper Bound |                            | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>           | 11,601(a) | 3  | ,009                  | ,008(b)                    | ,007                    | ,009        |                            |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>             | 10,489    | 3  | ,015                  | ,017(b)                    | ,016                    | ,019        |                            |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>          | 10,811    |    |                       | ,012(b)                    | ,011                    | ,013        |                            |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b> | ,631(c)   | 1  | ,427                  | ,482(b)                    | ,476                    | ,488        | ,243(b)                    | ,238                    | ,248        |
| <b>N of Valid Cases</b>             | 282       |    |                       |                            |                         |             |                            |                         |             |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,03.

b Based on 50000 sampled tables with starting seed 1633694259.

c The standardized statistic is ,794.

Cuadro 57.1 - Trabalhadores do citrus. Índice de Satisfação Coletores \* Forma de aprendizagem

|  |  |  | Forma de aprendizagem | Total |
|--|--|--|-----------------------|-------|
|--|--|--|-----------------------|-------|

|                                   |                                   |                                   | A<br>empresa | Por ele mesmo, amigos<br>ou familiares |       |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|--|-------|
| Índice de Satisfação<br>Coletores | Satisfeitos                       | Count                             | 5            | 12                                     | 17    |
|                                   |                                   | % within Forma de<br>aprendizagem | 6,8%         | 5,1%                                   | 5,5%  |
|                                   | 1 Déficit                         | Count                             | 26           | 39                                     | 65    |
|                                   |                                   | % within Forma de<br>aprendizagem | 35,1%        | 16,5%                                  | 21,0% |
|                                   | 2 Déficit                         | Count                             | 23           | 92                                     | 115   |
|                                   |                                   | % within Forma de<br>aprendizagem | 31,1%        | 39,0%                                  | 37,1% |
|                                   | Insatisfeitos                     | Count                             | 20           | 93                                     | 113   |
|                                   |                                   | % within Forma de<br>aprendizagem | 27,0%        | 39,4%                                  | 36,5% |
| Total                             | Count                             | 74                                | 236          | 310                                    |       |
|                                   | % within Forma de<br>aprendizagem | 100,0%                            | 100,0%       | 100,0%                                 |       |

Cuadro 57.2 - Chi-Square Tests

|  | Value     | df | Asymp. Sig.<br>(2-sided) | Monte Carlo Sig. (2-sided) |                         | Monte Carlo Sig. (1-sided) |         |                         |             |
|--|-----------|----|--------------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------|-------------------------|-------------|
|  |           |    |                          | Sig.                       | 99% Confidence Interval |                            | Sig.    | 99% Confidence Interval |             |
|  |           |    |                          |                            | Lower Bound             | Upper Bound                |         | Lower Bound             | Upper Bound |
| <b>Pearson Chi-Square</b>  | 12,909(a) | 3  | ,005                     | ,005(b)                    | ,004                    | ,006                       |         |                         |             |
| <b>Likelihood Ratio</b>  | 12,067    | 3  | ,007                     | ,009(b)                    | ,008                    | ,010                       |         |                         |             |
| <b>Fisher's Exact Test</b>   | 12,189    |    |                          | ,006(b)                    | ,005                    | ,007                       |         |                         |             |
| <b>Linear-by-Linear Association</b>  | 8,363(c)  | 1  | ,004                     | ,004(b)                    | ,004                    | ,005                       | ,003(b) | ,002                    | ,003        |
| <b>N of Valid Cases</b>  | 310       |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |
| a 1 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,06. |           |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |
| b Based on 50000 sampled tables with starting seed 1633694259.                         |           |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |
| c The standardized statistic is 2,892.   |           |    |                          |                            |                         |                            |         |                         |             |



## ANEXO A - METODOLÓGICO.

### 1. Pesquisa Nacional a Trabalhadores da Tosquia

A pesquisa nacional utilizou um formulário pré-codificado que se aplicou a um total de 610 trabalhadores de 60 blocos de tosquia. Devido à inexistência de registros de trabalhadores, obteve-se uma amostra nacional de máquinas de tosquia e se pesquisou os trabalhadores ocupados nas máquinas estudadas. O marco de amostragem foi proporcionado pelo Secretariado Uruguaio de Lã (SUL) a partir de uma lista de 390 máquinas ativas que utilizavam o método *tally-hi* durante a safra 2001. Obteve-se uma amostra das máquinas estratificada em duas etapas, estabelecendo-se como tamanho da mesma as 60 unidades em função da disponibilidade orçamentária da investigação. Realizou-se uma atribuição proporcional por região do país (Norte, Centro Sul, Leste) de acordo à procedência da máquina e por categoria de máquina segundo a classificação utilizada pelo SUL. A classificação em quatro categorias (A, B, C, D) tem em conta os seguintes critérios: capacitação do proprietário da máquina, realização de acondicionamento da lã, qualidade do trabalho, lida e apresentação do produto, conduta do pessoal, entre outros.

A amostra efetiva (de máquinas) ficou integrada segundo o seguinte detalhe:

| <b>Categoria</b> | <b>Norte</b> | <b>Centro<br/>Sur</b> | <b>Leste</b> | <b>Total</b> |
|------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| <b>A</b>         | 5            | 1                     | 1            | 7<br>11.7%   |
| <b>B</b>         | 3            | 7                     | 3            | 13<br>21.7%  |
| <b>C</b>         | 13           | 11                    | 10           | 34<br>56.7%  |
| <b>D</b>         | 3            | 1                     | 2            | 6<br>10.0%   |
| <b>Total</b>     | 24<br>40.0%  | 20<br>33.3%           | 16<br>26.7%  | 60<br>100%   |

O estudo se realizou entre os meses de outubro e dezembro de 2001. O formulário de pesquisa se aplicou a todo o pessoal que se encontrava trabalhando nos blocos visitados no dia da pesquisa, salvo aqueles escassos trabalhadores que declinaram participar do estudo. No mês de setembro se realizou um pré-teste do formulário de pesquisa a três blocos de tosquia.

## **2. Pesquisa com os Maquinistas da Tosquia.**

Em forma simultânea à realização da pesquisa aos trabalhadores da tosquia se aplicou um formulário de pesquisa aos maquinistas das mesmas 60 máquinas. No mês de setembro de 2001 se realizou um pré-teste deste formulário entrevistando a três maquinistas.

## **3. Entrevista a trabalhadores e maquinistas da Tosquia.**

Realizaram-se três saídas de a campo durante os dias 1 aos 3, 20 aos 22 e 27 aos 28 do mês de novembro do 2000. Na primeira ocasião se visitaram três blocos no litorâneo oeste do país (Departamentos de Salto e Paysandú). Na segunda se visitaram dois blocos na zona leste do país (Departamento de Treintatrés) e na última se visitaram dois bloco na zona centro sul do país (Departamentos de Flores e Florida). Em seu transcurso, visitaram-se sete blocos de tosquia, realizando em cada uma deles um cuidadoso processo de observação e registro escrito das diferentes etapas de trabalho. Também se registrou o entorno físico do processo de trabalho, realizando um diagrama da disposição física do galpão de tosquia, da máquina e do lugar que ocupavam os trabalhadores nos diferentes postos de trabalho. Por último, se realizaram entrevistas a 63 trabalhadores e seis proprietários ou encarregados de máquinas de tosquia. Em quase todas as entrevistas se pôde gravar as mesmas. Nos poucos casos em que não se pôde porque o entrevistado não se prestou a isso, tomou nota da entrevista e depois se reconstruiu procurando respeitar as palavras empregadas pelo entrevistado (em primeira pessoa).

#### 4. Pesquisa a Trabalhadores da Colheita do Citrus.

Desenho da Investigação.

a) Universo de análise.

Em função de informações colhidas com os empresários do setor, concluiu-se que o principal problema no mercado de emprego se situa na escassez relativa de mão de obra para a colheita dos cítricos.

Definiu-se como universo de análise a todos os trabalhadores safrais da colheita que se encontravam trabalhando entre em 02/09/96 e em 20/09/96 nas 6 empresas mas importantes do setor, que reúnem ao redor de 85% do universo total de colheitadores.

b) Marco de Amostra

Amostra estratificada por etapas:

- 1) Selecionaram-se em forma aleatória simples as equipes dentro das empresas, tomando em conta o peso relativo da empresa;
- 2) Sortearam-se os trabalhadores a ser entrevistados no interior da equipe em forma sistemática (mediante o critério de aproximação ao veículo onde se deposita a fruta).

Em resumo o Universo e a Amostra se compõem da seguinte maneira:

| Universo    |        |         | Amostra |         |
|-------------|--------|---------|---------|---------|
| Empresa     | Blocos | Pessoal | Blocos  | Pessoal |
| Juan Solari | 6      | 220     | 3       | 36      |
| Altisol     | 8      | 224     | 2       | 30      |
| Caputto     | 15     | 450     | 6       | 72      |
| Sandupay    | 6      | 210     | 3       | 36      |
| Azucitrus   | 19     | 605     | 9       | 108     |
| Milagro     | 9      | 290     | 4       | 48      |
| Total       | 63     | 1999    | 27      | 330     |

c) Nível de confiança e margem de erro

Esta amostra tem um nível de significação de 95% e uma margem de erro de +- 5%.

Para avaliar a confiabilidade e validade do questionário, realizou-se um pré-teste a trabalhadores safrais com as mesmas características em uma quinta do sul, o qual se tomou como base para elaborar o formulário definitivo.